



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

O Conflito Não Convencional na Venezuela e as Estratégias de Defesa do Estado Bolivariano

BEATRIZ DOS SANTOS ABREU

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

O Conflito Não Convencional na Venezuela e as Estratégias de Defesa do Estado Bolivariano

BEATRIZ DOS SANTOS ABREU

Trabalho de Dissertação apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo

Foz do Iguaçu
2022

BEATRIZ DOS SANTOS ABREU

**O Conflito Não Convencional na Venezuela e as Estratégias de Defesa
do Estado Bolivariano**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo
(UNILA)

Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa
(UNILA)

Prof.^a Dr.^a Paula Daniela Fernández
(UNILA)

Prof. Dr. Charles Giuseppi Castillo
(USB – Venezuela)

Foz do Iguaçu, 28 de outubro de 2022.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

A162

Abreu, Beatriz dos Santos.

O Conflito Não Convencional na Venezuela e as Estratégias de Defesa do Estado Bolivariano / Beatriz dos Santos Abreu. - Foz do Iguaçu, 2022.

201 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu - PR, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo.

1. Conflito Não Convencional. 2. Defesa. 3. Petróleo. 4. Imperialismo. 5. Venezuela. I. Diallo, Prof. Dr. Mamadou Alpha. II. Título.

CDU 321.78(87)

ABREU, Beatriz dos Santos. **O Conflito Não Convencional na Venezuela e as Estratégias de Defesa do Estado Bolivariano.** Trabalho de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMO

A pesquisa a seguir faz uma interpretação do cenário de aprofundamento da crise na Venezuela entre os anos de 2013 e 2021. Tal cenário é analisado enquanto um conflito não convencional, que se dá a partir da combinação de características presentes na guerra híbrida e na guerra de quarta geração. Nesse sentido, o conflito ocorre como uma materialização de estratégias presente na *Dominação do Espectro Total*, pois se desenvolve em todos os espectros da guerra na contemporaneidade, são eles: as esferas econômicas, políticas, diplomáticas, midiáticas, informacionais, psicológicas e militares. Cabe observar que o conflito ocorre como uma ofensiva ao processo histórico desencadeado pela Revolução Bolivariana (1999), enquanto resultado de interesses imperialistas de potências centrais sobre territórios da periferia e semiperiferia do Sistema Internacional. Por meio do conflito não convencional se objetiva a troca de regime do governo de Nicolás Maduro Moros, e para isso, sob tal cenário, a presente pesquisa indaga as estratégias de defesa do Estado Bolivariano e da população civil, suas limitações e contradições. Para o debate da defesa para conflitos não convencionais contemporâneos, são utilizados conceitos teóricos referentes a guerra irregular, guerra assimétrica, guerra prolongada e guerra de resistência. A pesquisa é desenvolvida a partir do método materialista histórico dialético, com uma abordagem qualitativa por meio da análise de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias correspondem a entrevistas feitas durante uma pesquisa de campo, por meio das entrevistas são trazidas perspectivas de sujeitos locais frente ao conflito, o que possibilita a interpretação do objeto de pesquisa desde o nível micro ao macro.

Palavras-chave: Imperialismo, Conflito não convencional, Defesa, Petróleo, Venezuela.

ABREU, Beatriz dos Santos. **O Conflito Não Convencional na Venezuela e as Estratégias de Defesa do Estado Bolivariano.** Trabalho de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMÉN

La siguiente investigación hace una interpretación del escenario de profundización de la crisis en Venezuela entre los años 2013 y 2021. Este escenario se analiza como un conflicto no convencional, que ocurre a partir de la combinación de características presentes en la guerra híbrida y la guerra de cuarta generación. En este sentido, el conflicto es comprendido como la materialización de estrategias presentes en la *Dominación de Espectro Completo*, que se desarrolla en todos los espectros de la guerra contemporánea, a saber: la esfera económica, política, diplomática, mediática, informativa, psicológica y militar. Cabe señalar que el conflicto es un reflejo de una ofensiva al proceso histórico desencadenado por la Revolución Bolivariana (1999), como resultado de los intereses imperialistas de las potencias centrales sobre territorios de la periferia y semiperiferia del Sistema Internacional. A través del conflicto no convencional, el objetivo es cambiar el régimen del gobierno de Nicolás Maduro Moros, y para ello, bajo tal escenario, la presente investigación indaga las estrategias de defensa del Estado Bolivariano y de la población civil, sus limitaciones y contradicciones. Para el debate de defensa de los conflictos no convencionales contemporáneos se utilizan conceptos teóricos referentes a guerra irregular, guerra asimétrica, guerra prolongada y guerra de resistencia. La investigación se desarrolla desde el método materialista histórico-dialéctico, con un enfoque cualitativo a través del análisis de fuentes primarias y secundarias. Las fuentes primarias corresponden a entrevistas realizadas durante una investigación de campo, a través de estas se traen perspectivas de sujetos locales frente al conflicto, lo que permite la interpretación del objeto de investigación desde el nivel micro al macro.

Palabras clave: Imperialismo, Conflicto No convencional, Defensa, Petróleo, Venezuela.

ABREU, Beatriz dos Santos. **O Conflito Não Convencional na Venezuela e as Estratégias de Defesa do Estado Bolivariano.** Trabalho de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2022.

ABSTRACT

The following research aims to interpret the scenario of deepening crisis in Venezuela between the years 2013 and 2021. This scenario is analyzed as an unconventional conflict, which takes place from the combination of characteristics present in hybrid warfare and fourth generation war. In this sense, the conflict happens as a materialization of strategies present in *Full Spectrum Dominance*, that is develops in all spectrums of contemporary warfare, namely: the economic, political, diplomatic, mediatic, informational, psychological and military spheres. It is worth noting that the conflict also happens as an offensive to the historical process triggered by the Bolivarian Revolution (1999), as a result of imperialist interests of central powers over territories on the periphery and semiperiphery of the International System. Through the unconventional conflict, the objective is change the regime of the government of Nicolás Maduro Moros, and for that, under such scenario, the present research seeks to investigate the defense strategies of the Bolivarian State and spheres of civilian population, their limitations and contradictions. For the defense debate for contemporary unconventional conflicts, theoretical concepts are used, like irregular warfare, asymmetric warfare, prolonged warfare and resistance warfare. The research is developed from the dialectical historical materialist method, with a qualitative approach through the analysis of primary and secondary sources. The primary sources correspond to interviews made during a field research, through the interviews are brought perspectives of local subjects facing the conflict, which allows the interpretation of the research object from the micro to the macro level.

Keywords: Imperialism, Unconventional conflict, Defense, Oil, Venezuela.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLAP – Comitês Locais de Abastecimento e Produção

CIA – Agência Central de Inteligência

COIN – Contrainsurgência

CTV – Central de Trabajadores de Venezuela

DH – Direitos Humanos

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

EUA – Estados Unidos da América

FAES – Forças de Ações Especiais

FANB – Força Armada Nacional Bolivariana

FEDECAMARAS - Federación de Camaras y Asociaciones de Comercio y Produccion de Venezuela

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSC – Future Combat System

GL – Grupo de Lima

GNB – Guarda Nacional Bolivariana

NED – Fundação Nacional para a Democracia

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Atlântico Norte

PDVSA – Petroleiros de Venezuela

TIAR – Tratado Internacional de Assistência Recíproca

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

ZEE – Zonas Econômicas Especiais

LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS

Gráfico 01 – A parcela dos gastos militares mundiais países com maiores gastos de 2021	61
Gráfico 02 – As 5 maiores reservas mundiais de petróleo	80
Gráfico 03 – Exportações de petróleo da Venezuela para os EUA e China	100
Gráfico 04 – Índice de Pobreza e Pobreza extrema na Venezuela	111

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Rota marítima de exportação de petróleo Venezuela-EUA: Mar do Caribe e Golfo do México.	78
Mapa 02 – Faixa Petrolífera de Orinoco e Bacia de Maracaibo	79

LISTA DE MAPAS MENTAIS

Mapa mental – Competição na guerra híbrida	35
Mapa mental – Cap. 01: Definições e causas do conflito não convencional na Venezuela	74
Mapa mental – Cap. 02: O conflito não convencional na Venezuela	117
Mapa mental – Fundamento Guerra de Resistência	122
Mapa mental – Entrevista 1: Revolução Bolivariana	138
Mapa mental – Entrevista 1.1: Dimensões da Guerra não convencional	140
Mapa mental – Entrevista 1.2: A defesa do Estado Bolivariano	141
Mapa mental – Entrevista 2: A crise econômica e política na Venezuela	143
Mapa mental – Entrevista 2.1: Projetos Anti-Oligarquia	144
Mapa mental – Entrevista 3: Revolução e Guerra na Venezuela	146
Mapa mental – Entrevista 4: A guerra econômica na Venezuela	147
Mapa mental – Entrevista 4.1: Rentismo Petrolero	148
Mapa mental – Entrevista 4.2: Revolução em disputa	149
Mapa mental – Entrevista 5: Poder Popular	149
Mapa mental – Entrevista 5.1: A guerra na Venezuela	150
Mapa mental – Entrevista 6: Guerra na Venezuela	151
Mapa mental – Entrevista 6.1: Processo de libertação da Venezuela	152
Mapa mental – Entrevista 7: O Estado Comunal	153
Mapa mental – Entrevista 7.1: Contexto de Crise na Venezuela	154
Mapa mental – Cap. 03: Estratégias de defesa do Estado Bolivariano frente ao conflito	155

SUMÁRIO

Introdução	11
Epistemologia e Metodologia da Pesquisa	16
Capítulo 1 - As variações conceituais e as causas do Conflito Não Convencional na Venezuela	22
1.1. Definições de Guerra e Conflito	23
1.2. Guerra Não Convencional	26
1.2.1. Guerra de Quarta Geração	30
1.2.2. Guerra Híbrida	34
1.2.3. Guerra Irregular	40
1.2.4. Guerra Assimétrica	44
1.2.5. Síntese dos tipos de guerra não convencional para o caso da Venezuela	48
1.2.6. A defesa para as guerras não convencionais	52
1.3. As causas do conflito na Venezuela sob uma perspectiva sistêmica	55
1.3.1 A Dominação do Espectro Total	68
1.4. Conclusões do capítulo	72
Capítulo 2 – O Conflito Não-Convencional na Venezuela	75
2.1. A Venezuela e a geopolítica do petróleo	76
2.1.2. O Petróleo como a matriz econômica da Venezuela	81
2.1.3. O rentismo petrolero e a dependência estrutural	88
2.2. O governo de Nicolás Maduro durante o conflito, suas especificidades e contradições	93
2.2.1. Sanções Econômicas	101
2.2.2. O Cerco Político Diplomático contra a Venezuela	103
2.2.3. As contradições no discurso de defesa dos Direitos Humanos	106
2.2.4. Desdobramentos do conflito não-convencional	110
2.3. Tentativas de troca de regime	112
2.3.1. Agentes proxy	114
2.4. Conclusões do capítulo	115
Capítulo 3 – A Guerra Irregular como Estratégia de Defesa frente ao Conflito Não Convencional	118
3.1. Diretrizes de Defesa do Estado Bolivariano	119
3.1.2. A guerra popular prolongada e a guerra de resistência	123
3.2. Perspectivas acerca dos processos históricos e sociais da Venezuela	131
3.2.1. Perspectiva da autora: Diário de campo	131
3.2.2. Perspectiva dos sujeitos locais: Síntese dos relatos	137
3.3. Considerações Finais	156
Referências Bibliográficas	159
Apêndice I - Roteiro das Entrevistas	172
Apêndice II – Entrevista com Miliciana	173
Apêndice III – Entrevista com Jornalista	182
Apêndice IV – Entrevista com Jornalista 2	187
Apêndice V – Entrevista com Professor	191
Apêndice VI – Entrevista com Artista	196
Apêndice VII – Entrevista com Vocero	198
Apêndice VIII – Entrevista com Líder Comunal	200

Se Estados Unidos [...] decidiera invadir, bueno, ahí si la tenemos feo, tristemente feo. Se van a encontrar con un Vietnam. No les va a ser fácil [...] Te vas a salir como Vietnam, uno debajo de cada piedra. No vas poder aceptar agua porque vamos a envenenar. No vas a poder aceptar que te acerque una mamá con su hijo en el brazo porque va a explotar (Miliciana entrevistada em Caracas, 2018).

Introdução

Inicialmente, a pesquisa revela mediante um exercício argumentativo uma realidade objetiva, onde a Venezuela passa por uma situação de conflito. Tal conflito se dá pela ocorrência de agressões indiretas contra o país que podem ser exemplificadas através de: (1) uma série de sanções econômicas contra o país; (2) restrições políticas; (3) repetidas tentativas de golpes de Estado e (4) a crescente influência das esferas midiáticas e psicológicas. Nesse conflito, se enfrentam o governo de Nicolás Maduro e a base chavista composta por parte significativa da população civil, que estão contra grupos compostos pelas elites venezuelanas, esferas da oposição ao governo de Maduro, e os agentes *proxy* em conjunto com agentes externos (Estados Unidos). Aqui, vale notar que no cenário internacional, atravessamos um período de transição hegemônica, onde a Venezuela corresponde a um espaço de disputa por influência política e econômica de grandes potências (EUA, Rússia e China) dentro de uma disputa por fortalecimento ou manutenção de poderes.

O objetivo do conflito não convencional é a troca de regime da Venezuela, enquanto que para o governo de Maduro e a base que o apoia, os objetivos são voltados a superação desse cenário de conflito, assim como a manutenção e consolidação do Estado Bolivariano. Tal argumento é baseado em uma interpretação teórica, histórica e empírica feita a partir da presente pesquisa.

Considerando esse cenário, que será descrito ao longo do texto, o objeto de estudo da pesquisa é o conflito que ocorre na Venezuela, dentro do período de 2013 e 2021, período relativo ao governo de Nicolás Maduro antes da pandemia.

Através da conceitualização e análise de conflitos contemporâneos, a presente dissertação tem como objetivo geral indagar as causas, as consequências e as possibilidades de defesa da Venezuela frente ao conflito que se desenvolve no país entre 2013 e 2021.

Já os objetivos específicos da dissertação são: 1) caracterizar o conflito que ocorre na Venezuela; 2) Analisar as percepções de sujeitos locais frente ao conflito, trazendo perspectivas singulares para a interpretação da totalidade do conflito; e 3) Indagar a estratégia defensiva do atual governo frente ao conflito não convencional e suas limitações.

A partir da análise do conflito não convencional na Venezuela, a justificativa da pesquisa é pautada em três eixos centrais: a importância do tema para os estudos das Relações Internacionais, para a pesquisadora que a escreve e para a UNILA (Universidade Federal da

Integração Latino-Americana). Através destes eixos, busca-se demonstrar a relevância do tema, assim como a atualidade deste para o desenvolvimento da pesquisa.

Quanto a importância do tema para as Relações Internacionais, percebe-se que há a necessidade de se aprofundar os estudos voltados para os conflitos contemporâneos, especificamente acerca das questões relacionadas à defesa. Em outras palavras, o pensamento estratégico de defesa precisa se adaptar às novas formas de se fazer a guerra, tais formas podem ser exemplificadas em ofensivas híbridas, não convencionais e de quarta geração, que ocorrem em esferas políticas, psicológicas, midiáticas, ideológicas, econômicas, financeiras e em última instância, militares. No caso da Venezuela em específico, o conflito ocorre como consequência de interesses externos sobre o território, interesses geopolíticos despertados em função de recursos naturais, o que reforça a necessidade da construção de um pensamento estratégico defensivo que viabilize a autonomia do país sobre seus recursos geoestratégicos.

A importância do tema para a pesquisadora está na defesa do novo projeto de Estado proposto pela Revolução Bolivariana (1999). O estudo é motivado pelo pensamento que sugere a ocorrência da guerra como consequência de uma luta contra-hegemônica iniciada na Venezuela pelo processo revolucionário em 1999, e por isso, o que está em disputa no conflito não convencional não são somente os recursos energéticos tão abundantes no país, mas também, a disputa política pelo poder do Estado da Venezuela. Nesse sentido, o aprofundamento da guerra pode impedir que o projeto bolivariano para o Estado se concretize a médio e longo prazo. Por esse motivo, ressalta-se a necessidade de se discutir o caso da Venezuela, assim como em se pensar formas que garantam a concretização das propostas bolivarianas no país e na América Latina como um todo.

Já para a UNILA, a importância do tema está relacionada com a produção de pensamento crítico latino-americano sobre a América Latina. O conflito na Venezuela tem impactado vários países de seu entorno, e a possibilidade do desdobramento de uma guerra militar, regular e convencional afetaria de forma negativa todo o continente, o que demonstra a necessidade de se pensar alternativas a tal realidade. O pensamento latino-americano, produzido pela Unila nesse caso, deve servir para a construção de vias que possibilitem a autonomia dos países latino-americanos sobre suas próprias riquezas tangíveis e intangíveis. Portanto, por meio da presente pesquisa, busca-se através de aportes científicos, empíricos e teóricos, contribuir para a construção do pensamento crítico latino-americano voltado ao estudo de defesa para conflitos não convencionais contemporâneos.

Então, o problema a ser respondido com o desenvolvimento da pesquisa é: Que tipo de conflito ocorre na Venezuela?

A hipótese da pesquisa é pautada na percepção de que o conflito da Venezuela ocorre de forma múltipla, caracterizado como não convencional, híbrido ou de quarta geração. O desenvolvimento desses tipos de conflitos está para além de uma manifestação puramente militar, convencional ou regular. Tais conflagrações podem se dar nas esferas econômica, midiática e psicológica, assim como por meio da combinação de métodos regulares e irregulares. São conflitos mais fluídos que os convencionais, com uma maior diversidade de frentes de disputa.

Para a análise da perspectiva de sujeitos sociais no conflito, no desenvolvimento da pesquisa foram feitas algumas entrevistas em campo, a fim de trazer ao leitor exemplos empíricos de como ocorre o conflito. Ao total foram feitas sete entrevistas com cerca de cinco perguntas cada. As entrevistas foram previamente estruturadas e foram gravadas em agosto de 2018 na capital da Venezuela, em Caracas. Os entrevistados eram sujeitos sociais envolvidos direta ou indiretamente no conflito. Entre eles, havia uma miliciana, uma líder comunal, um professor, dois jornalistas, uma artista e um *vocero*¹. Na época, todos estavam envolvidos politicamente com movimentos sociais ou demais esferas de organização política.

No desenvolvimento da pesquisa, as técnicas utilizadas serão de revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, que se dará por meio da interpretação de entrevistas, textos históricos, documentais, jornalísticos e da análise de teses e artigos científicos. Ademais, a presente pesquisa de dissertação será feita em três capítulos.

No primeiro capítulo, busca-se conceitualizar as possíveis interpretações para o conflito da Venezuela e suas causas. Para isso, serão abordados os conceitos relacionados a alguns tipos guerras e de conflitos, que são os conceitos de guerra não convencional, híbrida e de quarta geração. Além desses, para o debate da defesa frente ao conflito não convencional, serão trabalhados os conceitos de guerra irregular e assimétrica. Para a interpretação das causas do conflito sob uma perspectiva sistêmica, serão trabalhadas a Teoria da Dependência e a categoria de imperialismo para a perspectiva marxista, e sua relação com os conflitos contemporâneos no terceiro mundo, que ocorrem em função de disputas geopolíticas sobre

1- Vocero é a pessoa eleita na Assembleia de Cidadãos e Cidadãos, para cada comitê de trabalho, de reconhecida solvência moral, trabalho comunitário, capacidade de trabalho coletivo, espírito unitário e compromisso com os interesses da comunidade, a fim de coordenar tudo relacionado ao funcionamento do Conselho Comunal, a implementação de suas decisões e a comunicação das mesmas perante as instâncias correspondentes. (Ley de los Consejos Comunales; Asamblea Nacional n° 434, 2006).

determinados territórios. Acerca das intervenções imperialistas ocasionadas por parte dos EUA, observa-se estas têm sofrido modificações, especificamente a partir da nova doutrina militar dos EUA, a Dominação do Espectro Total, tema que será debatido no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, será feita uma análise histórica e documental do conflito não convencional que ocorre na Venezuela. Para isso, os desdobramentos do conflito serão contextualizados historicamente e em seguida, serão analisadas as características econômicas que constituem o Estado como rentista petrolífero e dependente. Além disso, serão observadas as políticas internas e externas do governo de Nicolás Maduro, para a análise das ações coercitivas contra a Venezuela. Nesta seção serão abordadas as sanções econômicas e as questões que respaldam tais medidas internacionalmente, que em primeira instância são voltados para a defesa dos direitos humanos, mas, na prática, buscam facilitar a troca de regime no país. A partir disso, serão abordados o cerco político e diplomático, as tentativas de golpe de Estado e os agentes *proxy* envolvidos no conflito, para finalmente, abordar as consequências do conflito venezuelano.

No terceiro e último capítulo, serão analisadas as diretrizes de defesa do Estado Bolivariano e suas bases teóricas e práticas, cujas estratégias são voltadas a formação de milícias irregulares. Nesse sentido, serão trabalhados os conceitos de guerra popular prolongada e de guerra de resistência. Por último, serão trazidas algumas perspectivas acerca do conflito, a perspectiva da autora, que será apresentada por meio de um diário de campo, escrito durante a pesquisa de campo. Posteriormente, serão trazidos algumas das perspectivas de sujeitos locais, a partir da síntese de entrevistas feitas na pesquisa de campo com sujeitos envolvidos no conflito. De antemão, os entrevistados na época da pesquisa de campo moravam em Caracas e estavam politicamente envolvidos no conflito em curso. A partir da análise de entrevistas feitas em 2018, em Caracas, busca-se analisar o conflito sob a perspectiva dos sujeitos locais e em como o conflito impacta diretamente a vida dos mesmos. Para a compreensão da realidade venezuelana, serão abordados alguns apontamentos de atores sociais e locais da Venezuela. Por meio da junção entre uma interpretação empírica, teórica e bibliográfica, busca-se trazer elementos que contribuem para uma análise crítica da guerra não convencional contemporânea na Venezuela.

As pessoas que participaram das entrevistas foram diversas, algumas trabalhavam por meio da disseminação de informação, outros na construção de coletivos políticos e em

movimentos sociais, desde os Conselhos Comunais² até a Milícia Bolivariana³. Contudo, o que todas essas pessoas tinham em comum era o fato de trabalharem politicamente em coletivos organizados e se considerarem chavistas. Por meio das entrevistas, depreende-se que os sujeitos eram conscientes de sua atuação enquanto sujeitos históricos e trabalhavam para tal seja nos coletivos organizados dos seus bairros ou em outras esferas do Poder Popular.

Desde já, é importante mencionar que todos os atores entrevistados na época, eram atores que compunham uma posição política determinada do conflito. O fato das entrevistas não abarcarem atores de outras posições políticas dentro das esferas do conflito demonstra as limitações da pesquisa. Durante a pesquisa de campo, não houve a possibilidade de acessar aos atores de oposição ao governo e ao chavismo, contudo, uma pesquisa específica sobre os setores da oposição presentes no território, assim como a participação direta de agentes externos sobre o território neste do conflito pode ser feita de forma mais aprofundada em outros estudos futuramente.

De forma geral, o que se pretende no terceiro capítulo é indagar as possibilidades de defesa tanto do Estado, quando de esferas da população civil atingida pelo conflito. Sob um conflito não convencional, a elaboração do pensamento defensivo necessita perpassar por todas as esferas e modalidades onde se materializa tal conflito contemporâneo. Os sujeitos entrevistados, suas práticas e perspectivas, trazem uma base para a compreensão da política do Estado, especificamente ao que tange a política de defesa do país.

2 - Os conselhos comunais são espaços que foram construídos com o objetivo de garantir a efetivação da participação popular e da democracia participativa. O texto Constitucional de 1999 estimula que as massas participem ativamente na política social e do processo decisório do Estado Bolivariano. Os conselhos, a partir de 2006, materializam a um nível local o desenvolvimento territorial dos bairros, fomentando participação das camadas populares e dos sujeitos locais do território através do estímulo a esses atores nas políticas públicas. Já as Comunas são a junção de vários conselhos comunais. Por meio da Comuna há a unificação das forças comunais e a consolidação do Poder Popular (ABREU, B., 2019).

3 - As Milícias Bolivarianas funcionam como um complemento a Força Nacional Bolivariana na defesa do território da Venezuela. A missão da Milícia é “treinar, preparar e organizar o povo venezuelano para a defesa integral da nação com o fim de complementar o nível de prontidão operacional da Força Armada Nacional Bolivariana” (CÍCERO, 2015, p. 211 Apud ABREU, B., 2019). Ademais, por meio da União cívico-militar, as milícias “unem o exército ao povo, fazendo com que o mesmo que antes defendia os interesses do Estado, passe a defender o povo. As milícias funcionam através do recrutamento de civis dispostos a defender em armas a Revolução Bolivariana” (ABREU, 2019, p. 55). As Milícias Bolivarianas foram criadas em resposta ao atual cenário de conflito na Venezuela. Como tática de defesa do projeto de Estado bolivariano, e com o objetivo de defender o processo revolucionário, a soberania da Venezuela e o próprio povo dentro de seu território, são instâncias de participação voluntária da sociedade civil a um treinamento de caráter e de táticas militares (Idem).

EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA

O método a ser utilizado na pesquisa será o materialista histórico dialético, uma vez que se busca interpretar a realidade material do objeto de estudo, assim como as contradições presentes no processo histórico abordado. Para o materialismo histórico dialético, os sistemas concretos sob os quais se apresenta a matéria não são criações subjetivas. Eles existem objetivamente. São organizações que respondem a certos princípios que revelam integrações, unidades, etc (TRIVIÑOS, 1987, p. 59).

Em outras palavras, tal método em Marx parte de uma análise concreta de objetos e situações concretas. Assim, o conhecimento teórico parte da existência real do objeto de estudo, onde se busca os condicionamentos e dinâmicas do mesmo, que no caso, é independente das aspirações de quem pesquisa. Nesse sentido, é importante frisar que no método, Marx nos explicita que por meio da relação entre o pesquisador e o objeto, pode-se extrair as determinações do objeto. Nesse sentido, cabe interpretar a importância do sujeito na dinâmica do próprio objeto, assim como na elaboração de um conhecimento objetivo sobre o mesmo. De acordo com José Paulo Neto:

Para Marx, o objeto da pesquisa [...] tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável-, é apreender a *essência* (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto (NETO, 2011, p. 21).

Assim, com o avanço da pesquisa, determinações concretas do objeto de estudo são descobertas, e é pela síntese das determinações que se tem a interpretação do concreto em sua totalidade. E a totalidade por sua vez, é algo dinâmico e contraditório (NETO, 2011). Assim, através do materialismo histórico dialético, por meio da interpretação dos processos históricos, se estuda o objeto de pesquisa, estrutura e contradições que o compreendem, na busca pela essência do objeto. Segundo o professor José Paulo Neto:

Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (NETO, 2011, p. 18).

Dessa forma, no materialismo histórico dialético, há a busca pela essência do objeto, que se dá por meio da interpretação de sua estrutura e de sua dinâmica. Portanto, parte-se, do

concreto, do real, da aparência do objetivo para e na busca da essência deste. Segundo Marx "tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas" (MARX, 1968, p. 16). Para José Paulo Neto:

Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se "pelo real e pelo concreto", que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. Este foi o caminho ou, se se quiser, o método (NETO, 2011, p. 42).

Logo, a partir da interpretação real e objetiva do objeto, de forma progressiva, em função do avanço da análise em si, chega-se a abstrações e conceitos referentes ao objeto. Nesse processo também são interpretadas as contradições do objeto, que quando superadas, conduzem a formação de novas contradições (NETO, 2011). Assim, o movimento dialético está na interpretação das determinações que compõem o objeto de estudo, e que por ele também são compostas, assim como também corresponde a interpretação das contradições existentes e na superação dessas contradições. O processo de negação, portanto, é indispensável para se compreender a dialética, uma vez que os processos históricos se realizam por meio da negação, e posteriormente, mediante a práxis, da realização e criação (VÁZQUEZ, 2011).

A práxis, portanto, se faz presente na produção do conhecimento, na criação. Para Caio Prado Júnior, o pensamento dirige a atividade do sujeito, e as ações e as atividades desempenhadas pelo mesmo condicionam seus pensamentos, que elaboram o conhecimento. Este, por sua vez, orienta o pensamento (JÚNIOR, 1952). Nesse sentido, é por meio da práxis que existe a possibilidade da construção de consciência por parte do sujeito.

Ademais, no método em Marx, a práxis se mostra como um fator chave não só na construção do conhecimento e da consciência em si, mas também para a transformação da própria realidade enquanto tal. Por meio de um trabalho consciente, que ocorre por meio da práxis, o homem, o ser social, é capaz de construir a sua própria história, alcançando, mediante um processo histórico, a sua essência (VÁZQUEZ, 2011).

A essência do homem é relacionada com o trabalho que este desempenha, dentro de sua capacidade de criar e refletir sobre sua criação, se reconhecendo no produto criado. Contudo, na atual sociedade em que estamos inseridos, o trabalho é condicionado pela atual dinâmica dos meios de produção, e por esse motivo atualmente, o trabalho feito pelo homem

ou mulher é um trabalho alienado, alheio a essência do sujeito. Assim, historicamente, a essência do homem nunca se deu de forma efetiva e real (VÁSQUEZ, 2011, 408-420).

Por meio de um processo dialético de negação dessa realidade alienante, o indivíduo através da práxis, pode realizar novas relações de trabalho capazes fazê-lo encontrar a essência em sua existência, e assim desempenhar um trabalho consciente, onde pode criar a si mesmo (VÁSQUEZ, 2001, pg. 228). De acordo com Vázquez, a práxis corresponde “aquilo pelo qual o homem se produz e mantém propriamente como tal” (p. 411). Ademais, a práxis se dá como atividade que se objetiva materialmente como resultado de uma atividade consciente (VÁSQUEZ, 2001, pg. 408-420).

Dentro do debate da práxis, cabe salientar a capacidade desta prática em ocasionar transformações da estrutura da sociedade, no sentido de práxis política e revolucionária. Nesse processo, que se dá também enquanto luta de classes pelo poder, é indispensável a ação, vinculada a teoria, de sujeitos sociais dentro de um processo histórico revolucionário. Sujeitos sociais com consciência política e histórica (VÁSQUEZ, 2011, p. 232, 233).

Além disso, é importante frisar que existem leis fundamentais que compõem a dialética enquanto método, sendo elas: a lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa, a lei da interpretação dos contrários e a lei da negação da negação (TRIVIÑOS, 1987). Ademais, além dessas leis fundamentais, também existe a lei da ação recíproca, que corresponde a um conjunto de processos interligados entre si. Tais processos não são analisados isoladamente, mas pela dialética, são analisados a partir da totalidade, do meio em que se encontram e das possíveis condicionantes do tempo e espaço (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 100-101). De acordo com Engels (1979, p. 214), a dialética é:

Grande ideia fundamental segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, na aparência estável, do mesmo modo que os seus reflexos intelectuais no nosso cérebro, as ideias, passam por uma mudança ininterrupta de devir e decadência, em que, finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje (ENGELS, 1979, p. 214).

Dessa forma, para lei da ação recíproca, os processos em análise nunca estão acabados, mas em constante movimento e transformação. Por isso, o fim de um processo, fenômeno ou objeto, significa o início de outro. Já a lei de transformação da quantidade em qualidade, por sua vez, compreende a mudança qualitativa não como casualidade, mas como resultado de uma série de mudanças quantitativas, transformando assim a quantidade em

qualidade. Assim sendo, as mudanças qualitativas, vistas como rápidas e súbitas, são o resultado gradual da acumulação de mudanças quantitativas (ENGELS, 2003, p. 103-104).

A lei da interpretação dos contrários analisa a contradição dos fenômenos e dos objetos de estudo, pois, para a dialética todos os processos e objetos possuem um lado positivo e um lado negativo, um passado e um futuro. Logo, as contradições são interpretadas como internas e inovadoras a partir da unidade dos contrários, onde no processo de desenvolvimento convergem mudanças quantitativas em mudanças qualitativas (ENGELS, 2003, p. 104-106).

A lei da negação da negação corresponde a transformação dos objetos e dos processos a partir das contradições. Através da superação das contradições, há o desenvolvimento dos processos por meio da transformação dos mesmos. A dialética parte inicialmente da tese, uma proposição positiva que ao negar-se se transforma no seu oposto. Seu oposto corresponde à antítese, que por sua vez, também é negada, dando resultado a síntese, uma proposição positiva superior enquanto superação da tese e da antítese (ENGELS, 2003, p. 102).

Por meio do método materialista histórico dialético serão interpretadas as principais características do objeto de estudo e suas as contradições enquanto tal, assim como as relações entre o antigo e o novo no que compreende o processo político, econômico, social e histórico em análise. Para as Relações Internacionais em específico, parte-se da perspectiva de que o sistema internacional corresponde a uma estrutura concreta e dinâmica baseada na realidade e/ou materialidade dos processos históricos e, por isso, o materialismo histórico dialético é imprescindível para sua análise.

Por hora, é importante mencionar que serão utilizadas teorias marxistas para a interpretação e definição do objeto de estudo. O marxismo está no método para a interpretação das causas do conflito e nas definições que abarcam a compreensão da guerra, dos conflitos, e da defesa para esses conflitos.

Além da revisão bibliográfica e análise de dados também serão utilizadas entrevistas sobre o conflito que foram feitas com sujeitos que viviam no território e campo de estudo, onde ocorre o fenômeno analisado. As entrevistas são provenientes de uma coleta de dados feita durante uma pesquisa de campo na capital da Venezuela, Caracas, em agosto de 2018. Tal pesquisa ocorreu através de uma investigação empírica, que seu deu por meio da formulação do problema de pesquisa. Através da pesquisa de campo busca-se trazer aportes

para se pensar a história do processo sociopolítico venezuelano desde as perspectivas de sujeitos locais, atuantes enquanto sujeitos sociais e conscientes do conflito que se desenvolve, assim como os possíveis desdobramentos do mesmo. De forma geral, por meio das singularidades presente nas falas do sujeito, serão trazidos elementos para a compreensão da totalidade.

A pesquisa, portanto, tem um caráter documental, no sentido de registrar o processo histórico que se desenvolve na Venezuela. Os documentos que correspondem as fontes primárias são as entrevistas, que não tiveram intermediação entre o objeto de estudo e a pesquisadora. A interpretação das entrevistas ocorrerá mediante um processo de sistematização e síntese dos conteúdos presentes na fala dos sujeitos. Além disso, busca-se fazer uma interpretação das entrevistas a partir da construção de categorias e subcategorias elaboradas das falas dos sujeitos.

Assim, durante a pesquisa de campo, com objetivo de documentar o processo histórico, entrevistas foram gravadas e estas serão usadas como fontes primárias para o estudo do conflito não convencional que ocorre na Venezuela. As entrevistas que são utilizadas no trabalho foram feitas com indivíduos que na época viviam na cidade e estavam envolvidos direta ou indiretamente no processo político em questão. É importante frisar que os nomes verdadeiros dos entrevistados não serão expostos, pois a exposição de seus nomes verdadeiros poderia colocá-los em risco ou até mesmo interferir na segurança dos mesmos. Assim sendo, serão adotados codinomes para representá-los.

As entrevistas foram previamente estruturadas, contudo as respostas são muito diferentes umas das outras. Estas foram transcritas, e passaram por um processo de sistematização e síntese. Neste ínterim, vale ressaltar a importância de uma análise crítica das entrevistas e das fontes primárias como um todo. Ademais, durante o processo de sistematização dos dados é importante ter em mente que:

No se busca entender las “conductas” ni cuantificar comportamientos u opiniones; trata de entrar en el mundo de la interpretación, entendimiento, significación, racionalización, experiencia y reflexión del mundo de la vida social, aplicando lo mismo: interpretación, entendimiento, significación, racionalización, experiencia y reflexión (BARRAGÁN, 2008, p. 187).

Para isso, enquanto estratégia metodológica de sistematização, esta será feita em quatro etapas: 1) Imersão nos materiais; 2) Redução de dados: codificação; 3) Redução dos

dados: codificação e reordenamento; 4) Análise e interpretação (BARRAGÁN, 2008, p. 183-185).

Ademais, é importante mencionar que a abordagem utilizada na investigação será de tipo qualitativo. “A investigação qualitativa é, portanto, entender o entender, interpretar o interpretar, refletir sobre o que também, mesmo que seja de maneira menos sistematizada, é tema da reflexão cotidiana dos atores” (BARRAGÁN, 2008, p. 93, tradução própria). Além disso, no processo de sistematização e codificação dentro da pesquisa qualitativa, é importante explicar minuciosamente quais foram os caminhos percorridos dentro de todo o processo. Para tal, será incluído na dissertação um diário de campo a fim de esclarecer como se fez e o que se fez para chegar aos resultados da análise.

A análise e interpretação das entrevistas trará conteúdos com capacidade de auxiliar a compreensão do conflito não-convencional, pois, por meio delas serão trazidas as perspectivas dos sujeitos locais que têm suas vidas diretamente atingidas em menor ou maior grau pelo processo histórico, social e político em questão.

De forma prática, a análise das entrevistas será feita através da organização e fragmentação de seu conteúdo, segmentando a fala dos entrevistados em unidade de significação e separando determinados elementos como palavras-chave, para um procedimento minucioso de interpretação de cada uma dessas unidades, e formação de categorias e subcategorias de análise (DUARTE, 2004). A partir da delimitação de temas centrais para análise, com o objetivo de tornar a interpretação mais precisa e específica em relação ao objeto de pesquisa, serão debatidos os temas presentes nas falas dos entrevistados (DUARTE, 2004). Os temas e categorias de análise, serão analisados de forma cruzada com referências teórico/conceituais e com outros dados e informações coletadas a partir da revisão bibliográfica.

Assim sendo, a pesquisa será desenvolvida a partir do método materialista histórico dialético, com uma abordagem qualitativa, cujas técnicas são voltadas a análise de fontes primárias e secundárias. As fontes secundárias são referentes a livros, teses e artigos científicos, assim como textos documentais e jornalísticos que abordam o tema da pesquisa. E as fontes primárias são referentes a documentos oficiais do Estado da Venezuela e ao conteúdo presente nas entrevistas feitas durante a pesquisa de campo. A pesquisa também terá um caráter documental, uma vez que as entrevistas são registros históricos acerca do conflito na Venezuela.

CAPÍTULO 1 – AS VARIAÇÕES CONCEITUAIS E AS CAUSAS DO CONFLITO NÃO CONVENCIONAL NA VENEZUELA

O primeiro capítulo é um capítulo teórico, onde serão trabalhados conceitos que servirão para a compreensão do conflito Venezuelano, suas causas e possibilidades de defesa da nação sul-americana. Para tal, o capítulo é dividido em três partes, uma primeira parte que diferencia teoricamente as guerras dos conflitos, uma segunda que traz as definições do que é o conflito não convencional, suas variações e possibilidades de defesa e a última que traz interpretações das causas do conflito na Venezuela.

Nos últimos anos (2013-2021), o país passa por um conflito que é causado pela lógica imperialista que objetiva a acumulação de recursos presente no território venezuelano. Dentro desta lógica, os Estados Unidos por meio da estratégia de Dominação do Espectro Total atuam na Venezuela e em função dessas estratégias ofensivas, o conflito é caracterizado como não convencional a partir da combinação de características presentes na guerra híbrida e na guerra de quarta geração, ambas correspondem a perspectivas acerca da guerra contemporânea.

Assim, para a interpretação do caso da Venezuela, será utilizado enquanto conceito chave a definição de guerra não convencional, que diz respeito a um conflito que busca derrubar um poder ou um governo através de operações de forma clandestina, apoderando-se de uma infraestrutura política, militar e social já existente. Em muitos casos, a guerra não convencional tem como objetivo a troca de regime do estado-alvo (KORYBKO, 2018, p. 71).

De forma geral, observa-se que os conflitos não convencionais têm adquirido novas características quando comparados aos conflitos convencionais, através da incorporação de aspectos que estão além dos conflitos regulares e unicamente militares.

Após a definição de tais conceitos, serão trazidos alguns apontamentos teóricos voltados a defesa para tais tipos de conflito, que são voltados para o que se entende como guerra irregular e guerra assimétrica. As táticas presentes nestes tipos de guerra não são novas, muito pelo contrário, sempre estiveram presentes na história dos conflitos. De início, vale dizer que a defesa para o conflito não convencional na Venezuela é centrada no povo, em sua preparação e conscientização para a defesa do território.

Em seguida, serão debatidas as causas do conflito na Venezuela. A fim de contextualizar a Venezuela no sistema internacional, parte-se inicialmente de uma análise sistêmica para a interpretação de tais causas, ocasionadas por práticas imperialistas contra o

país. Para isso, será definida a categoria de imperialismo para a teoria marxista, visando a compreensão do contexto estrutural do capitalismo contemporâneo no qual o país está inserido. Desde já, é importante frisar que o imperialismo por si só não explica a amplitude do conflito venezuelano, mas o contextualiza no cenário internacional e nos traz uma perspectiva sistêmica das causas do conflito. Além disso, para decifrar o cenário no qual a Venezuela está inserida, será analisada a conjuntura venezuelana a partir da teoria da Dependência.

Assim sendo, a partir do contexto referente a geopolítica do imperialismo e das ingerências externas no país, será abordada a nova estratégia estadunidense de Dominação do Espectro Total como uma ação específica dos EUA, enquanto materialização prática do imperialismo. A Dominação do Espectro Total é uma nova doutrina militar dos EUA implementada pelo Pentágono desde 2001. Essa doutrina é responsável por alterar de forma significativa a participação dos Estados Unidos nos conflitos recentes, pois a partir dela é que se tem priorizado obter o domínio total nas esferas das Forças Armadas convencionais, das armas nucleares, da retórica de direitos humanos e outras normas, da geopolítica, do espaço, e dos meios de comunicação (KORYBKO, 2005, p. 38).

Nesse sentido, a guerra não convencional na Venezuela se dá como resultado de estratégia da Dominação do Espectro Total. A partir da compreensão dessa nova doutrina, analisaremos a relação do conflito não convencional da Venezuela com a Dominação do Espectro Total. Assim sendo, existem três eixos chave para a compreensão do tipo de conflito e das causas que o geram na Venezuela: 1) O conflito possui características de uma guerra não convencional, onde tais características correspondem a atributos presentes nas guerras híbridas, e de quarta geração, interpretações que se complementam no caso da Venezuela; 2) A partir da análise teórica que se segue, as guerras irregular e assimétrica se mostram como uma possibilidade de defesa frente ao conflito não convencional, e 3) Os objetivos do conflito são voltados para a acumulação de recursos presentes no território venezuelano, e as causas do conflito partem de uma lógica imperialista, que se materializa pela estratégia de Dominação do Espectro Total.

1.1. Definições de guerras e conflitos

A evolução e a transformação do mundo ao longo da história se fez através de guerras, cuja prática, tática e conceitos têm evoluindo com o passar do tempo. Esta evolução e

importância da guerra é muito bem resumida pelo livro de Joseph Cummins (2012), *As maiores Guerras da História: os conflitos épicos que delinearão o Mundo Moderno*. Começando com as guerras entre Gregos e persas, e indo até o conflito da União Soviética contra Afeganistão, Cummins afirma que:

Cada uma das 25 maiores guerras da história teve extraordinária importância, para melhor ou para pior na transformação do mundo neste lugar em que vivemos hoje e por isso, existe uma razão para um livro como as maiores Guerras da história: é a de lembrar-nos de que somos feitos de fogo e sangue, e moldados mais pelos conflitos do que pela paz (CUMMINS, 2012, p. 04).

O trabalho do autor mostra a presença da guerra na história humana e consequentemente no Sistema Internacional, mas também sugere a antiguidade de seus conceitos e táticas. A definição de guerra clássica é encontrada no pensamento de Clausewitz (1832), onde se compreende que a guerra em si é a continuação da política por outros meios, envolvendo unicamente os estados-nações como atores. A guerra é um fenômeno presente nas sociedades e civilizações humanas e em sua definição clássica, envolve as forças armadas dos Estados. A partir disso, é importante que se entenda as diferenças entre o que se entende enquanto guerra e o que se entende como conflito, suas diferenças e similitudes.

O pensamento marxista, por exemplo, parte da ideia de conflito ou das contradições dentro das sociedades desiguais, onde a luta de classes, dada através do conflito é o motor da história (IZAGUIRRE, 2009). Marx, ao analisar a sociedade moderna, interpreta o conflito como consequência das relações desiguais entre as classes. De acordo com o pensamento marxista, as desigualdades, assim como a luta de classes tem seu fundamento na propriedade privada. Nesse sentido, é a propriedade privada fundamenta a distribuição de poder desigual na sociedade, onde uma classe tendencialmente possui mais poder que a outra. Para Marx, na modernidade há, portanto, um conflito contínuo entre a classe burguesa e a classe proletária (MARX; ENGELS, 1965). A luta de classes, portanto, se dá como materialização das contradições entre as classes, no que corresponde a dominação de uma sobre a outra. A luta de classes ocorre pela desigual distribuição de poder na sociedade, o que resulta em um constante conflito de disputa entre as classes. Assim, os conflitos, as guerras e a violência se dão como resultado e consequência da luta de classes.

Nesse contexto, é importante trazer a debate o papel da violência no desenvolvimento histórico, enquanto instrumento transformador da atual sociedade. Na prática revolucionárias, por exemplo, a violência é um elemento presente no sentido de ocorrer como resposta a uma

violência sistêmica dentro da lógica da propriedade e das assimetrias de poder que advém dessa lógica. Aqui, cabe observar que a práxis revolucionária é levada a cabo por sujeitos sociais conscientes. Nesse caso, os revolucionários utilizam da violência para a formação de novas relações sociais. Assim, na violência presente na práxis revolucionárias, há a possibilidade de destruição de uma ordem social e posterior criação de uma nova estrutura social. A partir disso, interpreta-se que a práxis e violência se acompanham no sentido de que o homem, mediante um trabalho consciente é capaz de criar e transformar a realidade e a si mesmo. (VÁZQUEZ, 2011). Segundo o Sánchez Vázquez, “A violência está tão vinculada a toda a produção ou criação históricas, que não faltou quem visse nela a própria força motriz do desenvolvimento histórico” (2011, pg. 377).

Portanto, em processos revolucionários, que objetivam grandes mudanças sociais e transformações estruturais relacionadas distribuições de poder na sociedade, a violência é um elemento presente, pois nesses processos, há a recusa da classe dominante a sua perda de poder, e por isso utiliza da violência e de seus aparatos para garanti-lo, que dependendo do caso, é a própria força policial do estado. Engels especificamente no livro *Anti-Duhring*, teoriza sobre a violência na sociedade. Segundo o autor, a violência é um fator fundamental para a formação da propriedade privada e portanto, uma condição para proveitos econômicos. Nesse sentido, defende a ideia de que a violência é condicionada por fatores econômicos, especificamente no relacionado a meios materiais para a manutenção de situações políticas. Em outras palavras, quem tem maior capacidade econômica e portanto, maiores possibilidades para a obtenção de armamentos possui maiores poderes, e em contrapartida, aqueles que não possuem condições econômicas são condicionados a situações de opressão (ENGELS, 1974).

O argumento do autor está centrado no domínio do homem sobre a natureza e partir disso, do homem sobre o homem. Engels parte de uma análise histórica, onde a composição do latifúndio e a própria acumulação originária não teriam sido sucedidas se não houvessem a expropriação de terras de camponeses e o trabalho escravo. Assim, a formação de grandes propriedades ocorreu mediante a exploração de um indivíduo sobre outro. Portanto, as condições econômicas de uma classe são determinadas por atos de violência sobre outra classe (ENGELS, 1974). A partir da análise histórica, o autor interpreta antagonismos existentes entre classes, como por exemplo, a divisão do trabalho, onde o trabalho físico é direcionado a uma parcela da sociedade, enquanto o trabalho intelectual, artístico, de

comércio e até da própria administração do Estado é direcionado a uma classe com maiores privilégios econômicos, estruturados sobre uma lógica de violência (ENGELS, 1974).

Dessa forma, a violência ocorre em serviço das classes dominantes, para a manutenção de sua situação econômica. Entretanto, é importante frisar que o autor interpreta a violência enquanto um fator indispensável para processos revolucionários, uma vez que pode ser utilizado como meio para acabar com a atual lógica de exploração (ENGELS, 1974). Além dessa perspectiva, o conceito de conflito pode ser compreendido como consequência da busca de objetivos incompatíveis por grupos diferentes, o que demonstra a oposição de interesses ou valores, assim como pela disputa de poder, recursos ou status em alguns casos. Nos conflitos, o principal objetivo é neutralizar ou prejudicar o oponente.

A seguir, serão trabalhados em um primeiro momento, conceitos que correspondem as guerras contemporâneas, como a guerra não convencional, híbrida, e de quarta geração. De forma geral, são perspectivas distintas que trabalham os conflitos e as guerras que não se enquadram nos padrões tradicionais e convencionais de se fazer a guerra. Posteriormente, serão trabalhados os conceitos de guerra irregular e assimétrica, conceitos que existem desde as guerras antigas. Em ambos conceitos, dos mais antigos aos mais atuais, parte-se da perspectiva que os conflitos e as guerras em maior ou menor escala se dão como resultado da luta de classes, seja ela a um nível local ou internacional.

Para a interpretação do caso da Venezuela especificamente, tais abordagens são complementares. Em outras palavras, o conflito venezuelano é de modalidade não convencional, com características híbridas e de quarta geração, onde a defesa, como veremos a seguir, pode ser pensada a partir de estratégias presentes nas guerras irregulares e assimétricas. Para a compreensão desses tipos de conflito, a seguir, serão utilizadas as obras de Korybyko, Visacro, Fridman, Lind e demais autores.

1.2. Guerra Não Convencional

A guerra convencional se assimila com a guerra clássica e regular, onde a vitória é definida pela destruição das forças militares do oponente, sua derrota ou dominação, a fim de torná-lo politicamente incapaz e militarmente impotente (MORA, 2012). Já nas guerras não convencionais se busca atingir as vulnerabilidades econômicas, políticas, militares e psicológicas de um poder ou Estado através da instrumentalização de forças não estatais para

que se cumpram determinados objetivos estratégicos. Nessas guerras, se busca deslegitimar o adversário moralmente, para por meio disso minar gradativamente seu poder exercido sobre a população. Dessa maneira, os objetivos da guerra não convencional são voltados para o esforço de influenciar psicologicamente a população para que esta se posicione contra o inimigo em questão.

As táticas não convencionais sempre estiveram presentes na história da guerra irregular, conceito a ser tratado posteriormente. No século XX, por exemplo, durante guerras de libertação nacional no terceiro mundo, as táticas não convencionais podem ser observadas a partir das guerras de baixa intensidade, que são caracterizadas por serem conflitos militares e políticos, que se dão por meio da combinação de ações não convencionais, para o alcance de objetivos sociais, econômicos, políticos e até psicológicos. Esse tipo de conflito é relacionado com a ação de grupos insurgentes.

Cabe observar que a partir da década de 1960, as guerras de baixa intensidade se materializaram no terceiro mundo como resultado da doutrina de contrainsurgência (RIVAS, 2018). Para Marini, nessa década a contrainsurgência na América Latina se deu como resultado da aliança entre burguesias locais monopolistas de países da latino-americanos, com a burguesia imperialista norte-americana (MARINI, 1978).

Contudo, cabe observar que a doutrina de Contrainsurgência (COIN) na América Latina, tem seu início durante as guerras de independência frente ao jugo colonial no século XIX. Já em 1960, durante a Guerra Fria, a COIN era voltada ao combate da influência socialista e comunista no continente, e desde essa época a doutrina de Contrainsurgência estava atrelada a conflitos de baixa intensidade⁴, o que foi potencializado pela guerra do Afeganistão, em 2001 e Iraque, em 2003.

Sob o contexto de guerra ao terror, a partir dos anos 2000 houve um processo de revitalização das doutrinas de COIN por parte dos EUA (RIVAS, 2018). No ano de 2006 especificamente, foi publicado pelas forças armadas dos EUA o Manual Americano do Exército e da Marinha sobre a Contrainsurgência (*US Army and Marine Counterinsurgency Field Manual*). Segundo o manual, a COIN corresponde “ações militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e cívicas empregadas pelo governo para derrotar a insurgência” (RIVAS, 2018, p.64).

4 Como veremos posteriormente, a guerra de baixa intensidade se assemelha com a guerra irregular.

Em outras palavras, a COIN busca desarticular o que se entende como movimentos ou forças insurgentes. Tais forças correspondem a lutas políticas organizadas, sejam elas armadas ou não, que buscam debilitar o poder do governo de um estado, para a posterior ocupação deste. Segundo o manual sobre contrainsurgência, a insurgência tem como centro de gravidade a população, onde o inimigo se camufla e se difunde (RIVAS, 2018). Por vezes, movimentos revolucionários são considerados como insurgentes, e por isso, são alvos da doutrina de COIN, onde são assimilados elementos da doutrina fascista. Segundo Marini:

A contrainsurgência, em uma perspectiva similar à do fascismo, vê o oponente como um inimigo que não somente deve ser derrotado como também aniquilado, destruído, o que implica ver a luta de classes como guerra e, portanto, leva à adoção de táticas e métodos militares de luta (MARINI, 1978, np)

A partir disso, pode-se depreender que a Doutrina de Contrainsurgência é um dos tipos de combate não convencional, onde são combinados métodos que estão além da disputa unicamente militar.

Acerca dos novos métodos utilizados nas guerras contemporâneas, observa-se que desde a Guerra do Golfo (1991) especificamente, há cada vez mais tecnologia empregada nas guerras, assim como se observa uma maior diversificação de atores envolvidos. Após a invasão do Kuwait, por exemplo, as guerras começaram a ser televisionadas e transmitidas à população civil, fato que demonstra a crescente influência da mídia nos conflitos subsequentes. Em outras palavras, a partir da guerra do Golfo, as guerras começaram a ser televisionadas e portanto, as esferas midiáticas começaram a influenciar de forma significativa o desenvolvimento dos conflitos. Nesse sentido, ao analisar os conflitos contemporâneos e não convencionais, observa-se que estes são acompanhados por fortes aparatos midiáticos e psicológicos.

A guerra como nós a conhecíamos, descrita em termos gloriosos e dominantes, até a conclusão do recente conflito, marcando um ápice na história militar, deixou de ser considerada um dos mais importantes eventos no cenário mundial, e passou a ter a importância de um ator secundário. [...] A questão é que as forças multinacionais lideradas pelos Estados Unidos, operando na região desértica do Kuwait, marcaram o fim de um período, inaugurando, assim, uma nova era. [...] Tudo isso ainda é indeterminado. A única conclusão certa é a de que, a partir de agora, a guerra não será mais como sempre foi. [...] A guerra, que se submeteu às mudanças da moderna tecnologia e do sistema de mercado, será desencadeada de formas ainda mais atípicas. Em outras palavras, enquanto presenciemos uma relativa redução na violência militar, estamos evidenciando, definitivamente, um aumento na violência política, econômica e tecnológica (LIANG; XIANGSUI, 1999, p. 4-6 Apud VISACRO, 2020).

Nas guerras não convencionais, o Estado não é o único e principal ator envolvido, outros atores como Organizações Internacionais e até grupos militares não vinculados ao Estado podem compor o cenário do conflito. Desse modo, as guerras contemporâneas não convencionais são mais fluídas e descentralizadas do que as guerras do século passado. Atualmente, quando analisamos as guerras recentes como, por exemplo, a guerra na Síria, na Líbia e na Venezuela, podemos interpretá-las a partir deste conceito, onde foram e ainda são utilizadas táticas para a troca de regime a partir do fomento de um cenário de desestabilização e conflito. De acordo com Departamento do Exército dos Estados Unidos:

La Guerra No Convencional es el conjunto de actividades dirigidas a posibilitar el desarrollo de un movimiento de resistencia o la insurgencia, para coaccionar, alterar o derrocar a un gobierno, o a tomar el poder mediante el empleo de una fuerza de guerrilla, auxiliar y clandestina, en un territorio enemigo (EMDE, 2010, np).

Nas guerras não convencionais, não há a necessidade de declaração aberta de guerra, invasão territorial e enfrentamento bélico direto, pois estas ocorrem por vias econômicas, midiáticas, psicológicas e morais, com uma crescente participação da população civil e de agentes não estatais. Tais agentes em alguns casos possuem um caráter paramilitar e recebem assistência direta de atores externos, interessados no desenvolvimento do conflito e na desestabilização do Estado-alvo. A participação destes grupos não estatais e paramilitares financiados por grupos externos, caracterizam o conflito não convencional como uma *guerra proxy*.

Na guerra por procuração, um terceiro ator intervém indiretamente para de forma estratégica, influenciar o resultado em favor do lado que apoia ou que recebe financiamento direto. A partir disso, o que ocorre é um processo de engajamento indireto, onde em muitos casos o ator A contrata procuradores para que ajam no território do ator B, para que se conduzam ações subversivas em seu nome. Desse modo, se observa que em muitos casos ocorre um apoio indireto as forças de oposição do Estado-alvo, onde por meio dos *proxies* e da desestabilização causada por estes, ocorra a troca de regime (MUMFORD, 2013).

Como consequência da atuação recorrente dos grupos *proxies*, é observado um processo de privatização da guerra, por meio da crescente formação e participação de companhias militares privadas, onde a guerra cibernética é utilizada como estratégia por estes grupos privados. As guerras recentes do Iraque (2003-2011) e do Afeganistão (2001-2021), por exemplo, revelam o aumento do uso por parte dos governos ocidentais desse setor privado em específico (MUMFORD, 2013), pois a guerra não convencional por procuração pode ser

uma alternativa de menor custo e menor dano para as forças armadas dos Estados quando comparadas as guerras convencionais e regulares.

A guerra não convencional acrescenta um elemento de medo contínuo à equação, que trabalha como um multiplicador de força para exacerbar o efeito caótico da operação de desestabilização para troca de regime (KORYBKO, 2018, p. 42). Para a troca de regime, a guerra não convencional ocorre de forma indireta por meio dos *proxies*. Nesse sentido, as guerras não convencionais são amplamente relacionadas com as guerras híbridas, conceito a ser tratado posteriormente no desenvolvimento deste capítulo.

A partir disso, pode-se compreender que as táticas não convencionais são aquelas que estão além da capacidade bélica, e seus atores estão para além dos limites do Estado. Nas guerras não convencionais, as táticas são voltadas a ações psicológicas, midiáticas, econômicas e militares, visando atingir indiretamente os objetivos do conflito em questão. Pois, a partir da desestabilização do Estado e deslegitimação de seu governo, busca-se efetivar a troca de regime. Assim, quando o inimigo é algum Estado, por meio desse processo de deslegitimação, se tem como objetivo final a troca de regime do Estado-alvo sem a necessidade de uma invasão territorial direta (PERMUY, 2020). A seguir, serão debatidos conceitos que podem ser usados para a compreensão de conflitos não convencionais contemporâneos, que são a guerra de quarta geração e a guerra híbrida.

1.2.1 Guerra de quarta Geração

A guerra de quarta geração é um termo utilizado pela academia estadunidense para uma interpretação do que foi a atuação da Rússia nos conflitos da Crimeia (2014). Entretanto, a academia Russa parte de uma outra interpretação do conceito de guerra de quarta geração, e utiliza o conceito de guerra de quinta geração para analisar esses tipos de conflito (TEIXEIRA JR., 2018).

As gerações da guerra correspondem a transformações táticas se deram com o passar do tempo. Nesta sessão, tais transformações serão analisadas e para isso, serão explanadas as características dos conflitos de primeira, segunda, terceira, até a quarta geração, que é o foco deste subcapítulo.

Nas guerras de primeira geração os principais e únicos atores são os Estados e são os objetivos políticos são aqueles que predominam sobre o conflito. Na primeira geração não há

muita tecnologia empregada sobre os armamentos e aparatos bélicos no geral, são os conflitos pré-industriais. Nesses conflitos, existe o combate corpo-a-corpo entre os soldados e exércitos, como as táticas das falanges gregas, por exemplo. Pode-se observar que os conflitos de primeira geração eram aqueles desde o Egito Antigo, a Roma Antiga, as guerras gregas até a Idade Média e as guerras napoleônicas. Nessa geração, o campo de batalha é linear e, portanto, definido no espaço (LIND, 2015).

As guerras de segunda geração são aquelas que aconteceram após a Revolução Industrial, a partir do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, especificamente. São conflitos caracterizados pela utilização de armas de alma raiada, aquelas onde o carregamento é feito pela culatra, um avanço tecnológico da indústria bélica ocorrido no período. A partir do uso de armas de alma raiada tem-se um tiro com maior precisão dentro do combate em linha. As táticas dos conflitos de segunda geração são as trincheiras e artilharia indireta. São guerras de atrito, que seguem padrões no planejamento e na execução, com o propósito de concentrar o máximo de poder relativo no combate sobre o inimigo para destruí-lo (VISACRO, 2011; PINHEIRO, 2007; SILVA, 2018).

Já na guerra de terceira geração, observa-se uma quebra a lógica da linha de combate acompanhado de um retorno a mobilidade no desenrolar do conflito. Nos conflitos de terceira geração, há uma motorização da guerra em si, com a incorporação massiva do uso de aviões, tanques e veículos de rádio. Foram as guerras que ocorrem a partir da Segunda Guerra Mundial, onde se observa o uso da tática de *Blitzkrieg* ou guerra relâmpago por parte do exército nazista. Nas táticas de *Blitzkrieg* ocorrem ataques rápidos e inesperados, com o objetivo de romper as linhas de defesa inimiga, levando as forças inimigas a rendição. Essa tática foi considerada uma grande inovação no campo militar na época, onde por meio uma rápida manobra há a possibilidade de desorganizar as frentes de defesa, uma tática que combinava métodos e doutrinas alemãs tradicionais somada a grande capacidade tecnológica da Alemanha no período (VISACRO, 2011; BEAL, 2017).

Já nas guerras da quarta geração, diferentemente das guerras dos séculos passados, o Estado não é mais o principal ator envolvido no conflito, fato que retira do próprio Estado o monopólio da violência sobre a guerra. Neste tipo de conflito, se observa uma multiplicidade de atores tanto estatais quanto não-estatais, onde o conflito pode se desenvolver de forma indireta e com alta tecnologia empregada (LIND, 2015).

Na guerra de quarta geração, atores não-estatais participam do conflito e táticas militares e não militares são empregadas no decorrer da disputa. Esse tipo de conflito ocorre em um cenário de crescente crise de legitimidade do Estado moderno, onde há uma desterritorialização dos conflitos e o enfraquecimento das fronteiras estatais como consequência do processo de globalização e neoliberalização econômica.

As guerras de quarta geração se caracterizam por serem mais fluidas, descentralizadas e assimétricas do que as guerras do século XX (KORYBKO, 2018, p. 26), e ocorrem nas esferas econômica, informacional e psicológica. Tais operações foram o *modus operandi* das Revoluções Coloridas ocorridas no Leste Europeu, cujo objetivo foi a deslegitimação, derrubada e ocupação da liderança do estado por agentes pró-ocidente.

Os conflitos de 4ª geração especificamente foram utilizados como continuidade de um processo de Revolução Colorida, que foram processos politicamente instrumentalizados por agentes externos com objetivo de troca de regime dos Estados alvo. Ainda, de acordo com Andrew Korybko, “as revoluções coloridas desorientam a polícia e as Forças Armadas porque suas manifestações são propositalmente estruturadas para parecer imprevisíveis, e as guerras não convencionais, por sua própria natureza, são dotadas dessa qualidade” (KORYBKO, 2018, p. 31). Em outras palavras, as Revoluções Coloridas são ferramentas de desestabilização da política interna de estados e ocorrem de forma indireta, sem a necessidade de invasão territorial ao Estado a ser atingido. O objetivo de tais conflitos é a troca de regimes políticos a partir do estímulo ao caos social e instabilidade política.

Nos conflitos de 4ª geração, o Estado e/ou ONG internacional que busca trocar o regime de algum outro país, exerce uma liderança velada somada a uma assistência militar discreta. Durante o conflito indireto, tais lideranças utilizam aliados locais em benefício próprio e fazem a guerra por meio de procuração, visando atingir objetivos estratégicos e geopolíticos no Estado-alvo. Para isso, treinam seus parceiros de forma velada para agirem especificamente de acordo com seus objetivos. Nesse contexto, se observa que ONG's são usadas como vanguarda no início das Revoluções Coloridas. Além disso, as Revoluções Coloridas são caracterizadas por ocorrerem a partir de protestos com táticas de ação direta, idealizadas por métodos de manifestação presente nos manuais de protesto não-violentos de Gene Sharp (SCHERER, 2015). Nos casos onde ocorreram tais processos, os objetivos finais consistiam na mudança de regime de governos que não se enquadravam nos padrões ocidentais de democracia liberal.

O pensamento de Gene Sharp, presente no livro *Da Ditadura a Democracia*, traz métodos de protestos por meio de ação direta não violenta. Tais ações visam a queda de governos autoritários a partir da retirada de apoio da população local. De acordo com o autor, para que ocorra a troca de regime não há a necessidade de um confronto violento. A troca de regime pode ocorrer meio de boicotes “pacíficos” construídos pela organização da população a fim de deslegitimar o governo em questão e sua posterior renúncia e/ou retirada (SHARP, 2015). A partir da interpretação da obra de Gene Sharp, pode-se argumentar que as Revoluções Coloridas não são movimentos espontâneos, mas estrategicamente pensados para atingir governos não alinhados com os interesses estratégicos dos EUA. Em determinados casos, tais processos, são inclusive capazes de justificar intervenções estrangeiras, fomentando cenários de instabilidade para a posterior troca de regime (CORDERMAN, 2014). Nas revoluções coloridas, por exemplo, uma grande massa de pessoas foi influenciada por meio da mídia a apoiar a subversão do sistema político e social de seus próprios países.

Dessa forma, observa-se uma evolução tática e estratégica dos conflitos até a quarta geração, onde em cada geração, o conflito transforma as capacidades de ação dos atores, assim como ocorre o aumento do uso de tecnologias incorporadas em âmbito militar. Ademais, existem mudanças significativas no que tange às estratégias militares, assim como na concepção do inimigo, nos armamentos, na seleção e preparação dos soldados até a própria logística de guerra. Nesses conflitos, as fronteiras entre guerra e paz são indefinidas, e os campos de batalha são imprecisos (SILVA, 2018). Outrossim, na guerra de quarta geração, o inimigo, em alguns casos, se mostra como um ator difuso, podendo se camuflar entre a população civil e os armamentos são mais tecnológicos com maior precisão. Tais variáveis são incorporadas na preparação dos soldados, assim como na logística da guerra como um todo (VISACRO, 2011; LIND, 2005).

Nesse sentido, observa-se que as novas tecnologias incorporadas no conflito são um reflexo da expansão técnico-científica até os meios militares, como o uso de drones e mísseis de alta precisão, por exemplo. Nos conflitos de quarta geração, há uma presença marcante das telecomunicações em geral, onde a mídia dentro da guerra pelas informações, influencia as decisões políticas e é capaz de ideologizar grupos sociais por um sentimento político previamente esquematizado, por esse motivo, o Estado perde o monopólio sobre a guerra. Assim sendo, observa-se que na guerra de quarta geração, para além das variáveis físicas, são incorporadas as variáveis mentais e morais (SILVA, 2018).

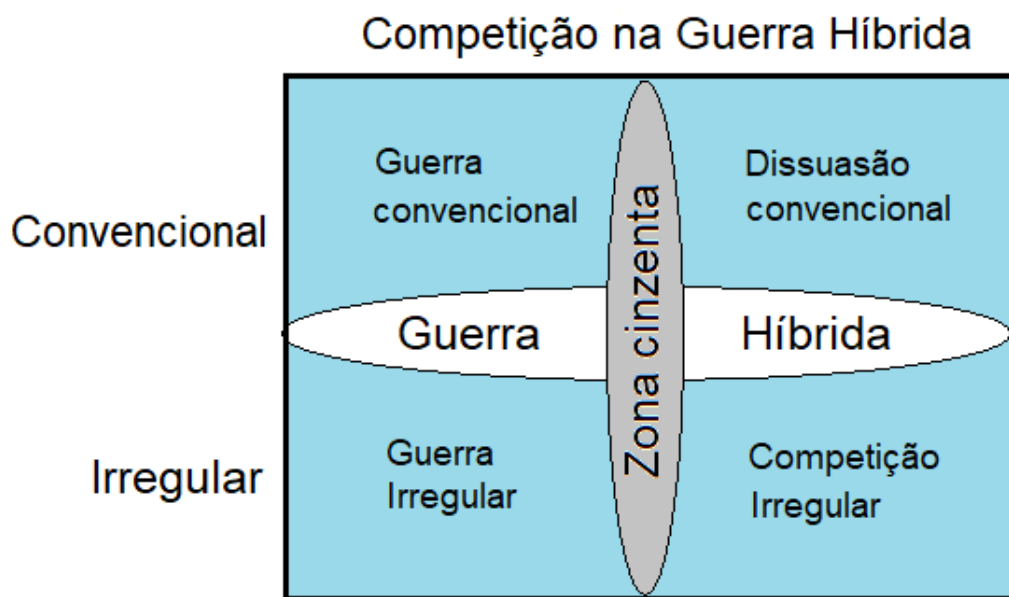
Então, a guerra de quarta geração corresponde basicamente a evolução das táticas de guerra com o passar o tempo, onde se observa uma diversificação dos atores envolvidos além do Estado, como ONG's e empresas privadas, por exemplo. Nesses tipos de conflitos há cada vez mais tecnologia empregada, e podem ocorrer em âmbitos econômicos, comunicacionais e psicológicos. As Revoluções Coloridas são exemplos práticos da materialização dessa geração de guerra, onde os objetivos estavam voltados a deslegitimação do governo de um Estado alvo para que ocorresse de forma velada e indireta, uma troca de regime. Dessa forma, tal conceito será utilizado para a análise do caso da Venezuela, especificamente no que tange ao emprego de alta tecnologia no conflito, a materialização de variáveis comunicacionais e psicológicos no conflito, cujo objetivo final é pautado na troca de regime.

1.2.2 Guerra Híbrida

Em determinadas guerras não convencionais o objetivo final consiste em promover um cenário de crise e caos sociopolítico a fim de deslegitimar o Estado-alvo tanto interna quanto externamente, liberando espaço para que forças aliadas ocupem a liderança do país atingido. A partir disso, busca-se viabilizar uma troca de regime (KORYBKO, 2018). No debate de guerras não convencionais, a guerra híbrida é um tipo de guerra interpretada como não convencional. Portanto, é um conceito que muito dialoga com essa nova forma indireta de se fazer a guerra (FERNANDES, 2016).

Observa-se que nas últimas décadas tais conflitos não convencionais, de caráter indireto tem sido um padrão nos conflitos promovidos pelos Estados Unidos. Este, por meio de sua política externa, tem combinado métodos militares e não militares na condução dos conflitos recentes. Em outras palavras, as elites políticas dos EUA utilizam da Guerra Híbrida para a manutenção do domínio do país na política internacional atual e futuramente (TSYGANKOV, 2015). Nestes tipos de guerra, há uma junção de ações não convencionais de guerra com ações convencionais, portanto, há uma ampla variedade de mecanismos utilizados. À vista disso, menciona-se que a Guerra Híbrida é uma estratégia desenvolvida na zona cinzenta existente tanto nas guerras regulares quanto irregulares, sob o contexto das operações militares do século XXI (FRIDMAN, 2017). É importante mencionar que a zona cinzenta é o limite entre as zonas de paz e as zonas de conflito. Teoricamente as zonas de paz são o inverso das zonas de conflito, assim são as zonas onde não há cenários conflituosos. A

zona cinzenta, por sua vez, é o espaço intermediário entre a zona de paz e a zona de conflito, e é na zona cinzenta que se trava a Guerra Híbrida. Na competição na guerra híbrida, especificamente são combinados métodos tanto irregulares como convencionais (ROBINSON, 2020).



Fonte: ROBINSON, 2020. Traduzido pela autora.

Para a compreensão dos elementos presentes no mapa mental, vale observar que a competição irregular, por exemplo, corresponde ao uso de métodos informais e não necessariamente militares, mas psicossociais, culturais e políticos. O que se mostra como o oposto da dissuasão convencional, uma prática que busca desarticular as forças militares do oponente, que por meio de uma natureza coercitiva, buscar desencorajar o inimigo frente a possíveis ameaças do mesmo (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021). Assim, a competição na guerra híbrida se dá como resultado da junção de métodos convencionais e irregulares. No que tange a guerra irregular, especificamente, está será trabalhada com maior profundidade no próximo tópico deste capítulo.

Além disso, cabe observar que o conceito de Guerra Híbrida não é um consenso entre a academia militar ocidental e russa. Ambos possuem perspectivas distintas para a interpretação deste tipo de conflito. Para os russos, essa guerra é interpretada a partir do conceito de *Gibridnaya Voyna*, que apesar de ser uma tradução literal de guerra híbrida, não possui o mesmo significado visto que, se refere a destruição de alvos militares, políticos e

econômicos sem a invasão do território inimigo. Para os russos, por exemplo, a análise desse tipo de conflito, assim com as suas práticas são voltadas para a atuação do Estado, enquanto um ator central. A *Gibridnaya Voyna*, portanto, é um conceito que envolve as esferas públicas do país (FRIDMAN, 2017, p. 43), que é pautado sobre um campo de batalha abstrato, em que as partes envolvidas no conflito objetivam destruir a coesão sociocultural dos inimigos ao defender a sua própria (DOURADO; LEITE; NOBRE, 2020).

Ademais, para a perspectiva russa, um dos componentes da Guerra Híbrida é compreendido como guerra de consciência, onde, além de ocorrer disputas políticas e ideológicas, ocorre uma disputa por narrativas (TSYGANKOV, 2015). Além disso, de acordo com Fridman (2017), o conceito russo de *Gibridnaya Voyna* se assemelha mais com a Guerra de Quarta Geração do que com a Guerra Híbrida propriamente dita.

Já para a academia ocidental, a Guerra Híbrida diz respeito tanto a atores estatais, quando sub-estatais e não-estatais. Para o pensamento ocidental, tal conceito foi criado para a análise da atuação da Rússia durante a crise da Criméia (2014), onde o Ocidente acusou a Rússia do uso desses métodos de guerra. Os oficiais militares russos, por sua vez, acusam o Ocidente de utilizar as estratégias desse tipo de guerra contra a Rússia e para a troca de regime em diversos países. Contudo, em ambas perspectivas se percebe que nos conflitos em questão, houve uma mudança na natureza da guerra, assim como a incorporação de novas tendências (DOURADO; LEITE; NOBRE, 2020).

Contudo, é importante ressaltar que para ambas as perspectivas, tanto ocidentais quanto russas, os conflitos armados contemporâneos passam por um momento de transformações qualitativas, onde são empregadas novas táticas e novos métodos, como ataques cibernéticos, guerra de informação, sabotagem política, pressão econômica, etc. Além disso, alguns pesquisadores consideram que na Guerra Híbrida são combinadas características de guerras assimétricas e irregulares (TSYGANKOV, 2015), temas que serão explicados com maior detalhe no desenvolvimento deste capítulo. Destaca-se que:

Uma guerra assimétrica ou irregular torna-se híbrida quando o centro de gravidade se desloca para a área de informação. A guerra híbrida atrai toda a população para o antagonismo e abrange todas as áreas do espaço da informação, incluindo a mídia impressa e eletrônica, a internet e os ciberataques, a organização de seminários, cursos de capacitação com palestras para apoiadores de movimentos de oposição, etc. Estende-se a todas as áreas da sociedade (TSYGANKOV, 2015, p. 06, tradução própria).

A Guerra Híbrida especificamente pode ser observada nas esferas políticas, econômicas, psicológicas e midiáticas. É compreendida como uma guerra não-convencional e ocorre com o objetivo de desestabilizar a política interna e externa do Estado-alvo, através da atuação da mídia, de embargos econômicos, ou do financiamento de agentes *proxy* no território do adversário, por exemplo. Seus objetivos são voltados a facilitar uma possível troca de regime. Para isso são utilizadas como meios técnicas de espionagem cibernética, assim como a influência política de grandes massas através dos meios de comunicação (KORYBYKO, 2018, p. 83-84).

Através da guerra híbrida, observa-se os acontecimentos entendidos como as Revoluções Coloridas no Leste Europeu, por exemplo, onde a população civil influenciada pelas redes sociais, formou um movimento de massas que foi capaz de trocar o regime e as lideranças internas de seus países. Como exemplo há o histórico da Iugoslávia (2000), Geórgia (2003), da Ucrânia (2004) e do Quirguistão (2005). Vale ressaltar que em todos esses países, observa-se um mesmo padrão de conflito civil em prol de uma troca de regime para a posterior instauração de uma democracia liberal. Em outras palavras, por meio da guerra híbrida, há a possibilidade de se desestabilizar política, social e economicamente os países-alvo, sem a necessidade de invasão territorial, onde o objetivo é a deslegitimação do poder do estado, a derrubada e a ocupação da liderança do mesmo. Ou seja, por meio de uma severa instabilidade social e política, observamos o desenvolvimento de uma troca de regime.

Nesses casos, a instabilidade empregada nestes tipos de conflitos, tem o objetivo de canalizar forças para um determinado fim estratégico. Como exemplo de Guerra Híbrida e da crescente influência das mídias sociais nos conflitos civis, como na Primavera Árabe, quando uma onda de manifestações varreu o Oriente Médio e o Norte da África a partir de 2011. As manifestações eram convocadas pelas redes sociais, e grande parte da massa popular foi influenciada por tais mídias. As reivindicações eram voltadas a redução da pobreza, do desemprego e pela instauração de democracias liberais nos países em questão. De forma resumida, as manifestações sociais ocorridas durante a Primavera Árabe representaram o início de um período histórico marcado por muita instabilidade política no Oriente Médio. Assim como ocorre no Oriente Médio, em função do controle das reservas de petróleo da Venezuela, as potências centrais fomentam conflitos e cenários de guerra para a partir de instauração do caos na política interna, utilizar do vácuo de poder consequente para garantir o poderio sobre os recursos energéticos.

Ademais, alguns dos conflitos que ocorreram na Primavera Árabe, no caso da Síria e Líbia, por exemplo, foram utilizadas estratégias presentes nas Revoluções Coloridas, como a utilização da batalha comunicacional e pelas tentativas de troca de regime. Nestes casos especificamente tais estratégias ocorreram de forma indireta e foram pensadas para garantir interesses externos em países periféricos com abundância em recursos energéticos (ABREU; MENEM; SILVA, 2021).

A guerra híbrida ocorre por meio de ataques indiretos para a desestabilização da política interna. O objetivo final é derrubar o governo do estado-alvo, usando táticas de quarta geração que correspondem a guerras psicológicas e midiáticas a fim de justificar a troca de regime para a opinião pública e internacional (SANCHÉZ, 2020). É um novo tipo de conflito que ocorreu na Líbia, por exemplo, quando o governo de Kadafi controlava as concessões de petróleo do Estado líbio e limitava o poderio ocidental sobre o território, e sobre as reservas petrolíferas. A partir do exemplo da Líbia, pode-se depreender que a guerra híbrida também é um tipo de conflito irrestrito, onde não existem limites para a derrubada e troca do regime, o que possibilita uma intervenção externa direta. Muitas vezes, como foi na Líbia, a intervenção militar direta é respaldada sobre um falso discurso de “responsabilidade de proteger”, como foi no caso da intervenção da OTAN no país, em 2011 (ABREU; MENEM; SILVA, 2021).

Vale ressaltar que dentro das guerras híbridas, a teoria do caos é uma das estratégias aplicadas nestes tipos de conflito. Tal teoria é desenvolvida por Steven Mann, no texto *“Chaos Theory and Strategic Thought”* (1992), construída sob um paradigma que interpreta o mundo como tendencialmente caótico, submetido por um sistema dinâmico e composto por diversos atores além do Estado, de acordo com o autor:

Cada ator em sistemas politicamente críticos possui energia de conflito, uma força ativa que instiga a mudança no status quo, contribuindo assim para a formação do estado crítico. Em nosso sistema internacional, essa energia deriva das motivações, valores e capacidades de atores específicos, sejam governos, movimentos políticos ou religiosos, ou indivíduos (MANN, 1992, p. 64).

De acordo com Mann, a suposta ordem sistêmica não passa de uma aparência, uma vez que inesperadas situações podem transformar radicalmente a natureza do sistema. Em outras palavras, para a teoria do caos, mesmo em um sistema aparentemente estabilizado, processos de transformações estão em constante desenvolvimento. Depreende-se que o caos depende de algumas variáveis iniciais, são elas: o formato inicial do sistema; a estrutura

subjacente do sistema; a coesão entre os atores e a energia dos atores individuais (KORYBKO, 2018).

O autor observa que tais variáveis podem ser notadas nos processos de revolução colorida e guerra não convencional. Assim sendo, “a incorporação de princípios caóticos nas guerras híbridas é um aspecto definidor da guerra de quarta geração” (KORYBKO, 2018, p. 33), onde o objetivo das revoluções coloridas, assim como das guerras híbridas é provocar um caos sistêmico, e conseqüentemente um vácuo de poder político no país-alvo, para a troca de regime.

Nesses cenários caóticos, a mídia e a propaganda são capazes de se tornar armas de guerra, capazes de ideologizar os indivíduos e legitimar uma possível intervenção externa, ou por outro lado, fomentar campanhas de informação que podem também servir para a conscientização e defesa dos atores. Dessa forma, o caos pode ser concebido como um elemento codificado, planejado, sendo o precursor da instauração de uma nova ordem.

Em grande parte dos casos, a guerra híbrida ocorre por meio de uma guerra indireta, Dois exemplos fatídicos de guerra híbrida são a Guerra na Síria (2011) e da Ucrânia (2014), conflitos que ocorrem por procuração, onde houve a instrumentalização de agentes *proxy*, atores insurgentes e/ou militarizados não ligados diretamente ao governo ou à força política agressora.

É importante trazer a debate que a guerra no século XXI se difere em muitos aspectos da guerra clássica ou convencional a qual estamos habituados. Os conflitos contemporâneos têm se tornado mais complexos e dinâmicos, com a presença de diversos atores que não são necessariamente o Estado. Ao comparar as táticas e estratégias dos conflitos contemporâneos com os conflitos dos séculos passados, nota-se que essas também foram modificadas. Tais modificações ocorrem pois há uma adaptação das novas táticas às relações sociais contemporâneas que são moldadas pelas tecnologias, mídias sociais e pela crescente diversificação de atores políticos ativos na sociedade.

Então, a Guerra Híbrida é um tipo de guerra não convencional que ocorre de forma indireta com o objetivo de desestabilização interna de um Estado-alvo, para a partir disso, se trocar o regime. Observa-se que na Guerra Híbrida, há o fomento do caos justamente para a desestabilização interna dos países-alvo. Tal conflito se dá por meio da combinação de métodos militares e não militares, e nesse tipo de conflito, não há a necessidade de invasão

territorial. As Revoluções Coloridas, nesses casos, correspondem a uma etapa da guerra híbrida, onde são utilizados mecanismos de guerra psicológica e comunicacional.

No desenvolvimento do texto, o conceito de guerra híbrida será utilizado para caracterização do conflito não convencional que ocorre no país venezuelano. A seguir, serão debatidas as possibilidades de defesa para os conflitos não convencional no geral.

1.2.3 Guerra Irregular

Segundo Alessandro Visacro (2009), a Guerra irregular é a forma mais antiga de se combater e, desde meados do século passado, a mais usual. Isto explica o uso da mesma nas guerras de resistência ao colonialismo, nas guerras de libertação nacional, nos conflitos durante a Guerra Fria e nos conflitos e guerras contemporâneas. A partir da observação dos conflitos irregulares, nota-se que o uso de táticas não convencionais é muito comum no desenvolvimento destes tipos de conflito.

A guerra irregular é todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional. Diferentemente da guerra regular, onde existem métodos específicos e lógicas preestabelecidas para o conflito, na guerra irregular não existem regras, mas sim, “a ausência de padrões rígidos que lhe permite adequar-se e moldar-se a ambientes políticos, sociais e militares diferenciados” (VISACRO, 2009, p. 222).

Historicamente, as guerras irregulares estão relacionadas com a guerra de guerrilhas, com a subversão, a sabotagem e terrorismo. No conflito irregular, ainda que os aspectos bélicos estejam presentes, não são os mais importantes, pois são os aspectos políticos, históricos, econômicos, culturais e psicossociais que moldam esse tipo de conflito. O combate na guerra irregular por vezes ocorre através de ataques surpresas seguidos de uma rápida retirada. Nesse sentido, na guerra irregular, as peculiaridades locais do ambiente são decisivas para o desenvolvimento da guerra em si.

Dentro do debate de guerra irregular, há o conceito de guerra de baixa intensidade, que corresponde a um confronto entre um exército e uma força não convencional, que variam desde a subversão ao uso de forças armadas, por meio da combinação de métodos convencionais e não convencionais. Muitos conflitos de baixa intensidade ocorrem em países do terceiro mundo, onde por vezes, foram utilizadas estratégias de guerra prolongada

(LARANGEIRA, 2015). A guerra de baixa intensidade, portanto, corresponde a uma forma de guerra irregular.

Ainda de acordo com Alessandro Visacro (2009, p. 13), guerra irregular é todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica internacional. De início, a guerra irregular é um conflito no qual não há a necessidade de declaração aberta por parte dos atores envolvidos. Neste tipo de guerra especificamente não há um campo de batalha delimitado no território, tampouco a existência de frentes de batalha e retaguarda como na guerra regular ou convencional. Por tais motivos, o conflito irregular por vezes não é reconhecido ou percebido. Como não existem frentes de batalha em seu sentido restritivo, nem tampouco uma declaração formal de guerra, o conflito irregular torna-se indefinido no tempo e espaço. Assim sendo, a guerra irregular é um tipo de conflito indefinido para padrões convencionais, e por isso pode ser entendido como um conflito informal e até mesmo imprevisível, em alguns casos.

Por não ser uma guerra que esteja dentro dos padrões convencionais e regulares, o conflito irregular não é submetido a nenhuma obrigação ou direito sobre a guerra. Não existem limites traçados ou normas para lidar com a guerra irregular, fato que ressalta a necessidade de se repensar a guerra nos fóruns internacionais que abarcam as esferas do direito internacional, pois, por não haver uma jurisprudência há um maior risco de violação de direitos humanos nesse cenário. Para Alessandro Visacro:

O cerne do problema, portanto, consiste em identificar quais são os elementos que compõem esse ambiente; as relações de causa e efeito existentes entre eles; a forma como se combinam, se potencializam ou se anulam; a verdadeira dimensão que possuem e as influências que realmente exercem sobre as alternativas de luta (VISACRO, 2009, p. 222).

Portanto, é possível observar que o conflito irregular é completamente distinto da guerra convencional e regular. No conflito regular, por exemplo, os objetivos das forças militares são voltados a conquista, ao controle territorial e a destruição das forças inimigas. Já na guerra irregular o eixo que determina a continuidade do conflito está no apoio da população. Pois, por meio do apoio e do envolvimento da população na guerra pode-se operacionalizar táticas de manobra, de inteligência, de logística, de comando, de controle, de mobilidade, de contramobilidade, de proteção, de apoio de fogo e inclusive de defesa antiaérea.

Em outras palavras, ao pensarmos nas possíveis táticas de defesa para uma guerra irregular é preciso se pensar em métodos que garantam o apoio da população, para tal, é necessário que se combine forças regulares e irregulares. Como, por exemplo, o investimento em propaganda, no trabalho de imprensa, em operações psicológicas, na preparação ideológica, assim como na assistência a população pela força que deseja seu apoio (seja o Estado ou outro ator não-estatal) (VISACRO, 2009, p. 239).

Para apoiar determinada força irregular a população precisa receber determinadas garantias sociais, ou pelo menos, vislumbrar tais garantias futuramente. Dessa forma, ao final do conflito irregular, o que se observa não são somente os ganhos nas esferas militares, mas sim, as vitórias políticas no geral. O desfecho da guerra irregular não é condicionado somente a ganhos militares, mas a ganhos totais na sociedade em que é travada.

Em sua obra, o autor Alessandro Visacro (2009, p. 263-264) busca padronizar a estrutura, a composição e a articulação das forças irregulares. De acordo com o autor, as forças irregulares possuem missões para serem executadas dentro do conflito, que são: assegurar o apoio da população, obter suprimentos, proporcionar segurança a sua vulnerável estrutura, ampliar sua capacidade militar, desgastar política e militarmente o inimigo, sobreviver e se expandir. É importante frisar que entre os tipos de guerras irregulares, há a guerra de resistência. Penso que para o contexto do conflito venezuelano, a guerra de resistência se uma mostra como uma opção na elaboração de táticas de defesa. Menciona-se que, para a guerra de resistência:

Trata-se do conflito armado conduzido por nacionais contra uma força de ocupação estrangeira. Tem por objetivo restabelecer as garantias de sobrevivência da população, a integridade territorial, a unidade política, a soberania e/ou a independência, total ou parcialmente comprometidas pela intervenção externa. (VISACRO, 2009, p. 223)

A guerra de resistência está relacionada com o tempo do conflito irregular, pois, diferentemente do conflito regular, as forças irregulares não precisam vencer a guerra completamente para obter a vitória, basta não se deixar vencer. Ou seja, caso as forças irregulares permaneçam em atividade, resistindo, sem serem vencidas totalmente pelas forças inimigas, até que esta se retire, já se pode falar em uma vitória para o caso. Nesse sentido, na guerra de resistência o tempo é um dos maiores aliados, pois por meio de uma estratégia prolongada pode-se viabilizar a resistência durante grandes períodos na tentativa de desgaste da força opositora até a sua retirada.

Em um contexto de guerra irregular, o objetivo então é neutralizar o poder de combate do oponente, os resultados esperados pelas forças irregulares encontram-se relacionados com vitórias psicológicas, políticas e estratégicas. Estas estão sempre relacionadas com os impactos sobre a população civil. As forças irregulares podem ser utilizadas como complemento das forças regulares do Estado, que são as forças militares convencionais. Quando bem utilizadas, as forças irregulares podem inclusive evitar que um conflito convencional ocorra, dissipando as capacidades do inimigo antes que o conflito convencional aconteça. Por esse motivo, patrocinar uma guerra irregular no território do inimigo por vezes se mostra menos custoso e menos arriscado quando comparada a uma guerra convencional, contudo, em alguns casos o conflito irregular pode evoluir e se transformar em uma guerra convencional (PINHEIRO, 2007).

Existem quatro fases na guerra irregular: a preparação, o combate subterrâneo, a transição para o combate aberto e o combate aberto. As ações na fase de preparação são voltadas para a conspiração política, a subversão, ao treinamento de quadros e a obtenção e estocagem de suprimentos, nesta fase as ações armadas ainda não ocorrem. As ações na fase do combate subterrâneo são voltadas ao emprego da violência sem caracterizar ações de combate, ao emprego da “propaganda armada”, a realização de incursões armadas, emboscadas, assassinatos, sequestros, atos de terrorismo e sabotagem. Na terceira fase que é a transição para o combate aberto, as forças irregulares passam a contar com o apoio parcial da população, como ações observa-se a aquisição da capacidade de realizar ataques sucessivos a contraposições inimigas. Na quarta fase, o combate aberto, é o momento em que ocorrem combates no estilo convencional de se fazer a guerra. Assim, na última fase, a guerra irregular se transforma então em um conflito armado (HEYDTE, 1990 Apud VISACRO, 2009, p. 259).

A guerra irregular pode ocorrer em um contexto de assimetria entre os atores envolvidos e caracterizar uma guerra assimétrica, tema a ser debatido no próximo tópico. Tal assimetria ocorre nas esferas bélicas, operacionais e no que tange as próprias atividades de inteligência. Segundo Alessandro Visacro (2009, p. 247), para se vencer um conflito irregular, deve-se considerar tais eixos como centrais: o apoio da população, assim como a legitimidade do Estado ou, dependendo do conflito, da força irregular envolvida. Contudo, há a necessidade de se pensar estrategicamente as esferas de inteligência, assim como a mídia e a opinião pública no geral. De acordo com o autor, “para desarticular as forças irregulares, é

necessário atender a dois pré-requisitos básicos: vencer a guerra de informação e conquistar o apoio da população” (VISACRO, 2009).

No conflito irregular, por exemplo, para se pensar a defesa é fundamental que se garanta o apoio da população civil no processo de disputa em questão, pois a participação de atores não-estatais e sub-estatais é cada vez mais presente nos conflitos não convencionais. Nesse sentido, as táticas da luta das forças irregulares devem se dar em todas as frentes de conflito, buscando respaldo e apoio por parte da população civil para a garantia da defesa do território e da própria população (VISACRO, 2009).

Então, a guerra irregular corresponde a uma antiga forma de combate, onde os aparatos bélicos não são os mais importantes. É uma guerra informal, que foge dos padrões militares convencionais, e não é um conflito que se desenrola a partir de uma declaração aberta de guerra. Nesse tipo de conflito especificamente, o apoio da população é tido como eixo determinante tanto na continuidade do conflito quanto na elaboração de estratégias de defesa.

A guerra irregular, assim como a de guerra assimétrica, são guerras cujas táticas e estratégias podem ser utilizadas para o pensamento de defesa para conflitos não convencionais. Para isso, a seguir será debatido o conceito de guerra assimétrica.

1.2.4 Guerra Assimétrica

A guerra assimétrica é um tipo de conflito onde há uma desproporcionalidade de poder, força e capacidade bélica entre os atores envolvidos, onde tanto atores estatais quanto não estatais compõem o conflito, com o enfrentamento de forças com diferentes graus de poder, onde são utilizadas táticas convencionais e não convencionais no decorrer dos combates. De acordo com a Doutrina Básica da Marinha do Brasil:

A guerra assimétrica é empregada, genericamente, por aquele que se encontra muito inferiorizado em meios de combate, em relação aos de seu oponente. A assimetria se refere ao desbalanceamento extremo de forças. Para o mais forte, a guerra assimétrica é traduzida como forma ilegítima de violência, especialmente quando voltada a danos civis. Para o mais fraco, é uma forma de combate (EMA-305, 2004 Apud BERMÚDEZ, 2006 p. 66).

Os conflitos assimétricos são caracterizados por uma grande desproporção de capacidade bélica, poder, influência, capacidade logística, recursos, tecnologia, número de soldados, etc. Assim, a guerra assimétrica é um tipo de conflito onde se nota uma clara

desproporção de forças entre os dois lados da guerra. Para Rodolfo Ortega Prado (2011, p. 21): “La Guerra Asimétrica es nueva denominación de los conflictos armados en los cuales se enfrentan fuerzas convencionales contra fuerzas irregulares inferiores en organización y potencial”.

Dentro do conflito assimétrico, geralmente o ator mais fraco do conflito busca atacar os pontos fracos do inimigo, que como já explanado é um ator com assimetria de forças. Como exemplos práticos deste tipo de conflito, houve a Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), a Revolução Chinesa (1949), a Revolução Cubana (1959), a Guerra do Vietnã (1959-1975), a atuação da Frente de Libertação Nacional durante a guerra pela Independência na Argélia (1954-1962), a Primeira Intifada (1987-1993) e a Segunda Intifada (2000-2005) palestinas, a atuação dos Mujahideen no Afeganistão, e a atuação das guerrilhas colombianas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia)⁵ e o ELN (Exército de Libertação Nacional), guerrilhas fundadas em 1964 e atuantes até os dias de hoje. De acordo com Visacro: “Após o fim da Segunda Guerra Mundial ocorreram mais de oitenta guerras de natureza assimétrica” (VISACRO, 2009, p. 07).

Como é possível atestar, as guerras assimétricas não são um fenômeno exclusivo do Século XXI, contudo, observa-se que neste século, há uma multiplicação desse tipo de guerra caracterizada pelo combate desigual. Vale ressaltar que essa modalidade de guerra tem se transformado com o passar do tempo por meio dos avanços tecnológicos, exemplificado pelas crescentes redes de comunicação e pelo crescente avanço da aeronáutica (BAJO, 2019).

Ademais, a partir desses exemplos, pode-se afirmar que na guerra assimétrica a superioridade bélica não determina o desfecho dos conflitos e que existem diversas esferas de atuação, como as esferas políticas, psicológicas e ideológicas, que estão além dos aspectos militares. A guerra assimétrica, por vezes, se mostra como uma contraofensiva a determinados movimentos de insurgência. Onde, o ator envolvido em desvantagem é difuso, por estar entre civis e por isso se camufla durante tempos imprecisos e prolongados. Assim sendo, a guerra assimétrica transpassa os preceitos de forças militares profissionais e regulares.

Na guerra assimétrica e de resistência, o objetivo das forças em desvantagem está em desgastar o inimigo através do tempo, exaurindo suas forças gradualmente. Ao não se deixar derrotar, o combatente inferior derrota o inimigo por meio do tempo, e por isso, impede a

⁵ Atualmente, as FARC, em função do processo de paz na Colômbia já não atuam mais como guerrilhas, mas como um partido político. Contudo, vale observar que ainda existem organizações guerrilheiras atuantes como dissidência das FARC.

vitória do oponente. Na guerra assimétrica, o tempo é empregado como uma arma estratégica (BAJO, 2019). Dessa forma, os objetivos desse tipo de conflito estão em desgastar e exaurir o inimigo com o passar do tempo.

É por este motivo que nas guerras assimétricas, é comum o uso de táticas de guerra prolongada, que consiste em uma estratégia política e militar pensada a longo prazo, com uma ativa participação civil e popular. As estratégias de guerra prolongada foram inicialmente teorizadas por Mao Tsé Tung, durante a guerra entre Sino-Japonesa (1937-1945), suas táticas eram voltadas a guerra de desgaste, evitando o combate decisivo com as forças oponentes, a fim de preservar os recursos materiais e humanos utilizados no conflito, já que atuavam em desvantagem quando comparados a capacidade bélica do Japão na época.

Assim sendo, a atuação do exército chinês no conflito era direcionado a pequenos combates ao longo de uma guerra prolongada. Na guerra prolongada, são utilizadas táticas nas esferas psicológicas, na tentativa de atingir um maior apoio ideológico da população (SOUZA, 2014). A guerra assimétrica é um dos tipos de conflito onde se materializa a guerra irregular, onde é evidente o desbalanceamento desproporcional entre as forças envolvidas. Nesse conflito, com o mínimo de força empregada se busca atingir um máximo efeito ao oponente. Por esse motivo, durante a guerra assimétrica, há um estado de alerta permanente, o que afeta a população local indiretamente, e também influencia possíveis decisões de governantes. Assim sendo, para a perspectiva do lado mais forte, a guerra assimétrica por vezes é considerada como uma forma ilegítima de violência. Já para os atores mais fracos, a guerra assimétrica é uma forma de combate, com objetivos táticos viáveis para se alcançar a vitória.

Diferentemente dos conflitos convencionais e regulares, a guerra assimétrica ocorre em um espaço ilimitado, onde não existem frentes de combate e, por isso, são guerras de mobilidade onde o poder de fogo é menos relevante que a própria mobilidade em si. De acordo com María Bajo (2019), na guerra assimétrica existe “un adversário difuso, camuflado entre civiles, sin campo de batalla definido y durante em tiempo muy impreciso”.

Entre as guerras assimétricas, existe a guerra de movimentos e a guerra de guerrilhas, guerras de caráter desproporcional, comparada com as forças do inimigo, mas se bem articulados e organizadas, são capazes de superar as debilidades do rival e inclusive, vencer o conflito. A guerra de guerrilhas, assim como a guerra de movimentos e de posições também

podem ser empregadas enquanto táticas na guerra assimétrica e irregular (VISACRO, 2011; BAJO, 2019).

A guerra de guerrilhas especificamente tem como objetivo a conquista do poder político do Estado. É um conflito que precisa do apoio do povo para atingir seus objetivos, pois, a partir do apoio popular são construídas as bases, distribuídas no território em disputa (ABREU, 2019). Para Che Guevara (1960), a guerrilha seria a vanguarda combativa do povo para a conquista do poder, ocasionada por um processo de emancipação do povo, e por um processo de conscientização histórica, social e política dos sujeitos. A partir da guerra de guerrilhas, pode-se depreender que as forças populares, quando organizadas tática e estrategicamente são capazes de ganhar uma guerra contra um exército militar convencional, com superioridade bélica. É importante mencionar que Ernesto Che Guevara, ao pensar a guerra de guerrilhas, se inspira nas obras de Mao Tsé Tung, cuja obra também faz menção ao uso da guerra de posição e da guerra de movimentos dentro da guerra prolongada, com uma forma estratégica de se vencer a guerra assimétrica.

A guerra de posição corresponde a conquistas progressivas em esferas da sociedade pela sociedade civil, por meio da conquista de posições. Já a guerra de movimentos ou guerra de manobra, também utilizada em conflitos assimétricos, corresponde a um processo revolucionário e contra-hegemônico desencadeado pela sociedade civil, na tentativa de superação das atuais estruturas socioeconômicas de exploração (GRAMSCI, 2018).

Com o objetivo de superar a lógica de dominação, a estratégia da guerra de movimento está em disputar com a classe dominante o consenso que dá base à exploração vigente, por meio de uma disputa ideológica. É o momento em que a hegemonia e a contra-hegemonia entram em conflito. Na prática, o momento inclui desde as trincheiras até o sistema organizativo e industrial (ABREU, 2019, p. 24).

Durante a guerra assimétrica Sino-japonesa, Mao Tsé Tung (1961) ao teorizar sobre a guerra, com o objetivo de que a China saísse vitoriosa do conflito, visava a transformação da guerra de guerrilhas para uma guerra de manobras ou de movimentos. Ademais, para Mao Tsé Tung, em sua obra e pensamento sobre a guerra assimétrica na China, seria necessário a utilização de táticas de guerra prolongada, por meio de combates rápidos de decisão, que em cooperação com as táticas de guerra irregular operacionalizariam a defesa e ofensiva estratégicas para as disputas assimétricas da época.

Contudo, é importante ressaltar que na guerra assimétrica, assim como na guerra irregular, não há um padrão quando analisamos os conflitos em si. As guerras irregulares e

assimétricas ocorrem de forma diferente em distintos lugares, dependendo das particularidades históricas, sociais e locais de cada território. Vale frisar que em ambos conflitos, o principal objetivo dos atores em desvantagem é a conquista do apoio popular. As táticas de guerra assimétrica são uma alternativa viável de combate a grupos insurgentes e revolucionários.

Pensa-se que para o conflito não-convencional na Venezuela, mediante uma situação de aprofundamento, as estratégias presentes na guerra assimétrica, assim como na guerra irregular, são possibilidades de defesa frente a crescentes ameaças não convencionais. Pois, tais ameaças envolvem esferas políticas, sociais, psicológicas – em âmbitos relativos a formação de consciência –, e disputa de narrativas, esferas que são um reflexo da materialização da luta de classes.

1.2.5. Síntese e aplicação dos tipos de guerra não convencional para o caso da Venezuela

Até o momento, foram trazidas possíveis definições e interpretações sobre o conflito que se desenrola na Venezuela. Cabe observar que os conceitos trabalhados são complementares e correspondem a modalidades de guerra não convencional. De início, na Venezuela, o conflito possui características não convencionais, que se materializam por meio de vias econômicas e psicológicas, e pelo envolvimento de atores diversos que estão além do Estado, como por exemplo, ONG's, empresas e até mesmo os civis.

O conflito possui características de guerra de quarta geração, uma vez que se observa o uso de tecnologias avançadas, como por exemplo, o uso de drones na tentativa de Magnicídio do presidente Nicolás Maduro, tema a ser tratado no segundo capítulo. Tal conflito também possui características de guerra híbrida, pois, como veremos adiante, no segundo capítulo, ocorre a instrumentalização, apoio e financiamento de grupos *proxy* no país. No caso da Venezuela, a guerra não convencional, com características híbridas e de quarta geração, ocorre com o objetivo final de troca de regime no país. Assim, os três primeiros conceitos trabalhados correspondem a possíveis interpretações do caso, que buscam a desestabilização interna do país para uma futura ocupação do poder do Estado por forças aliadas.

Além destas, no conflito pode-se observar características irregulares, em função da decisiva participação e envolvimento da população civil no conflito. Pois, observa-se que parte da população civil, de forma voluntária, opta por compor as Milícias Bolivarianas para a defesa e dissuasão caso ocorra uma invasão territorial e direta ao país. Nesse sentido, o apoio da população para a formação das milícias é determinante e como estratégia, é utilizada a preparação ideológica dos combatentes, exemplo que compõem características de guerra irregular.

A formação das Milícias por si só, assim como o envolvimento ativo da população no conflito denotam características de guerra assimétrica, uma vez que exemplifica a grande desproporção de forças entre os atores envolvidos no conflito. De um lado, a população civil, com poucos recursos, disposta a aprender táticas militares caso haja uma guerra regular e convencional. Do outro, a ameaça de uma potência com grande superioridade bélica e tecnológica. Ademais, os dois últimos conceitos, de guerra irregular e guerra assimétrica, correspondem a conflitos onde o lado mais fraco e em desvantagem pode vislumbrar táticas e estratégias para a contenção do conflito, assim como a dissuasão de possíveis forças inimigas. Assim, a partir do desenvolvimento teórico, pode depreender que estas são as modalidades de guerra onde há a possibilidade de defesa para a Venezuela frente ao conflito não convencional. Teoricamente, nos conflitos irregulares e assimétricos, para que forças políticas se destaquem, estas devem contar com o apoio e participação ativa da população civil presente no território que se desenvolve o conflito.

Quando se trata de conflitos assimétricos especificamente, para o lado mais fraco é mais vantajoso que seja utilizada a tática de guerra prolongada, na tentativa de não se deixar vencer pelo oponente, o desgastando através do tempo. Dentro de uma guerra prolongada, há maiores possibilidade de viabilizar uma guerra de resistência, a fim de garantir a integridade territorial, assim como a soberania do país comprometido pelas constantes ingerências externas. A guerra de resistência, por sua vez, corresponde a um conflito irregular armado direcionado por nacionais contra ocupações ou forças estrangeiras. Busca-se por meio da guerra de resistência, reestabelecer a integridade territorial, garantir a sobrevivência da população e sua unidade política, assim como garantir processos de independência e soberania (VISACRO, 2009, P. 223).

Dessa forma, todos os conceitos mencionados acima servem para elucidação teórica acerca do conflito em desenvolvimento na Venezuela. Contudo, as possibilidades de defesa

especificamente estão presentes nos conceitos de guerra irregular e assimétrica, onde há a possibilidade de vitória por parte do lado mais fraco, caso haja o envolvimento ativo da população civil na defesa, enquanto elemento atuante e determinante dentro das táticas e estratégias defensivas. Por meio da guerra assimétrica e irregular há a possibilidade de neutralização das forças do oponente, assim como o desgaste do inimigo por meio do tempo, por meio de ações informais, políticas, sociais psicossociais. A seguir está um quadro síntese, onde são definidos os atores, as características, as táticas, os objetivos e as principais estratégias de cada tipo de conflito trabalhado teoricamente.

Por meio do quadro, observa-se que o conflito não convencional e suas variações conceituais podem ser utilizados como possíveis definições para a compreensão do caso da Venezuela, pois, o principal conceito a ser utilizado no desenvolvimento do trabalho, (guerra não convencional) abarca os demais conceitos como o de guerra híbrida, de 4ª geração, irregular e assimétrica. Teoricamente, são nesses dois últimos conceitos que pode-se encontrar elementos voltados a possibilidade de defesa do conflito, que no caso, abarcam a participação e o engajamento da população civil do território de estudo.

Quadro 1: Síntese – Guerras Não convencionais					
Classificações	Guerra não convencional	Guerra de 4ª geração	Guerra Híbrida	Guerra Irregular	Guerra Assimétrica
Atores	Estados, ONG's, empresas, grupos proxy, paramilitares, civis	Estado, ONG's, empresas, população civil, grupos proxy, população	Estados, ONG's, empresas, grupos proxy, população civil, paramilitares	Estado, população civil, paramilitares, organizações políticas	Estado, organizações políticas, civis, paramilitares
Características	Combinação de métodos militares e não-militares, Privatização da guerra	Alta tecnologia, Armamentos de alta precisão, Continuidade de processos de Rev. Colorida, mídia, ciberataques	Uso massivo das redes sociais, estímulo a protestos; junção de ações não convencionais com ações convencionais; Ocorre na zona cinzenta	Não dispõe de organização militar formal, nem de legitimidade jurídica institucional. Apoio da população como eixo determinante.	Grande desproporção com forças rivais (capacidade bélica, poder, influência, capacidade logística, recursos, tecnologia, número de soldados)
Táticas	Ações psicológicas, midiáticas, cibernéticas, econômicas, militares e morais	Ações militares, convencionais econômicas, informacional, psicológica.	Táticas de quarta geração, ataques cibernéticos, guerra de informação, sabotagem política, pressão econômica e ações militares	Ações informais, militares, políticas, sociais históricos, econômicos, culturais e psicossociais.	Engajamento da população civil sobre o conflito e treinamento militar defensivo, formação política, centralidade no processo de organização
Objetivos	Troca de regime	Troca de regime	Troca de regime	Neutralizar o poder de combate do oponente, Assegurar o apoio da população, sobreviver e se expandir.	Conquista do apoio popular, para o lado mais fraco, atingir um máximo efeito ao oponente com o mínimo de força empregada.
Principais Estratégias	Deslegitimar o adversário moralmente, Influenciar psicologicamente a população.	Desestabilização da política interna de forma indireta.	Deslegitimar o Estado alvo tanto interna quanto externamente por meio do estímulo ao caos.	Conspiração política, subversão, sabotagem, investimento em propaganda, preparação ideológica.	Guerra prolongada, guerra de movimentos, guerra de posições, guerra de guerrilhas, guerra de resistência

Fonte: Elaboração própria, 2022

1.2.6. A defesa para os conflitos Não Convencionais

Para se pensar a defesa da guerra não convencional, é preciso que se pense as políticas de segurança e defesa para além dos conflitos regulares e convencionais, assim como, é importante trazermos a debate os conceitos de segurança e defesa. A segurança, de maneira geral, é referente ao ambiente interno do Estado e sua origem se dá em consequência de alguma desordem ou delito. Já quando nos referimos a defesa, o que se discute comumente é relacionado a alguma ameaça externa, e sua origem está no desenvolvimento de algum conflito ou guerra, que tem suas causas ou consequências atreladas a outro ator externo. Nesse caso, são as forças militares do Estado que geralmente se envolvem nas questões em torno da defesa (MARQUES; FILHO, 2014).

Contudo, de acordo com Barry Buzan (2011), após a Guerra Fria, ao se pensar a segurança, a visão tradicional centrada no Estado, passou a perder gradativamente sua credibilidade, pois, atualmente a guerra não é mais monopolizada pelo Estado e seu setor político-militar, passando a abarcar outras esferas sociais e políticas. Ademais, a linha que separa a segurança e a defesa se torna cada vez mais tênue tendo em vista a crescente diversificação dos atores nos conflitos sociais.

Portanto, ao se pensar a defesa para o conflito não convencional não é somente a superioridade bélica que determina a vitória do conflito, pois existem outras variáveis sociais, psicológicas, morais, informacionais, midiáticas, tecnológicas, econômicas que são fundamentais para as ações de ataque e defesa desses conflitos. Além disso, sobre o pensamento defensivo, vale observar as diferenças que abarcam as ações táticas e estratégicas. As táticas correspondem as ações práticas dentro dos combates, e as estratégias são voltadas ao pensamento que tem as táticas como meio para que se atinja os objetivos da guerra ou defesa previamente elaborados. O pensamento estratégico é mais abrangente que a tática, mas tampouco pode ocorrer alheio a tática. Nesse sentido, as táticas e as estratégias são elementos complementares no tempo e espaço, dentro da guerra e das questões de defesa (CLAUSEWITZ, 2018).

A partir do levantamento teórico, pode-se depreender que nos conflitos não convencionais, em todos os conceitos e variações de guerra trabalhadas neste primeiro capítulo, a população civil é um ator, visto que pode ser afetado direta e indiretamente pelos

conflitos não convencional. Os civis são atores capazes de influenciar os rumos, o aprofundamento e a defesa para tais cenários.

Em um contexto de guerra de 4ª geração, por exemplo, a defesa pode ser pensada por meio do combate a *Fake News*, na guerra de informação, pela proteção de dados e pelo desenvolvimento tecnológico. Na guerra híbrida igualmente, onde a disputa por narrativas no uso de aparatos midiáticos, de redes sociais e até o controle de dados e algoritmos são eixos determinantes. Pensa-se que na guerra midiática os objetivos são voltados a construção do imaginário das massas compostas por civis. Se os civis tiverem condições de se informarem de forma crítica, dentro de um processo de construção de consciência acerca da realidade que estão inseridos, estes poderão se defender dessas possíveis ofensivas dentro da guerra informacional. Dessa forma, na guerra híbrida e de quarta geração, ao pensarmos as questões relacionadas a defesa é muito importante o investimento nas esferas de inteligência cibernética, assim como a viabilização da sofisticação de aparatos tecnológicos que compreendam a área de defesa como um todo.

Assim, para a defesa da guerra não convencional é imprescindível que ocorra um processo de engajamento da população local através de uma profunda conscientização política e social acerca da real conjuntura do Estado ou força irregular. Tal conscientização, por exemplo, pode ocorrer por meio de projetos de informação e comunicação de massas, de processos educacionais, de ações psicológicas e por meio da mobilização e prática política de atores sociais e populares. É importante frisar que a construção deste argumento foi construída em um primeiro momento pela análise das entrevistas, da bibliografia e das teorias que tratam do tema. Já em um contexto de guerra irregular, por exemplo, a população civil é um ator determinante, capaz de influenciar os desdobramentos do conflito. Relacionado à defesa especificamente, o apoio por parte da população civil, ou a deslegitimação por parte dos civis a certas forças políticas é imprescindível, pois, nesse tipo de guerra especificamente, a população civil pode inclusive se defender utilizando conhecimentos sobre o próprio território onde se trava a guerra, ao conhecer, por exemplo, possíveis locais de refúgio ou como de forma logística, poderia a partir das condições materiais no conflito garantir sua própria sobrevivência.

Nesse sentido, na guerra assimétrica, que é um tipo de guerra irregular, há a possibilidade da população civil de forma organizada, combater as forças inimigas ou invasoras, que possuem maior capacidade bélica, operacional, logística, com maiores recursos

e maior capacidade tecnológica. Na guerra assimétrica, como formas de estratégia para o lado mais fraco do conflito tentar sair vitorioso, há a guerra prolongada, a guerra de resistência, a guerra de guerrilhas, a guerra de movimentos e de posições, por exemplo. Assim, tanto na guerra irregular, quanto na guerra assimétrica, a disputa ideológica é um eixo chave, pois a partir dela são construídas as bases para a defesa advinda dos sujeitos locais. Nesse sentido, projetos educacionais assim como a articulação da imprensa são pontos estratégicos para a viabilização de operações psicológicas exitosas. Nesse tipo de conflito, é necessário que se tenham estratégias que garantam a vitória na guerra de informação, assim como nas esferas de inteligência e nas esferas midiáticas, para que a partir disso, se fundamente as bases que garantam a opinião pública dentro da sociedade civil.

De acordo com Visacro (2019), as forças irregulares só terão vencido quando contar com o apoio ativo da população, deixando forças oponentes isoladas dos habitantes locais de forma permanente. Nesse sentido, para a defesa, as forças irregulares precisam ter legitimidade e apoio da população civil. E, para as forças irregulares garantirem o apoio da população, é necessário que estas atendam demandas sociais de forma que impeça a formação de um ambiente sociopolítico instável, propenso ao aprofundamento de embates e violências coletivas, uma vez que o apoio da população é o verdadeiro centro de gravidade dos conflitos irregulares. Portanto, compete as forças irregulares assenhorar-se desse apoio por meio de uma ampla aceitação pública de sua legitimidade (VISACRO, 2009, p. 343-344).

Além disso, quando as operações de forças irregulares são discutidas, os meios de informação e comunicação são esferas de alta relevância, porque estes especificamente são partes responsáveis por construir o imaginário coletivo e a opinião pública em geral (VISACRO, 2009, p. 342). A mídia influencia diretamente a construção do imaginário social, que por sua vez legitima ou não uma troca de regime ou possíveis intervenções estrangeiras sobre o território.

Para o caso da Venezuela especificamente, interpreta-se que as causas do conflito estão atreladas com uma dinâmica imperialista dentro do sistema internacional. Para a compreensão dessa lógica sistema, a seguir, serão analisadas as possíveis causas do conflito não convencional na Venezuela, onde serão trabalhadas a categoria de imperialismo para a perspectiva marxista, e em seguida, a nova doutrina militar dos Estados Unidos de dominação do espectro total.

1.3. As causas do conflito na Venezuela sob uma perspectiva sistêmica

Desde a queda do Muro de Berlim, ocorrida em 1989, a dinâmica do Sistema Internacional é influenciada de maneira significativa pelo poderio advindo da hegemonia dos Estados Unidos, ao passo em que o referido país é considerado como um dos países centrais dentro do sistema capitalista internacional. A dinâmica deste sistema é influenciada por políticas que buscam garantir a manutenção deste poder hegemônico. Em alguns casos, tais políticas são capazes de fomentar cenários de instabilidade em países considerados como periferia e semiperiferia dentro do Sistema Internacional.

O conflito se mostra como parte constitutiva da dinâmica do sistema capitalista contemporâneo e o constitui enquanto tal pela distribuição e manutenção do poder sistêmico. Assim, a interpretação do sistema capitalista em voga, traz instrumentos para a análise da distribuição de poder entre os Estados, enquanto resultado da economia capitalista a um nível internacional. A partir da análise do capitalismo contemporâneo, o desenvolvimento da América Latina, assim como as questões que permeiam a sua dependência estrutural pode ser entendida por meio da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que divide entre os países, a escala produtiva mundial. Em outras palavras, a dinâmica da Divisão Internacional do Trabalho hierarquiza o sistema capitalista a nível global, assim como caracterizar os Estados como países centrais, semiperiféricos e periféricos, a partir de uma abordagem que compreende a distribuição econômica entre os países do Sistema Internacional.

Para Ruy Mauro Marini (1973), a Divisão Internacional do Trabalho é reflexo da expansão do mercado mundial, que divide os países entre industriais e não industriais. Entre estes, existe a semiperiferia, que são aqueles que possuem tanto características de países centrais, como de países periféricos, desempenhando um papel intermediário entre as economias do sistema (MARINI, 1973; PRECIATO, 2008). Cabe observar que historicamente existem fases da DIT que, de certa forma, são responsáveis pela atual hierarquização do sistema capitalista enquanto tal. Tais fases correspondem inicialmente ao processo de colonização do Terceiro Mundo, de países da América, África e Ásia, e posteriormente, a relativa independência política destes países, combinada a um processo caracterizado por uma profunda dependência econômica dos países periféricos e recém-independizados.

Nesse sentido, de acordo com Pochmann, em um primeiro momento, ainda no século XIX, a relação entre o centro e a periferia era marcada pela exportação de matéria-prima das

regiões periféricas para a produção de manufaturados no centro. Posteriormente, entre os séculos XIX e XX, tal relação se converte na produção de industrializados com alto valor agregado, a partir de um alto coeficiente tecnológico nos países do centro, e na produção industrial, mas com baixo valor agregado e pouca tecnologia empregada nos países periféricos. Assim, já no século XX, a relação expressa pela DIT passou por um processo de aprofundamento e sofisticação, recentemente, tal relação se dá por meio dos serviços de produção e manufatura nas economias periféricas (POCHMANN, 2000).

Em todas essas fases, observa-se um processo de superexploração da mão de obra presente nas economias periféricas, o que se manifesta, portanto, como a base das amplas desigualdades sociais na atual economia mundial, estratificando e hierarquizando o trabalho em escala internacional. Assim, a partir disso, ocorre a absorção de riqueza dos países periféricos pelos países centrais, que está paralela a diversas outras formas de dependência econômica e dominação materializada através de vias políticas, culturais e militares (POCHMANN, 2000).

Dessa forma, a Divisão Internacional do Trabalho diz respeito ao intercâmbio desigual entre centro e periferia, que ocorre a partir da articulação das elites nacionais em conjunto com as elites dos países centrais, ocorrendo como resultado da apropriação de valor das economias centrais enquanto núcleos de acumulação de excedentes das economias periféricas. Tal processo corresponde a reprodução de um padrão de subordinação, ocasionada por um processo de monopolização por parte das economias centrais (POCHMANN, 2000; OSORIO, 2012).

Desde o século XX até o XXI, a nova Divisão Internacional do Trabalho, é caracterizada pela presença de fluxos de capitais a partir de investimentos diretos. Por esse motivo, a nova DIT se mostra mais complexa em função do fluxo de mercadorias e de capitais. Nesse sentido, os países periféricos e subdesenvolvidos não são mais apenas fornecedores de matérias-primas aos países centrais, mas são território que recebem a transferência de indústrias dos países centrais, o que corresponde a zonas específicas do Terceiro Mundo. A transferência de indústrias para as regiões periféricas ocorre como resposta do capital a queda da taxa de lucros, na busca de menores custos de produção, facilidades fiscais, da mão de obra barata da periferia (VIZENTINI, 1989). Por meio do processo de transferência de indústria dos países centrais até ao território dos países periféricos, ocorre o que se entende como superexploração do trabalho a essas economias e populações (MARINI, 1973).

Os países periféricos são aqueles considerados como subdesenvolvidos, enquanto os países centrais são tidos como desenvolvidos. Pela Teoria da Dependência, interpreta-se que os países centrais só alcançaram o desenvolvimento mediante uma histórica exploração, e portanto, acumulação de riquezas advindas dos países periféricos. Assim, pela dinâmica do capitalismo contemporâneo, é ilusório o pensamento de que países periféricos possam em algum momento atingir o desenvolvimento, pois, o desenvolvimento é estruturado por uma lógica de dependência das economias periféricas ao centro (MARINI, 1973).

Dessa forma, os países centrais são os países industrializados e desenvolvidos, que correspondem ao centro da economia capitalista mundial, e produzem com maior tecnologia agregada, e mão de obra especializada. São Estados fortes, que tem capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras. Tais países, em função da acumulação de capital e trabalho, são responsáveis por explorar as economias periféricas e semiperiféricas (MARTINS, 2015).

Já os países periféricos são aqueles que têm suas economias destinadas à exportação de matérias-primas, produtos primários e de mão de obra barata e não especializada, correspondem aos países subdesenvolvidos e historicamente explorados pelos países centrais, e destes também são dependentes economicamente (MARTINS, 2015). Por possuir tais características econômicas, depreende-se que a Venezuela é um país periférico. Contudo, a partir de sua posição no Sistema Internacional, através dos governos chavistas, tem questionado os fundamentos históricos de exploração das periferias do sistema, assim como a dependência destas aos centros mundiais, por meio de um discurso anti-hegemônico (ABREU, 2019). Já os países semiperiféricos, são aqueles onde se combinam tanto características de países centrais, como de países periféricos. Tais países são industrializados, mas possuem baixo valor tecnológico agregado, e não produzem tecnologia, mas a absorvem. Ademais, possuem mão de obra semiespecializada e não especializada (MARTINS, 2015).

A partir desses elementos, é viável compreender em partes alguns fundamentos econômicos que configuram o cenário de conflito na Venezuela, pois, por estar na periferia do sistema capitalista contemporâneo, a economia venezuelana carrega fortes traços de dependência econômica aos países centrais, o que conseqüentemente faz da esfera econômica umas das frentes do conflito não convencional no país. Como veremos no segundo capítulo, a crise econômica na Venezuela afeta diretamente a população civil no seu acesso a medicamentos, alimentos e demais insumos básicos.

Para a compreensão da atual condição do sistema capitalista e sobre a inserção do conflito venezuelano neste sistema, além da Teoria da Dependência, a categoria de imperialismo se mostra indispensável, pois a partir do imperialismo, serão interpretadas as condições nas quais a Venezuela está inserida em âmbito internacional. Portanto, a categoria de imperialismo, a compreensão do Teoria da Dependência e da DIT são elementos utilizados para construção de uma contextualização histórica e estrutural do conflito a nível internacional, a fim de explicar as causas do conflito não convencional na Venezuela.

Assim sendo, o imperialismo enquanto categoria analítica, surge no início do século XX, durante a Primeira Guerra Mundial e se reafirma conceitualmente durante o século XXI, em função da sua “insaciável necessidade de pilhagem e saqueio dos bens comuns e da riqueza de todo o mundo, que adquirem características cada vez mais predatórias, agressivas e violentas [...]” (BORÓN, 2018, p. 63; tradução própria). Por meio da interpretação das políticas no sistema internacional, de acordo com Atilio Borón, neste século, o imperialismo é caracterizado pela:

Criminalización de la protesta social; militarización de las relaciones internacionales y del espacio exterior; guerras, extorsiones y sabotajes por doquier; intensificación de la depredación medioambiental, y sometimiento de pueblos enteros de la periferia y en la propia “periferia interior” de las metrópolis (BORÓN, 2018, p. 63)

De acordo com o pensamento clássico de Lênin, o imperialismo corresponde ao desenvolvimento do sistema capitalista em sua etapa superior, onde são observadas práticas monopolistas por parte dos Estados e das grandes empresas, somadas ao surgimento do capital financeiro, que é a junção do capital bancário com o capital industrial. O capitalismo, em sua fase imperialista influencia a divisão da economia mundial, assim como determina a distribuição de poder entre os Estados, priorizando a exportação constante de capitais para as economias centrais e imperialistas.

Nesse sentido, a guerra em uma escala mundial, para a perspectiva marxista-leninista, é consequência de um conflito intrainperialista que se dá entre as grandes potências, que são as economias centrais do sistema e disputam o poder hegemônico e a apropriação de territórios e capitais. Para o autor, “faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações por hegemonia, isto é, a apoderar-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia” (LÊNIN, 2011, p. 92). Para Lênin (2011), a fase superior do capitalismo, é o momento em que o sistema de produção capitalista se encontra em sua fase monopolista e

imperialista. Em outras palavras, o imperialismo é consequência da fase moderna do capitalismo que se manifesta por meio dos monopólios, sendo um fenômeno que opera a partir da partilha do mundo entre as grandes potências.

Dessa forma, a guerra é consequência da disputa entre as grandes potências sob uma lógica imperialista em sua busca incessante por acumulação de capital. O imperialismo se mostra então, como resultado da expansão do modelo de produção capitalista a um nível global, sendo caracterizado pelo controle monopolista dos meios de produção pelas grandes potências mundiais. De acordo com Samir Amin (2003), o imperialismo ocorre de forma coletiva e não apenas por uma potência. Nesse sentido, para o autor, o imperialismo enquanto política e estratégia de expansão do capitalismo a nível global, ocorre por meio de alianças entre as grandes potências. O autor analisa o imperialismo como um dos reflexos da corrida por matérias-primas, principalmente o petróleo. É importante ressaltar que a disputa por recursos naturais é uma consequência da expansão capitalista a um nível mundial e uma das causas que potencializa cenários conflituosos no Sul global, de ordem interna e internacional.

Segundo Samir Amin (2015), a partir da metade da década de 1970, o capitalismo é caracterizado por meio de um monopólio generalizado. Nesse sentido, a globalização capitalista é um processo que ocorre como consequência da imposição do neoliberalismo, da política do dólar e das inúmeras intervenções militares dos EUA aos países da periferia do sistema capitalista. Para o autor, o capitalismo contemporâneo especificamente, é caracterizado por cinco oligopólios, são eles: o tecnológico, o dos meios de comunicação, o de armas de destruição massiva, o controle dos mercados financeiros a um nível internacional, e o oligopólio que tem acesso aos recursos naturais do planeta. (AMIN, 2015; BORÓN, 2018, p. 67)

Desse modo, o imperialismo é uma política que tem gerado guerras no Oriente Médio, na África e na América Latina. O conflito não-convencional na Venezuela é explicado em partes, através da materialização das políticas imperialistas no século XXI, pois por meio das políticas imperialistas, se tem como objetivo final a pilhagem dos recursos naturais e energéticos presentes no território em disputa. O imperialismo garante que a ordem de poder em escala mundial seja mantida, pois através lógica de monopólios e da Divisão Internacional do Trabalho, quando se trata de América Latina, há uma continuidade de estruturas de dependência econômica que de certa forma, mantém a dinâmica das economias primário exportadoras, assim como a exploração de mão de obra barata dos países periféricos. A partir

disso, pode-se notar que não é de interesse das potências imperialistas que países produtores de petróleo sejam soberanos e que tenham políticas minimamente protecionistas (MARINI, 1973; BORÓN, 2018).

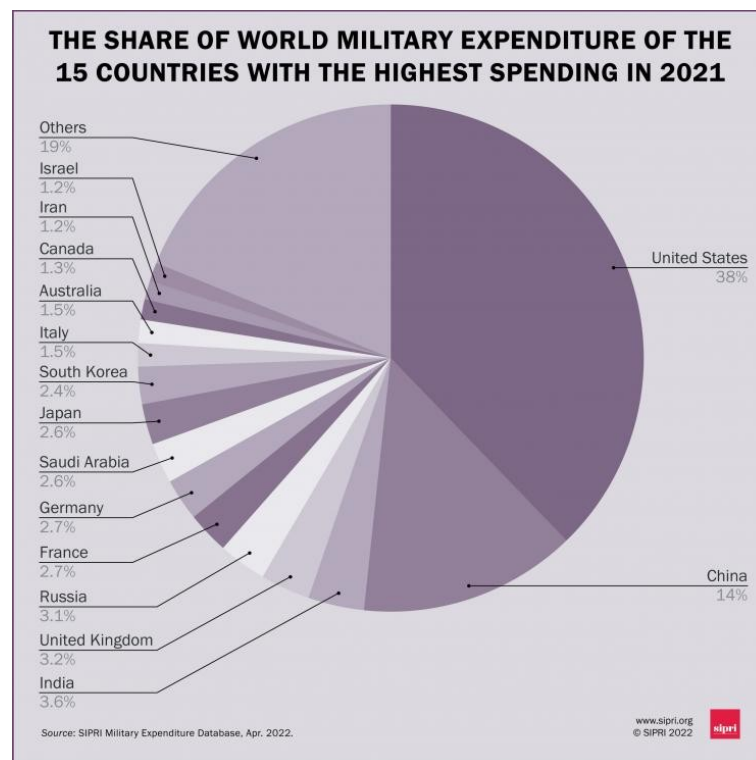
É importante ressaltar que o modelo de produção capitalista se expandiu em um primeiro momento pela colonização das Américas e da África iniciadas no século XV, o que consequentemente fomentou a industrialização da Europa por meio dos lucros gerados sobre a escravização no final do século XVIII e início do século XIX; e em um segundo momento pelo surgimento do capital financeiro no século XX, do advento de uma economia monopolizada a nível global sob um contexto da Segunda Revolução Industrial e do descobrimento do petróleo como fonte de energia (AMIN, 2001).

A América Latina e a África, por exemplo, foram inseridas no capitalismo mundial através do processo de colonização de seus povos e territórios, somadas a pilhagem e a exploração dos mesmos. Assim, a atual realidade de dependência econômica destes países periféricos se dá como consequência da imposição colonial aos mesmos (AMIN, 2001). A partir do processo de colonização, escravização dos povos africanos e exploração da América Latina, houve uma hierarquização da sociedade enquanto tal, assim como do Sistema Internacional. Os territórios colonizados são mantidos as margens do sistema até os dias atuais (AMIN, 2001). Nesse sentido, a partir da colonização enquanto consequência da expansão do modelo de produção capitalista, podemos analisar as problemáticas em envolvem a formação dos Estados na América Latina, além de poder compreender em partes o porquê os Estados Unidos buscam se apoderar dos recursos presentes na Venezuela.

Para o pensamento contemporâneo presente na obra de Osório (2018), o imperialismo é parte da internacionalização do modelo de produção capitalista, e o Estado desempenha um papel-chave nesse processo. É importante frisar que a internacionalização do modelo de produção capitalista ocorre por meio de guerras, seja em escala regional ou global. Nesse sentido, as práticas imperialistas, por meio dos conflitos bélicos e da instabilidade econômica e política, dão sequência a internacionalização do capitalismo a outros territórios. Para o autor, na contemporaneidade, o imperialismo ocorre por meio da concorrência entre mercados, matérias-primas, investimentos e pela exploração da mão de obra. Desde o fim da Guerra Fria, é observado que as grandes potências travam seus conflitos em áreas marginais aos Estados centrais, por meio de intervenções militares, bloqueios econômicos e disputas por área de influência (OSÓRIO, 2018). Com relação ao fomento de conflitos nas áreas marginais

do sistema, é importante observar que desde o final da década de 1980, os Estados Unidos, principal agente imperialista na atualidade, tem concentrado grande capacidade bélica, por meio da formação de um amplo complexo militar industrial. A seguir, o gráfico demonstra os 15 países que mais tiveram gastos militares mundiais em 2021.

Gráfico 01: A parcela dos gastos militares mundiais dos 15 países com maiores gastos de 2021



Fonte: SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) Military Expenditure Database. 2022.

Por meio do gráfico, pode-se observar que os EUA é o país que mais tem investido no setor militar no mundo. Além disso, o país é o maior vendedor de armas do globo e isso se dá em decorrência dos inúmeros conflitos, guerras e intervenções que o país se envolveu nos últimos anos (ALMEIDA, p. 65, 2006). Por meio da superioridade militar dos Estados Unidos a outros países, este tem mantido sua posição enquanto hegemonia, mantendo a ordem social e criando condições favoráveis para a acumulação de capital (WOOD, 2006). Além da grande capacidade bélica, os Estados Unidos possuem grande capacidade midiática e cinematográfica, que em conjunto, são capazes de construir narrativas que influenciam e constroem o imaginário coletivo de outros povos do mundo. Em determinados casos, tais

narrativas podem inclusive legitimar intervenções militares diretas a outros países. De acordo com Atílio Borón:

El mundo de hoy, el sistema imperialista signado por el predominio del gran capital financiero, es impensable al margen de un Estado-nación muy poderoso, que dispone de prácticamente la mitad del gasto militar del planeta y que impone esas políticas a veces “por las buenas”, haciendo uso de su fabuloso arsenal mediático y sus mecanismos de dominación ideológica y cultural; pero, si por las buenas no convence, lo impone por la fuerza de las armas (BORÓN, 2018, p.59).

Ademais, sob a hegemonia estadunidense há um processo recorrente de tentativa de abertura das economias a uma lógica neoliberal. Processo que ocorre através da globalização a um nível mundial, refletida através da privatização de recursos públicos, de empresas e patrimônios dos Estados, do enfraquecimento do Estado social, da perda de direitos trabalhistas e da previdência social, assim como pela mercantilização de serviços públicos, por exemplo. Além disso, a implementação da lógica neoliberal também é entendida a partir da política de endividamento das economias periféricas e semiperiféricas aos poderes centrais e credores, o que reforça padrões históricos de submissão e dependência por meio de altas taxas de juros, responsáveis por renovarem as dívidas automaticamente, tornando-as impagáveis. Por esse motivo, a dependência é um fenômeno permanente dos setores financeiros, fiscais e monetários dentro do atual sistema capitalista (CASANOVA, 2015). De acordo com Ellen Wood:

Boa parte do trabalho do imperialismo pode ser realizada pelas operações do mercado, por meio do controle dos sistemas financeiros, da dívida etc. E, no final das contas, qualquer economia capitalista, suficientemente dominante para realizar sua tarefa imperial, vai preferir este modo econômico de dominação imperial – como em geral o fizeram os EUA – ao invés da custosa e perigosa prática do domínio colonial direto (WOOD, 2006, p. 53).

Como aceleração do processo de abertura de mercados e economias, observa-se o advento de sistemáticas pressões financeiras nos últimos anos por parte de organizações internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a OMC (Organização Mundial do Comércio) em função das privatizações e flexibilização do Estado (ALMEIDA, 2006). Assim, pode-se depreender que é parte da natureza imperialista contemporânea estimular a flexibilização dos mercados, debilitando o Estado e fomentando sua abertura econômica, a fim de acelerar a institucionalização destes a um modelo neoliberal. Além disso, cabe observar que as práticas imperialistas ocorrem a partir da articulação das burguesias nacionais dos países ao redor do globo, que a um nível internacional, formam uma classe dominante,

capaz de influenciar os rumos das políticas implementadas nos países periféricos. De acordo com Atílio Borón:

Es una articulación entre las clases dominantes a nivel global, lo que hoy podríamos denominar una “burguesía imperial” -es decir, una oligarquía financiera, petrolera e industrial que se vincula y coordina trascendiendo las fronteras nacionales-, que dicta sus condiciones a las clases dominantes locales en la periferia del sistema, socios menores de su festín, pero que tienen la importante función de viabilizar el accionar del imperialismo a cambio de obtener ventajas y beneficios para sus propios negocios. (BORÓN, 2018, p. 61)

Para além da dominação imperialista pelas vias econômicas, é importante mencionar que no século XXI, os conflitos gerados pelo imperialismo passaram por um processo de sofisticação, onde se observa o surgimento de uma disputa indireta entre as grandes potências, que se desdobra fora de seus territórios, em territórios periféricos, que correspondem a periferia e semiperiferia do sistema internacional. De acordo com o geógrafo David Harvey (2005), a partir da década de 1970, o imperialismo se manifesta por meio da espoliação, processo caracterizado por práticas predatórias semelhantes às realizadas durante a acumulação primitiva, já analisada por Karl Marx, o que cobra cada vez maior relevância no capital financeiro baseado no dólar, pilar do sistema imperial liderado pelos EUA.

É importante ressaltar que quando o autor relaciona a espoliação com o conceito de acumulação primitiva, Harvey se refere a gênese do sistema capitalista, caracterizada por processos históricos de acumulação de capital, paralela à exploração da força de trabalho e a sua transformação em mercadoria. No processo de acumulação primitiva ocorre o processo de privatização da terra, assim como a apropriação sistemática de minerais e demais recursos naturais. Harvey, em sua obra: *O Novo Imperialismo (2005)*, analisa a atual condição do capitalismo a partir da transição hegemônica entre Inglaterra e Estados Unidos, onde como consequência, há a reafirmação da hegemonia estadunidense e do imperialismo no século XXI por meio da Invasão do Afeganistão (em 2001) e do Iraque (em 2003). Para Harvey, o “novo imperialismo” revela a faceta mais violenta da dominação imperialista.

A Guerra do Vietnã (1955), a invasão de Cuba (1961), os conflitos na República Dominicana (1965), na Guatemala (1954), na Guiana Inglesa (1904), no Irã (1953-1979), no Congo (1960) e as incontáveis e constantes intervenções nas políticas internas dos Estados de forma direta e indireta, assim como políticas de contrainsurgência, são exemplos práticos de como o imperialismo se manifesta na história recente (MÉSZÁROS, 2007).

Ademais, é parte da prática imperialista fazer a transferência das crises estruturais do capitalismo para outras regiões que estão fora do centro de poder, no mesmo movimento de expansão do mercado e das imposições de regras financeiras e comerciais para uma esfera transnacional. Como já mencionado, as práticas imperialistas também ocorrem pelas vias econômicas e financeiras, o que torna os Estados periféricos dependentes das economias centrais a médio e longo prazo. Por tal motivo, o imperialismo fomenta desigualdades estruturais e econômicas entre os países centrais e periféricos, e por isso fomenta crises em todo o mundo tanto no nível micro quanto macroeconômico (HARVEY, 2005).

Segundo David Harvey (2005, p. 216), “O sistema financeiro, com ou sem a participação estatal, é crítico para coordenar a dinâmica de acumulação de capital através do desenvolvimento geográfico desigual”. Com o fim da Guerra Fria e consolidação da hegemonia estadunidense, observa-se um processo da transferência da democracia ocidental e liberal aos demais países globo, enquanto modelo de Estado a ser incorporado pelos demais, somado a uma neoliberalização das economias centrais e periféricas. Sobre esse processo de levar um único modelo de democracia aos países do globo, há um conceito de muita relevância presente na obra de Patrick Mbeko.

Segundo Diallo (2019), Patrick Mbeko, autor do livro: *Objectif Kadhafi: 42 ans de guerres secretes contre le Guide dela Jamahiriya árabe libyenne (1969-2011)*, publicado em 2016, interpreta esse processo como democracia imperial, que é “utilizado pelas potências globais para manter seu domínio, influência e interesses geopolíticos e geoeconômicos em regiões em disputa como Oriente Médio, África e América Latina” (DIALLO, 2019). O termo “democracia imperial” está amplamente relacionado com as políticas que legitimam a troca de regime, uma vez que há uma tentativa por parte da comunidade internacional em padronizar os regimes dos Estados a uma democracia liberal e ocidental. A democracia representativa, apesar de sua legitimidade em muitos países, possui amplos limites quando se trata do fomento a participação política popular de forma efetiva, cotidiana e consciente. Além disso, o modelo de democracia liberal não é compatível a toda e qualquer realidade estatal a nível interno, visto que nos deparamos com uma grande diversidade social, política e cultural ao observar todos os Estados que compõem o Sistema Internacional.

A partir da categoria do imperialismo, é possível observar uma tendência à disputa pelo poder hegemônico entre a principal potência imperialista de cada período e as potências concorrentes do Sistema Internacional. Em constante disputa por manter e expandir seu poder,

as potências imperialistas promovem guerras ao redor do globo para conquistar mais mercados, recursos e zonas de influência geopolítica. No século XXI, quando observamos as guerras promovidas pela principal potência imperialista, os Estados Unidos, observamos que estes conflitos se desenvolveram em territórios com uma significativa presença de recursos naturais.

Após 1991, intervenções militares, operações desestabilizadoras e bloqueios econômicos contra regimes que resistem à ordem mundial imposta pelo capital se tornaram cada vez mais comuns, assim como deflagraram-se muitos conflitos e tensões por áreas de influência na periferia e na semiperiferia do sistema. Desde então, para os Estados Unidos manterem a sua posição de poder no Sistema Internacional, o país tem buscado ampliar seu controle sobre o petróleo, pilar produtivo de seu poder hegemônico. Nas últimas décadas, a incessante disputa pelo recurso natural tem sido responsável por provocar guerras e crises sem precedentes em regiões com grandes reservas de hidrocarbonetos.

Ao observar o cenário internacional no período que se seguiu após a Guerra Fria, nota-se que certos países da periferia e semiperiferia do sistema capitalista, passam por um contexto de instabilidade política paralelo ao crescimento da violência nestes territórios. Isso ocorre porque as grandes potências, ao disputarem recursos naturais, mão de obra e mercados, utilizam de sua força que, na maioria dos casos, é direcionada a essas áreas periféricas. A intensificação das disputas por áreas de influência e recursos estratégicos entre as grandes potências têm se transformado em conflitos nas regiões da América Latina, da África e do Oriente Médio, o que reflete o acirramento da disputa interestatal decorrente das políticas imperialistas.

Portanto, os países imperialistas acumulam capital por meio da espoliação dos países latino-americanos e o fazem através da pilhagem de matéria-prima, exploração dos recursos energéticos e da força de trabalho da nossa região. E, paralelamente ao sistema financeiro, é indispensável para a hegemonia estadunidense o poder e acesso sobre as reservas mundiais de petróleo – recurso energético que mantém sua hegemonia e atuação como potência global. Os EUA, por meio de sua política externa, direta ou indiretamente, almejam garantir a um curto e longo prazo, fontes estáveis do recurso energético para a manutenção do status quo do atual sistema internacional.

Assim sendo, as políticas imperialistas ocorrem por meio de processos de pilhagem de recursos, por meio do capital financeiro e da reprodução da dependência econômica,

responsável por submeter os países do terceiro mundo aos centros capitalistas. Como consequência de tal dependência, está a lógica de acumulação global, que ocorre através da apropriação dos valores produzidos na periferia do sistema pelos países centrais. As políticas imperialistas objetivam o controle de recursos naturais e energéticos, assim como o controle sobre a produção acompanhada pela disputa por novos mercados. Para isso, o imperialismo além de se materializar em âmbito econômico, ocorre em âmbito militar, a partir de guerras indiretas ou diretas, convencionais ou irregulares entre as potências, para a expansão de influência e domínio, que em muitos casos, se dá a partir do fomento a conflitos na periferia do sistema internacional. O que pode ocorrer inclusive por políticas de ingerência direcionadas pelos centros imperialistas. Ademais, é importante mencionar que em alguns casos, as políticas imperialistas se dão através de ocupações indiretas por procuração (BEIRITH, 2020, p. 51).

Dentro dessa lógica de acumulação – sob a hegemonia norte-americana - está o complexo militar industrial dos EUA, funcionando enquanto um eixo ordenador que dá coesão a lógica de exploração imperialista (CECEÑA, 2016). De acordo com Almeida (2006), o aparato militar e tecnológico dos Estados Unidos, visa garantir a manutenção da atual hegemonia no Sistema Internacional, assim como a “criação de um ambiente internacional favorável, e a concentração tanto de riqueza quanto de poder, garantindo uma rede global militar em que se possa ter o controle geopolítico, geoeconômico e geoestratégico do globo” (ALMEIDA, 2006, p. 42). Nesse sentido, as esferas militares servem como meios para o suprimento e garantia de recursos naturais para as empresas e para o Estado norte-americanos (CECEÑA, 2006; ALMEIDA, 2006).

A partir da categoria do imperialismo, ao observar o caso do conflito na Venezuela, se pode compreender que os Estados Unidos utilizam da sua posição hegemônica no sistema internacional, assim como o caráter imperialista de sua economia para o fomento de uma instabilidade social, econômica e política, que ocorre nesse momento em território venezuelano. O cenário de instabilidade visa a troca de regime no país a um governo que esteja alinhado com os interesses imperialistas para a pilhagem de recursos energéticos.

Ao observar a atual lógica imperialista, suas políticas e práticas, Atílio Borón, argumenta que esta é expressa em grande medida pelo imperialismo norte-americano, em função capacidade de subordinação de possíveis rivais históricos a sua hegemonia (BORÓN, 2007, p. 510). Nesse sentido, Wood observa que os Estados Unidos, em relação ao seu

poderio hegemônico, deixou de se concentrar unicamente em sua expansão e rivalidade interimperialista com outras potências, pois atualmente concentra sua política imperialista em favor da reprodução do capital norte-americano especificamente (WOOD, 2003, p. 155). E para o alcance de tais objetivos, a autora observa a necessidade dos EUA em transformar constantemente seus instrumentos de guerra (WOOD, 2003, p. 155).

Para Ceceña, sob a atual realidade imperialista, a guerra tem se transformado a partir da combinação de esferas econômicas, culturais, simbólicas, midiáticas e militares. De acordo com a autora:

La guerra y sus sentidos propios, sus explicaciones del mundo, se apropian del sentido común en todas las esferas y utilizan todos los mecanismos: económicos, culturales, simbólicos, militares. La producción de un imaginario bélico sustentado en el antagonismo de origen de la sociedad capitalista y difundido ampliamente por el sistema mediático se convierte en consenso asumido pero no necesariamente construido. Es un sentido común no generado por la comunidad que, sin embargo, previa validación mediática, es asimilado por buena parte de ella y reproducido microcósmicamente (CECEÑA, 2006, p.13).

Ademais, observa-se que os EUA e suas políticas imperialistas buscam impedir que outros polos de poder emergam regionalmente, por meio de estratégias de contrainsurgência a determinados grupos sociais e políticos. Além disso, as intervenções dos Estados Unidos na periferia também se dão como reflexo da necessidade deste em garantir o controle sobre o território e sobre os recursos naturais e energéticos (SILVA, 2010). Em função de objetivos geopolíticos, os EUA intervêm em diversos territórios ao redor do globo. De acordo como Caceña:

La necesaria vuelta al territorio como espacio de definición de la competencia, con base en el acaparamiento de recursos, así como las estrategias de regionalización productiva, laboral y comercial, apelan a una creciente intervención de lo militar como criterio de ordenamiento geográfico y estratégico general y como práctica contrainsurgente contra aquéllos que, poseedores –o desposeídos- y con una concepción sobre los modos de uso del territorio y sobre su importancia simbólica, se resisten a cederlos (CECEÑA, 2004, p.11).

Sob esse contexto, é importante debatermos a nova doutrina militar de Dominação do Espectro Total dos Estados Unidos, que tem sido empregada em diversos conflitos recentes, com o objetivo de garantir a manutenção da hegemonia e do poderio norte-americano no atual Sistema Internacional, a partir de táticas e estratégias não convencionais.

1.3.1 A Dominação do Espectro Total

A Dominação do Espectro Total (*full spectrum dominance*) surgiu na primeira década do século XXI, como instrumento para a consolidação do poderio estadunidense, cujo objetivo é voltado a consolidação do “The New American Century” (BANDEIRA, 2022, p. 75, 147). Dessa forma, a Dominação do Espectro Total se mostra como uma estratégia dos EUA, e ocorre em função de:

Interesses comerciais e financeiro-petrolíferos dos Estados Unidos, como um poder monetário, político, intelectual e eclesiástico superior, capaz de capturar, envolver e sobrepor se aos governos dos Estados nacionais e permitir-lhes a governança global, a *full spectrum dominance*, entregando a OTAN o monopólio da violência, como *global cop* (BANDEIRA, 2022, p. 142).

Assim, após a desintegração da URSS, por meio de tal estratégia, os EUA buscam implantar uma dominação de caráter totalitário, onde, através de operações de troca de regime visam “ganhar posições estratégicas e condicionam guerras ou em busca de mercado ou de acesso a recursos naturais” (BANDEIRA, 2022, p.145).

Para a interpretação dessa estratégia, é importante ter em mente que a hegemonia estadunidense, consolidada no final da Guerra Fria, contou com a construção de instituições internacionais que garantissem a consolidação desse poder. A ONU (Organização das Nações Unidas), o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a CIA (Agência Central de Inteligência) assim como o sistema de Bretton Woods são pilares da hegemonia dos EUA, e consolidaram a ordem liberal após a queda do muro de Berlim. A partir de todas essas instituições mencionadas acima, a posição geopolítica dos Estados Unidos foi determinada e fortalecida no Sistema Internacional (BEIRITH, 2020, p. 53-55).

Com relação a América Latina, especificamente desde o final do século XX e início do século XXI, a política externa dos EUA, assim como sua estratégia de defesa, além da busca pela consolidação de seu poderio, também busca impedir que determinados movimentos insurgentes se fortaleçam. Nesse sentido, o imperialismo dos EUA para a região passou por uma redefinição estratégica voltada a contrainsurgência, onde os objetivos são voltados a neutralizar, debilitar e se possível, destruir tendências políticas regionais que não se alinhem a sua política e seus interesses (SILVA, 2010).

A partir da criação da CIA (1947) e da OTAN (1949) especificamente, houve por meio dessas instituições um crescimento em campanhas de desestabilização política,

observadas pelo financiamento de grupos militares, assim como o estímulo a golpes de Estados em países que não estavam alinhados com os interesses dos Estados Unidos, no que corresponde a implementação do modelo de um Estado neoliberal e de democracia liberal e ocidental. Na tentativa de frear o avanço de modelos alternativos de organização social e política, os Estados Unidos implementam uma série de políticas de ingerência a grupos políticos que não correspondem aos seus interesses (SILVA, 2010). De acordo com Ceceña, os interesses dos EUA são voltados para:

Proteger la soberanía, el territorio y la población de Estados Unidos; prevenir la emergencia de hegemones o coaliciones regionales hostiles; asegurar el acceso incondicional a los mercados decisivos, a los suministros de energía y a los recursos estratégicos; disuadir y, si es necesario, derrotar cualquier agresión en contra de Estados Unidos o sus aliados; garantizar la libertad de los mares, vías de tráfico aéreo y espacial y la seguridad de las líneas vitales de comunicación (CECEÑA, 2006, p. 11).

Sob a hegemonia estadunidense, é observado um histórico de políticas intervencionistas a outros países, que ocorreram por meio de invasões, ocupações militares, somados ao patrocínio a grupos pró-americanos em outros países. De acordo com Almeida, as intervenções dos EUA podem ser observadas através do “histórico extenso de atrocidades, guerras, conquistas, intervenções e ocupações militares, e ainda, pela manutenção de governos ditatoriais ‘fantoques’ no mundo todo, financiando ou armando grupos políticos que representem seus interesses no país em questão” (ALMEIDA, 2006, p. 55).

Tais intervenções são em partes explicadas pelo extenso poderio militar Estados Unidos, construído como reflexo dos grandes investimentos do país em defesa, fator que compõem o Complexo Industrial-Militar do país. O Complexo Industrial-Militar foi criado por um ex-presidente republicano dos EUA, Dwight D. Eisenhower, para o estabelecimento de uma potente indústria militar (ARAÚJO, 2018). Almeida (2013) caracteriza o Complexo Industrial-Militar como um tripé, composto pelo Pentágono, onde se situa o Departamento de Defesa dos Estados Unidos; pelas corporações, empresas e tecnopólos, responsáveis pela produção de tecnologia e pesquisas científicas sobre as demandas militares e de defesa; e pelo Congresso, que aprova ou não os projetos voltados a defesa do país.

Desde já, é importante mencionar que poderio militar dos EUA, formado pelo Complexo Industrial-Militar é encarregado por dar sustentação ao país como uma das principais potências hegemônicas no sistema internacional contemporâneo (MOREIRA JR, 2014, p. 27 Apud ARAÚJO, 2018), assim como também são responsáveis por projetarem a

estratégias defensivas e militares do país. No ano de 2000, dentro do Complexo Industrial-Militar, foi fundado o FSC (Future Combat System), um programa de modernização e transformação das Forças Armadas dos EUA. Por meio do FSC, buscava-se a sobrevivência do Exército no campo de batalha moderno. Segundo Araújo, “isso seria possível através de aquisições de novas tecnologias, como capacidades superiores de comando e controle que pudessem unir as diversas forças armadas em uma rede de compartilhamento e comunicação de informações de maneira mais fácil e eficaz” (DEISS, KALMAN; WATSON, 2017 Apud ARAÚJO, 2018). Observa-se que por meio do FSC, se iniciou um novo processo de orientação estratégica das Forças Armadas, que visava dominar todos os espectros do conflito, estratégia presente na doutrina de Dominação do Espectro Total.

A doutrina de Dominação do Espectro Total corresponde a petrificação da dominação totalitária dos EUA (BEIRITH, 2020). Foi elaborada para um Manual de Campo de Operações do Exército dos EUA (2001), e buscava atingir uma alta precisão operacional, a partir da superação dos impasses que as tropas regulares poderiam sofrer das forças irregulares e das forças de resistência, como foi no caso da Guerra do Vietnã (COSTA, 2014, p. 15). Desde a guerra do Vietnã (1955-1975) especificamente, observamos algumas mudanças referente as formas das políticas intervencionistas estadunidenses. A partir do momento em que os Estados Unidos perderam a guerra para as forças irregulares do Vietnã, militares estrategistas norte-americanos, como John Boyd e Richard Szafranski, repensaram as táticas e estratégias de defesa do país, assim como a maneira de fazer a guerra dos Estados Unidos, que até o momento utilizava apenas métodos regulares (COSTA, 2014). A partir do caso do Vietnã, observou-se que os modelos regulares e convencionais já não eram suficientes para se vencer um conflito.

Nesse sentido, a partir da Doutrina do Espectro Total, os EUA redesenharam suas metas, seus espaços, assim como modificaram seus mecanismos direcionado aos conflitos, com novas exigências tecnológicas, novos trabalhos de inteligência, de persuasão e de combate (CECEÑA, 2016, p. 05). De acordo com o documento lançado pelo Pentágono, em maio de 2000, *Joint Vision: 2020*, por meio da Dominação do Espectro Total, as Forças Armadas dos EUA buscam ser “persuasivas na paz; decisivas na guerra e proeminentes em qualquer forma de conflito” (KORYBKO, 2015).

A Doutrina do Espectro Total é uma “nova” política de defesa dos Estados Unidos, que busca garantir a manutenção da hegemonia, assim como a sua supremacia em todas as

esferas de disputa. Para tal, essa nova doutrina tem como objetivo alcançar todos os níveis do espectro onde um potencial inimigo poderia se perpetrar, desde a vida cotidiana e produtiva até as esferas do pensamento e da ação (CECEÑA, 2016). Ademais, essa nova doutrina busca superar as debilidades das forças regulares e puramente militares, sofisticando suas táticas e áreas de atuação. De acordo com Ceceña, os objetivos da Doutrina do Espectro Total são voltados á:

Impedir la formación de fuerzas individuales o coligadas capaces de significar un contrapeso al poder de Estados Unidos autoasumido como líder mundial; impedir o disuadir cualquier tipo de insubordinación o rebelión que ponga en riesgo al sistema o los intereses centrales de sus protagonistas principales, entre los que se cuenta la libertad para disponer sin límites de territorios y vidas. (CECEÑA, 2016, p. 06)

A partir dessa doutrina, durante um conflito ou guerra, se tem como objetivo alcançar o domínio das novas modalidades de guerras não convencionais, como por exemplo, as esferas políticas, econômicas, militares, comunicacionais, tecnológicas, sociais e psicológicas presentes no cenário de guerra. Além disso, há o aumento da utilização de forças paramilitares através de financiamento, treinamento, apoio logístico, paralelo ao uso contínuo de aparatos tecnológicos dentro da produção militar, com uma capacidade bélica cada vez mais avançada em inovação. Em outras palavras, por meio da Doutrina do Espectro Total se objetiva o controle sobre as novas modalidades de se fazer a guerra na contemporaneidade (COSTA, 2014, p. 12). Portanto, são incorporados elementos psicológicos, cognitivos e não físicos na maneira de se fazer a guerra, buscando não somente ganhos nas esferas militares, mas em influir indiretamente o processo decisório do Estado-alvo, assim como a ação e decisão deste sobre o conflito em questão. Nesse sentido, são empregados elementos de guerra psicológica, como a utilização maciça da propaganda, por exemplo, muito comuns nas Revoluções Coloridas e nas estratégias de mudança de regime (COSTA, 2014). De acordo com Beirith:

A dominação do espectro total traz no próprio nome sua definição. A busca por consolidar-se como hegemonia global exige o domínio de todas as esferas: políticas, econômicas, militares, sociológicas e até mesmo psicológicas. Isso é, não só manter-se enquanto polo gravitacional da economia capitalista e como centro decisório da geopolítica mundial, mas estabelecer um predomínio militar incontestável e também ter a capacidade de influir nas mais distintas sociedades (BEIRITH, 2020, p. 58).

Na contemporaneidade, no desenvolvimento de conflitos, observa-se que há uma multiplicação de conflitos não convencionais, que ocorrem entre as grandes potências, e entre

grupos irregulares e não convencionais, de forma direta e indireta. Determinados conflitos não convencionais têm ocorrido em regiões geopoliticamente relevantes para o crescimento das potências centrais, como no caso da Venezuela, por exemplo. Como já explanado anteriormente, os conflitos não convencionais ocorrem por meio de guerras híbridas e de quarta geração, cuja defesa pode ser pensada através das guerras assimétricas e irregulares. É neste sentido que, observa-se que atualmente são crescentes os conflitos de caráter irregular e prolongado no cenário internacional, responsáveis por aprofundar a conflitividade na periferia do Sistema Internacional.

Assim sendo, é de suma importância que compreendamos o impacto que a Doutrina do Espectro Total possui sobre as guerras atuais e seus desdobramentos acerca da influência que os EUA, na tentativa de manter sua posição hegemônica, visam garantir sobre determinados territórios. Os atuais interesses geopolíticos dos Estados Unidos, assim como a nova Doutrina do Espectro Total, estão amplamente relacionados com o desenvolvimento do conflito na Venezuela.

1.4. Conclusões do capítulo

Os interesses imperialistas têm influenciado de forma considerável as relações internacionais da América Latina no século XXI. Na Venezuela especificamente, o imperialismo se dá em função de interesses sobre os recursos energéticos e matérias-primas, mas também pela disputa de mercados e pela zona de influência sobre a região do Caribe e América Latina. Como explanado no desenvolvimento deste capítulo, após a Guerra Fria, as potências centrais têm travado guerras em áreas periféricas do Sistema Internacional.

Assim sendo, o argumento do primeiro capítulo é que o conflito não convencional que ocorre na Venezuela se dá sob o contexto sistêmico de imperialismo que atinge países periféricos e semiperiféricos, especificamente quando esses são vistos como fontes de recursos energéticos responsáveis pela manutenção da hegemonia norte-americana no Sistema Internacional. É cada vez mais recorrente o desenvolvimento de conflitos não convencionais nas regiões periféricas como consequência de interesses externos por territórios abundantes em recursos naturais e energéticos.

No caso da Venezuela, o desenvolvimento do conflito não convencional, tem como objetivo a troca de regime e a posterior ocupação do poder do Estado Bolivariano. O país é

um Estado-alvo do conflito não convencional pelo histórico da Revolução Bolivariana e pelas abundantes reservas petrolíferas, o que desperta interesses geopolíticos das grandes potências na manutenção da atual distribuição de poder em escala internacional.

Assim, o conflito se dá como consequência de políticas imperialistas que ocorrem com o objetivo de pilhagem de recursos e dominação econômica, social e política. Para a Venezuela, em específico, tais políticas se materializam a partir da Dominação do Espectro Total, onde se busca atingir todas as modalidades de se fazer conflito na contemporaneidade, por meio de guerras econômicas, midiáticas, informacionais, psicológicas e cibernéticas. Em outras palavras, a partir da Dominação do Espectro Total, há um processo de sofisticação das novas modalidades de fazer a guerra.

Para tal, há o fomento a instabilidade interna do país, a partir da instrumentalização de um caos sociopolítico, para a partir disso, se trocar o regime e ocupar o poder do Estado. Portanto, para compreender a atual situação de conflito na Venezuela, é necessário se ter em mente que a guerra não convencional é causada por consequência de interesses externos a Venezuela, com o objetivo final de troca de regime (SANCHÉZ, 2020; MPPRE, 2020).

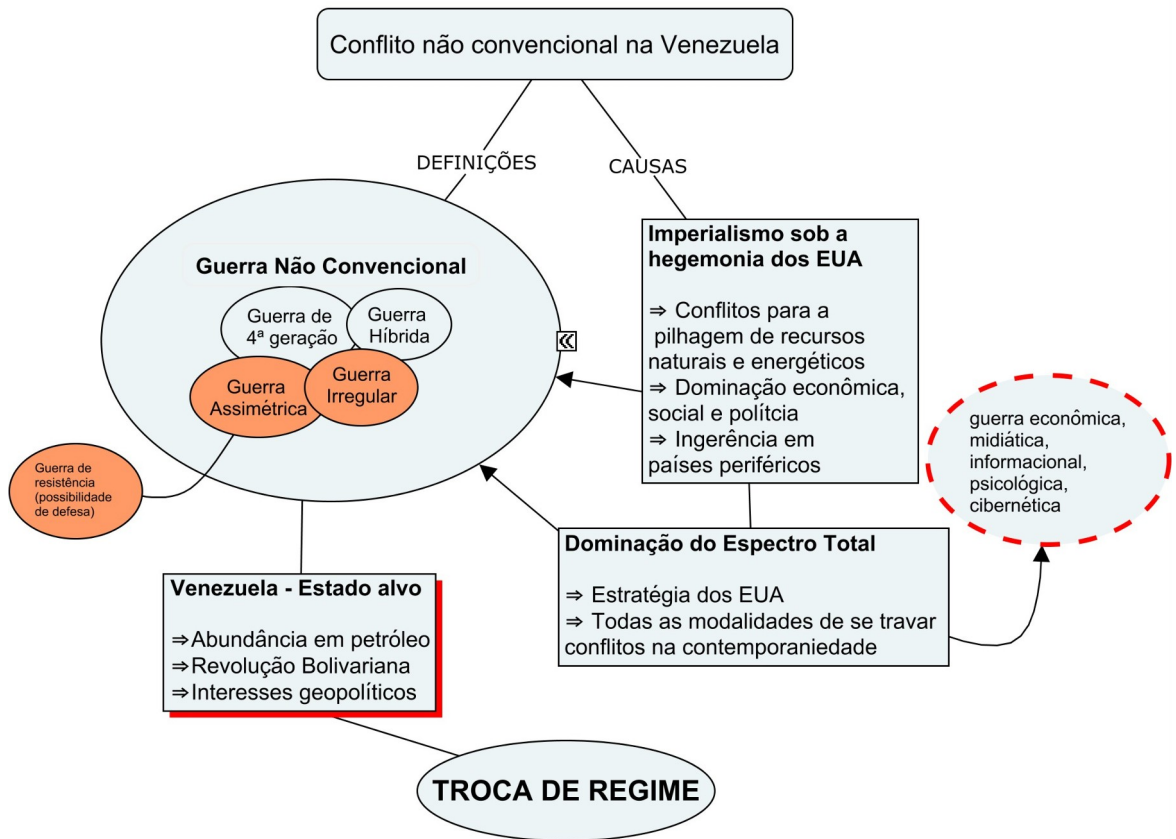
A partir do levantamento teórico, pode-se depreender que o conflito na Venezuela é não convencional, pois possui características de guerra híbrida e de quarta geração. O raciocínio presente na tese é que as estratégias presentes na guerra irregular e na guerra assimétrica podem ser utilizadas como mecanismos de defesa para o conflito não convencional.

Tanto na guerra irregular quanto na guerra assimétrica, a disputa ideológica é um eixo chave, pois a partir dela que são construídas as bases para a defesa advinda dos sujeitos locais. Ademais, dentro do conceito de guerra assimétrica, há a possibilidade de defesa naquilo que compreende a guerra de resistência. Para tal, é preciso a construção da consciência da população civil acerca do conflito em si, que pode se dar através de projetos educacionais assim como a articulação da imprensa, que se mostram como pontos estratégicos para a viabilização de operações psicológicas exitosas.

Portanto, nesse caso, ao se pensar a defesa para o conflito não convencional, teoricamente é necessário que se tenham estratégias que garantam a vitória na guerra de informação, assim como nas esferas de inteligência e nas esferas midiáticas, para que a partir disso, se fundamente as bases que garantam a opinião pública dentro da sociedade civil. Ademais, para a guerra híbrida e de quarta geração, ao pensarmos as questões relacionadas a

defesa é muito importante o investimento nas esferas de inteligência cibernética, assim como a viabilização da sofisticação de aparatos tecnológicos que compreendam as áreas defensivas.

Capítulo 01 - Definições e Causas do Conflito Não Convencional na Venezuela



Fonte: Elaboração própria baseada no conteúdo do cap. 01

CAPÍTULO 2 – O CONFLITO NÃO CONVENCIONAL NA VENEZUELA

A partir do levantamento teórico, compreende-se que a Venezuela enfrenta um conflito não convencional, com características híbridas e de quarta geração, onde o objetivo é a deslegitimação do governo de Nicolás Maduro para viabilizar uma troca de regime, assim como viabilizar a prática de políticas voltadas à responsabilidade de proteger, que legitimam a intervenção externa direta sobre o território. O conflito se dá como consequência de uma dinâmica imperialista a nível internacional, que utiliza da posição periférica e dependente da Venezuela para a reprodução da lógica de exploração de seu povo e pilhagem dos recursos de seu território.

O objetivo deste capítulo é compreender como o conflito não convencional ocorre na Venezuela, os atores envolvidos, os desdobramentos e as consequências de tal cenário. Uma das principais esferas da guerra é a esfera econômica, e para a compreensão da dinâmica da economia venezuelana, é necessário o entendimento do papel do petróleo dentro da dinâmica da economia venezuelana, assim como o histórico da Revolução Bolivariana sobre as relações políticas e econômicas que envolvem a commodities. A partir disso, busca-se trazer uma contextualização da geopolítica do petróleo na Venezuela a fim de debater as características que estruturam a dependência econômica do Estado rentista petrolífero, pois a guerra econômica ocorre como uma consequência da estrutura do estado rentista.

A partir disso, posteriormente, será analisado o governo de Nicolás Maduro e suas políticas, especificamente a partir de 2013, período que correspondem ao período analisado no trabalho. Aqui, serão trazidos a debate as políticas do governo de Nicolás Maduro durante o conflito não convencional, assim como as especificidades e as contradições presentes no mesmo. Em seguida, serão debatidas as sanções econômicas internacionais que atingem o país, que estão paralelas a um cerco político e diplomático contra o país a nível regional e internacional. Ambos são respaldados por um discurso de defesa e garantia dos Direitos Humanos, que legitimam tanto as sanções, como o cerco político e diplomático. Finalmente, serão analisados os desdobramentos e os atores do conflito não convencional, assim como as consequências do conflito a nível interno que se materializam por meio na crise econômica e de abastecimento, e pelas tentativas de troca de regime no país.

2.1. A Venezuela e a geopolítica do petróleo

No século XX e XXI, o petróleo tem se transformado na mais importante das matérias-primas, por ser a fonte de energia mais utilizada mundialmente. Sua utilização está amplamente relacionada ao desenvolvimento de estruturas produtivas e de guerra (CÍCERO, 2018, p. 355). Além disso, o petróleo está relacionado diretamente a distribuição e disputa do poder a nível internacional. Logo, a geopolítica referente ao petróleo está intrinsecamente relacionada com a reprodução de riqueza e poder. A partir disso, pode-se depreender que o petróleo tem sido a causa de inúmeros conflitos ao redor do globo, assim como desestabilizações políticas e intervenções políticas em vários países do Terceiro Mundo.

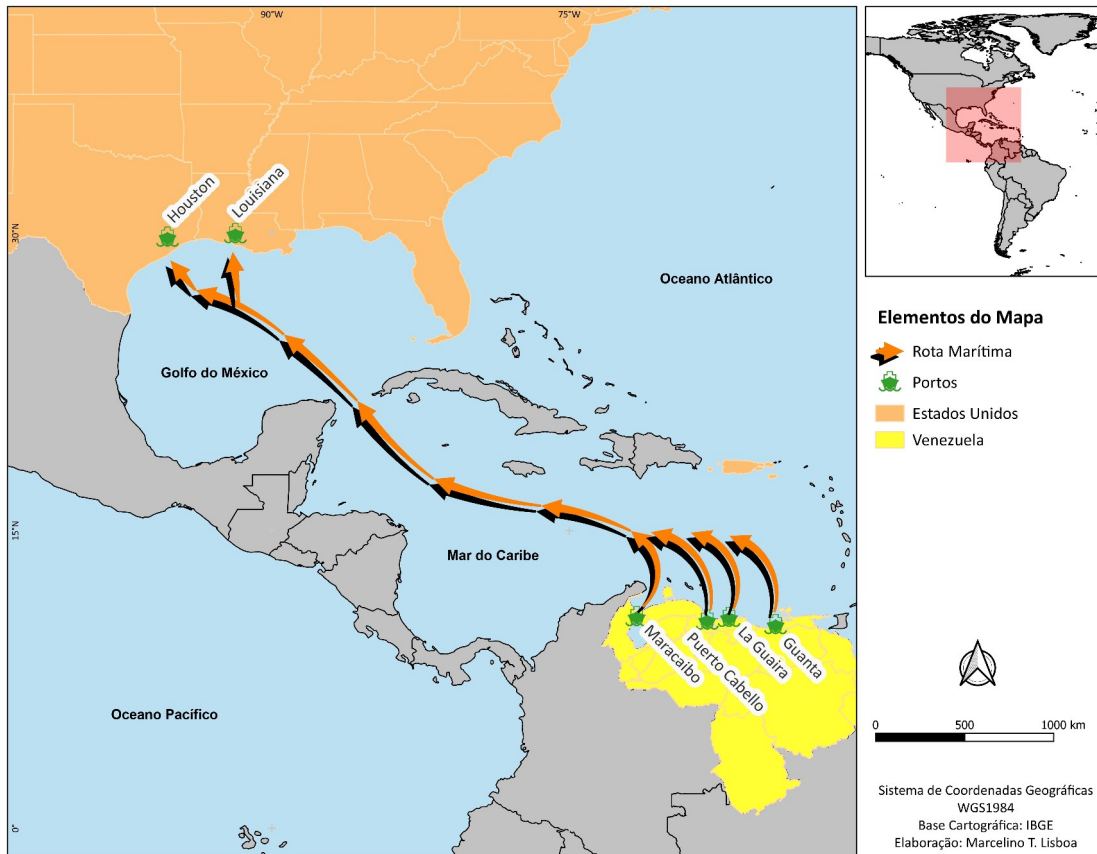
De acordo com Igor Fuser: “A dimensão política do petróleo é decisiva. O petróleo contribui para determinar a hierarquia no cenário internacional” (FUSER, 2005, p. 36). O mesmo autor ainda ressalta que: “Nenhum outro produto tem importância tão decisiva para o funcionamento da economia mundial, pois, uma simples variação no seu preço pode representar o início de uma fase de crescimento ou, ao contrário, lançar o mundo na recessão” (FUSER, 2005, p. 36). Assim, o hidrocarboneto desempenha um papel de extrema relevância nas Relações Internacionais Contemporâneas. Além disso, o petróleo é a base energética de uma das principais potências hegemônicas, e os EUA é o país que mais consome petróleo no mundo (CÍCERO, 2018, p. 355). Por isso, em função da pilhagem e acumulação de tal recurso, pode-se observar a materialização de práticas imperialistas por parte da grande potência a países periféricos e semiperiféricos. Portanto, observa-se que as Relações Internacionais Contemporâneas são marcadas por conflitos que ocorrem em função de disputas pelo petróleo. Nesse sentido, desde o século XX, especificamente, o petróleo, sua relevância geopolítica e energética, tem potencializado conflitos em todo o mundo. De acordo com Maza:

No sólo en Venezuela el petróleo ha signado al siglo XX, sino en el mundo como un todo. El petróleo es combustible de paz y de guerra, materia prima industrial de múltiples elaboraciones, motivo de conflictos, rubro fundamental de comercio internacional, medio de dominación, de acumulación y de enriquecimiento de poderosos consorcios; ha estado en el transfondo de crisis económicas y financieras; de uno u otro modo ha figurado en conspiraciones y conmociones políticas; ha servido como elemento de cohesión de una porción importante del llamado Tercer Mundo; ha impulsado la prosperidad, pero también propiciado el malestar de naciones y pueblos (ZAVALA, 2007, p. 61).

A partir disso, pode-se compreender que o conflito não convencional da Venezuela pode ser explicado através da importância estratégica do petróleo a um nível internacional. Em outras palavras, uma das causas do conflito não convencional se dá em função dos recursos energéticos e das matérias-primas presente no território venezuelano. No que tange as questões que permeiam a geopolítica do petróleo, a Venezuela desperta maiores interesses externos sobre os recursos de seu território desde o final do século XIX e início do século XX, período em que se iniciaram as descobertas de petróleo no país. Desde a descoberta das reservas petrolíferas, observa-se que a exploração do petróleo venezuelano tem sido estimulada por contratos internacionais de concessão (CÍCERO, 2018, p. 346).

Por tais motivos, o país desempenha um papel estratégico referente a disputa geopolítica a nível regional, em especial quando se observa os interesses geopolíticos norte-americanos – e recentemente, os interesses da China – sobre a região, assim como suas respectivas políticas de ingerência no continente. Além disso, por estar localizado no Caribe, o país tem uma posição estratégica do ponto de vista logístico relacionado a importação de petróleo direcionada as costas estadunidenses. Cabe observar que a proximidade da Venezuela as costas estadunidenses foi um fator essencial para o fortalecimento do capital dos Estados Unidos e sua consolidação hegemônica, pois o petróleo venezuelano e toda a capacidade industrial e bélica advinda deste foi um diferencial para o êxito dos EUA na 2ª Guerra Mundial (PEDROSO, 2018). Por meio do mapa a seguir, pode-se observar parte logística empregada na exportação do hidrocarboneto desde a Venezuela até os Estados Unidos.

Mapa 01 – Rota marítima de exportação de petróleo Venezuela-EUA: Mar do Caribe e Golfo do México.

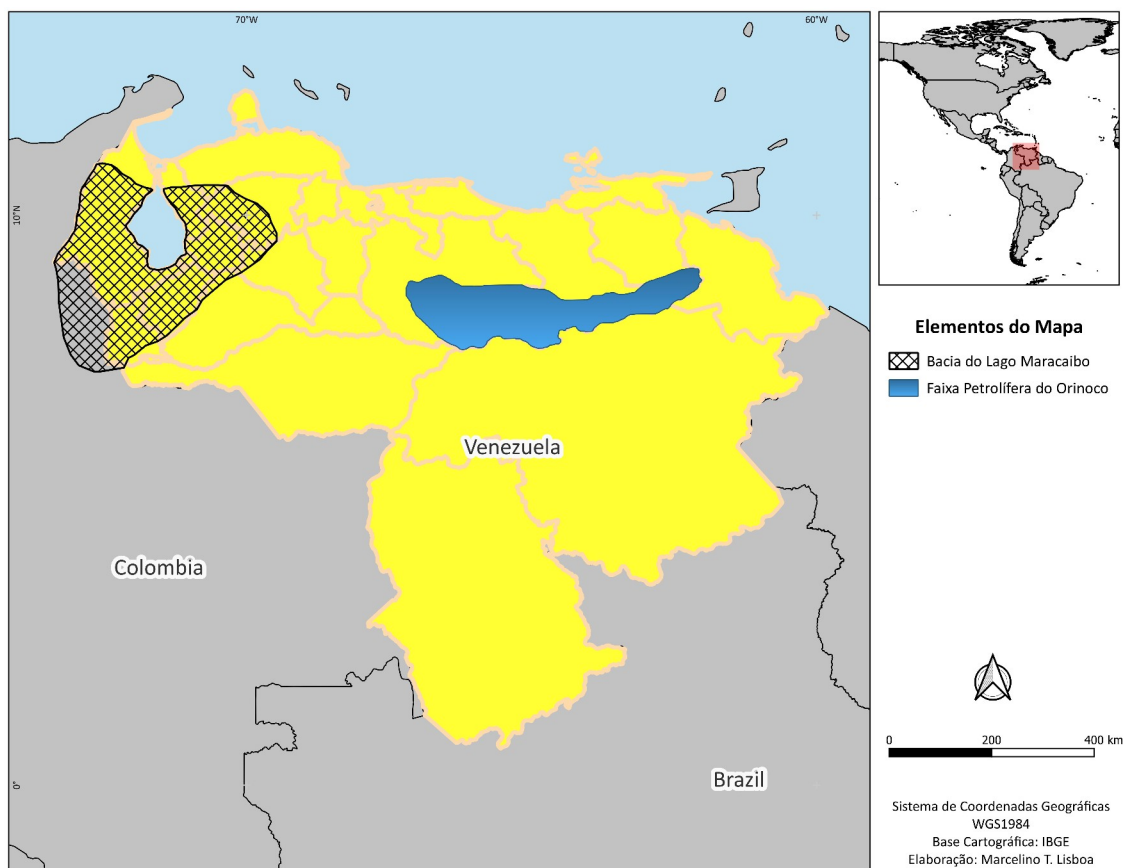


A região do caribe especificamente é estratégica por ser um território de fluxo contínuo para o comércio mundial, que ocorre através do Canal do Panamá. O Mar do Caribe, especificamente, além de banhar países da América Latina e Caribe, também dá acesso ao Golfo do México, ao Oceano Atlântico e ao Oceano Pacífico (MANLEY, 1982). Em função da sua proximidade geográfica com os Estados Unidos, observa-se que a região do Caribe historicamente sofre uma profunda influência das políticas externas norte-americanas, seja direta ou indiretamente. Na região existem grandes reservas de petróleo, encontradas no Golfo do México e na Faixa petrolífera de Orinoco (BEIRITH, 2020, p.73).

A faixa petrolífera de Orinoco é localizada na Venezuela, entre os estados de Monaguas, Delta Amacuro, Anzoátegui, y Guárico, onde se encontra a maior reserva de petróleo ultra-pesado mundo, com uma extensão de aproximadamente 55 mil km². Além desta faixa petrolífera, há a Bacia de Maracaibo, localizada na noroeste da Venezuela, no lago de

Maracaibo. Tal Bacia possui uma extensão de aproximadamente 60 mil km² (PIRELA, 2021; FAJARDO, OLMOS, 2009).

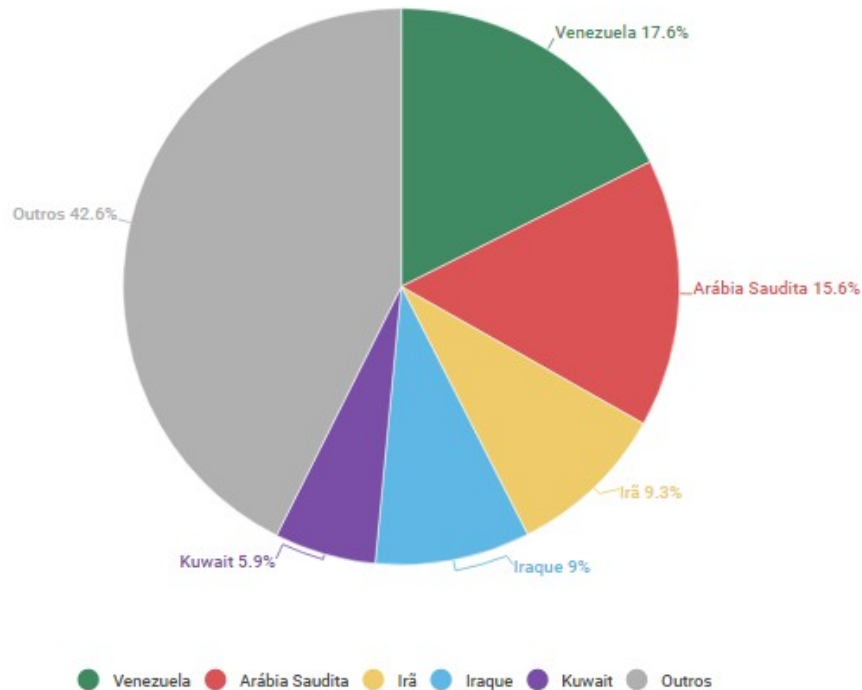
Mapa 02 – Faixa Petrolífera de Orinoco e Bacia de Maracaibo



Através deste mapa, observa-se pontos territoriais estratégicos relacionados a localização das reservas petrolíferas da Venezuela. Além disso, a seguir, o Gráfico 01 demonstra a relevância geoestratégica da Venezuela, o que explica em partes o motivo pelo qual o país é alvo de um conflito não convencional. O gráfico é referente as 5 maiores reservas de petróleo mundiais, a Venezuela é o país que mais possui petróleo no mundo, seguida por Arábia Saudita, Irã, Iraque y Kuwait.

Gráfico 02: As 5 maiores reservas mundiais de petróleo

As 5 maiores reservas provadas de petróleo em 2016 (em proporção às reservas mundiais)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do BP Statistical Review of World Energy, 2017.

Como é possível inferir pelo gráfico, a Venezuela tem grande relevância no sistema petrolífero internacional por ser uma das maiores reservas confirmadas de petróleo do mundo, o que corresponde a 17,6% do total das reservas mundiais do recurso energético, fato que demonstra o principal motivo que faz do país um ator de relevância geoestratégica a nível regional (BRITISH PETROLEUM, 2021). Atualmente, a Venezuela possui a maior reserva petrolífera não explorada do planeta, que, como já demonstrado, está localizada na Faixa Petrolífera de Orinoco (SILVA, 2010). A partir disso, pode-se depreender que o petróleo é um fator condicionante para a inserção da Venezuela nas relações internacionais contemporâneas (ROMERO, 2010; GOMEZ, 2014). E no que tange as políticas domésticas venezuelanas, a commodity desempenha um papel fundamental na economia, sendo o produto de maior exportação e a maior fonte de divisas do país.

2.1.2. O Petróleo como a matriz econômica da Venezuela

Após as descobertas de petróleo no país, especificamente a partir da década de 1920, a Venezuela entra em um período que é tido como a “era do petróleo”, isso porque a partir desse momento o país passou por um processo de transformação de sua matriz econômica. Anteriormente, a política econômica venezuelana tinha um caráter de agroexportadora, e após 1920, passou a ser majoritariamente rentista petroleira. Nesse momento, as exportações de petróleo superaram as exportações agrícolas (CÍCERO, 2018, p. 349). Desde essa década, a economia venezuelana passou a ser caracterizada como rentista, tema a ser debatido no próximo tópico do capítulo. Mas, de início, vale mencionar que para a economia venezuelana especificamente, o preço do barril de petróleo é determinante.

Sobre o processo histórico de exploração de petróleo, é importante mencionar que desde as primeiras perfurações de petróleo na Venezuela, observa-se a presença das companhias estrangeiras no país, que assim como uma reduzida elite venezuelana, se beneficiavam das extrações do petróleo venezuelano (SEVERO, 2009). Entre 1920 e 1960, a economia da Venezuela passou por um crescimento econômico, que em certa medida, incentivou a expansão do mercado interno e estimulou as importações de bens de capital (BAPTISTA, 2004, p. 69 Apud SEVERO, 2009, p. 169). O petróleo, portanto, passou a ser um eixo determinante para economia e para as políticas externas do país.

Como um exemplo factual da expansão do mercado petrolífero, a Venezuela participa como Estado-membro da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) desde a sua fundação, em 1960. Para o cenário internacional, a OPEP desempenha suma importância, pois a partir da fundação da organização, houve uma quebra no monopólio acerca da exportação e produção do petróleo. Antes de sua fundação, o ramo petrolífero era controlado majoritariamente pelas Sete Irmãs (Chevron, Exxon, Gulf, Mobil, Texaco, Shell e British Petroleum), grupo de empresas privadas do setor. Contudo, a partir da sua criação, houve um maior controle do mercado pelos países produtores, países majoritariamente localizados no Oriente Médio, com características de economias periféricas. Por esse motivo, desde 1960, em função da atuação e influência da OPEP, os países centrais e consumidores de petróleo tiveram seus interesses suprimidos dentro do mercado petrolífero.

Segundo Mommer, a OPEP é uma “organização dedicada ao fortalecimento da soberania nacional sobre os recursos naturais esgotáveis” (MOOMER, 2002, p. 11; tradução

própria) e por isso a participação da Venezuela na fundação da organização é de suma relevância para a compreensão do processo de nacionalização do petróleo que se desenvolveu posteriormente. Pela atuação da OPEP no mercado internacional, na década de 1970 ocorre o *boom* do preço do petróleo, o que para a Venezuela, significou ao auge de captação de renda, pela entrada de divisas. Contudo, na época, o país não tinha capacidade de absorver essa grande entrada de divisas. De acordo com Severo:

El ingreso de divisas (determinado por factores ajenos, fuera del país) superó la capacidad de absorción del mercado interno (pequeño, excluyente, desproporcionado y controlado por intereses foráneos). Es correcto decir que esa imposibilidad de absorber las divisas estaría relacionada con las cuatro características económicas presentadas anteriormente: control extranjero sobre la economía, falta de conexión entre los sectores productivos internos, concentración de la renta y sobrevaluación de la tasa de cambio (SEVERO, p. 169, 2009).

Como consequência do *boom* do petróleo, na década de 1970, a quantidade de dinheiro disponível na economia (e de liquidez monetária) cresceu aproximadamente 200%, e o PIB, 30%. O que aumentou a demanda interna, e conseqüentemente, o aumento das importações (SEVERO, 2009). Na Venezuela, até o ano 1976 as empresas estrangeiras que operavam o petróleo eram a Exxon, a Shell e a Mobil, cujo domínio era majoritariamente estrangeiro sobre a exportação do petróleo venezuelano. Tal cenário foi transformado a partir de um processo que visava a nacionalização do petróleo, que ocorreu durante o governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979). A partir de tal processo, em 1976, foi fundada a Petroleros de Venezuela S.A. (PDVSA), criada com o objetivo de manejo e administração das extensas reservas petrolíferas do país. Assim, desde a sua fundação até a atualidade, as funções da estatal giram em torno da operação e produção do petróleo (RINCÓN; NEBIS; AÑES; RINCÓN, 2016).

Entretanto, apesar da tentativa de nacionalização, no ano de 1989, já durante o governo de Rafael Caldera, ocorreu o que é chamado de ‘Política petroleira de Abertura’ dentro da PDVSA, onde se tinha como objetivo a reprivatização da indústria petroleira venezuelana. De acordo com Mommer:

Las compañías internacionales y los países consumidores estaban preocupados, antes que nada, por dismantelar en primer lugar el marco político e institucional que había llevado a la nacionalización. Es decir, querían reducir el poder del Estado de maximizar su participación en los ingresos petroleros y de controlar los precios y la oferta (MOMMER, 2002, p. 03).

Vale frisar que no mesmo período, se iniciou um processo de internacionalização da empresa estatal, onde observa-se um aprofundamento das relações da PDVSA com o mercado estadunidense especificamente. Como resultado desse processo, a em 1990, a Venezuela comprou a empresa CITGO, localizada nos EUA. Desde então, a CITGO e a PDVSA começaram a trabalhar conjuntamente no refino do petróleo ultra-pesado. Atualmente, a CITGO possui três refinarias e cerca de quarenta e oito terminais de armazenamento e distribuição. De forma geral, as exportações do petróleo venezuelano, passam pela CITGO, são refinadas e posteriormente, comercializados nos EUA (SUTHERLAND, 2019).

Por meio da abertura petroleira que a PDVSA foi submetida, por um período os objetivos da estatal estavam voltados a atrair investimentos estrangeiros e não no desenvolvimento nacional do país e de suas capacidades produtivas e industriais (MOMMER, 2002). Portanto, para o controle da exploração da commodities, a PDVSA foi criada e partir do que foi exposto anteriormente, pode-se depreender que a empresa estatal passou por distintas fases. Em um primeiro momento, sua fundação é respaldada pelo objetivo de nacionalização do petróleo, que logo é comprometida por um processo de abertura, privatização e de internacionalização da estatal. Assim sendo, de forma resumida, o petróleo desde a sua descoberta têm influenciado de maneira significativa as políticas internas e externas da Venezuela, por ter se tornado a base econômica do país. Nesse quesito, é importante salientar que a economia venezuelana é altamente dependente do preço do petróleo, que por sua vez é definido por variáveis econômicas determinadas pelo mercado mundial, fato que coloca o país em uma posição de vulnerabilidade econômica em vários momentos.

Sob o contexto de privatização da estatal, Hugo Chávez Frias assume a presidência do país em 1998. Neste ano, o preço do petróleo estava em queda e por conseguinte a situação econômica do país que depende das exportações do hidrocarboneto não era a melhor. A partir dos governos de Chávez se iniciou um processo de renacionalização do petróleo venezuelano. Cabe observar que Chávez assume a presidência sob um cenário de esgotamento do Pacto de Punto Fijo⁶, onde o poder do Estado venezuelano era limitado pelas oligarquias locais e a economia venezuelana era submetida à uma lógica neoliberal, e portanto, dependente do rentismo petroleiro e das relações com os Estados Unidos (ABREU, 2019).

6 - O Pacto de Punto Fijo era um acordo entre as elites venezuelanas para a manutenção do poder sobre o país. Por meio do acordo, ocorria uma alternância do poder político da Venezuela entre as oligarquias e burguesias nacionais. O *Pacto de Punto Fijo* foi responsável por consolidar a alternância de poder entre os partidos políticos Ação Democrática (AD), a União da República Democrática (URD) e o Partido Social Cristão (Copei) durante um período de quarenta anos (ABREU, 2019).

Sob o governo de Chávez, em 1999, uma nova Constituição foi escrita e nela, especificamente pela *Ley Orgánica de Hidrocarburos* (2001), a PDVSA não pode ser privatizada, mas vale ressaltar que tal restrição não vale para as filiais produtoras da estatal (MOMMER, 2002). Tal lei corresponde a um processo de Reforma Petrolífera que ocorreu no país, onde se determina que a PDVSA pertence ao Estado, e as atividades da indústria petrolífera devem contar com ações majoritárias do Estado (RINCÓN; NEBIS; AÑES; RINCÓN, 2016). Segundo Severo, a Reforma petrolífera tinha cinco objetivos centrais:

Recuperar o papel central do Estado no tema do petróleo, aumentar os ingressos fiscais de origem petroleira, fortalecer a OPEP e promover a recuperação dos preços internacionais, romper com as tendências favoráveis a privatização da PDVSA e estimular a participação de empresários nacionais (SEVERO, 2019, p. 99 tradução própria).

Assim, a reforma petroleira buscava fortalecer e recuperar o papel da OPEP como um ator de caráter regulador do mercado internacional do petróleo. Isso, de certa forma interferiu os interesses dos Estados Unidos a um nível internacional, uma vez que o Iraque, a Líbia e o Irã, países tidos como “inimigos” dos EUA, compõem a organização. Entretanto, apesar dos interesses de ambos países não coincidirem na época, isso não foi capaz alterar as relações entre os EUA e a Venezuela na compra e venda do hidrocarboneto (LANDER; MAYA, 2003).

É importante frisar que a partir de tal reforma petroleira, houve um processo de redistribuição da renda petrolífera, que foram destinadas as Missões Sociais, materializadas por meio de projetos que buscavam diminuir os índices de fome, pobreza e demais desigualdades sociais no país (ABREU, 2019). Tal processo gerou maiores investimentos que foram revertidos nas esferas sociais do estado. Por meio de tais investimentos, incrementou-se políticas públicas para a superação de várias demandas sociais (ABREU, 2019, p. 30).

Como resposta a tal reforma, a oposição política a Chávez, em conjunto com parte da gerência da PDVSA na época, com a Embaixada dos EUA em Caracas, com a FEDECAMARAS (Federación de Camaras y Asociaciones de Comercio y Produccion de Venezuela), com a CTV (Central de Trabajadores de Venezuela) e com os principais meios de comunicação privados da Venezuela da época, orquestraram uma tentativa de Golpe de Estado em 2002, que visava a retirada de Chávez do poder, com o objetivo de interromper as reformas que estavam sendo desenvolvidas pelo governo (SEVERO, 2019).

A tentativa de golpe foi um fracasso, e por esse motivo, setores da oposição orquestraram novamente uma greve, o *Paro Petrolero* no ano seguinte, em fevereiro de 2003. A greve foi convocada pela ala da direita a oposição política do governo de Chávez da época, e durou um total de 63 dias. Os objetivos do paro eram desestabilizar economicamente a Venezuela por meio do desabastecimento do mercado interno e da exportação de petróleo. É importante mencionar que tanto o golpe de Estado, ocorrido em dezembro de 2002, quanto o paro petrolero foram planejados pelos mesmos grupos da oligarquia venezuelana.

Sobre o cenário posterior ao *Paro Petrolero*, é importante observar que: “El sabotaje petrolero afectó principalmente al pueblo, que se vio sometido a un largo período en el que hubo carencia de combustible para el transporte, gas para la cocina y otros productos de primera necesidad” (TELESUR, 2019). Além disso, com o objetivo de deslegitimar o governo, em 2003 houve um referendo popular na tentativa fracassada de revogar o mandato do então presidente. Apesar das tentativas de frear o processo iniciado por Chávez, como resultado da reforma, no ano de 2003 o PIB da Venezuela cresceu 8% (BCV, 2019 Apud SEVERO, 2019), e isso se deu como consequência do processo de nacionalização da empresa petrolera. Já em 2004, a inflação do país caiu para 19,2% e em 2005, para 14,4%. Neste ano, o Bolívar foi valorizado, o que ocorreu como reflexo da produção industrial, do combate aos monopólios privados, somado ao apoio dos pequenos produtores agrícolas (SEVERO, 2019).

Assim, pelos governos de Chávez, durante a Revolução Bolivariana, iniciada em 1999, houve um processo que transformou de maneira significativa as políticas internas e externas da Venezuela, suas relações internacionais, assim como as políticas referentes ao petróleo. Cabe observar que a partir da nova Constituição se inicia o período da V República no país, caracterizado pela busca da democratização do poder as camadas populares, assim como pela diminuição das desigualdades e da pobreza que assolavam o país. Na nova República, ocorre um processo de ressignificação da democracia, que até o momento era representativa. Se inicia, então, o modelo de democracia participativa e protagônica, cujo objetivo é voltado ao estímulo do Poder Popular, acompanhado pela criação dos Conselhos Comunais e Comunas. Por meio da potencialização do Poder Popular, pode-se desprender que a partir da Revolução Bolivariana há um novo modelo de Estado sendo idealizado a médio e longo prazo (ABREU, 2019).

Assim sendo, o processo político e histórico desenvolvidos nos governos de Chávez visava transformar a sociedade venezuelana, propondo inclusive um novo modelo de Estado

através do Socialismo do Século XXI. De forma geral, cabe analisar que as conquistas alcançadas pelos governos de Chávez foram em grande parte influenciados pela alta dos preços do petróleo, ocorridos como consequência do *boom* dos preços das matérias-primas entre 2002 e 2008. Contudo, em 2013, pela queda do preço do petróleo, havia uma sinalização de crise econômica, pois neste ano a extração e produção do petróleo diminuíram e o país também contraiu dívidas externas. Assim, após o falecimento de Hugo Chávez neste mesmo ano, paralelo a queda do preço do petróleo, a Venezuela entrou em período de profunda crise, realidade que compromete a continuidade dos objetivos que norteiam a Revolução Bolivariana.

Dessa forma, a crise econômica, social e política desencadeada sobre tal contexto, se deu como um reflexo da queda do preço do petróleo somado ao falecimento da principal liderança da Revolução Bolivariana e ao início de um conflito não convencional contra o país. Vale observar que sob o contexto de crise, houve um aumento da polarização política na sociedade civil venezuelana. Com o fim do governo de Chávez, se inicia o governo de Nicolás Maduro, liderança indicada pelo ex-presidente, e posteriormente eleito como presidente em 2013.

O governo de Nicolás Maduro foi eleito sob o discurso de continuidade ao processo histórico que Chávez havia iniciado, pela afirmação da Revolução Bolivariana e continuidade de implementação do Socialismo do Século XXI, assim como pela redução da pobreza e miséria através da renda advinda da produção do petróleo. Contudo, o que se observa a partir de 2013, com o governo de Maduro, é o início de um período de profunda crise, escassez de produtos básicos, somado a uma crise no setor elétrico, alta inflação, desvalorização do câmbio e queda do PIB (LEOTTI, FACCIOLLI, FROSSARD, GODOY; 2019). Tal cenário se dá como consequência de um conflito não convencional travado contra o país, com objetivos voltados a troca de regime.

Como veremos a seguir, em linhas gerais, a crise política e econômica que ocorre na Venezuela sob o governo de Maduro se dá como resultado da dependência econômica do país ao petróleo, potencializada pelas sanções econômicas direcionadas a Venezuela. Pela lógica de dependência paralela a base econômica rentista, o preço do hidrocarboneto, determinado pelo mercado internacional, é crucial para o crescimento ou declínio econômico da Venezuela. Em 2013, portanto, em função da queda do preço da commodities, o país altamente dependente da exportação do petróleo, entrou em uma crise econômica e social na

qual ainda se encontra atualmente. Vale ressaltar que tal crise econômica é um processo induzido pois, o país é alvo de sanções e embargos econômicos a nível internacional que impedem a Venezuela de negociar com vários outros países e empresas, tema a ser debatido com maior profundidade posteriormente em um dos tópicos deste capítulo.

Em outras palavras, um dos motivos que causam a crise na Venezuela é a dependência histórica da economia ao petróleo potencializada pelas sanções e embargos econômicos contra o país. De acordo com Pennaforte e Oliveira, “A Venezuela vive atualmente uma das maiores crises de sua história. Após mais de uma década de indiscutíveis conquistas sociais, o país encontra-se mergulhado em uma profunda deterioração econômica, política e social e assiste ao recrudescimento da polarização interna” (2019, p. 63). Dessa forma, a continuidade efetiva dos objetivos propostas pela Revolução Bolivariana é condicionada pela construção de alternativas para a dependência econômica com relação ao petróleo, e a transformação da escala produtiva do país (PENNAFORTE; OLIVEIRA, 2019).

Assim sendo, pode-se depreender que o país em estudo tem grande capacidade energética e por esse motivo, tem despertado interesses externos sobre o seu território, especificamente dos Estados Unidos, país que historicamente influência direta ou indiretamente os países da América Latina e Caribe. Aqui, é importante mencionar que recentemente, o país também tem despertado os interesses da China sobre tais reservas, especificamente sob um contexto de transição hegemônica e reordenamento do poder em escala global. Com relação ao controle das reservas petrolíferas, após o início da Revolução Bolivariana, observa-se o início de um processo de uma relativa autonomia do país sobre as riquezas naturais presentes em seu território. O processo revolucionário bolivariano ainda está em disputa, uma vez que o país entrou em um cenário de profunda crise pós-Chávez. A crise econômica, política e social se dá como reflexo de um problema estrutural da Venezuela, caracterizado pelo modelo rentista petrolero, fato que aprofunda a lógica de dependência econômica. Além disso, a crise e o conflito não convencional se dão como uma ofensiva que visa barrar os avanços do processo histórico iniciado em 1999.

A geopolítica do petróleo da Venezuela, as bases da dependência econômica do país as exportações da commodities, assim como a história recente do país correspondente aos governos de Chávez, são elementos fundamentais para a compreensão dos desdobramentos do conflito não convencional, especificamente no relacionado as esferas econômicas do conflito. Para isso, a seguir será interpretada a dinâmica econômica do país, assim com suas estruturas

de dependência. Portanto, o conflito não convencional na Venezuela é estimulado pelo petróleo. E os motivos que fazem da Venezuela alvo de interesses externos, assim como os motivos que despertam o interesse de grandes potências sobre o território venezuelano estão diretamente relacionados com os recursos naturais e energéticos de seu território.

2.1.3. O rentismo petrolero e a dependência estrutural

A Venezuela, assim como outros países da América Latina e Caribe, possui um histórico de exploração fortemente marcado pela colonização. Tal histórico, como já mencionado anteriormente, é constituído pela Divisão Internacional do Trabalho, que revela uma estrutura de dependência estrutural da Venezuela as economias centrais, o que em vias econômicas, caracteriza o subdesenvolvimento. Por isso, a capitalismo da Venezuela, é um capitalismo dependente, identificado pela concentração e monopólio de renda paralelo a lógica de substituição de importações.

Na década de 1920, logo após a descoberta das reservas de petróleo na Venezuela, a economia venezuelana passou a ter características rentistas petroleras. O rentismo diz respeito a dinâmica econômica voltada a exportação de recursos naturais. Dessa forma, a economia rentista é constituída pela capitalização de um recurso natural, que no caso do país venezuelano, corresponde ao petróleo. Por esse motivo, o rentismo é um modelo de acumulação capitalista *sui generis*, onde se observa um processo que ocorre pela renda internacional da terra e de seus recursos (FURTADO, 2018; SOARES, 2020). De acordo com Moraes:

Um Estado rentista tem quatro características essenciais: a) a renda pode não ser o único tipo de renda na economia, mas deve ser predominante; b) a origem dessa renda deve ser externa; c) o Estado deve ser o receptor dessa renda e d) uma minoria da população deve ser envolvida na geração da renda, enquanto a maioria está envolvida apenas na distribuição ou utilização da mesma (BEBLAWI, 1987 Apud MORAES, 2016).

Nas economias rentistas, a produtividade está intrinsecamente relacionada com as especulações econômicas internacionais, o que dependendo do cenário potencializa problemas estruturais que fortalecem o lugar de economia dependente e subdesenvolvida (HITNER, 2011, p. 06). De acordo com Severo, no geral, algumas das características do rentismo são: “a riqueza não tem relação com o trabalho, o aumento da renda não tem a ver com o aumento da

produtividade e o crescimento do consumo não tem relação com o crescimento da produção interna” (p. 160, 2009, tradução própria).

A partir da consolidação do ciclo de exportação do petróleo, a Venezuela passou a ter maiores relações com os Estados Unidos, o que demonstra o crescimento do poder interno das elites crioulas presentes no país, esfera da sociedade venezuelana que fomentava tais relações. (VIZENTINI, p. 59, 2003).

No caso da Venezuela especificamente, mais da metade do PIB advém das exportações de petróleo, o que é um reflexo da característica rentista petroleira do Estado, fato que demonstra a fragilidade econômica do país frente ao preço da commodity. Assim sendo, a partir do momento em que a Venezuela se tornou dependente economicamente da produção e exportação do hidrocarboneto frente ao mercado internacional, se inicia uma relação de vulnerabilidade econômica do país ao mercado externo, que se dá em função da submissão da economia da Venezuela aos preços do petróleo, definidos internacionalmente, de acordo com as demandas do mercado (SANTOS; SOUSA, 2019). Dessa forma, a dinâmica da economia venezuelana demonstra as fragilidades de uma economia rentista por estar suscetível as variações do mercado externo. Além disso, paralelo ao setor petroleiro, de forma contraditória, está a quase inexistente base agrária e industrial do país, que reflete também a fragilidade da economia venezuelana, que supre suas demandas internas por meio de importações de produtos básicos a industrializados (CÍCERO, GOMES, 2021).

A Venezuela, portanto, possui uma economia rentista submissa as lógicas do capital internacional. O que se materializa por meio da formação de elites petroleira locais, que ao acumularem as rendas advindas do petróleo, excluem grandes parcelas da população da renda petroleira, reproduzindo estruturas de desigualdade, que caracterizam o subdesenvolvimento (SANTOS; SOUSA, 2019). A economia rentista é construída em volta de uma renda que corresponde a maior parte das receitas do Estado, mas não depende do trabalho. Tal renda advém da extração e exportação de uma commodity (MAHDAVY, 1970 Apud MORAES, 2016). Segundo Pereira, “os rentistas formam uma classe essencialmente ociosa” (PEREIRA, 2018, p. 26). Em outras palavras, o aumento da renda não é relacionado com o aumento da produtividade (PEREIRA, 2018).

Além disso, o setor petroleiro na Venezuela ainda não é capaz de empregar uma grande esfera da população, o que não assimila muita força de trabalho no setor, fato que impacta negativamente o câmbio e dificulta a diversificação econômica do país referente ao

setor petrolífero (FURTADO, 2018; SOARES, 2020). Acerca da realidade econômica venezuelana, Celso Furtado, em sua obra *Ensaio sobre a Venezuela, subdesenvolvimento com abundância de divisas*, observa, como o próprio nome já diz, o fenômeno que ocorre na economia venezuelana. A partir da sua interpretação, pode-se depreender que não é somente a entrada de grandes somas de divisas em países que determinam a sua condição de desenvolvimento.

No caso da Venezuela, apesar da entrada recorrente de uma abundância de divisas pela venda do hidrocarboneto, tais divisas não são suficientes para a superação da estrutura histórica de subdesenvolvimento (FURTADO, 2018; SOARES, 2020). Pois, em função de uma estrutura socioeconômica desigual, a renda petrolífera alcançava apenas uma pequena parcela da população. Portanto, o autor escreve sobre os riscos da economia rentista venezuelana, pois tal modelo é capaz de direcionar as rendas advindas da exportação do hidrocarboneto a um pequeno grupo de pessoas, a uma elite econômica. Isto é, na economia rentista, a renda não é necessariamente convertida em investimentos voltados a superação de debilidades econômicas estruturais, e por esse motivo, não é capaz de romper com as condições do subdesenvolvimento (FURTADO, 2018; SOARES, 2020). Por tais motivos, a abundância em divisas gera uma situação onde o enriquecimento do país em si é ilusório.

Aqui, é importante mencionar o conceito de doença holandesa, que é referente a entrada súbita de riquezas oriundas da renda de petróleo, e conseqüentemente da valorização da moeda local e da perda de capacidade do país em exportar produtos produzidos em indústrias e empresas do próprio país, onde a sobrevalorização cambial impõe uma desindustrialização e uma estagnação agrária (FURTADO, 2018). De acordo com Severo, a doença holandesa é relacionada ao:

Aumento abrupto e inesperado de la cantidad de divisas internacionales en una economía local genera la sobrevaluación real de la tasa de cambio y, consecuentemente, induce a la pérdida de competitividad de los sectores internos que antes eran competitivos (SEVERO, p. 170, 2009).

E ainda:

El “mal holandés” sería el responsable por los siguientes acontecimientos: elevados gastos gubernamentales, subsidios sociales, tendencia al endeudamiento cuando disminuye la bonanza, encogimiento del aparato productivo, baja productividad y baja competitividad, presiones inflacionarias, reducción de las exportaciones no petroleras, fuerte regulación estatal sobre la economía y mala distribución de la renta (SEVERO, p. 171, 2009).

Sobre a supervalorização da taxa de câmbio, vale observar que esta diz respeito a diminuição do preço do dólar em relação ao bolívar e, conseqüentemente, por um processo de redução das exportações e estímulo as importações. Dessa forma, a balança de pagamentos é pressionada, o que compromete setores industriais e de agricultura (SEVERO, 2009).

Assim sendo, o crescimento do setor extrativo petrolífero impacta negativamente no crescimento de outros setores da economia, como a indústria e a agricultura, por exemplo. A doença holandesa, portanto, é uma situação gerada dentro do desenvolvimento do capitalismo rentístico (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO, 2016), que ocorre quando a economia é voltada exclusivamente para a extração e exportação de alguma commodity. A doença holandesa também causa a fuga de capitais, que se dá como consequência da abundância de divisas e concentração de renda, onde parte de uma elite petrolífera, em função da especulação e por maiores chances de investimentos em mercados internacionais, ao transferirem seus capitais a outros países geram um cenário de escassez de divisas na economia doméstica. Tal fenômeno pode causar um processo de dolarização da moeda doméstica (ORGUIM, 2019).

A obra de Furtado contém elementos relacionados ao excedente de divisas que entram no país. O autor ressalta o papel do Estado no sentido de obter vantagens a longo prazo de tais excedentes. Para tal, é imprescindível o manejo e a materialização de políticas fiscais, caso contrário, o que se observa é a concentração da renda petrolífera (FURTADO, 2018; SOARES, 2020). Assim sendo, as crises econômicas e políticas vivenciadas na Venezuela ocorrem como consequência da pouca capacidade de gerenciamento das divisas do petróleo e da internacionalização do centro da economia, que se mostra cada vez mais dependente dos preços determinados internacionalmente (SOARES, 2020).

Por esse motivo, o papel do Estado venezuelano é primordial no controle da exploração do petróleo, assim como na administração dos recursos que advêm do setor petrolífero (SANTOS; SOUSA, 2019). Assim sendo, cabe frisar a necessidade de um projeto de planificação econômica para a Venezuela, que seja pensado a longo prazo, na tentativa de construir alternativas econômicas ao país e romper com as bases econômicas rentistas que estruturam a dependência. A partir das características econômicas de rentismo petrolífero na Venezuela, pode-se depreender que mesmo se o preço do petróleo estiver em alta nos mercados internacionais, o problema estrutural e econômico não estaria resolvido, pois o país

permaneceria atrelado a tal dinâmica econômica e aos seus efeitos colaterais (CÍCERO; GOMES, 2021). Segundo Cícero e Gomes:

A manutenção da estrutura atual perpetua, assim, a posição subalterna e dependente do país no contexto da divisão internacional do trabalho, tornando improvável a efetividade de políticas públicas – domésticas e internacionais – desenhadas para conferir maior proeminência à Venezuela no âmbito das relações econômicas internacionais (CÍCERO; GOMES, 2021, p. 16)

Dessa forma, as desigualdades do país, assim como as suas debilidades socioeconômicas poderiam ser suprimidas caso o Estado atuasse de forma incisiva nessas questões. Pois, “um Estado rentista, inevitavelmente, acaba desempenhando o papel de distribuir internamente a renda que recebe do resto do mundo” (LUCIANI, 1990 Apud MORAES, 2016). Nesse sentido, o Estado venezuelano, por ser o proprietário do recurso, é o responsável pela captação de renda e pela sua distribuição por meio de políticas públicas voltadas a diminuição das desigualdades sociais. Além disso, sobre a possibilidade de investimentos advindo da renda do petróleo, cabe notar a necessidade de ações estatais voltados ao fomento da agricultura, indústria e tecnologia do país.

Algo parecido foi feito por Chávez através do *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación* (2001-2007), que tinha como objetivo um planejamento econômico centralizado e a garantia da distribuição da renda petrolífera (CÍCERO; GOMES, 2021). Contudo, cabe observar que os projetos, assim como as políticas públicas materializadas pelos governos bolivarianos, ainda não foram capazes de romper com a dinâmica rentista, nem tampouco com estrutura de dependência econômica da Venezuela. Assim, pode-se concluir que apesar dos governos de Hugo Chávez serem responsáveis por iniciar um processo de distribuição dos ingressos petrolíferos, ainda não houve uma transformação na estrutura econômica da Venezuela, pois até os dias atuais, sua economia política se mostra vulnerável as oscilações do preço do petróleo a um nível internacional. Em outras palavras, a atual dinâmica econômica do país é estruturada por um capitalismo rentista voltado a extração de petróleo, o que dá o caráter de dependência da economia venezuelana aos preços das commodities, ao mesmo tempo que dificulta o crescimento de outros setores econômicos, como a agricultura e a indústria, por exemplo. Aqui, o argumento central é voltado a interpretação de uma dependência estrutural e histórica da economia venezuelana a exportação de petróleo, o que a torna vulnerável frente aos embargos econômicos e a estratégia de guerra indireta e não convencional que se trava contra o país.

2.2. O governo de Nicolás Maduro durante o conflito não convencional, suas especificidades e contradições

Em 2012, Chávez foi reeleito, mas não pode assumir seu cargo devido a problemas de saúde, pois, travava uma luta contra um câncer. Ainda doente, Chávez indicou Nicolás Maduro Moros para sua possível substituição. Por tal motivo, grande parte da base política chavista transferiu seus votos ao presidente indicado. Anteriormente, Maduro havia sido chanceler e vice-presidente nos governos de Chávez. Assim, logo após o falecimento precoce do ex-presidente Hugo Chávez Frias, mediante as eleições de 2013, se inicia o governo de Nicolás Maduro Moros, que ganhou com pouca diferença se comparado aos votos destinados a Henrique Capriles, candidato da oposição. Maduro recebeu 50,75% dos votos enquanto Capriles recebeu 48,97% (LEOTTI, FACCIOLLI, FROSSARD, GODOY; 2019), o que demonstra que Maduro não era tão popular quanto Chávez.

Hugo Chávez foi uma das lideranças políticas mais emblemáticas do continente latino-americano na história recente e Nicolás Maduro, por sua vez, é eleito para suprir um vácuo de poder deixado após o falecimento dessa liderança. Maduro infelizmente não possui as mesmas habilidades retóricas e carismáticas que seu antecessor, nem tampouco governa sob as mesmas condições históricas, econômicas e sociais que o mesmo, o que dificulta sua governabilidade que ocorre sob um cenário de crise e conflito no país. Entretanto, Maduro foi eleito sob as mesmas pautas bolivarianas iniciadas por Chávez, de implementação do Socialismo do Século XXI, democratização da renda petroleira e combate às desigualdades econômicas do país. Assim, sobre os planos de governo de ambos presidentes, o *Plan Patria* (2019-2025), apesar de incluir demandas referentes ao contexto socioeconômico atual, se dá como continuidade do *Plan de la Nación* (2013-2019).

Logo após as eleições, a oposição política não reconheceu a vitória de Nicolás Maduro e sob um discurso infundado de fraude nas eleições, organizaram manifestações violentas nas ruas do país, as quais ocasionaram a morte de sete civis. Tal onda de violência se aprofundou no ano seguinte em decorrência da crise econômica (LEOTTI, FACCIOLLI, FROSSARD, GODOY; 2019). Além disso, é importante frisar que determinados grupos de oposição ao chavismo estavam e ainda estão aliados com atores externos. De acordo com Magalhães:

Para além do desaparecimento da maior liderança bolivariana, e das tentativas de desqualificação do atual presidente, qualquer retomada da história recente do governo atual não tem como deixar de considerar a notável ofensiva da oposição

conservadora combinada a uma persistente e multifacetada ingerência estrangeira (MAGALHÃES, 2020, p. 22).

Acerca da aliança entre grupos de oposição com atores externos, cabe observar que a ala mais radical da oposição venezuelana, liderada por Leopoldo López recebe apoio de *think tanks* norte-americanos, em específico o Conselho das Américas, e a Fundação Carnegie. Assim como, também recebe apoio da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e da NED (Fundação Nacional para a Democracia) (BUXTON, 2019).

Sob o contexto de crise política, em 2014, o preço do barril do petróleo diminuiu significativamente. O preço que estava U\$106,98 por barril em 2014, caiu para U\$48,07 em janeiro de 2015 (GEM, World Bank Group, 2021), fato que explica em partes a crise econômica e social que se seguiu na Venezuela desde o momento, em função da diminuição da entrada de divisas no país. Em 2014, portanto, se inicia a crise econômica na Venezuela, observada a partir da crescente inflação do país, somada a crise de abastecimento (VERA, 2018 Apud LEOTTI, FACCIOLLI, FROSSARD, GODOY; 2019). Com o objetivo de amenizar o cenário de crise que se potencializava na economia interna do país, as tentativas do governo eram voltadas a manipulação das taxas de câmbio, como mecanismo do controle de preços. É importante observar que tal manipulação não tinha o respaldo das políticas fiscal e monetária, e por esse motivo, tais medidas, em vez de reverterem a crise econômica, a aprofundaram (PAIVA, 2017).

Nesse momento, manifestações organizadas pela oposição tomaram ruas no país, estima-se que houve cerca de quarenta e três mortes entres os meses de fevereiro e abril de 2014. As mortes ocorreram em função do embate entre os civis e as forças policiais do Estado (LEOTTI, FACCIOLLI, FROSSARD, GODOY; 2019). Ainda sob tal cenário de crise, em 2015, as forças chavistas perderam para a oposição nas eleições parlamentares. Os opositores, “organizados na chamada Mesa da Unidade Democrática (MUD), obtiveram a maioria das cadeiras nas eleições de 2015 para a Assembleia Nacional” (MAGALHÃES, p. 24, 2020).

Além disso, sob esse mesmo cenário de crise interna, no mesmo ano, os Estados Unidos durante o governo de Obama, a partir da assinatura Ordem Executiva 13808, declarou a Venezuela como uma ameaça inusual para segurança nacional e a política externa dos EUA (SANTOS, 2019). O que demonstra uma retaliação política e diplomática sobre o Estado da Venezuela. Desde então, o país tem sido tratado como uma ameaça pelos Estados Unidos.

Logo depois, foi proibida a entrada em território estadunidense de várias pessoas relacionadas ao governo venezuelano (SUTHERLAND, 2019).

No ano seguinte, em 2016, desde Washington, se iniciam as sanções econômicas contra a Venezuela. Inicialmente, tais sanções correspondiam a restrições a determinadas instituições venezuelanas com contas bancárias no exterior que efetuavam pagamentos em dólar na compra de alimentos, medicamentos e demais produtos importados (SANTOS, 2019). Dessa forma, empresas estadunidenses se recusavam a receber pagamentos da Venezuela realizados em dólar (LEOTTI, FACCIOLLI, FROSSARD, GODOY; 2019).

Durante os governos de Nicolás Maduro sob o contexto de recessão econômica, especificamente em 2017, as sanções econômicas contra a Venezuela foram potencializadas. Estas impediam que o país contraísse empréstimos com os EUA e em certa medida, também impediam que o país se recuperasse da crise iniciada em 2014. Assim em 2017, se inicia um ciclo de hiperinflação na economia venezuelana, e como consequência, o índice de pessoas na linha da pobreza chegou a 87% (LEOTTI, FACCIOLLI, FROSSARD, GODOY; 2019).

A definição de hiperinflação, corresponde basicamente a um índice de inflação superior a 50% ao mês, dessa forma, por ano o índice de inflação supera os 100%. Em situações de hiperinflação a moeda nacional perde seu valor, e internamente, as pessoas em seu cotidiano começam a ver os preços pela taxa de câmbio. Nesses cenários, há um aumento considerável da perda do poder aquisitivo, paralelo a perda de funções do dinheiro como a transação de bens e serviços (MÉNDEZ, 2015). Como consequência da hiperinflação, ocorreu uma escassez da moeda local, o Bolívar, e por isso, se iniciou um processo de dolarização da economia, que se dá em função da perda de liquidez do Bolívar. Como uma resposta a tal desvalorização, em 2018, foi criada a criptomoeda Petro e o Bolívar Soberano. Já em 2021, a alternativa encontrada tornou o Bolívar como uma moeda digital (BCV, 2021).

Como consequência do cenário de hiperinflação, ocorre um fenômeno conhecido como *Bachaqueo* na Venezuela, que consiste basicamente na compra de determinados produtos por preços regulados no mercado e a sua venda por um preço 200%, ou 300% superior. Esse fenômeno ocorre como consequência da hiperinflação combinada a escassez de produtos básicos e a tentativa do governo de Maduro de regular os preços de determinados produtos. Vale observar que tal regulação potencializa o cenário de deterioração econômica no país. A partir disso, os *Bachaqueros*, em muitos dos casos, possuem privilégios e/ou contatos que facilitam seu acesso e compra a determinados produtos. E, dessa forma, portanto,

se aproveitam da compra de bens essenciais sob um preço controlado, para a obtenção de lucro a partir da venda destes mesmos produtos (BARRETO, 2017).

Para Pasqualina Curcio (2016), a hiperinflação se dá como resultado de um processo induzido. E as sanções econômicas internacionais são responsáveis por aprofundar o cenário de crise e instabilidade, que afetam principalmente a vida cotidiana da população civil venezuelana (CURCIO, p. 23; 2016). Ademais, assim como no governo de Obama, em 2017, Donald Trump assinou a Ordem Executiva 13808, cujo título traduzido é “Imposição de sanções adicionais a propósito da situação da Venezuela”, proibindo novamente que várias transações fossem feitas com o Estado venezuelano e restringindo a possibilidade de operações financeiras a nível internacional (SANTOS, 2019). O que na prática demonstra a indução da crise econômica no país, e conseqüentemente do cenário de hiperinflação.

A crise econômica na Venezuela também é caracterizada pelo desabastecimento de determinados produtos alimentícios e farmacêuticos. Para Pasqualina Curcio (2020), o desabastecimento é causado pelo monopólio de empresas destes setores, que em certa medida, agem conforme os interesses da elite burguesa da Venezuela, que dialoga com setores da oposição que objetivam a retirada de Nicolás Maduro da presidência. Segundo a economista:

Dicho desabastecimiento programado y selectivo lo logran, no mediante la disminución de la producción, sino a través de la alteración de los mecanismos de distribución. La estrategia es no colocar de manera oportuna y suficiente las mercancías en los anaqueles para inducir la escasez (CURCIO, 2020, p. 26).

E ainda:

[...] las grandes empresas transnacionalizadas productoras de los bienes esenciales alteraron los mecanismos de distribución, escondieron los alimentos y productos esenciales al pueblo, acción que, como parte del plan, sería y fue aprovechada por los factores políticos de la oposición, también cómplices del imperialismo, para obtener el poder legislativo y desde allí pretender derrocar al presidente Nicolás Maduro mostrando visos de supuesta legitimidad y legalidad (CURCIO, 2020, p. 27).

Portanto, sob a perspectiva da autora, a questão da escassez e do desabastecimento ocorre como um fenômeno induzido, como resultado de práticas de monopólio sobre a economia interna da Venezuela, na tentativa de desestabilização econômica e política do país. Sob esse contexto de crise econômica, em 2017, a oposição liderada por Leopoldo López organizou novamente manifestações, onde novamente ocorreram mais oito mortes pelo confronto de civil com as forças de segurança (LEOTTI, FACCIOLLI, FROSSARD, GODOY; 2019). A partir disso, pode-se observar o aprofundamento da polarização política

no país, paralelo ao aumento da violência. Pois, em função de uma crescente crise econômica e social, estimulada pelas sanções econômicas, cabe analisar que esferas da oposição política durante suas respectivas mobilizações, incitavam a violência, um exemplo disso, é a formação das *Guarimbas*.

As *Guarimbas* correspondem as manifestações violentas fomentadas por uma parte minoritária da oposição ao governo de Maduro que ocorreram nos anos de 2014 e 2017. Os objetivos consistiam basicamente em desestabilizar a ordem pública nacional interna por meio do caos e terror social e eram feitas por meio da construção de barricadas em ruas movimentadas de cerca de 18 municípios da Venezuela. As *Guarimbas* ocorreram por meio do embate direto desses setores minoritários da oposição com as forças policiais locais e com setores da população civil (RIVAS, 2014).

É importante mencionar que a figura política que organizava e estimulava as *guarimbas* era Leopoldo López, uma alternativa mais radical para a oposição chavista comparada a liderança de Henrique Capriles. Leopoldo López é uma figura política da oposição ao chavismo, foi fundador do partido Voluntad Popular (VP) e é caracterizado por possuir um discurso e prática política bem mais agressiva que Capriles. Em função das mortes causadas pela violência das *guarimbas*, em 2014, Leopoldo López foi condenado por 14 anos de prisão, contudo em 2017, mediante decisão judicial passou ao regime de prisão domiciliar (BUXTON, 2019; MAGALHÃES, 2020).

Acerca da atuação política violenta da ala da oposição liderada por López, é importante mencionar que os contingentes *guarimberos*, por várias vezes tentaram tomar a base militar *La Carlota*, uma base militar e aérea de muita relevância estratégica para Caracas (MAGALHÃES, 2020). Dessa forma, essa esfera da oposição venezuelana, que organiza esses cenários de conflito, tem como característica o uso contínuo da violência para a desestabilização interna da política na Venezuela. Outro exemplo de tal articulação foi a tentativa de Magnicídio do presidente Nicolás Maduro, ocorrida em agosto de 2018. A tentativa de Magnicídio foi organizada por Julio Borges, fundador do Partido de oposição ao chavismo *Primero Justicia*. Além de Borges, haviam cerca de 53 pessoas envolvidas do crime. Logo após a tentativa de Magnicídio, Borges se foragiu na Colômbia (RODRIGUES, 2019). E ano seguinte, se aliou a Juan Guaidó na execução de seu governo paralelo e autoproclamado em 2019.

Como veremos adiante, a autoproclamação de Juan Guaidó não trouxe pontos positivos para a situação da Venezuela. Como consequência do suposto governo paralelo, cerca de 30 milhões de dólares pertencentes ao Estado venezuelano foram embargados pelos Estados Unidos, que utilizaram o governo paralelo como justificativa. Tal dinheiro passou a ser administrado por Guaidó (MISIÓN VERDAD, 2019). Desde 2019, o político participou de várias ações que visavam desestabilizar ainda mais o país, como por exemplo a suposta “ajuda humanitária” seguida da tentativa forçada da entrada de caminhões pelas fronteiras com o Brasil e Colômbia. Além disso, Guaidó participou da *Operación Libertad* (2019) e da *Operación Gedeón* (2020) (MELLO, 2021). Além disso, em março de 2019, o país sofreu um boicote ao sistema elétrico, especificamente a hidroelétrica de Guri, que gerou um apagão em vinte e dois estados do país, afetando cerca de 80% da população venezuelana. O apagão atingiu o setor de telecomunicações, de transporte, o setor bancário e hospitalar, assim como a distribuição de água (MISIÓN VERDAD, 2019). Por meio do boicote, o sistema da hidroelétrica foi sabotado, o que caracteriza uma guerra de quarta geração, ou híbrida, uma vez que se dá por meio de ciberataques a determinados sistemas estratégicos. A partir disso, a narrativa de “Estado falido”, e de “crise humanitária” por vezes repetida pelo Comando Sul e pela direita venezuelana foi reverberada.

Portanto, através do boicote, buscava-se legitimar uma possível intervenção humanitária no país (MISIÓN VERDAD, 2019). A sabotagem no sistema elétrico pode ser interpretada como uma estratégia de fomento ao caos, uma vez que afeta e desgasta de forma massiva a população em sua vida cotidiana. Neste mesmo ano, as sanções econômicas foram novamente aprofundadas, mas nesse momento eram voltadas especificamente a empresas do ramo petrolífero, que agora eram proibidas de negociar diretamente com a Venezuela. Por meio dessas medidas, explanadas no desenvolvimento deste tópico, pode-se compreender os fundamentos da crise econômica e política na Venezuela, assim como a construção de um processo de estrangulamento da economia venezuelana, somada a um cerco político e diplomático a nível internacional, tema que será melhor debatido posteriormente. Entretanto, vale frisar as contradições do governo de Maduro que correspondem, sobretudo, a não superação do modelo de Estado rentista petrolífero. Além disso, observa-se que as tentativas de regulação de preços frente a crise não foram bem-sucedidas.

Contudo, observa-se que sob o governo de Maduro, há uma tentativa por parte do Estado venezuelano em fomentar políticas que buscam diversificar seus parceiros

econômicos. Como uma estratégia frente ao embargo econômico, sob o governo de Nicolás Maduro, há a proposta da construção de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), com objetivo de diversificação da economia, assim como uma alternativa ao modelo de rentista petrolero (MPPE, 2021). Por meio das ZEE se objetiva atrair investimentos nacionais e estrangeiros através de estímulos econômicos por meio da criação de parques industriais. Assim, busca-se desenvolver a indústria por meio do fomento de cadeias produtivas no país (Asamblea Nacional Ve, 2021), que pode se dar por meio do estímulo a exportação e ao fomento de políticas de cooperação econômica e tecnológica com países como a China, por exemplo.

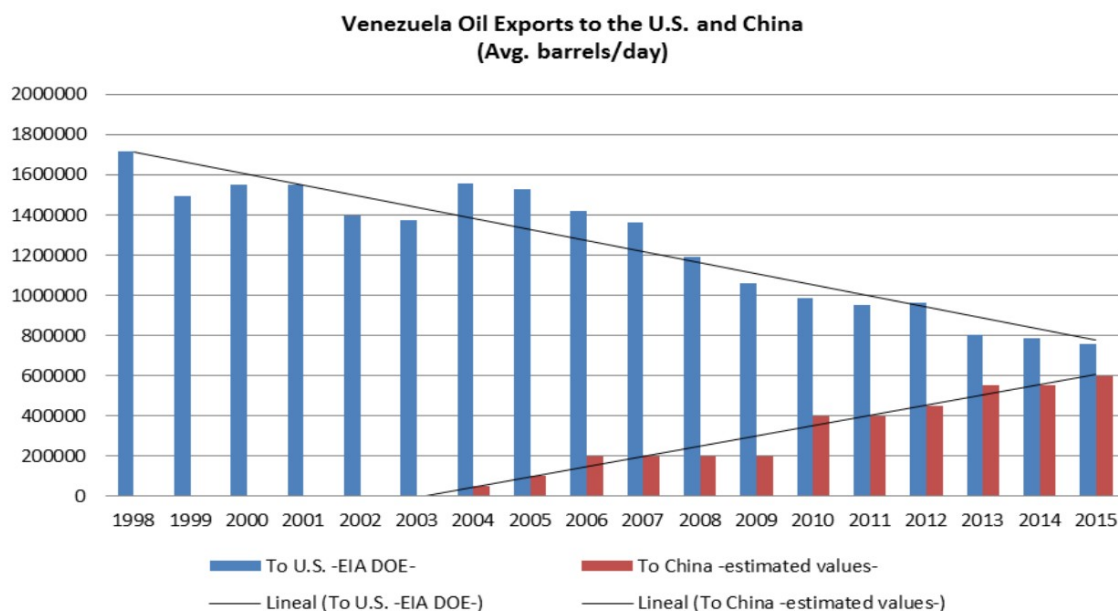
As Zonas Econômicas Especiais foram um modelo de fomento a economia utilizado pela China, pelo Vietnã e Coreia do Sul, países que planejaram a expansão produtiva em médio e longo prazo. Na Venezuela especificamente, as ZEE serão desenvolvidas em sub-regiões da Venezuela, entre elas estão Paraguaná, Morón, Urena e Faixa Petrolífera de Orinoco, locais onde se busca desenvolver infraestrutura. Pelo incentivo industrial do país nessas Zonas, busca-se a projeção da construção de uma alternativa econômica a lógica rentista e a dependência estrutural da exportação de petróleo (MPPE, 2021). Em outras palavras, frente ao esgotamento do modelo rentista, as ZEE se mostram como um projeto de alternativa econômica para o país por meio do fomento a industrialização e abertura econômica a novos capitais de investimento.

Sob esse contexto, cabe observar que as relações comerciais com a China são crescentes, entretanto, é evidente que a economia venezuelana ainda não superou a sua dependência com o mercado estadunidense (MIJARES, 2015). Como já mencionado, o petróleo encontrado no território da Venezuela é um óleo ultra pesado, o qual necessita de uma tecnologia específica para o seu refino. Até 2004 apenas a Venezuela e os Estados Unidos possuíam tecnologia para tal, o que interferia de certa forma, na autonomia política venezuelana sobre o refino do óleo. Contudo, desde 2004, a China também passou a possuir tal tecnologia (MIJARES, 2015), fato que demonstra a gradativa diversificação econômica sobre a extração de petróleo na Venezuela. Mas, em sua contraparte, tal fato pode futuramente dar continuidade a uma dependência econômica da Venezuela a China.

É importante abriremos o debate para entendermos os limites de tal diversificação e se esta é vantajosa para o estado venezuelano, pois desde 2004 observa-se que as exportações de petróleo para a China crescem em uma escala inversamente proporcional as exportações para

os Estados Unidos (Energy Information Administration; US Department of Energy, 2015 Apud MIJARES, 2015), como se pode observar no gráfico:

Gráfico 03: Exportações de petróleo da Venezuela para os EUA e China.



Source: Energy Information Administration, US Department of Energy

Fonte: Energy Information Administration; US Department of Energy, 2015

Por meio da análise do gráfico, nota-se que tal diversificação pode na realidade ser apenas uma troca de parceiros comerciais, o que pode iniciar um novo ciclo de dependência da economia petrolífera venezuelana ao mercado e capital chinês, rompendo em um primeiro momento com as políticas norte-americanas, mas reproduzindo a lógica da dependência posteriormente.

Assim, de forma geral, durante os governos de Nicolás Maduro, o país passou por um período de crise econômica, crise energética, hiperinflação, escassez de alimentos, queda do PIB e desvalorização da moeda local (LEOTTI, FACCIOLLI, FROSSARD, GODOY; 2019). Todas essas problemáticas foram influenciadas direta ou indiretamente por ações coercitivas contra a Venezuela, somada às sanções econômicas e ao cerco político e diplomático ao país em escala internacional, temas a serem debatidos com maior profundidade nos tópicos que se seguem.

2.2.1 As Sanções Econômicas

Desde o início do governo de Nicolás Maduro em 2013, observa-se o aprofundamento de uma severa crise econômica e social que tem se configurado como um cenário de conflito não convencional na Venezuela, cujo objetivo busca viabilizar a troca de regime no país (SANCHÉZ, 2020). A crise econômica se dá como consequência de sanções econômicas feitas contra o país. Tais sanções se iniciaram em agosto de 2017, e nessa época, a economia venezuelana já estava em um estado de recessão há mais de três anos, em função da queda do preço do petróleo em 2014. As primeiras sanções eram voltadas à proibição da Venezuela em fazer empréstimos no mercado financeiro dos Estados Unidos, o que impediu que a Venezuela se recuperasse economicamente do período de recessão. Ademais, é importante frisar também que as sanções econômicas e financeiras também trouxeram impactos negativos para a produção de petróleo no país (WEISBROT; SACHS, 2019).

Em 2019, novas sanções advindas dos EUA foram impostas contra a Venezuela, aprofundando as sanções iniciadas em 2017. A partir dessas empresas do ramo petrolífero passaram a estar proibidas de negociar diretamente com o país, sob a pena de serem sancionadas em caso de descumprimento. Vale mencionar que neste mesmo ano, por meio da *Operación Libertad*, Juan Guaidó se autoproclamou como presidente interino do país, sendo reconhecido internacionalmente por dezenas de países ao redor do globo. Por meio da sequência destes fatos, pode-se observar que à *Operación Libertad*, seguida de tal reconhecimento também representa a formação de um cerco político e diplomático contra o Venezuela.

Em 2019, as sanções se estenderam até a PDVSA, onde todas as propriedades que estavam sob a jurisdição estadunidense foram bloqueadas, e os pagamentos a PDVSA, CITGO e PDVSA Holdings ficaram congelados em contas estadunidenses. Em função das sanções sobre a CITGO, a Venezuela não pode receber os dividendos da empresa nem os diluentes para o refino do petróleo pesado da PDVSA, o que dificulta a venda do petróleo sem refino no mercado internacional (SUTHERLAND, 2019). A CITGO comprava petróleo venezuelano ultrapesado, o refinava, e vendia aos Estados Unidos. Isso não pode mais ser feito desde 2019, o que limita em grande escala a atividade comercial da PDVSA em conjunto com a CITGO (SUTHERLAND, 2019).

Ademais, no ano de 2019, o FMI negou 400 milhões de dólares ao Estado venezuelano, sob a alegação de uma crise democrática. Neste ano, outros bens do Estado venezuelano foram confiscados, que correspondem a 1200 milhões de dólares em ouro pelo Banco da Inglaterra, e a Monómeros, empresa venezuelana de fertilizantes localizada na Colômbia, que valia 269 milhões de dólares na época. Estima-se que anualmente as sanções geram um prejuízo de cerca de 30 milhões de dólares aos cofres públicos venezuelanos. E em função destas, o país é impedido de realizar transações internacionais com o dólar, e países que negociam diretamente com a República Bolivariana podem sofrer retenções bancárias ou multas (MELO, 2020), fato que dificulta a construção das relações externas da Venezuela com outros países na tentativa de diminuir os danos causados pelo conflito não convencional.

As sanções econômicas, e as retaliações políticas contra a Venezuela buscam desestabilizar a economia e deslegitimar a política interna e externa do país. A partir de tal desestabilização sociopolítica interna somada a deslegitimação do governo externamente, há maiores possibilidades para que se inicie um processo de troca de regime na Venezuela. Vale dizer que as sanções econômicas foram respaldadas pelo discurso de defesa pelos direitos humanos na Venezuela, tema a ser debatido posteriormente. Tais sanções representam a esfera da guerra econômica dentro do conflito não convencional, e esta ocorre também por meio da aliança das burguesias locais aos interesses dos Estados Unidos, ambos correspondem a oposição do governo bolivariano tanto interna quanto externamente.

Por meio da guerra econômica, observa-se como o imperialismo se materializa na sociedade venezuelana, através do monopólio das grandes empresas sobre o comércio e sobre os circuitos financeiros que bloqueiam economicamente o país, impedindo que este desenvolva a sua economia rentista petroleira. Assim, a instabilidade social e política da Venezuela está intrinsecamente relacionada com a instabilidade econômica do país. Nesse sentido, a severa crise econômica que se desenvolve no país, é reflexo direto das sanções financeiras e do embargo econômico. A partir disso, pode-se entender o bloqueio econômico e financeiro enquanto uma retaliação política, cujo objetivo final é voltado para a troca de regime.

Paralelo a ofensiva desencadeada pelas sanções dentro do conflito não convencional, observa-se a formação de um cerco político e diplomático por parte de organizações internacionais contra o governo de Nicolás Maduro, que de certa forma, potencializam a instabilidade política do país.

2.2.2. O cerco Político e Diplomático contra a Venezuela

O cerco político e diplomático contra a Venezuela ocorrerem a nível regional por meio da atuação da OEA (Organização de Estados Americanos), do Comando Sul e da formação do Grupo de Lima, organizações fortemente influenciados e direcionados pelas diretrizes das políticas dos EUA sobre a América Latina.

Em relação a OEA, especificamente, esta representa os interesses dos Estados Unidos no continente latino-americano, e tem como função principal a manutenção da democracia liberal e representativa nos países do continente (RODRIGUES, 2021). Acerca da atuação da OEA contra a Venezuela, ainda a em 2016, Luis Almagro, Secretário-Geral da OEA na época, solicitou relatórios onde denunciava as eleições que haviam ocorrido no país (RODRIGUES, 2021). Além disso, sob o contexto das eleições, foi apresentada pela organização um relatório que reivindicava a Carta Democrática Interamericana, sob a acusação de que tal atitude ocorria pela alteração da ordem constitucional e democrática (CURCIO, 2020, p. 33). Aqui, é importante mencionar que desde 1999, a partir da Revolução Bolivariana, o modelo democrático venezuelano difere do proposto pela OEA, uma vez que a proposta dos governos bolivarianos está na promoção de uma democracia participativa e protagônica, modelo que essencialmente não se enquadra a democracia representativa promovida pela organização.

No ano de 2018, a OEA enviou vários especialistas para a avaliação da situação dos Direitos Humanos no país, tema a ser debatido posteriormente. E, em 2019, a mesma organização, junto com diversos países, reconheceram Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela (RODRIGUES, 2021). A Venezuela participava da OEA, mas se desligou da organização de forma voluntária em 2019, alegando que a mesma já havia violado princípios do Direito Internacional, ao apoiar golpes de Estado no Brasil, em Honduras e no Paraguai (MELLO, 2019). A OEA, portanto, foi uma das organizações internacionais que buscava pressionar política e diplomaticamente o país. Além dessa, vale interpretar a atuação do Comando Sul contra o governo de Nicolás Maduro. Como já dito, ambas instituições compactuam com os interesses dos EUA para o continente latino-americano.

O Comando Sul dos EUA (USSOUTHCOM) é um dos comandos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, responsável por operações direcionadas a América Latina e Caribe, voltadas a questões de segurança, cooperação e planos de contingência. Em 2016, o Comando Sul planejou uma operação chamada *Venezuela Operation Freedom 2*, que por

meio de uma aliança com o partido MUD (Mesa da Unidade Democrática) buscavam viabilizar internamente a derrocada do governo chavista (CURCIO, 2020), tal partido é o mesmo que ocupou a Assembleia Nacional de forma majoritária em 2015. Além desta operação, em 2018, o Comando Sul novamente por meio do *Plan to overthrow the Venezuelan Dictatorship* (Plano para derrubar a ditadura venezuelana), buscava como o nome já diz, derrubar o governo de Nicolás Maduro, interpretado enquanto uma ditadura pelo grupo. Observa-se que ambas operações possuem semelhanças com os manuais para a troca de regime, escritos por Gene Sharp (CURCIO, 2020). Pasqualina também interpreta que as ações do Comando Sul correspondem a práticas de amplo espectro. Segundo a autora:

Se trata de un conjunto de acciones de amplio espectro, como ellos mismos las definen en las que se priorizan los siguientes aspectos estratégicos: “fuerza decisiva, proyección de poder, presencia en ultramar y agilidad estratégica que continuarán rigiendo nuestros esfuerzos donde se incorporen todos los instrumentos de autoridad nacional, entre ellos, recursos diplomáticos, de información, militares, económicos, financieros, de inteligencia y jurídicos (CURCIO, 2020, p. 20).

Assim, pode-se interpretar por meio do argumento desenvolvido no primeiro capítulo, que tais ações correspondem a estratégias de Dominação do Espectro Total, enquanto uma materialização de políticas imperialistas. Também enquanto ações coercitivas dentro do cerco político e diplomático contra a Venezuela, o Grupo de Lima foi criado em 2017 e corresponde a um bloco político regional, composto por doze países da América Latina. Entre estes participam a Colômbia e o Brasil, dois países que fazem fronteira com a Venezuela. Sua criação tinha como objetivo principal o restabelecimento de uma “institucionalidade democrática” na Venezuela (GARCÍA, 2020). Os antecedentes do Grupo de Lima se remontam a discussões de sessões do Conselho Permanente da OEA.

Vale observar que os quatorze países do Grupo de Lima participaram direta ou indiretamente das sanções econômicas contra a Venezuela, e muitos também fecharam as suas respectivas embaixadas no país, o que representou na época um corte de relações políticas e diplomáticas com o país venezuelano.

Por meio do Grupo de Lima, o que se observa é a formação de um cerco político e diplomático contra a Venezuela, que através da OEA, tinha o objetivo de pressionar o governo de Nicolás Maduro para a troca de regime, o que pela perspectiva do grupo seria uma “transição democrática”. Assim, observa-se que o cerco político e diplomático ocorreu como uma estratégia de pressionar a saída do governo chavista através de um isolamento a nível internacional. Além disso, o GL, em conjunto com o autoproclamado Juan Guaidó foi um dos

promotores da aplicação do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) contra a Venezuela (MELO, 2021). Contudo, o Grupo de Lima não conseguiu lograr com seus objetivos, uma vez que atualmente se mostra desfalcado a partir do desligamento do Peru, da Argentina, Bolívia e México.

O TIAR está diretamente ligado ao Órgão de Consulta da OEA. Cabe observar que a ativação do TIAR ocorreu em um primeiro momento durante a Guerra Fria, e em um segundo momento, em 2019. Este último caso especificamente, é referente a tentativa de uma ingerência externa direta à Venezuela. O tratado, desde a sua criação na Guerra Fria, em 1947, é norteado pelo princípio de defesa mútua entre os países do acordo, onde um ataque contra um dos membros é considerado um ataque contra todos. Destaca-se:

O TIAR preza pela responsabilidade de todos os Estados participantes de neutralizar uma ameaça externa a algum país. O que foi vendido como “assistência recíproca” tratava-se, na verdade, de referendar o continente como zona de influência exclusivamente estadunidense - princípio oriundo da Doutrina Monroe -, novamente buscando barrar a ameaça vermelha e autorizando a intervenção da Casa Branca em qualquer país ameaçado ou que representasse uma ameaça (BEIRITH, 2020, p. 54).

Assim, a reativação do TIAR em 2019 se dá como exemplo atual de uma política com objetivos intervencionistas sobre Venezuela, onde, os países que participam do tratado têm como objetivo sancionar os funcionários de Nicolás Maduro; ativar a inteligência regional contra os funcionários do governo e criar uma rede de cooperação jurídica entre os países assinantes para investigar o governo de Maduro (MELLO, 2019). É importante pautar que o tratado não era utilizado desde os tempos da Guerra Fria, e sua reativação abre uma brecha jurídica para uma invasão territorial, direta e militar à Venezuela.

A partir da reativação do TIAR, por exemplo, pode-se observar uma das formas em que se materializa a guerra não convencional, pois o TIAR, além de ser utilizado como uma forma de pressionar o governo de Maduro a um nível internacional, se mostra como uma pressão política contra a Venezuela, visando intervir diretamente em suas políticas domésticas. Além disso, o cerco político e diplomático pode ser observado através da suspensão da Venezuela do Mercosul em função da cláusula democrática. Nesse caso, o país foi aceito no bloco após a saída do Paraguai em 2012, país que foi suspenso também em função de uma cláusula democrática acerca do golpe de Estado contra o presidente Fernando Lugo (PAIVA, 2020). Em 2016, de forma parecida com o que havia ocorrido no Paraguai, o Brasil sofreu um golpe de Estado, onde Dilma Rousseff eleita com mais de 54 milhões de

votos foi retirada de forma ilegítima da presidência. Contudo, em 2016, não houve nenhuma cláusula democrática levantada no Mercosul sobre o caso do Brasil.

Assim, em 2017, pela cláusula democrática levantada contra a Venezuela acerca da ação de forças policiais sob um contexto de violência nas ruas estimuladas pelas *Guarimbas*, tema já debatido anteriormente, a Venezuela foi suspensa do grupo. Na época, os presidentes que representavam os países que compunham o bloco eram majoritariamente de uma ala conservadora, Tabaré Vazquez representava o Uruguai, Mauricio Macri a Argentina, e Michel Temer o Brasil. Portanto, o que se observa é que a suspensão da Venezuela do Mercosul ocorreu por motivos políticos, uma vez que Maduro era o único que representava, de certa forma, a ala progressista no continente.

As pressões diplomáticas contra o país, assim como o cerco político configuram uma das esferas do conflito não convencional a nível regional e internacional, que foram utilizadas na tentativa de isolar o governo de Maduro e o pressionar politicamente. No caso do Mercosul, as políticas empregadas contra o país são reflexo de governos conservadores que chegaram ao poder no Cone Sul. Mas, pela atuação da OEA, pela formação do Grupo de Lima, pelo reconhecimento de Guaidó como presidente por diversos países, pela reativação do TIAR e pela atuação Comando Sul, pode-se depreender que estes, em certa medida, foram instrumentalizados pelos interesses e pela estratégia de Dominação do Espectro Total fomentada pelos EUA para a Troca de Regime na Venezuela.

2.2.3. As contradições no discurso de defesa dos Direitos Humanos

O tema dos Direitos Humanos é de alta relevância para o caso da Venezuela, pois, é a partir da narrativa de defesa desses direitos que as retaliações políticas e sanções econômicas contra o país são legitimadas. Assim, para tal é necessário compreender em que contexto histórico e cultural os Direitos Humanos foram criados e como o são aplicados atualmente.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada em 1948 em um contexto de pós-guerra mundial, o texto foi elaborado pela ONU em função do histórico de violação dos Direitos Humanos durante o holocausto. Por isso, a declaração nasce com o objetivo de evitar que situações parecidas com o genocídio perpetrado pelas ações do fascismo e nazismo

voltem a se repetir na história, principalmente na Europa e contra os Europeus⁷. A Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e na época foi aprovada por 48 países, ou seja, apenas uma parte da comunidade internacional participou efetivamente do processo, o que demonstra que o mesmo não foi totalmente representativo. A ratificação por 171 Estados aconteceu posteriormente, na Declaração de Viena, em 1993 (PIOVESAN, 2014).

No período da votação da Declaração Universal, diversos países africanos e asiáticos ainda eram colônias e por isso não participaram. Portanto, pode-se interpretar que muitos países do Terceiro Mundo não foram devidamente representados na criação de uma declaração tida como universal. A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem sido efetiva no combate a desarranjos sociais, mas isso não impede que sejam feitas críticas sobre suas limitações.

Assim, por esse motivo, apesar do reconhecimento da importância da Declaração dos Direitos Humanos em seu contexto histórico, há a necessidade de se levantar críticas acerca de sua utilização prática, que em determinados casos foi responsável por infringir a soberania de países periféricos. A declaração foi pensada sob valores culturais ocidentais e liberais, onde o modelo de democracia liberal está amplamente relacionado com a prática dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, pelos Direitos Humanos há a pretensão de hegemonizar os povos ao redor do globo a partir de uma universalização construída sob uma perspectiva ocidental. Assim, a criação dos Direitos Humanos é resultado de uma perspectiva ocidental acerca de toda a humanidade, e ocorre como uma forma de universalização de indivíduos diversos, sendo estes constituídos por inúmeras variações históricas, culturais, linguísticas, políticas e sociais. Assim, pela criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos ocorre um processo de tentativa de universalização de direitos, que corresponde a todos os Estados, e portanto, abrange toda a humanidade. Em outras palavras, os Direitos Humanos foram criados e são sustentados pela dominação política e pela influência do ocidente a outros povos do mundo. De acordo com Bastos “a ideia da universalização dos direitos humanos é uma

7 Segundo Aimé Cesar (1978), em seu discurso sobre o colonialismo, o que a Europa não perdoa ao Hitler e ao Hitlerismo, não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do Homem em si, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os “coolies da Índia e os negros da África estavam subordinados (Cesaire, 1978, p.09)

hipótese improvável; isso porque, enquanto cultura, os direitos humanos fazem parte de uma tradição muito específica – a civilização ocidental” (BASTOS, 2013).

Com o objetivo de tecer uma crítica a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ressaltando as diferenças culturais entre o Ocidente e Oriente, foram escritas a Declaração Islâmica Universal dos Direitos Humanos em 1981 e, posteriormente a Declaração do Cairo sobre Direitos Humanos no Islã em 1990. Ambas representam um complemento a Declaração Universal dos DH de 1948, e incluem a lei da *Sharia*⁸ como referência para os países islâmicos (SCHOLZ, 2020).

O debate acerca dos Direitos Humanos, suas limitações e contradições se justifica para o caso da Venezuela, pois, em determinados conflitos, observa-se que os Direitos Humanos têm sido utilizados como justificativa para intervenções externas em contextos domésticos paralelo a violação da soberania de determinados países. A narrativa de defesa dos Direitos Humanos, por vezes, deu legitimidade a intervenções imperialistas e militares enquanto prática de neocolonialismo ocidental, que ocorrem por meio de intervenções humanitárias e até mesmo pela Responsabilidade de Proteger (BASTOS, 2013; PUREZA, 2012). De acordo com Zizek:

[...] hoje, o que os “direitos humanos de vítimas sofredoras do Terceiro Mundo” efetivamente significam, no discurso dominante, é o direito das próprias potências do Ocidente de intervir política, econômica, cultural e militarmente em países do Terceiro Mundo de sua escolha, em nome da defesa dos direitos humanos (ZIZEK, 2010, p. 25).

Um exemplo histórico de uma intervenção militar desencadeada pela narrativa dos Direitos Humanos ocorreu em Kosovo no ano de 1999, e também na Líbia em 2011, ambas feitas pela OTAN, o que nos leva ao debate acerca limites da soberania de Estados nacionais e de direito para a resolução de seus próprios conflitos internos (PUREZA, 2012; TAIAR, 2009).

A Venezuela, por exemplo, foi denunciada em 2017 pela ONU por violação de Direitos Humanos, ano em que ocorreram as *Guarimbas*. Assim, em função de repressões violentas por parte das forças policiais, somada a detenções arbitrárias de manifestantes da oposição, a ONU fez a denúncia as forças do Estado da Venezuela por violação de Direitos Humanos. Nesse quesito, é importante mencionar que as *guarimbas*, lideradas pela oposição

8- De acordo com Warner (2010), a Lei Sharia é “é muito mais que um sistema legal, é o conjunto de um código moral, um ritual religioso, a base da instituição familiar, a base religiosa, política e cultural de todos os muçulmanos. Ela descreve o significado do jibab, como as mulheres devem ser tratadas, as leis criminais e suas punições, e toda a organização política do governo” (WARNER, 2010).

política ao governo, utilizavam de muita violência em seus protestos. A partir disso, se inicia um período marcado por várias sanções e bloqueios econômicos contra a Venezuela, que foram respaldados pela defesa dos Direitos Humanos no país, mas, na prática, tinham como objetivo a desestabilização econômica da Venezuela para uma troca de regime. E por essa mesma narrativa, se legitima uma possível ingerência externa à Venezuela, respaldada sob o discurso de responsabilidade de proteger. Assim, parte-se da perspectiva que tal denúncia repousa sobre a justificativa para uma intervenção externa ao território venezuelano, pois, por meio da narrativa de defesa dos Direitos Humanos, há a legitimação das sanções e de uma possível intervenção externa.

Em 2018, Michele Bachelet representando a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos visitou a Venezuela, e a partir de tal visita se iniciou um trabalho de cooperação e assistência técnica com o governo de Maduro para a promoção e defesa dos DH. Tal assistência ocorreu até o ano de 2019, onde sob uma Carta de Entendimento, para estabelecer os fins do processo de cooperação, a Alta Comissária da ONU estabeleceu um plano de trabalho para a continuação do processo de promoção e defesa de tais direitos (MPPEF, 2020).

Como resultado efetivo do trabalho de cooperação, os acusados de infração de Direitos Humanos das Forças de Ações Especiais (FAES), da polícia do Estado de Táchira e Carabobo, da Guarda Nacional Bolivariana (GNB) e funcionários do Centro Penitenciário de los Llanos foram julgados, presos ou estão em processo de julgamento (MPPEF, 2020). A partir disso, pode-se observar que sobre a violação dos Direitos Humanos no país, mediante a denúncia, houve um processo de trabalho, acompanhado pelo julgamento dos casos por parte do Estado da Venezuela, com o objetivo da garantia dos mesmos. Pois, por meio do artigo 29 da Constitución de la República Bolivariana de Venezuela:

El Estado estará obligado a investigar y sancionar legalmente los delitos contra los derechos humanos cometidos por sus autoridades. Las acciones para sancionar los delitos de lesa humanidad, violaciones graves de los derechos humanos y los crímenes de guerra son imprescriptibles. Las violaciones de derechos humanos y los delitos de lesa humanidad serán investigados y juzgados por los tribunales ordinarios. Dichos delitos quedan excluidos de los beneficios que puedan conllevar su impunidad, incluidos el indulto y la amnistía (CRBV, 1999, np).

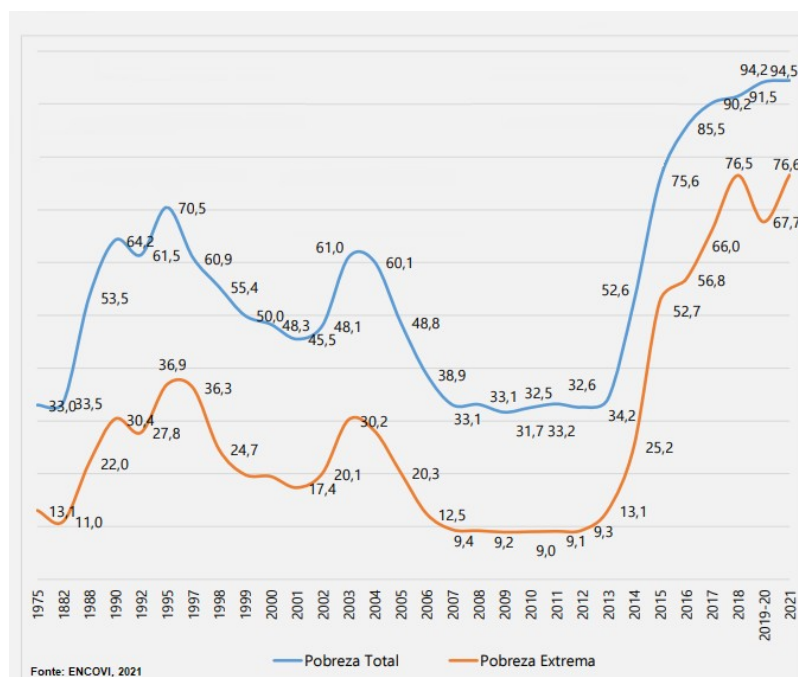
Contudo, mesmo após tais ações do Estado frente os DH, as sanções contra a Venezuela que se iniciaram em agosto de 2017 respaldadas pela defesa desses direitos, não foram revistas nem suavizadas, mas pelo contrário, foram aprofundadas em 2019, momento

em que já havia um plano de trabalho em curso do Estado venezuelano em conjunto com ONU. Em função das sanções econômicas, o país foi colocado em uma situação de dificuldade de importações de bens essenciais a própria vida, como alimentos e medicamentos. Assunto que também deve ser relativizado na própria questão de defesa dos DH, pois, até que ponto as sanções econômicas impedem de forma indireta que se garanta os Direitos Humanos na Venezuela? Na próxima seção, serão debatidas as consequências do conflito não convencional como um todo, mas das sanções econômicas de forma específica a esferas da população civil venezuelana.

2.2.4 Desdobramentos do conflito não-convencional

Sob o contexto de crise, como desdobramento do conflito não convencional em sua esfera econômica, nos deparamos com uma severa crise econômica, refletida na hiperinflação, na dificuldade de importação de alimentos e medicamentos, eixos que atingem a população civil mais vulnerável da Venezuela (SUTHERLAND, 2019). Como consequência direta das sanções, pode-se analisar o aumento da pobreza e da extrema pobreza no país desde o início e aprofundamento das sanções. As consequências da crise econômica e do bloqueio atingiram a população civil no seu acesso a bens essenciais, cuja comercialização depende de processos de importação para adentrarem no país. Tais bens correspondem a medicamentos para o tratamento de diversas doenças e alimentos básicos do cotidiano de milhares de venezuelanos. De acordo com dados da ENCOVI (Encuesta Nacional de Condiciones de Vida, 2021), entre 2017 e 2018, a mortalidade aumentou cerca de 31% na Venezuela, o que representa cerca de 40.000 mil mortes. Ademais, desde o início da crise econômica, em meados de 2014, a pobreza e a pobreza extrema aumentaram significativamente. De acordo com dados da ENCOVI:

Gráfico 04 - Índice de Pobreza e Pobreza extrema na Venezuela



Por meio deste gráfico, pode-se inferir que a crise econômica enquanto consequência das sanções aumentou de forma significativa a pobreza e a pobreza extrema na Venezuela, desde 2014. Ademais, desde 2014, como consequência da guerra econômica, o número de venezuelanos que emigraram também aumentou. De acordo com estimativas da ONU, em 2015, o número de venezuelanos que viviam no exterior chegou a 606 mil. Já entre 2017 e 2019, cerca de 2,5 milhões de pessoas deixaram o país (ENCOVI; 2018, 2021). Como desdobramento direto das sanções econômicas, incentivadas e potencializadas pelo conflito não convencional em sua esfera econômica e política a um nível internacional, em 2017 e 2018, houve um aumento significativo da mortalidade no país, causados indiretamente pelo conflito em curso (WEISBROT, SACHS; 2019). Indiretamente por ter seus fundamentos nos danos à saúde pública, nos problemas de escassez, e conseqüentemente, ao aumento da violência urbana.

Através das sanções, observa-se o fim de importações essenciais para a manutenção e reprodução da vida propriamente dita. Nesse período, houve a falta de medicamentos para o tratamento de HIV, para diálise, para o tratamento de câncer, diabetes e hipertensão (WEISBROT, SACHS; 2019). As sanções, portanto, potencializaram problemas de saúde pública e além disso, trouxeram problemas ao saneamento básico e ao acesso à água no país.

Em marco do ano 2019, como já dito anteriormente, houve uma crise no setor elétrico que por meio de uma série de apagões, debilitaram inúmeros hospitais. Segundo Weisbrot e Sachs:

Varios eruditos jurídicos han señalado que las sanciones económicas de este tipo violan el derecho internacional, incluida la Carta de las Naciones Unidas y el derecho internacional de los derechos humanos. Parece obvio que sanciones que causan el hambre y la enfermedad generalizadas, y el aumento de la mortalidad, violarían las leyes de derechos humanos (WEISBROT, SACHS; 2019, p. 18).

A partir disso, pode-se observar algumas das consequências do conflito não convencional em curso do país, onde a população civil é a esfera social mais atingida seja pela escassez, pela pobreza, pela falta de acesso a determinados medicamentos, pelas dificuldades econômicas geradas pela hiperinflação, pelos boicotes a setores elétricos, pelo aumento da violência ou por problemas de saúde pública.

2.3. Tentativas de Troca de Regime

A troca de regime especificamente é compreendida como um conjunto de estratégias que visam a derrubada de um determinado governo, considerado como ilegítimo pelo Estado agressor. Após a derrubada do governo, este é substituído por um novo governo ou administração alinhada com os interesses do Estado agressor. Assim sendo, as trocas de regime podem ser interpretadas como golpes de Estado, que ocorrem a partir de uma intervenção estrangeira direta ou indireta. Como já explanado no primeiro capítulo, tal estratégia condiz com o pensamento do *think thank* norte-americano, Gene Sharp (KORYBKO, 2018).

Portanto, por meio da troca de regime, ocorre uma substituição forçada de líderes de um país, muitas vezes acompanhada pela mudança de sistemas econômicos, ordenamentos jurídicos ou da própria configuração política do Estado agredido. Todas essas medidas visam beneficiar os interesses do Estado agressor estrangeiro. Dessa maneira, a troca de regime pode ser compreendida como uma interferência em assuntos internos de um determinado estado, que por vezes se dá de maneira difusa e indireta (SANCHÉZ; MPPRE, 2020). Nesses casos, observa-se que o *modus operandi* dos Estados Unidos para a troca de regime são voltados ao financiamento de grupos mercenários locais a partir do paradigma de contrainsurgência. Sobre esses casos de troca de regime, Moniz Bandeira ressalta que:

A política de *regime change* dos Estados Unidos não levou democracia a nenhuma parte. Pelo contrário, provocou guerras civis e caos, em todos os países onde os Estados Unidos tentaram promover a mudança de regime, a pretexto de promover a democracia (BANDEIRA, 2016, p. 322).

Cabe observar que a troca de regime pode ser estimulada por meio de intervenções que ocorrem por delegação ou procuração. Além disso, quando os objetivos finais de troca de regime não ocorrem como o planejado, a interferência estrangeira tende a se tornar mais agressiva, podendo se transformar em uma confrontação bélica direta e convencional (SANCHÉZ; MPPRE, 2020).

Na América Latina, por exemplo, nas últimas décadas as interferências externas para a troca de regime têm sido voltadas a esferas econômicas, comerciais e diplomáticas. Na Venezuela, especificamente, as aplicações das tentativas de troca de regime ocorrem por meio de agressões tanto diretas quanto indiretas, pois, observa-se que desde 2013, o país tem sido alvo de um conjunto de táticas de que perpassam as esferas políticas, sociais, militares, diplomáticas e, sobretudo, econômicas. Essas táticas, na prática, se dão por meio de agressões diplomáticas, planificação de atentados, tentativas de golpe de Estado e invasões mercenárias. As operações de troca de regime dialogam muito com a prática das Revoluções Coloridas, que ocorrem como consequência de conflitos não convencionais, híbridos e de quarta geração. (SOUZA; SILVA; SILVA, 2021, p. 116-118)

No caso da Venezuela, há um histórico que compreende as várias tentativas de deslegitimação do governo e de troca de regime do país, que se iniciaram ainda durante os governos de Chávez. Tal histórico pode ser observado por meio da tentativa de golpe ao governo de Chávez em dezembro de 2002, ao *paro petrolero* que ocorreu no ano seguinte (2003), a desestabilização política e civil causada pelas *guarimbas*, iniciadas em 2004, mas repetidas em 2017; pela tentativa de Magnicídio de Nicolás Maduro em agosto de 2018, pela instauração de um governo paralelo através da autoproclamação a presidência por Juan Guaidó em 2019, reconhecido como presidente legítimo por vários países; pelo cerco político e diplomático em organismos internacionais multilaterais como na OEA, por exemplo; pela guerra midiática contra a Venezuela a nível internacional, pela hiperinflação induzida e pela incursão frustrada de um comando de mercenários que tinha como objetivos a derrubada do governo de Nicolás Maduro, ocorrida em maio de 2020 (SANCHÉZ, 2020).

A partir disso, entende-se que o país foi alvo de tentativas de golpe de Estado, assim como foi alvo de várias retaliações políticas por parte da comunidade internacional. (MELO,

2020). Ao todo, estima-se que desde 2014 houve aproximadamente onze golpes de Estado contra a Venezuela, operacionalizados pela direita venezuelana, com ativa participação externa. As tentativas de golpe foram: *La Salida*, em 2014; *Golpe Azul*, em 2015; *La Espada de Dios*, em 2016; *Operación David*, em 2017; *Operación Génesis*, em 2017; *A tentativa de Magnicídio*, em 2018; *Venezuela Live Aid*, em 2019; *Operación Libertad*, em 2019; *Operación Aurora*, em 2019; *Operación Vuelvan Caras*, em 2019 e *Operación Gedeón*; em 2020 (MPPRE, 2020).

Ademais, é importante mencionar o papel da mídia dentro das várias tentativas de trocas de regime, planejadas para a retirada dos governos bolivarianos. A oposição tem acesso significativo a mídia tradicional e as redes sociais, e tais instrumentos são utilizados para o engajamento de protestos contra o governo. Como já explanado a mídia desempenha um papel-chave dentro das guerras híbridas, de quarta geração e não convencionais. A partir desses exemplos, pode-se analisar algumas das ofensivas contra o atual governo da Venezuela, que ocorrem na tentativa de troca de regime no país. Tais ofensivas são fomentadas indiretamente pelos Estados Unidos em conjunto com parte da oposição venezuelana ao governo Maduro.

2.3.1. Agentes proxy

Como já explanado no primeiro capítulo, os agentes *proxy* são atores ou grupos financiados por grupos externos para atuarem conforme seus objetivos em determinados territórios de forma indireta. Observa-se que tais agentes compõem o *modus operandi* das guerras híbridas. No caso da Venezuela, identifica-se como agentes *proxy* a organização não governamental CANVAS (Center for Applied Nonviolent Action and Strategies), um subproduto da Otpor, organização política que foi atuante na Sérvia durante a troca de regime de Milosevic (2000), durante uma Revolução Colorida. A ONG CANVAS recebe financiamento e assessoria da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento), o que demonstra uma ação indireta do país, e caracteriza a guerra não convencional ou híbrida no conflito em discussão. Em 2005, quatro estudantes venezuelanos viajaram até a Sérvia para receberem formação da ONG no que tange as táticas de ações não violentas e troca de regime (COHEN, BLUMENTHAL; 2019).

Além dessa, pode-se identificar a companhia militar privada Silvercorp, sediada na Flórida e atuante na *Operación Gedeón*, em 2020. A ação da Silvercorp buscava capturar o presidente Nicolas Maduro, derrubar o seu governo e instalar um outro regime reconhecido pelos Estados Unidos, no caso, o governo paralelo de Juan Guaidó (MOURA, 2020).

Existe um contrato que comprova que a companhia foi contratada por Juan Guaidó em 2019, contudo, observa-se também o incentivo indireto dos Estados Unidos a oposição política de Maduro durante a operação (SILVERCORP, 2019). Para a *Operación Gedeón*, o grupo mercenário composto por 50 homens, recebeu treinamento em solo colombiano, especificamente no deserto de Guajira (MOURA, 2020). Portanto, por meio da atuação dos agentes *proxy* na Venezuela, percebe-se que o objeto desses é justamente fomentar a instabilidade política no país, e por vezes, o fazem por meio da incitação a violência direta.

2.4. Conclusões do Capítulo

Desde 1999, através do processo histórico e político que se desenvolve no país, a Venezuela, através da proposta de um novo modelo de Estado, é vista como uma ameaça direta aos interesses imperialistas para a região da América Latina. Por esse motivo, o país é alvo de políticas que buscam fomentar a abertura econômica, assim como estimular a flexibilização do mercado venezuelano. O processo revolucionário iniciado pelos governos de Hugo Chávez, deram a política venezuelana capacidade de se projetar enquanto liderança regional no continente, o que hipoteticamente poderia a longo e médio prazo, impedir a manutenção de políticas de ingerência e dominação dos EUA na região.

Além disso, a Venezuela é o país que mais possui petróleo em seu território, e como já mencionado, o controle sobre a commodities é estratégico para as Relações Internacionais Contemporâneas, uma vez que o petróleo é um fator determinante nos setores energéticos, para o fomento a produção, industrialização, e até mesmo para o desenvolvimento das guerras. Para os EUA, especificamente, o controle sobre reservas petrolíferas é fundamental para a manutenção de seu poderio enquanto uma das principais potências globais. A Venezuela, por sua vez, é muito próxima do território estadunidense, o que facilita o transporte do petróleo para as costas dos EUA.

Para a economia venezuelana, o papel do petróleo é central, pois sua estrutura econômica é baseada no rentismo petrolífero que é essencialmente capitalista e torna o país

dependente das variações do preço do petróleo a nível internacional, além de impedir que outras esferas econômicas sejam desenvolvidas.

Dessa forma, o conflito não convencional, ocorre por dois motivos centrais: como ofensiva a Revolução Bolivariana iniciada nos governos de Chávez, e por interesses voltados as reservas petrolíferas. Pois, caso ocorra uma troca de regime ao governo de Maduro, há maiores possibilidades que uma liderança aliada com os interesses dos EUA seja presidente, como Juan Guaidó, por exemplo. Como identificado neste capítulo, as características do conflito não convencional são primeiramente econômicas, desencadeada pelas sanções econômicas e pelo embargo financeiro, responsáveis por minar as exportações e importações do país. Tais sanções são acompanhadas de ações políticas e diplomáticas por parte de organizações internacionais e de determinados países.

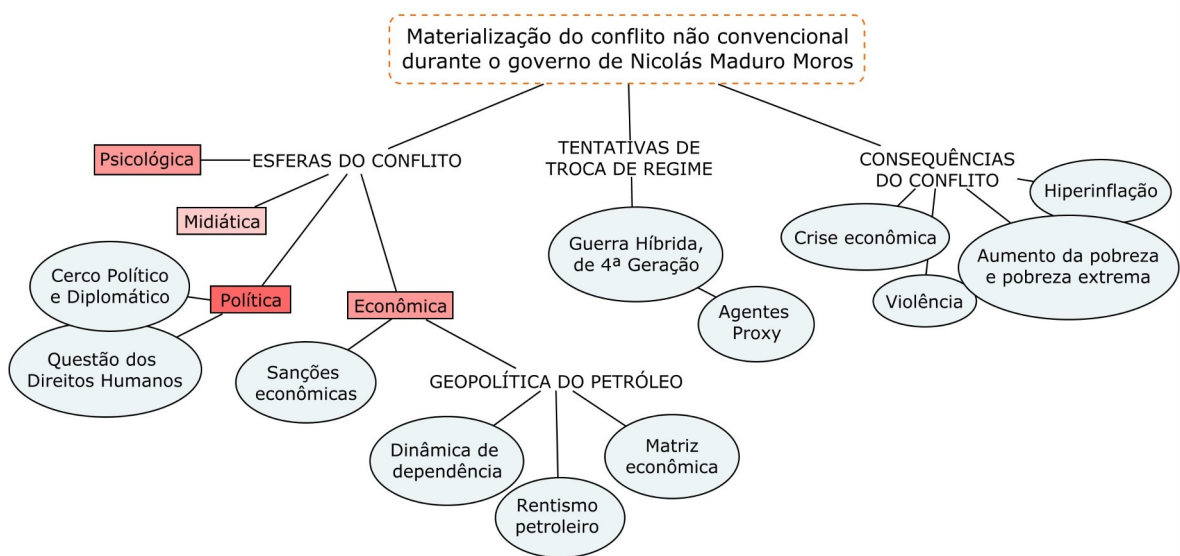
Estas, por sua vez, são legitimadas por um discurso contraditório de defesa e promoção dos Direitos Humanos. Além disso, o conflito possui características de guerra híbrida, onde a mídia desempenha um papel fundamental na construção de uma retórica de aversão ao governo de Nicolás Maduro, tido como ditadura pelos grandes meios massivos de comunicação. Nesse sentido, o conflito conta com uma significativa participação de atores externos. Igualmente, foram identificados agentes *proxy* como atuantes no contexto venezuelano, cujos objetivos são voltados a desestabilização da política interna do país, processo semelhante ao que ocorreu nas Revoluções Coloridas. O conflito também possui característica de uma guerra de quarta geração, onde se utiliza alta tecnologia no relacionado a guerra midiática, assim como pelos boicotes ao sistema elétrico e pelo uso de drones na tentativa de Magnicídio, em 2018.

Os desdobramentos do conflito não convencional são de hiperinflação, aumento da pobreza e da pobreza extrema, aumento da emigração de venezuelanos para outros países, diminuição do acesso à saúde, a eletricidade, escassez de determinados alimentos e medicamentos, aumento da violência, etc. Assim, ao pensarmos a defesa para esse tipo de conflito especificamente, com características não convencionais, híbridas e de quarta geração, é importante interpretar as esferas em que o mesmo ocorre. Em primeira instância é necessário pensar em alternativas a atual política econômica venezuelana, pois enquanto o país tiver sua economia dependente das exportações de petróleo, será mantido como um alvo fácil para as pretensões imperialistas e demais intervenções externas.

Com o processo de Revolução Bolivariana, há a proposta de um novo modelo de Estado, de caráter comunal, cujas políticas seriam pautadas sob o que se entende como Socialismo do Século XXI. Tais objetivos ainda não foram alcançados, pois a revolução ainda está em processo de disputa. Para o aprofundamento do processo revolucionário, e solidificação de um Estado comunal, há de se romper com lógicas essencialmente capitalistas, assim como é o rentismo petrolero. As alternativas econômicas para a construção de um novo modelo de Estado precisariam viabilizar o abastecimento alimentar do país e a produção de fármacos por meio de indústrias farmacêuticas nacionais, o que pode ser estimulado por uma planificação econômica, paralela a diversificação econômica do país e pelo fortalecimento de relações regionais e internacionais com parceiros estratégicos.

Além disso, para a defesa do conflito na Venezuela, se fazem necessários: o monitoramento das mídias e demais esferas cibernéticas; uma constante batalha ideológica e comunicacional; o envolvimento e apoio efetivo da população civil na defesa; e finalmente, o desenvolvimento de um pensamento estratégico para uma possível guerra de resistência. Esse último ponto, como veremos a seguir, já é feito mediante a Doutrina Militar Bolivariana.

Capítulo 02 - O Conflito Não Convencional na Venezuela



Fonte: Elaboração própria baseada no conteúdo do cap. 02

CAPÍTULO 3 – A GUERRA IRREGULAR COMO ESTRATÉGIA DE DEFESA FRENTE AO CONFLITO NÃO CONVENCIONAL

Por meio do segundo capítulo, foram discutidas as formas nas quais se materializa o conflito não convencional na Venezuela. Assim, o capítulo que segue tem como principal objetivo analisar as estratégias de defesa do Estado e de parte da população civil frente ao conflito não convencional. Dessa forma, no desenvolvimento do capítulo, busca-se analisar as formas com que o Estado, em conjunto com esferas da população civil, pensa a sua estratégia e as táticas defensivas frente a uma crescente ameaça externa, que ocorre através de um conflito não convencional.

Para isso, inicialmente serão interpretadas as diretrizes de defesa do Estado Bolivariano e seus limites frente ao contexto não convencional. Como já explanado no primeiro capítulo, as estratégias de defesa para o conflito não convencional podem ser pensadas por meio estratégias presentes na guerra irregular, onde não é somente a superioridade bélica que determina a vitória do conflito. No conflito irregular, a vitória é determinada em grande parte pelo apoio ativo da população, ator capaz de deixar as forças não convencionais isoladas de forma permanente. De forma geral, o argumento do primeiro capítulo é de que as táticas e estratégias presentes na guerra irregular servem para se pensar a defesa do conflito não convencional, e a partir do debatido neste último capítulo, será trazido um exemplo de força irregular em um conflito não-convencional.

Posteriormente, serão trabalhados os conteúdos presentes no diário de campo e nas entrevistas. As entrevistas correspondem as fontes primárias do trabalho, que foram feitas durante uma pesquisa de campo.

O objetivo de trazer as entrevistas para a análise está na documentação do conflito enquanto tal, pois a partir do relato de sujeitos locais, pode-se analisar diferentes perspectivas sobre o processo histórico e político em questão. Assim, serão analisados os temas das entrevistas, que ocorrerá pela interpretação de palavras-chave e de conteúdos incitados em cada entrevista. Por meio das perspectivas singulares dos sujeitos, busca-se interpretar elementos para a explicação da totalidade do conflito.

Na primeira entrevista, existem elementos específicos relacionados com a construção das Milícias Bolivarianas na Venezuela sob o cenário de conflito não convencional, o que vai de encontro com a indagação sobre as estratégias e táticas de defesa tanto do Estado, quanto

de grupos organizadas da parte da população civil. Por esse motivo, a partir da entrevista da Miliciana, são trabalhados temas como a Doutrina Militar Bolivariana, que corresponde as estratégias do Estado frente a possibilidade de agressão direta e territorial. Tal doutrina é pensada a partir de estratégias de guerra popular prolongada e de guerras de resistência, temas a serem debatidos no desenvolvimento deste capítulo.

As outras seis entrevistas também são relevantes, uma vez que trazem elementos que corresponde a conjuntura de crise e conflito em que estão inseridos, refletida na vida cotidiana dos sujeitos locais. Por isso, como um complemento para a compreensão da materialização do conflito não convencional, as falas dos sujeitos locais são indispensáveis. As entrevistas, na íntegra, estão disponíveis no apêndice dessa dissertação.

Dessa forma, para interpretar as estratégias de defesa da Venezuela frente ao conflito não convencional, o debate além de passar pelo Estado e suas instituições, deve abarcar a população civil, sua relação com Estado, e sua atuação no próprio projeto de defesa da população e território. Para isso, o terceiro capítulo é estruturado da seguinte forma: primeiro, será debatida a defesa do Estado Bolivariano, que corresponde a Doutrina Militar Bolivariana, após essa sessão, serão trabalhados os conceitos de guerra popular prolongada e guerra de resistência, teoria presente na doutrina em análise e que envolve a participação ativa da população civil e em seguida, serão trazidos o diário de campo e a síntese das entrevistas.

3.1. Diretrizes de Defesa do Estado Bolivariano

Nessa seção, serão interpretadas as diretrizes de segurança e defesa do Estado Bolivariano, e a partir disso, indagaremos a efetividade e os limites práticos de tais diretrizes sob o contexto do conflito não convencional. Como já mencionado no primeiro capítulo, a defesa para conflitos não convencionais precisa transpassar os limites do Estado, pois estes conflitos correspondem a novas formas de guerra. O Estado não é principal ator, e por isso, é necessário que se formule um pensamento estratégico defensivo voltado a outros atores. Além disso, nas guerras contemporâneas, os motivos da guerra, seu financiamento e métodos de combate tem passado por transformações significativas.

Em função dessas transformações e pela interpretação do Estado da Venezuela frente as ameaças dos EUA, principalmente, a Doutrina Militar passou por um processo de atualização, incentivado pelo processo histórico e político da Revolução Bolivariana. De início, cabe observar que pela Doutrina Militar Bolivariana, em possíveis conflitos, as ações

irregulares ocorrem como complemento as ações de guerra convencionais e regulares. Em outras palavras, a atual Doutrina Militar Bolivariana visa fortalecer o poder militar do país, assim como fortalecer a União Cívico-militar por meio da participação de grupos compostos por civis, na defesa nacional. Tal Doutrina tem seus fundamentos no levante militar liderado por Chávez em 1992, e mais tarde, se materializa pela formação das Milícias Bolivarianas, em 2008.

Na União Cívico-militar, há a junção das forças militares do Estado com parte da população civil organizada. Ambos, de forma conjunta compõem as forças de defesa. Esse novo pensamento militar venezuelano foi influenciado pelas trajetórias de Mao Tsé Tung, de Vo Nguyen Chiap e Ernesto Che Guevara, e também é baseado nas experiências de Bolívar, Miranda, Sucre, Páez e Zamora, onde se compreende que através das práticas de organizações guerrilheiras e por meio de táticas de guerra irregular há maiores possibilidades defensivas caso haja uma intervenção externa e direta ao território venezuelano (REGOS, 2013). Portanto, a defesa da Venezuela é organizada em três esferas centrais, o Ministério do Poder Popular para Defesa, a FANB (Força Armada Nacional Bolivariana) e a Milícia Bolivariana, composta por esferas da população civil. De acordo com Carlos Regos, a Milícia Bolivariana é:

Es un cuerpo especial organizado por el Estado venezolano, integrado por la Milicia Territorial y Cuerpos Combatientes, destinada a complementar a la Fuerza Armada Nacional Bolivariana en la Defensa Integral de la Nación, para contribuir en garantizar su independencia y soberanía. La Milicia Bolivariana depende directamente del Presidente o Presidenta de la República y Comandante en Jefe de la FANB, en todo lo relativo a los aspectos operacionales a través del Comando Estratégico Operacional y para los asuntos administrativos dependerá del Ministro o Ministra del Poder Popular para la Defensa (REGOS, 2013, p. 95).

A Milícia Bolivariana foi criada em 2008, por meio de uma reforma a *Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana*. Desde então, corresponde a uma organização composta por parte da população civil, que complementa a FANB e incorpora táticas de ações irregulares a Doutrina Militar da Venezuela. Os fundamentos da Milícia correspondem a União Cívico-Militar, que a partir de uma nova concepção estratégica de Defesa Nacional, busca viabilizar a defesa da Venezuela caso ocorra uma invasão estrangeira ao território, por meio de táticas de dissuasão. Em outras palavras, a União Cívico-Militar é composta por civis que se voluntariam para receber treinamento militar caso ocorra uma invasão territorial, e caso o conflito se transforme em um conflito convencional e regular.

Dessa forma, pela da formação da Milícia, possibilita-se um aumento do poder de defesa da Venezuela, inserida em um contexto de conflito não convencional. Ademais, é importante mencionar que o Estado tem investido em equipamento bélico e em serviços de inteligência, o que é refletivo diretamente pelo fortalecimento de suas forças regulares. Acerca das forças regulares do Estado, a FANB, especificamente, tem como funções fundamentais a garantia da independência e soberania da nação por meio da defesa militar. Além disso, observa-se que desde 1999, foram incorporados princípios de Guerra de 4ª geração e Guerra Assimétrica dentro das táticas e estratégias da FANB (REGOS, 2013). De acordo com Regos:

El concepto de la Guerra Asimétrica obtuvo mayor aceptación como premisa para la nueva doctrina militar, entendiéndose esta, como la respuesta de uno de los protagonistas frente a su oponente sin enfatizar la búsqueda de una paridad de fuerzas, sino el empleo de tácticas no convencionales (REGOS, 2013, p. 79).

Dentro do debate da Guerra Irregular e de Guerra Assimétrica, como já debatido primeiro capítulo, há a guerra de resistência, que está presente no pensamento de Mao Tsé Tung, de Vo Nguyen Giap, e de Ernesto Che Guevara, lideranças da China, Vietnã e Cuba, que atuaram em contextos de guerra ou invasão externa sobre os territórios de luta. De forma breve, a guerra de resistência é fundamentada pela Guerra Prolongada, teorizada inicialmente por Mao.

Assim, por meio das táticas presentes de guerra de resistência, combinadas com as estratégias da guerra prolongada, em 2011, a Doutrina Militar venezuelana foi atualizada a partir da incorporação da estratégia de Defesa Integral na Nação, que foi elaborado no sentido de se pensar a defesa da Venezuela na atualidade frente as atuais ameaças contra o país (REGOS, 2013). Para o autor:

La defensa integral es comprendida como el conjunto de sistemas, métodos, medidas y acciones de defensa, cualesquiera sean su naturaleza e intensidad, que en forma activa formule, coordine y ejecute el Estado con la participación de las instituciones públicas y privadas, y las personas naturales y jurídicas, nacionales o extranjeras, con el objeto de salvaguardar la independencia, la libertad, la democracia, la soberanía, la integridad territorial y el desarrollo integral de la Nación (REGOS, 2013, p. 96).

Dessa forma, sob as táticas de guerra prolongada, a Defesa Integral da Nação é composta pela participação da população em sua planificação e execução (REGOS, 2013), e assim, se viabiliza a aplicação de métodos não convencionais para a defesa. Pela União Cívico Militar, forças populares são envolvidas na guerra e, de forma voluntária, recebem um

treinamento militar e formação política. Dessa forma, há a possibilidade da formação de organizações irregulares. Além disso, é importante frisar que nos últimos anos, em função da organização da Milícia Bolivariana, o Estado tem aumentado a capacidade de seu exército regular. Pois, pela União-Cívico Militar houve um processo de fusão do exército regular ao povo.

Para a compreensão de tal cenário, é importante estabelecermos as relações entre guerra irregular, assimétrica, prolongada e de resistência. A guerra irregular abarca uma miríade de possibilidades de guerra não convencional, que dependendo da forma, engloba o que se compreende como guerra assimétrica. Dentro da guerra assimétrica, existem as estratégias de guerra prolongada, que por sua vez, podem definir as estratégias de em uma guerra de resistência, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Elaboração própria baseada no cap. 03

Pelo caso da Venezuela especificamente, a defesa tem sido caracterizada pela guerra prolongada e de resistência, uma vez que se incentiva a formação de grupos irregulares para o complemento das forças regulares do Estado. Cabe observar que em outros processos históricos, como nos casos da China e Vietnã, na guerra prolongada e de guerra de resistência, as forças irregulares tinham como objetivo a expulsão de inimigos externos dos territórios, somada a posterior ocupação do poder do Estado. Contudo, o caso da Venezuela é distinto, uma vez que é o Estado que incentiva a formação das forças irregulares, na busca

pela defesa da manutenção desse poder estatal, que como já dito, busca consolidar de um Estado Comunal a longo prazo.

Apesar de todo o processo voltado a reformulação das estratégias e táticas de defesa, observa-se que as possíveis problemáticas e limites defensivos tanto do Estado quando da população civil está na possibilidade de se perder o controle acerca da formação política dos grupos irregulares, pois, caso esta seja feita de forma descentralizada, os objetivos de defesa para a dissuasão podem se perder, acarretando a possibilidade do aumento da violência interna no país, pois, uma vez que grupos da população civil recebem treinamento militar, existe a possibilidade do aumento da violência interna entra a própria população civil. Nos casos da China, do Vietnã e de Cuba, por exemplo, as forças irregulares eram instruídas por grupos políticos centralizados.

A fim de evitar essa suposta perda de controle das forças irregulares, como veremos a seguir, na Guerra Popular Prolongada, e na Guerra de Resistência, há um contínuo processo de conscientização da população civil, a fim de que esta força saiba identificar e delimitar as forças inimigas, de caráter externo. Para a defesa, tal processo de conscientização, visa engajar a população civil frente ao processo histórico em disputa, para que esta tenha instrumentos suficientes para a sua própria defesa frente a uma invasão territorial direta, que no caso, configuraria a transformação de um conflito não convencional para um conflito regular.

3.1.1. A Guerra Popular Prolongada e a Guerra de Resistência

A Guerra Popular Prolongada, assim como a guerra de resistência são teorizadas inicialmente por Mao Tsé Tung, sob o contexto histórico de guerra Sino-Japonesa (1949). Anos mais tarde, as estratégias e táticas desses tipos de guerra também foram pensadas por Ernesto Che Guevara, dentro do contexto da Revolução Cubana (1959) e por Vo Nguen Giap, sob o contexto histórico de Guerra do Vietnã (1955) contra a invasão norte-americana. De acordo com o pensamento de Mao, esse tipo de guerra é precedido pela mobilização das massas dentro das esferas de defesa até a própria logística da guerra em si.

Por meio da guerra prolongada, há o objetivo de enfraquecimento do inimigo e de suas forças de inteligência através da interpretação de suas debilidades. Ademais, o tempo da

guerra de resistência tende a ser prolongado, pois depende do grau das transformações das correlações de forças entre os atores envolvidos (REGOS, 2013; TUNG, 1975). A Guerra Prolongada, é um tipo de guerra assimétrica onde o tempo é usado de forma estratégica para a deterioração das forças oponentes. Portanto, as forças de resistência se preparam a médio e longo prazo. Logo, é importante mencionar que na guerra prolongada, o apoio internacional de outros países é decisivo para o desfecho do conflito (TUNG, 1975), e por esse motivo, cabe a força em desvantagem dentro do conflito assimétrico, buscar aliados estratégicos a nível internacional.

Pelo exemplo chinês, a guerra prolongada se deu como resultado de profundo processo de educação e disputa ideológica dentro das forças partidárias, das forças armadas e das forças populares. Tal processo compreende, portanto, um amplo trabalho de organização tanto dentro das esferas políticas e socioeconômicas, quanto militares (PEREIRA, 2019). Para o envolvimento efetivo da população na guerra popular prolongada, Mao ressalta a necessidade constante de conscientização do povo, por meio de propaganda e formação política. Portanto, esse tipo de guerra é inviável sem a participação ativa da população civil. Além disso pelo exemplo da China, a organização e armamento das massas foi feita pelo exército, o que denota uma centralidade política e organizacional sobre as forças irregulares (TUNG, 1975).

Segundo o pensamento de Mao, a guerra prologada é composta por três fases, são elas: a ofensiva estratégica do inimigo e defensiva estratégica; a consolidação estratégica do inimigo e preparação para contraofensiva; e a contraofensiva e retira do inimigo (TUNG, 1975). Sobre a primeira fase, escreve Mao Tsé Tung:

Na primeira fase, a guerra de movimento é o essencial, enquanto que a guerra de guerrilhas e a guerra de posições são auxiliares; na segunda, a guerra de guerrilhas tomará o primeiro lugar, sendo auxiliada pela guerra de movimento e pela guerra de posições; na terceira, a guerra de movimento voltará a constituir a forma principal, sendo auxiliada pela guerra de posições e pela guerra de guerrilhas. Todavia, a guerra de movimento na terceira fase já não será realizada apenas pelas forças originariamente regulares; uma parte, e possivelmente uma parte importante, será realizada por forças que originariamente eram guerrilhas, mas que progrediram, passando da guerra de guerrilhas a guerra de movimento (TUNG, 1975, np).

Assim sendo, para Mao Tsé Tung, antes da formação das guerrilhas, ocorre uma guerra de movimentos, esta, por sua vez, é essencial para a guerra prolongada como um todo. Através da guerra de movimentos, há a possibilidade de formação de uma força regular, ao contrário das guerrilhas. Portanto, compreende-se que apesar das guerrilhas serem

indispensáveis para o desenvolvimento do conflito, no final da guerra prolongada, além da expulsão das forças inimigas, objetiva-se o controle do Estado, e portanto, as forças guerrilheiras em algum momento, se converterão em uma força regular, abandonando o caráter guerrilheiro e se transformando em exército. Assim, a guerra de movimentos é presente desde o início até o momento final da guerra prolongada, tanto em táticas irregulares quanto regulares (TUNG, 1975). Para o pensamento maoísta, sobre a terceira e última fase da guerra prolongada:

A terceira fase será a última da guerra prolongada, daí que, quando falamos em perseverar na guerra até ao fim, queremos dizer que é preciso atravessar toda essa fase. A nossa forma principal de combate será ainda a guerra de movimento, mas a guerra de posições ganhará igualmente importância. Se a defesa de posições não pode ser vista como importante na primeira fase em virtude das circunstâncias então existentes, o ataque de posições passará a ser de grande importância na terceira fase, em razão da modificação dessas circunstâncias e por força das exigências das tarefas a cumprir. Na terceira fase, a guerra de guerrilhas desempenhará de novo um papel auxiliar de apoio estratégico a guerra de movimento e a guerra de posições, não sendo mais a forma principal de combate (TUNG, 1975, np).

Assim, entende-se que na guerra prolongada, busca-se a destruição gradual das forças inimigas. Em função do tempo, as forças de resistência desgastam as forças oponentes. Nesse processo, portanto, ocorre o fortalecimento das próprias forças, que é paralelo ao desgaste das forças inimigas (PEREIRA, 2019), o que não significa necessariamente a sua destruição física, mas sim o seu desarmamento ou a impossibilidade de resistir (TUNG, 1975).

Na China e no Vietnã, as guerras de resistência ocorreram através das estratégias presentes na guerra prolongada. Como veremos, a guerra de resistência é composta pela guerra de movimentos, guerra de posições, guerra de desgaste, de aniquilamento e guerra de guerrilhas. Por meio do uso estratégico e táticos destes tipos de conflito, há a possibilidade de defesa frente a forças inimigas externas e militarmente superiores. Assim sendo, as guerras de resistência são vinculadas as estratégias da guerra popular prolongada. Como já exemplificado, três dos exemplos emblemáticos da prática da guerra de resistência são a Guerra do Vietnã, a Guerra Sino-Japonesa, a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana, cada qual com suas especificidades históricas, culturais e territoriais. Sobre os casos cubano e chinês especificamente, cabe notar as diferenças entre Mao Tsé Tung e Ernesto Che Guevara. A guerra na China, direcionada por Mao, contava com grandes massas populares. Já na Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara contava com um grupo guerrilheiro, que conquistou o apoio popular no desenrolar do processo em questão. Igualmente, pelo pensamento de Mao,

existe a necessidade do movimento guerrilheiro se transformar em um exército convencional. Já para Ernesto Che Guevara, o exército convencional deveria ser composto por grupos guerrilheiros e irregulares. Contudo, observa-se que ambos tinham como objetivo principal a tomada do poder do Estado, cujo território e população eram e ainda são muito diferentes nas duas experiências (PEREIRA, 2019).

Aqui, cabe observar que pelo processo histórico desencadeado em Cuba, a *Guerra de Todo el Pueblo* corresponde a estratégia de defesa nacional pensada durante os governos de Fidel Castro, onde são incorporados ideais presentes tanto no pensamento Ernesto Che Guevara, quanto de Martí. Tal tipo de guerra tem características assimétricas e de guerra prolongada, uma vez que busca coordenar as forças e recursos tanto do Estado como da sociedade, de forma integrada. Assim como foi na China e no Vietnã, a coordenação dessas forças é orientada por forças centralizadas, que buscam enfrentar a ameaça externas ao território cubano. Nesse processo, o apoio internacional da União Soviética na época foi decisivo para a defesa (MFAR, 2022).

A *Guerra de Todo el Pueblo*, também tem como objetivos a preservação da soberania, independência e integridade do território cubano e a proteção da população e da economia nacional. Os eixos que norteiam esse tipo de guerra são voltados a organização das massas populares dentro das práticas de defesa do país, nesse processo, são observadas formações de milícias e de guerrilhas como complemento aos exércitos regulares (MFAR, 2022). Já pela experiência de Giap dentro do processo histórico do Vietnã, percebe-se que a estratégia presente na guerra popular prolongada, se materializa por meio de táticas para uma guerra de libertação e resistência. No Vietnã, esta ocorre de forma multifacetada, onde as forças de resistência possuíam noções detalhadas sobre a população e o território onde se desenvolvia a guerra e a defesa propriamente dita.

Vo Nguyen Giap em um trabalho conjunto com Ho Chi Minh, se inspira na experiência e teoria deixadas em Mao, onde a preparação e estímulo a um processo de conscientização do povo são fundamentais. Tal preparação se dá pela percepção de um “inimigo externo”, mediante a ameaça de ocupação territorial e conseqüentemente, de violação de soberania do país agredido. No caso do Vietnã, assim como o foi na China e em Cuba, a guerra tem características assimétricas, onde o inimigo externo tem maiores capacidades bélicas e logísticas, mas não conta com vantagens dentro das esferas

psicológicas, sociais e sociológicas do povo e do território que é atingido pelo conflito. Para Vo Nguyen Giap, a guerra de resistência corresponde a seguinte percepção:

[...] destruir ejércitos numerosos con fuerzas reducidas, oponer nuestra debilidad a la fuerza enemiga, con lo humano vencer a la fuerza bruta, con la justa causa aplastar a la barbarie. Este arte es saber crear y aprovechar la posición de combate poseída de favorables condiciones de clima, terreno y de concordar entre los hombres. Este arte militar se ha perfeccionado a un alto nivel en las dos grandes resistencias del pueblo vietnamita en el siglo XX. Es el arte militar de la participación de todo el pueblo y toda la nación en la lucha contra los agresores, el arte de la guerra multifacética y de todo el pueblo (GIAP, 2004, p. 7 Apud PEREIRA 2019).

Para Vo Nguyen Giap, a guerra de resistência é uma forma de combate da guerra revolucionária, onde pela formação de guerrilhas, há a possibilidade de confrontação das massas populares frente a um exército de maior capacidade bélica e técnica. Nesse tipo de guerra de resistência, as forças em desvantagem devem buscar atingir as debilidades das forças agressoras, e isso pode ocorrer por meio de guerras de desgaste e dependendo do momento, por guerras de aniquilamento (GIAP, 2005).

As guerras de desgaste correspondem a guerra de posição, onde como o próprio nome já diz, busca desgastar de forma gradual as forças do inimigo. As guerras de posição, de acordo com Gramsci, ocorrem pela disputa dentro da sociedade civil, para a conquista progressiva de espaços na sociedade (ABREU, 2019, p. 26). Já a guerra de movimentos corresponde a disputas sobre a hegemonia de poder que compõe o Estado. A disputa contra-hegemônica em Gramsci diz respeito a uma disputa ideológica sobre o consenso que fundamenta o obsoleto modelo de sociedade ainda vigente. Nesse sentido, é uma disputa se trava desde formação da própria consciência dos sujeitos até as trincheiras e sistemas organizacionais e industriais (ABREU, 2019; GRAMSCI, 2018).

Na guerra de movimentos, por meio de um processo de conscientização histórica, política, social e cultural, há a possibilidade de transformação das atuais bases ideológicas que dão consenso ao poder hegemônico estruturante das esferas sociais, econômicas, jurídicas e morais da sociedade em vigência. Dentro do que se compreende como guerra de movimentos, está a guerra de aniquilamento, que tem como objetivo a destruição das forças oponentes. Já guerra de guerrilhas, por sua vez, tem tanto características da guerra de movimento, quanto da guerra de posições (TUNG, 1975).

De acordo com Giap, durante a guerra de resistência do Vietnã, a formação das guerrilhas tinha como objetivo a destruição de um inimigo externo, e nesse processo, cada

habitante se transformou em um soldado. Dessa forma, o povo organizado, a partir de um levantamento armado, e mediante estratégias de guerra prolongada e de resistência, conseguiu vencer a guerra. Além disso, as guerrilhas eram organizadas e treinadas pelo partido e pelo governo do Vietnã (PEREIRA, 2019; GIAP, 2005). Nesse caso, a atuação do povo foi determinante no rompimento com o jugo imperialista, e também foi responsável por garantir a independência e soberania do Vietnã.

Durante toda a guerra, para que a atuação da população civil ocorresse de forma efetiva, além do fortalecimento do exército, foi necessário o estímulo a educação, para por meio de um processo de conscientização, houvesse uma mobilização popular coesa, na composição de uma frente nacional unida. Para tal, Giap também fala na importância em satisfazer necessidades imediatas no povo e melhorar suas condições de vida (GIAP, 2005).

A guerra de resistência, portanto, é um tipo de conflito que ocorre em várias dimensões: política, psicológica, econômica, militar e social. E ocorre em função da ocupação externa a um determinado território. Nessa guerra, a população civil é diretamente atingida, e por isso, existe a necessidade do povo, de forma consciente, possuir instrumentos para sua defesa de forma organizada e aglutinada, pois, só dessa forma pode fazer frente as forças inimigas e invasoras (PEREIRA, 2019). A partir disso, na guerra popular prolongada, as forças de resistência por possuírem vantagens em modalidades de guerra cujos eixos são formadores consciência, devem se voltar a tais vantagens para se formular o pensamento defensivo, pois, em uma guerra irregular de caráter assimétrico, a guerra poderá ser vencida não com armas, mas com homens e mulheres consciente de sua realidade histórica e capazes se autodefender. Segundo Mao:

As armas são um fator importante na guerra, mas não são o fator decisivo. É o homem, e não as coisas, quem constitui o fator decisivo. A correlação de forças não é apenas uma correlação de poder militar e econômico, ela é também uma correlação de recursos humanos e força moral. O poder militar e econômico está necessariamente dominado pelo homem. (TUNG, 1975, np)

Dessa forma, a partir de tal organização, paralela a um processo de constante conscientização, o povo terá condições para se organizar através de organizações irregulares. Uma vez formadas, as forças irregulares cumprem a função de fortalecer as forças regulares e convencionais do exército. Contudo, é importante frisar que, para a perspectiva de Mao, as ações do exército respondem a orientações do partido e o exército, por sua vez, coordena as

massas populares, que correspondem, as forças irregulares e guerrilheiras. Essas têm como principal função dificultar as ações do inimigo, no sentido de impedir sua efetivação tática. Cabe observar que na guerra de resistência, a atuação das guerrilhas se dá na retaguarda do inimigo no sentido de apoiar as forças regulares aliadas, que geralmente atacam pela vanguarda (TUNG, 1975).

A partir disso, pode-se depreender que as estratégias de defesa do Estado Bolivariano e esferas da população civil da Venezuela, é um reflexo da interpretação da teoria estratégica presente tanto no pensamento de Mao Tsé Tung, de Vo Nguyen Giap e de Ernesto Che Guevara. Pois, dentro da Doutrina Militar Bolivariana, o pensamento defensivo da Venezuela é construído sobre táticas de guerra de resistência, que tem seus fundamentos na guerra prolongada, e portanto, na guerra assimétrica e irregular. A defesa é pensada a partir do envolvimento das massas populares, da população civil na formação da União Cívico-militar, que se constrói mediante uma orientação política centralizada.

Então, ao pensarmos a defesa da guerra não convencional, por meio das estratégias de forças irregulares, é imprescindível que se desenvolva uma guerra de movimentos, pois, é nesta guerra, que está além da esfera militar, que estão presentes os processos de formação de consciência dos sujeitos históricos, abrangendo lutas contra-hegemônicas nos âmbitos sociais, psicológicos, morais, jurídicos e econômicos. Assim, por meio da guerra de movimentos, há o estímulo de uma práxis social e histórica por parte do sujeito e de seu possível envolvimento em lutas emancipatórias.

A defesa para o conflito não convencional, portanto, precisa ter capacidades para dar coesão as camadas populares, a fim de organizá-las para a dissuasão de possíveis ameaças, que no caso da Venezuela, impedem o aprofundamento de processos políticos e históricos, que corresponde a estruturação de um novo modelo de Estado. No caso específico da Venezuela, pelos exemplos citados anteriormente acerca do pensamento defensivo, observa-se a necessidade de apoio internacional advindo de parceiros estratégicos. Ademais, o fortalecimento das forças regulares, assim como uma delimitação de clara de um “inimigo externo” e possível agressor, mediante uma centralidade política são eixos relevantes a serem pensados para o caso de estudo.

Em contextos de conflito ou guerras, a população civil só é capaz de compor as frentes defensivas mediante processos contínuos de conscientização política, histórica e social frente as possíveis ameaças externas de ingerência ao território que pertencem. O

Estado Bolivariano, tem suas diretrizes de defesa voltadas ao fortalecimento de suas forças regulares e irregulares. As forças irregulares são pensadas como complemento das forças militares e convencionais, onde a União Cívico-militar busca, através do envolvimento e preparação da população civil, aumentar suas capacidades de dissuasão.

Portanto, o pensamento defensivo da Venezuela é norteado por uma ameaça externa e possível invasão territorial direta de seu território. Nesse caso, o conflito que atualmente tem características não convencionais, se transformaria em um conflito com características regulares. Assim, a defesa do Estado, é pensada sob premissas de guerra assimétrica e de resistência, por meio de estratégias de uma guerra prolongada. No caso da Venezuela, assim como foi na China, em Cuba e no Vietnã, o povo é um elemento determinante em todas as etapas da guerra. Ademais, cabe observar que nos três exemplos citados, havia uma centralidade sobre a direção das forças irregulares, tal direcionamento era construído em função da caracterização de um “inimigo externo”. Vale frisar que a direção política das forças irregulares contava com importantes parceiros estratégicos a nível internacional.

Para o caso de conflito não convencional na Venezuela, especificamente, cujas características são de guerras híbridas e de quarta geração, como já mencionado no primeiro e segundo capítulo, nota-se a necessidade do pensamento defensivo em incluir esferas de inteligência, combinadas com esferas comunicacionais, midiáticas e econômicas. Nesse último caso, voltada ao sentido de construção de alternativas frente a lógica rentista petroleira.

Além disso, mediante os dados empíricos, cabe observar que no conflito não convencional que se desenvolve na Venezuela, a defesa não está apenas relacionada com a dissuasão de forças de um potencial inimigo externo, agressor e invasor do território em disputa, mas também diz respeito a materialização de um novo modelo de sociedade proposto pela Revolução Bolivariana, baseado em novas relações econômicas e sociais entre os sujeitos históricos, que também por meio do processo de conscientização acerca de tal especificidade histórica, são capazes transformar a si mesmos e a realidade que estão inseridos.

No tópico que se segue, serão explanadas algumas perspectivas sobre o conflito na Venezuela por meio de um diário de campo, feito durante a pesquisa de campo e de uma síntese de cada entrevista, onde serão debatidos os temas e palavras-chave encontradas nos textos das falas dos sujeitos locais. As entrevistas serão apresentadas de forma cronológica.

3.3. Perspectivas acerca dos processos históricos e sociais da Venezuela

Chegamos a últimas seções do texto. Nela serão trabalhados alguns relatos e experiências sobre o conflito e a conjuntura da Venezuela na época da Pesquisa de Campo. Inicialmente, há a visão da autora sobre alguns dos processos que passava na Venezuela, especificamente em Caracas. E logo, são trazidas diferentes perspectivas sobre sujeitos que moravam em Caracas na época, sobre como ocorria o conflito, como o mesmo impactava suas vidas, quais as possíveis soluções e possibilidades frente a tal cenário. Essa seção é muito importante pois se mostra como uma contraposição as informações que chegam no Brasil sobre a Venezuela e seu processo social e político em voga. Ademais, por meio de elementos presentes nessa parte do texto, pode-se observar como se materializa algumas das táticas de defesa do Estado em conjunto com parte da população civil frente ao conflito não convencional.

3.3.1. Perspectiva da autora: Diário de campo

Iniciamos a viagem para a Venezuela no dia 02 de agosto de 2018. Parti de Brasília às 23h05, fiz a primeira parada em Boa Vista. Cheguei na cidade às 1h40 do dia 3 de agosto. No aeroporto encontrei a estudante Amanda Orguim e lá passamos toda a noite. Durante a noite, no aeroporto, próximo a nós dormiram uma família de migrantes venezuelanos que aparentemente, tinham acabado de chegar no Brasil, compondo o movimento de migração de venezuelanos para países do continente. Aparentemente, estavam esperando o primeiro voo do dia, que só seria as 13 horas. Ao amanhecer, em Boa Vista, passamos em um câmbio e trocamos reais por dólares para chegar até Pacaraima, atravessar a fronteira e, na Venezuela trocar dólares por bolívares. Com Amanda fiz o restante da viagem até Caracas.

No dia 04 de agosto saímos de Boa Vista e fomos até Pacaraima de ônibus. Chegamos em Pacaraima a noite e dormimos por lá. A cidade é muito pequena e fica na fronteira com a Venezuela. Pela manhã, resolvemos uns trâmites burocráticos na lotérica da cidade e depois fomos até a aduana pegar uns papéis que liberavam nossa entrada na Venezuela. Tudo ocorreu bem. Após atravessarmos a fronteira, fomos para Santa Helena. Já na Venezuela precisávamos trocar dólares por bolívares, mas não sabíamos bem quanto valia a moeda local.

De Santa Helena até Ciudad Bolívar pegamos um ônibus que nos custou 5 dólares, ainda não tínhamos trocado os dólares por bolívares e por esse motivo, ao comprar nossas passagens perdemos dinheiro. Em outras palavras, se aproveitaram da nossa ignorância a respeito do câmbio do Bolívar e nos tiraram mais dólares do que o necessário, fomos roubadas na compra das passagens, nos cobraram o dobro do valor sobre as passagens. Nesse momento, percebi que a informalidade imperava na Venezuela, a lei das ruas gritava muito mais alto que qualquer burocracia. Me sentia viva, mas em risco constante. Era preciso estar com o olhos e ouvidos abertos a cada instante.

Nosso ônibus saiu, era muito desconfortável, mas da janela pude ver paisagens belíssimas, especialmente quando estávamos passando pela Gran Sabana. Na estrada, pude ver diversas comunidades indígenas sob o entardecer. Pela noite, pude ver a fumaça e o fogo que vinham das fogueiras dessas comunidades, que ficavam perto dos montes. O fogo fazia contraste com a luz do céu estrelado. A Venezuela é realmente linda.

De Ciudad Bolívar pegamos um último ônibus até Caracas. Nesse momento, conhecemos um rapaz que nos acompanhou no último trajeto da viagem, pois também estava indo para Caracas. Salin nos ajudou muito, nos deu comida, água, instrução e ainda em Ciudad Bolívar, nos levou a um câmbio para trocarmos os dólares que nos restavam. Em um primeiro momento, não confiava em Salin, mas, não tinha muita alternativa e precisava confiar na boa vontade das pessoas. Contudo, seguia com muitas dúvidas, e também estava protegida pela companhia de Amanda. Em Ciudad Bolívar vi muitas pessoas pedindo esmolas e percebi que não podia falar muito alto para não mostrar que era estrangeira.

É importante mencionar que enquanto estávamos na estrada a caminho de Caracas, no dia 04 de agosto de 2018, houve uma tentativa de assassinato ao Presidente Nicolás Maduro por meio de um Magnicídio. O ataque ocorreu na Avenida Bolívar, no centro de Caracas, por meio da explosão de dois drones, durante um ato de comemoração da Guarda Nacional Bolivariana (GNB). No momento da explosão, o presidente estava fazendo um discurso. Os alvos do primeiro drone eram o presidente Nicolás Maduro, os ministros de governo e membros da Força Armada Nacional Bolivariana. Ao todo, sete militares ficaram feridos. Já o segundo drone caiu a 400 metros do palco do ato, atingindo uma criança (RODRIGUES, 2019).

Chegamos em Caracas no dia 6 de agosto por volta das 6h00 da manhã. Tínhamos amigos da Unila nos esperando na estação rodoviária. Da rodoviária fomos até a casa de um

deles, que ficava em San Antonio de los Altos. Nossos amigos além de nos receberem muito bem, nos apresentaram a Caracas. Além disso, nesse mesmo dia, eles nos levaram até a casa de uma comandante da Milícia Bolivariana, onde tive a oportunidade de entrevistá-la sobre a situação da Venezuela. Aqui, é importante mencionar que havíamos ido a casa da miliciana, pois, a Milícia Bolivariana há alguns dias havia interceptado um caminhão que levava remédios e no momento estava distribuindo as medicações encontradas. Um familiar de um desses amigos sofria de epilepsia, e por esse motivo, fomos até lá para encontrar alguns medicamentos que faltavam para o seu tratamento.

Muitos medicamentos não chegam à Venezuela em função das sanções e dos embargos econômicos que impedem, por exemplo, que pessoas enfermas deem continuidade a seus tratamentos diante da ausência de medicamentos de primeira necessidade. Este é um exemplo de como a guerra se materializa no país em suas vias econômicas, atingindo diretamente a população civil.

Após a visita a casa da miliciana, nossos amigos nos levaram a um bairro localizado no Centro de Caracas, La Pastora. Lá ficamos acomodadas até o fim da viagem. Nesse mesmo dia, conheci o coletivo Minka e parte do centro histórico de Caracas. A Minka é um coletivo político chavista que ocupou inicialmente um prédio abandonado no bairro La Pastora, Altigracia, localizado no centro de Caracas. O trabalho do coletivo organizado ocorre por meios de práticas que fomentem o poder local para a viabilização do Poder Popular, a partir das bases da sociedade. A palavra “minka” em quéchua significa trabalho coletivo feito em favor da comunidade (Brasil de Fato, 2020). Através deste ideal, o coletivo Minka, por meio da prática de autogoverno busca trazer condições sociais e materiais que viabilizem a construção da Comuna como parte do projeto de Estado Bolivariano, a médio e longo prazo. A Minka, assim como demais espaços construídos por outros coletivos e conselhos comunais são pensados com o objetivo de fortalecer a organização local e territorial, como uma nova forma de ordenamento social.

Na época da Pesquisa de Campo, o coletivo Minka desenvolvia trabalhos relacionados à promoção de eventos culturais no bairro. Além disso, havia uma rádio gerida pelo trabalho do coletivo, e também distribuía refeições à comunidade e faziam trabalho de serigrafia. Em 2017, em plena crise econômica, crise de abastecimento e crise alimentar que passava e ainda passa no país, o coletivo Minka ocupou uma padaria do bairro, que antes se chamava Mansion’s Bakery, uma padaria privada e comercial. Após a ocupação do coletivo a padaria

se tornou coletiva, e começou a vender pães a preços bem mais acessíveis se comparados à antiga padaria privada. É importante frisar que o pão produzido na Minka era vendido para a composição das cestas CLAP.⁹

No dia 07 de agosto fomos até o Quartel da Montanha 4F, localizado no bairro 23 de janeiro. O quartel é um museu e tem esse nome porque no dia 04 de fevereiro de 1992, Chávez comandou o grupo MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário 200), que era composto por cerca de 2.056 militares (MELLO, 2020). O grupo, por meio de uma insurreição militar tinha como objetivo retirar do poder o presidente da época, Carlos Andrés Peres. A insurreição não ocorreu como o planejado, mas o quartel foi tomado pelo MBR-200 e desde então se tornou um símbolo histórico para o movimento bolivariano e chavista como um todo. Além disso, é importante mencionar que o túmulo de Chávez permanece guardado no quartel. Infelizmente, não fomos autorizadas a entrar no 4F, pois, no momento, os guardas reforçavam a segurança do local, em função da tentativa de Magnicídio, que havia ocorrido há poucos dias.

No dia 08 de agosto fomos até a Praça Simón Bolívar, no centro de Caracas. Estava acontecendo um ato da organização estudantil da Universidade Central de Caracas. O ato tinha como objetivo demonstrar o apoio dos estudantes ao governo de Nicolás Maduro. Após o ato, conhecemos o Museu Simón Bolívar, localizado no centro da cidade. Pela tarde, participamos de um ato em defesa do aborto legal e em solidariedade ao processo para a sua descriminalização que ocorria na Argentina.

No dia 09 de agosto, fomos a vários sebos, bibliotecas e livrarias que existem em Caracas. Fomos nos sebos da Ponte das Forças Armadas, nas Librerias del Sur da Casa Nacional de História e do Teatro Teresa Careño, na Libreria Histórica, na Biblioteca Nacional e na Biblioteca do Teatro Teresa Careño. Pela noite fiz uma entrevista com um jornalista, que havia conhecido dias atrás na Minka e que também fazia parte do coletivo na época.

Era meu quinto dia na Venezuela e já havia aprendido mais que um semestre inteiro na Universidade. Em Caracas, as ruas exalam política, em todo lugar há coletivos organizados, debates e gente defendendo o processo político que se desenvolve. A revolução existe. Depois de Chávez a consciência popular sobre seus direitos e potencialidades cresceu de uma forma

9 - Os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP) formam parte de um sistema público de distribuição de alimentos venezuelano, que o governo tem desenvolvido através das Missões Sociais, principalmente com a criação da Missão Mercal (2003) e que inicialmente se baseou no desenho de uma rede de supermercados de propriedade estável a nível nacional encarregada de adquirir e vender produtos a preços subsidiados (PÉREZ, 2018).

tremenda. Em Caracas, todos discutem política e tais discussões são muito coerentes e de alto nível. As pessoas resistem diariamente e defendem o projeto de nação que o chavismo construiu. Contudo, vale mencionar que a Venezuela está em guerra. Há uma direita raivosa que não aceita sua perda de privilégios, que não aceita que o povo ocupe os lugares que sempre foram seu por direito. Pela revolução estão as massas populares emancipadas e empoderadas, cientes da força e da capacidade que possuem. Por isso, precisamos, desde já, focar nossas atenções para o que se passa no país caribenho.

No dia 10 de agosto, visitamos o Centro de Estudos Latino-Americanos Romulo Gallegos (CELARG), sua livraria e biblioteca. Além disso participamos de um seminário sobre o futuro totalitário da comunicação.

No dia 11 de agosto fiz a entrevista com um professor de história e geografia, que também participava do coletivo Minka.

No dia 12 fomos a praia, La Guaira. Conhecemos o Mar do Caribe.

No dia 13, participamos de uma concentração e marcha chavista em defesa do governo de Nicolás Maduro. Eram 14h45, estava acontecendo uma apresentação de música, nós estávamos perto do museu Bellas Artes e havia um palco gigantesco no meio da rua. Dava para ver as cores da bandeira venezuelana. Havia muitas pessoas na rua, e elas estavam lá desde a hora que a concentração começou, pela manhã. A maioria das pessoas vestia vermelho, entre elas haviam bandeiras do PSUV e da PDVSA e de muitas outras organizações e coletivos. Na semana anterior, havia ocorrido uma tentativa frustrada de Magnicídio, onde esferas da oposição tentaram assassinar o presidente. A concentração deste dia tinha como principal objetivo a celebração do governo chavista, por meio da aglutinação das massas em torno deste objetivo, na reafirmação da Revolução Bolivariana. Nesse dia pude ver que a conscientização do povo venezuelano acontece nas ruas e na ocupação das mesmas. As ruas são do povo e para o povo.

É importante frisar que o chavismo é um movimento de massas, que compreende um corpo político muito amplo, e visa materializar o projeto de Estado Bolivariano pensado a curto e longo prazo, que faz da participação popular sua força motriz. A participação popular é efetivada por meio dos Conselhos Comunais e das Comunas paralelo ao fomento do Poder Popular por meio do Estado (ABREU, 2019). Após a marcha, nos encontramos e entrevistamos um outro jornalista, investigador do Portal Verdade. A entrevista foi realizada em um bar muito antigo, em um dos bairros de Caracas.

No dia 14, fiz a entrevista com uma artista, que também participava e trabalhava no coletivo Minka. No dia 15, pela manhã, entrevistei o vocero do conglomerado do coletivo de trabalho revolucionário Motor Cabiles. Pela tarde deste mesmo dia, visitamos a Universidade Central da Venezuela e a Universidade Bolivariana. Infelizmente, ambas estavam fechadas pois estavam em período de férias.

No dia 16, junto com o vocero, almocei na casa da liderança do Conselho Comunal do bairro de La Pastora e a entrevistei. Pela tarde, Amanda e eu visitamos o canal estatal Venezolana de Televisión.

Caracas é um caos e não há como ser de outra maneira. Penso que as revoluções devem ser parecidas em sua forma, justamente por ser o momento onde a luta de classes está mais acirrada. Trincheiras de luta são construídas a todo momento e em todo lugar. Em Caracas, nada está sob o seu controle e aspirações individuais.

No dia 17, passamos o dia em busca de passagem de volta até Santa Helena. Fomos a três rodoviárias e não encontramos passagens disponíveis. Pensávamos que não íamos conseguir passagens pela crise que também afeta o setor de transportes. E por isso, arrumamos as nossas malas para retornarmos a Santa Helena no dia seguinte, pois precisávamos chegar em Boa Vista dentro de 5 dias senão perderíamos o voo de volta.

No dia 18, saímos cedo de La Pastora e ficamos o dia inteiro em busca de passagens. Conseguimos duas para o final da tarde, mas para isso, tivemos que pagar o dobro do valor real das passagens. Caso contrário, não nos venderiam. Pegamos um ônibus para Santa Helena. Não consegui me despedir de ninguém que havia conhecido em Caracas. Estava aflita para conseguir as passagens e infelizmente não pude falar com nenhum amigo que tive o prazer de encontrar durante a viagem. No fundo, eu sabia que haveria um tempo onde precisaria voltar e reencontrá-los.

Passamos dois dias na estrada e no dia 20, chegamos em Santa Helena pela noite. Foi uma noite muito difícil, pois, não havia nenhum lugar nas proximidades para passar a pernoite e eu estava muito cansada pela estrada, precisava dormir um pouco. Para passar a noite, improvisamos uma cama em um dos cantos da rodoviária e lá ficamos. Amanda e eu revezávamos as horas de sono para ficar sempre uma de nós acordada, de vigia. Haviam várias pessoas que também estavam de viagem. Homens, mulheres, crianças, famílias inteiras dormiram na rodoviária conosco. Entre Santa Helena a Pacaraima é possível observar o movimento migratório de pessoas saindo e entrando do país.

É importante mencionar que no dia que chegamos na rodoviária, 20 de agosto, se iniciou a Reconversão Monetária, cujo objetivo era voltado a lastrear o Bolívar na criptomoeda Petro, tal criptomoeda varia de acordo com os preços do petróleo. A partir da reconversão monetária se retirou cinco zeros do Bolívar.

No dia 21, pela madrugada, fomos para fila da aduana pegar a documentação necessária para sair do país. Pela manhã, atravessamos a fronteira entre Santa Helena e Pacaraima, e lá pegamos um táxi até Boa Vista. Já no Brasil, fomos recebidas na casa de uma amiga que morava em Boa Vista. Pegamos o voo de volta para Foz do Iguaçu no dia 22.

3.3.2. Perspectiva de sujeitos locais: Síntese dos relatos

Como já mencionado anteriormente, através método dialético busca-se interpretar os temas presentes nas falas de sujeitos locais inseridos em um processo histórico determinado, pois objetivam-se práticas sociais e elementos dentro de suas respectivas singularidades que correspondem a dinâmica da totalidade, que no caso, é o conflito não convencional causado por uma lógica imperialista. Para isso, inicialmente, na análise das entrevistas foram levantadas as seguintes indagações: Quais temas estão presentes nas falas dos entrevistados? Quais são as palavras-chave de cada entrevista? Que conteúdos podem ser extraídos das falas? Quais debates podem ser fomentados a partir desses conteúdos? Como os sujeitos, de forma individual, podem representar a dinâmica da totalidade? Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra, nos apêndices deste trabalho, contudo, serão trazidos alguns fragmentos das falas dos entrevistados.

A primeira pessoa entrevistada foi uma comandante da Milícia Bolivariana, que também era médica veterinária. Na fala da miliciana, há elementos para compreender a Revolução Bolivariana, um processo cuja liderança é voltada ao legado de Hugo Chávez. Tal liderança se dá pelo fato de Chávez, enquanto sujeito histórico dotado de uma moral revolucionária, estimular um processo de formação política e de conscientização do povo, das bases populares. A fala da miliciana é carregada de elementos ideológicos em defesa do processo histórico revolucionário de emancipação e empoderamento de uma classe. Pela sua fala, se pode notar que a Revolução Bolivariana é estruturada por bases políticas populares (Entrevista com Miliciana, 2018). De acordo com sua fala:

La revolución no está en una sola persona, aquí nadie es imprescindible. Uno tiene que entender que lo que importa es la sociedad completa, es la patria, es Venezuela, es América Latina, es la humanidad completa. Es toda esa la carga de responsabilidad que tenemos como revolucionarios aquí en Venezuela (Entrevista com Miliciana, 2018).

E ainda:

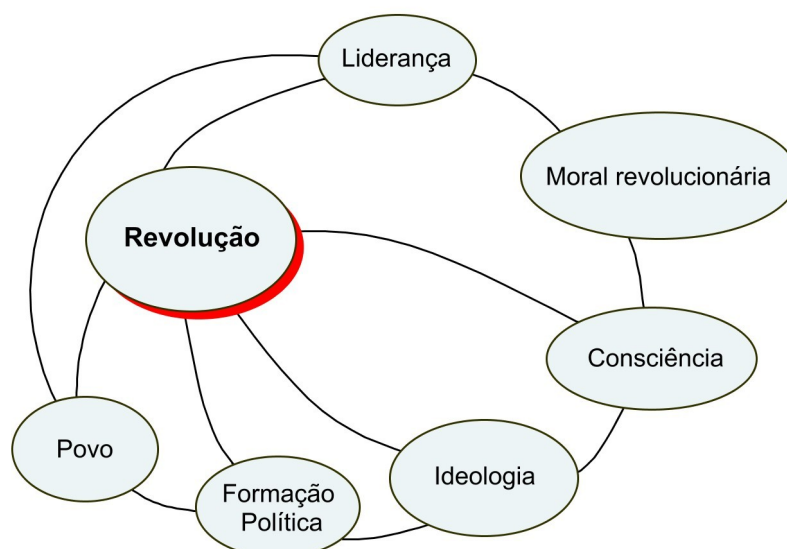
Hay que ideologizar, si hay que ideologizar, si, claro. Si ellos están ideologizando, nosotros también hemos que hacerlo. La batalla no se da solamente ahí con el fusil, uno contra el otro. La batalla no se da solamente con el cuchillo y con los puños. La batalla se da aquí (aponta para a cabeça) y se nos ganamos esta batalla... Y como se da esa batalla? [...] a través de eso que se da esa batalla (Entrevista com Miliciana, 2018).

A liderança do processo é centrada da figura de Hugo Chávez e legitimada pelo povo, o que ocorre como resultado de um processo de formação política voltada a formação de consciência histórica e social sobre o processo revolucionário como tal. Nesse contexto, a figura política de Maduro, atrelada ao PSUV, é pautada no legado de Chávez e na proposta de continuidade do processo revolucionário e de suas mudanças estruturais do Estado (Entrevista com Miliciana, 2018). Segundo a miliciana:

No hay dos Chávez. La diferencia es que a Maduro le he salido tan más difícil, tanto, tanto más difícil. Se bien, se le entregaron un país que ya estaba encaminado a la revolución y toda una población que nos pusimos a la orden del comandante porque somos disciplinados y lo entendemos lo que nos pasó con la pérdida de Chávez y que estamos haciendo y como dijo él tantas veces: ya no soy yo, sino que es un pueblo (Entrevista com Miliciana, 2018).

No gráfico a seguir, estão presentes alguns dos elementos presente na fala da entrevistada.

Entrevista 1 - Revolução Bolivariana



Por meio do gráfico acima, pode-se depreender que o processo histórico que compreende a Revolução Bolivariana é constituído e legitimado por bases populares, compostas pelo povo. Este por sua vez, é fruto de um trabalho de conscientização e formação política e ideológica. Tal trabalho de conscientização é um processo construído através da influência de uma liderança política, centrada no legado de Chávez e de Bolívar. De acordo com a Miliciana, Chávez é um sujeito histórico, cuja liderança é construída sob uma moral revolucionária. Tal moral e liderança são constituídas pelo respaldo popular e pela interpretação de suas aspirações e necessidades.

Além disso, a partir de sua fala, depreende-se que a atual situação que a Venezuela atravessa é de guerra, entendida como uma guerra midiática, econômica, assimétrica.

La situación actual es de guerra, de una guerra que a veces no reconocemos bien, pero si, hay una guerra. Guerra de cuarta, quinta generación, guerra asimétrica, política, económica, mediática. Se trata todo el tiempo unas matrices de opinión a nivel mundial, y esas recaen aquí incluso en nuestra propia población [...] están produciendo todo una crisis familiar, psicológica, social, de alimentación, de salud, tecnológica... Crean todo una situación, y cuando digo crean es obviamente el imperialismo. Para mi está claro, absolutamente claro. Hay una intencionalidad que luego de que ellos ejercen ciertas acciones y al final viene una bola de nieve que se lleva todo. Donde alguien que no fue tocado directamente por el imperio termina siendo parte de este juego macabro del imperio (Entrevista com Miliciana, 2018).

Para a miliciana, as causas da guerra estão relacionadas com o imperialismo e com o petróleo. E seus os impactos se materializam em uma crise social, alimentícia, tecnológica, psicológica e de saúde, que é observada a partir da crise econômica, da inflação, do bloqueio financeiro, das práticas de *bachaqueo*, das sabotagens e da tentativa de se acabar com o governo de Maduro, por meio de um Magnicídio (Entrevista com Miliciana, 2018).

Além disso, por meio da fala da miliciana, perceber-se alguns elementos referentes a migração de venezuelanos a outros países, pois, a guerra econômica, somada a guerra psicológica fez com que parte dos venezuelanos migrem para outros países em busca de uma maior estabilidade e de uma suposta melhoria nas condições de vida (Entrevista com Miliciana, 2018).

Entrevista 1.1 - Dimensões da guerra não convencional



Fonte: Elaboração própria baseada em Entrevista com Milliciana

Em função do embargo econômico, insumos básicos não chegam a Venezuela, como alimentos e medicamentos, fato que dificulta a vida cotidiana da população. Contudo, pela fala da miliciana pode-se notar alguns mecanismos que compõem resistência na Venezuela, como por exemplo, a agricultura urbana que se desenvolve em Caracas como uma alternativa para o acesso a alimentos, pois, existem políticas que estimulam a semeadura de terrenos vazios na cidade, e assim facilitar o acesso a alimentos.

[...] aquí no estamos muriendo de hambre, aquí no es cierto que la gente está tan desasistida. Aquí estamos mejor que nunca... Yo veo ese terreno ahí a frente, había sido abandonado hace mucho tiempo, años. Ha años fue abandonado, no ahorita cuando fue la revolución, pero muchos años antes. Ahorita está sembrado, sembrado por todas las partes. Y más hay terrenos que yo sé que están sembrados y que no son de ellos la gente y gracias a la revolución se está permitiendo. Ah sí, pero estos terreno de quién son? Que se yo? Era de un italiano que vino de la Italia pero se murió hace tres generaciones y ese terreno... psii! Siembre ese terreno, aquí todo mundo tiene derecho de sembrar (Entrevista com Milliciana, 2018).

É importante mencionar que na Venezuela existe o *Ministerio del Poder Popular de Agricultura Urbana* para impulsionar a produção local dentro das cidades, e a longo prazo, poder-se garantir a soberania alimentar do país. Assim, a agricultura urbana se mostra como

uma alternativa de resistência frente ao bloqueio econômico para a produção de alimentos (Entrevista com Miliciana, 2018).

Na fala da miliciana, há elementos que correspondem a Doutrina Bolivariana e suas táticas empregadas pela Milícia Bolivariana, especificamente, no que tange as práticas voltadas a capacidade de dissuasão, que ocorre por meio da União Cívico-militar. Nessa parte, há o exemplo do Vietnã como caso bem-sucedido de guerra irregular e assimétrica frente a forças com maior grau de capacidade bélica e organizacional.

Aquí nuestras fuerzas armadas son chiquiticas, no se asemejan a las del imperio, si. Pero hay todo un país trabajando como Vietnam. No es poca cosa y ellos lo saben, porque ellos salieron del Vietnam. A eso se dicen: los Estados Unidos salieron del Vietnam con la cola entre las patas, de Venezuela salen sin cola, o no salen. No salen. Vamos a bonar nuestras tierras con su sangre. Así es el espíritu de la gente que estaban redormidos y que ahora andan en esto (Entrevista com Miliciana, 2018).

E ainda:

[...] en el sábado estuve en la concentración con 230 milicianos y eso es la primera compañía son los jóvenes, la segunda compañía los no tan jóvenes, la tercera compañía los adultos mayores, hay personas de ochenta años, con capacidades intelectuales que se mueven todavía así sea con un bastón, y están dando clases de armamentos. Ellos se están dando clases de armamentos, conocimientos sobre armas, sobre la defensa de la patria, conocimiento de manejo táctico del personal, o sea, movimientos de guerrillas, de lo que sea necesario, de lo que sea necesario (Entrevista com Miliciana, 2018).

As estratégias e organização tática utilizada pelos vietnamitas durante a guerra contra os EUA são baseadas na guerra irregular, especificamente, na guerra assimétrica, na guerra prolongada e na guerra de resistência, tema debatido nas seções anteriores (Entrevista com Miliciana, 2018).

Entrevista 1.2 - A defesa do Estado Bolivariano



Fonte: Elaboração própria baseada em Entrevista com Miliciana

Esta imagem nos mostra que a defesa do Estado Bolivariano, inspirada no caso do Vietnã, também possui elementos voltados ao que se compreende como guerra prolongada e guerra de resistência. Além disso, a fala da miliciana também faz referência a necessidade de se produzir durante o período de conflito, na tentativa de suprir as necessidades da própria população envolvida. Em sua fala também existem elementos acerca da batalha de informação dentro do conflito não convencional, e também sobre a integração da América Latina como uma possibilidade de formação de alianças regionais com a Venezuela, pois, por meio de políticas regionais, o país poderia se proteger de possíveis ameaças externas (Entrevista com Miliciana, 2018). Portanto, por meio da fala da miliciana, temos alguns elementos que nos ajudam a compreender a guerra não-convencional na Venezuela.

A segunda entrevista foi feita com um jornalista, que na época era analista e investigador do portal *Misión Verdad*. Na época, o jornalista era dedicado a analisar a guerra não convencional contra a Venezuela e a estudar mecanismos de guerra contra o país.

Pela fala do jornalista pode-se observar o quão profunda é a dependência da economia venezuelana as exportações e ao preço do petróleo. Além disso, percebe-se a dependência do Estado rentista, que apesar de ainda estar em vigência, já passou por períodos históricos onde era mais aprofundada do que nos dias atuais, pois, durante o Pacto de Punto Fijo, por exemplo, o poder do Estado venezuelano era limitado pelas oligarquias locais e a economia venezuelana era mais dependente das suas relações com os Estados Unidos. Contudo, para o jornalista, atualmente a Venezuela atravessa uma crise do modelo econômico rentista, responsável por subordinar a economia venezuelana as dinâmicas do capitalismo mundial. Por meio deste sujeito, pode-se entender quais são as bases e as consequências da atual crise econômica que o país atravessa (Entrevista com Jornalista 1, 2018).

La situación actual de Venezuela es de un Estado que atraviesa una crisis periódica, de rentismo de productos de su cultura de rentismo petrolero. Cada vez que baja los precios de petróleo en Venezuela hay una crisis política, institucional, económica y en todo el sistema político. Eso se ha repetido, sin embargo en las otras crisis, los órdenes institucionales en ese momento, por ejemplo, cuándo estaba Acción Democrática y Copei, que armaran el Pacto de Punto Fijo y armaron un Estado para que dos partidos se toman el poder, flexibilizaban el sistema político y el país se seguía gobernando y tenía un apoyo de los Estados Unidos. A Estados Unidos le gustaba que el país estuviese estabilizado porque era su principal fuente de abastecimiento de petróleo y que le permitía expandir su política imperial. Sin embargo, esa crisis periódica, el capitalismo rentista petrolero tiene un correlato en lo institucional, en lo político, en lo social y en lo económico. En este momento va a continuar pasando eso. (Entrevista com Jornalista 1, 2018).

Na entrevista, portanto, há elementos para a compreensão da crise econômica e política, que se dá como consequência de uma política imperial advinda dos EUA, que está paralela aos bloqueios econômicos. Ambas ocorrem como consequência de diferentes modalidades de guerra e causam uma crise de abastecimento interna. (Entrevista com Jornalista 1, 2018).

Entrevista 2 - A crise econômica e política da Venezuela



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com o Jornalista

Na fala do jornalista são observados elementos relacionados ao que ele chama de projetos antioligárquicos, que para ele, podem ser pensados através de um nacionalismo revolucionário, combinado com um pacto social, com práticas de resistências e com a construção de relações internacionais alternativas.

Se tiene que transformar irremediamente el punto del bloqueo, configurar y abrir relaciones internacionales alternativas en un sistema alternativo que todavía no está configurado por completo, pero que se está configurando con los nuevos poderes incidentes, con Rusia y China. Entonces, yo creo que todo ese acumulo de crisis que vamos viendo en Venezuela tiene un epicentro muy grande, muy específico, donde se compactan una cantidad de procesos que se chocan aquí (Entrevista com Jornalista 1, 2018).

Outro elemento muito importante presente em sua fala está relacionado ao estímulo do campo dentro da construção desses projetos antioligárquicos, pois, tal estímulo se mostra como uma medida que solucionaria, de forma paliativa, o problema de abastecimento do país frente a crise econômica e também reforçaria processos voltados a diversificação econômica

do país, onde a produção do campo seria desenvolvida de forma paralela ao rentismo petrolero (Entrevista com Jornalista 1, 2018).

Venezuela tiene un margen de maniobra para movilizar esa gente en función de un proyecto de país que siembra la gente en su territorio, saliendo de la cultura de un país de paso, de un país de compra e venta y rentista petrolero a una cultura donde el campo tiene una preponderancia, dónde haya otro tipo de relación que permita la gente a resistir y aguantar esa nueva conformación del capitalismo que va a impactar en Venezuela en el marco del capitalismo (Entrevista com Jornalista 1, 2018).

Entrevista 2.1 - Projetos Anti-Oligarquia



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com o Jornalista

A fala do jornalista traz o exemplo de Cuba enquanto um modelo bem-sucedido em relação a construção de um novo Estado, dentro de um contexto de resistência a embargos financeiros e econômicos. Cuba, logo após o início da Revolução Cubana sofreu e ainda sofre bloqueios econômicos e sanções financeiras. No caso da Venezuela especificamente, a atual conjuntura é de conflito onde o que está em disputa é a consolidação de um novo modelo de Estado (Entrevista com Jornalista 1, 2018).

A terceira entrevista foi feita com outro jornalista, que na época era militante da Consulta Popular e correspondente do Grupo Expresso em Caracas na época (2018). O jornalista também contribuía com o Brasil de Fato e com o portal Opera Mundi. Pela fala do jornalista pode-se perceber elementos que abarcam a Revolução Bolivariana, como, por exemplo, as mudanças estruturais geradas pela Constituinte em 1999. Tal processo histórico contou com um amplo reconhecimento popular e, pela perspectiva do jornalista, possui um

caráter anti-imperialista no sentido defender uma autonomia política do país frente a interesses externos voltados a pilhagem de recursos naturais. A Revolução Bolivariana é um reflexo direto da luta de classes, uma vez que se propõem enquanto processo histórico a superação do atual modelo de produção e organização da sociedade (Entrevista com Jornalista 2, 2018).

Assim sendo, pela fala do jornalista, a guerra que atualmente ocorre no país tem seus fundamentos na luta de classes e na guerra clássica, especificamente no que se refere aos objetivos finais do conflito, que são objetivos políticos. Contudo, em sua fala, percebemos que o conflito ultrapassa os moldes clássicos de se fazer a guerra, em função das dimensões em que ocorre. Além disso, o conflito ocorre na tentativa de desestabilização do governo para a sua derrubada (Entrevista com Jornalista 2, 2018).

O que gera a guerra na Venezuela hoje é quem tem interesse de ocupar o papel político do Estado venezuelano, estar dentro de um governo na Venezuela. Em torno disso são criados vários métodos, várias formas de se continuar essa guerra ou de avançar com essa guerra, ela se dá em diversas dimensões: a dimensão econômica, a dimensão política, a dimensão psicológica, e a dimensão ideológica. Então, são diversas dimensões onde a força tem interesse em desgastar, deslegitimar o governo, de chegar ao poder, utilizando diversas formas e diversas dimensões pra fazer essa guerra, para travar essa guerra (Entrevista com Jornalista 2, 2018).

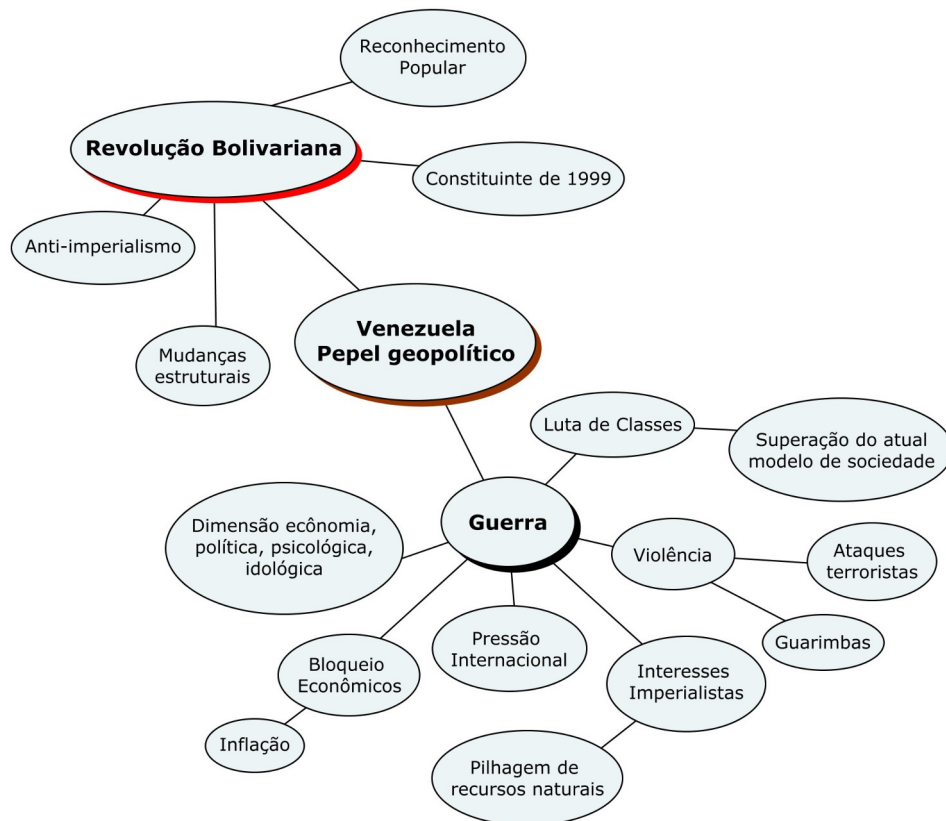
Em sua fala se encontram argumentos referente as dimensões do conflito não convencional, que podem ser políticas, econômicas e inclusive psicológicas. Pela perspectiva do jornalista observa-se exemplos práticos de como se materializa o conflito não convencional. Na esfera econômica, ele cita a flutuação de preços causada pela hiperinflação e a dificuldade de se encontrar medicinas, o que é uma consequência direta das sanções e dos embargos econômicos. Em sua fala, estão presentes alguns elementos que podem ser usados na defesa desse tipo de conflito, como por exemplo, aqueles que abarcam a disputa de narrativa acerca do processo histórico em voga na Venezuela, dentro nas esferas midiáticas e comunicacionais (Entrevista com Jornalista 2, 2018).

Pela perspectiva do jornalista, a guerra tem sido um processo violento, exemplificado pela formação das *guarimbas*, e pelo estímulo à violência, que está paralelo a ataques terroristas, pressões internacionais e a interesses imperialistas por riquezas naturais. Pelos minerais presentes em seu território, a Venezuela, tem um papel geopolítico de suma relevância, que desperta interesses externos sobre os mesmos (Entrevista com Jornalista 2, 2018).

A América Latina cumpre um papel geopolítico importantíssimo no mundo porque assim como a África, são dois contextos que ainda possuem grandes reservas de

riqueza natural, tanto de petróleo quanto de minerais, quanto de água... Enfim, tudo o que o capitalismo precisa para se desenvolver, transformar a riqueza natural em mercadoria, em produto etc e tal [...] Os ataques vêm acontecendo nessa restauração conservadora em vários países e fazem parte também de um projeto político das forças imperialistas, principalmente dos Estados Unidos em retomar o controle que tinha sobre o continente antes do período em que a gente viveu nesses últimos anos de governo progressistas em vários países latino-americanos (Entrevista com Jornalista 2, 2018).

Entrevista 3 - Revolução e Guerra na Venezuela



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com o 2º Jornalista

A quarta entrevista foi feita com um professor de história e geografia, mestre em políticas públicas e intercâmbio cultural. Na entrevista, o professor faz uma crítica a direita que faz oposição ao chavismo, assim como a prática política destes grupos, que segundo o entrevistado, possuem conexão direta com os atores externos. De acordo com sua fala:

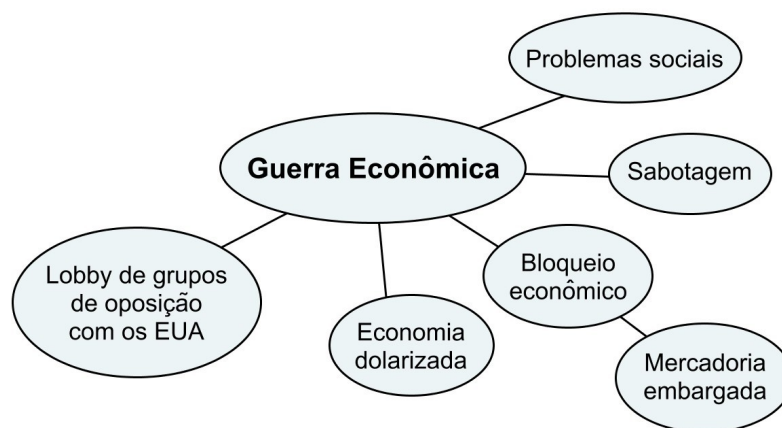
La política es todo el entramado de la derecha venezolana y continental que se prestan para que el juego político, la integración del continente con Venezuela sea menos... Venezuela esta invisibilidad, no? La oposición hace lobby con Estados Unidos, empezaron a hacer lobbies en el congreso de los EUA, en la Unión Europea, en diversos organismos como la OEA para que se empezaran a practicar sanciones

al país y eso tiene un objetivo para ellos, los políticos y que a nosotros tiene un corte social muy importante porque el pueblo, trabajador que sufre las consecuencias de ese lobby político que están haciendo (Entrevista com Professor, 2018).

De acordo com a fala do professor, a atual conjuntura venezuelana é de crise, que acontece como consequência de uma guerra econômica, que se dá como reflexo de retalições políticas a nível internacional. Tal guerra é responsável por uma série de problemas sociais e é gerada como consequência dos bloqueios econômicos e das sabotagens, e nesse contexto, o entrevistado cita o exemplo de embargos de mercadorias em determinados portos (Entrevista com Professor, 2018).

Son más que sanciones económicas, yo las veo como retaliaciones políticas. Porque bueno, quieren que haya un cambio de gobierno, pero nosotros tenemos en claro que estamos construyendo un proyecto político y es importante que el proyecto político se mantenga. La economía ha sido el factor por donde nos empezaron a debilitar (Entrevista com Professor, 2018).

Entrevista 4 - A Guerra Econômica na Venezuela



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com o Professor

Além disso, o professor cita um processo de dolarização da economia como consequência da desvalorização da moeda local.

[...] hay una economía que es esa economía importadora que aunque vende en bolívares, está dolarizada, porque la referencia de las marcas están en el dólar. Tú vas a comprar una computadora que está 600 dólares en un país en el que nadie gana 600 dólares. Las crisis siempre te afectan, pero bueno, eso también es parte de la guerra y en cómo destruimos la cotidianidad del trabajador. El trabajador tiene que buscar maneras de sortear la vida, en dónde conseguir los alimentos, dónde están los mejores precios, se lleva la semana pensando en eso (Entrevista com Professor, 2018).

Em sua fala, o petróleo também aparece como um eixo central, pois, em uma economia rentista, como é o caso da Venezuela, o preço do barril de petróleo surte impactos diretos a toda a economia do país, especialmente, nas esferas relacionadas a indústria petrolífera, nas políticas produtivas e na produção de petróleo propriamente dita (Entrevista com Professor, 2018).

Por la particularidad de que nuestro Estado es rentista, que la totalidad de la renta de la producción de petróleo... Eso hace que los sectores oligárquicos y empresariales, que enemigos al gobierno, quieran también parte de esa renta y por supuesto hay una disputa y esa disputa, por supuesto, la hemos visto en todos los años de la revolución y lo seguimos viendo (Entrevista com Professor, 2018).

Entrevista 4.1 - Rentismo petrolíbero



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com o Professor

Ademais, o professor assim como os primeiros entrevistados, interpreta que o país passa por um processo revolucionário, que atualmente está em disputa. Tal processo é composto por amplas bases sociais, que correspondem a organizações de bairro, e a diversos movimentos sociais que sustentam o capital político e social do chavismo (Entrevista com Professor, 2018).

En lo social seguimos en la lucha, se permite que las organizaciones sigan soñando, que el barrio siga desarrollándose, que la gente de la comunidad sigan organizándose y un gobierno progresista o un gobierno de derecha jamás va querer que el pueblo esté organizado porque en nivel organizativo, hay mayores planteamientos, mayores críticas y mayor disputa con el Estado, con el gobierno que puede tener en este caso, el poder de los movimientos sociales. Retrocesos se puede decir, bueno, hay descuidos en algunas industrias y empresas básicas del Estado, muchas veces falta voluntad política de resolver los temas del bloqueo. Pero en lo social hay una revolución política y ahí seguimos igual. Hubieran retrocesos económicos y consecuencias de la situación que ahorita actualmente está viviendo el país (Entrevista com Professor, 2018).

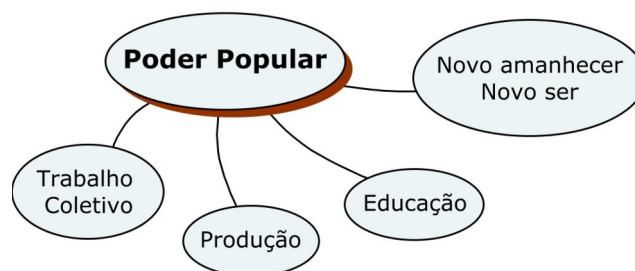
Entrevista 4.2 - Revolução em disputa



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com o Professor

A quinta entrevista foi feita com uma artista. Em sua fala, existem elementos acerca do Poder Popular, que são voltados ao trabalho coletivo e a possibilidade de novas perspectivas de organização produtiva e social. Em função deste novo poder, pela sua perspectiva há possibilidade de se construir uma nova realidade (Entrevista com Artista, 2018).

Entrevista 5 - Poder Popular



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com Artista

Por meio do gráfico acima, pode-se deprender que o Poder Popular na Venezuela é fruto de um processo de educação das bases populares e, por esse motivo, da própria formação de consciência das mesmas. De acordo com a Artista:

Yo particularmente pertenezco al poder popular y por ahí en las instituciones hay mucha gente que entiende cuál es el problema político en el que estamos y que todavía tiene unas prácticas que son capitalistas, burguesas. Todo nos afecta, ¿me entiende? En todos los casos, pero, el eje es como ese desprendimiento al

consumismo com olhos em este nuevo amanecer, ese nuevo emprender (Entrevista com Artista, 2018).

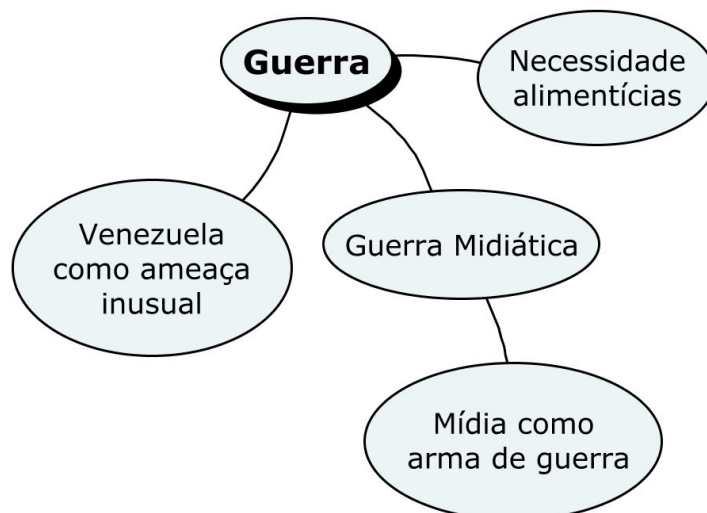
O processo de formação de consciência está atrelado a produção, que está aliada a materialização de uma práxis política, estimulada por um trabalho coletivo. Por meio do Poder Popular e do empoderamento das camadas populares venezuelanas, dentro desse processo de formação de consciência, existe a possibilidade da construção de novas relações sociais, e a partir disso, de novas concepções que constituem o próprio ser dos sujeitos e de suas perspectivas futuras.

Além disso, em sua fala há elementos que compreendem a guerra, especificamente sobre a Ordem Executiva de 2015, do governo Obama que tornou a Venezuela como uma ameaça inusual aos Estados Unidos.

Es una guerra bastante amplia que no iba a ser como a dos años, una guerra histórica y, bueno, como nos dijeron en algunos momentos, somos es una amenaza extraordinaria, inusual, como nos etiquetó los Estados Unidos en algún momento, que somos un grupo de personas muy diverso, somos una gente muy diversa, pues, muy caribe. La respuesta también tiene mucho que ver con eso y bueno, poco a poco nos vamos descubriendo [...] Pienso que unidos, esclareciendo cosas, educando a los niños, ayudando a las personas que menos pueden y produciendo, por supuesto, priorizando siempre a la producción (Entrevista com Artista, 2018).

Para a artista, a guerra se materializa também em âmbito midiático e por isso, os meios de comunicação desempenham um papel-chave no conflito. E, como consequência do conflito, em sua fala também existem elementos relacionadas a necessidades alimentícias da população (Entrevista com Artista, 2018).

Entrevista 5.1 - A Guerra na Venezuela



A sexta entrevista foi feita com um Vocero, em sua fala, podemos perceber a sua perspectiva sobre guerra, cujas características para ele são econômicas e de quarta geração. No âmbito econômico, ele cita o processo de hiperinflação induzida.

[...] uno puede venir a investigar lo que es esa hiperinflación inducida y podremos más o menos acercarnos de lo que es el monstruo del capitalismo y sus finanzas del FMI, del Banco Mundial y las incidencias políticas. Ellos manejan los puertos, los aeropuertos y todo el mecanismo de control comercial que ellos tienen a través del tratado de libre comercio y todo esos mecanismos que usan para el retroceso nuestro político, que hacen a través de esas políticas neoliberales, en el hecho comercial. (Entrevista com Vocero, 2018).

Para esse sujeito, o cenário de guerra se desenvolve como uma luta de classe, que é influenciada pela disputa pelo petróleo (Entrevista com Vocero, 2018).

Entrevista 6 - Guerra na Venezuela



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com o Vocero

Sua fala faz referência ao levante militar organizado pelo MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário 200), a Simón Rodríguez, a Miranda e ao termo “Pátria Grande”, presente no pensamento de Bolívar, que diz respeito a integração latino-americana como um único país continental.

Como hizo Simón, como hizo Miranda. Nosotros geográficamente, territorialmente debemos estar unidos para efecto de contra atacar los males, pues. Te lo juro. Hablamos español o portuñol, estamos cerquita. Vamos construir la Patria Grande de Bolívar. Es necesario tener una visión de integración para dominar y entender el momento histórico, pues (Entrevista com Vocero, 2018).

Cabe observar que Simón Rodríguez foi professor de Bolívar e Francisco Miranda foi um dos sujeitos históricos responsáveis pela independência da Venezuela ao jugo colonial espanhol (Entrevista com Vocero, 2018).

Entrevista 6.1 - Processos de libertação da Venezuela



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com o Vocero

A sétima e última entrevista foi feita com uma Líder Comunal de Alta Gracia, Venezuela. Sua atuação política era voltada a distribuição das cestas CLAP (Comitês Locais de Abastecimento e Produção). A fala da líder comunal se refere ao novo projeto de Estado construído a partir da Revolução Bolivariana e em como o Estado Comunal é capaz de ressignificar as relações sociais a partir de uma nova base ideológica fomentada na própria sociedade civil. A construção do Estado Comunal é idealizada pelo processo histórico desencadeado pela Revolução Bolivariana, onde a longo prazo, se busca implementar o que se compreende como Socialismo do Século XXI. De acordo com a entrevistada:

El pueblo sabe que tenemos esa gran misión de dar bienestar a nuestro pueblo de lo micro a lo macro. El éxito de la revolución en Venezuela es el éxito del pueblo porque vivencia la justicia social. Son muy pocos los países que han podido de alguna manera saborear la justicia social. Esa es la gran misión que tiene Venezuela y la vamos a lograr con toda seguridad. Es un pueblo que transita en la revolución, que profundiza la revolución y que consolida la revolución (Entrevista com Líder Comunal, 2018).

Pela fala da líder comunal, há elementos importantes a serem frisados, como por exemplo, a formação de uma nova estrutura de Estado a partir de novos modelos sociais e de uma nova concepção do Ser social, estimulada sobre a práxis política paralela a estruturas de igualdade, equidade e justiça social. De acordo com sua fala:

El pueblo estaba excluido en la IV República y ahora está desarrollando un otro modelo de sociedad y dejando la antigua estructura social. En los momentos actuales es lo que se vive en Venezuela cada día. Cada día nosotros sentimos que el presidente Chávez guía el proceso bajo sus ideales y bajo ese brazo ejecutor, bajo esa justicia social (Entrevista com Líder Comunal, 2018).

Nesse sentido, o povo e o poder que advém da formação deste corpo social é indispensável para a materialização do Estado Comunal.

Entrevista 7 - O Estado Comunal



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com Líder Comunal

A fala da líder comunal é carregada de uma base ideológica, e em sua perspectiva, o que ocorre na Venezuela atualmente corresponde a uma crise econômica, social e política, onde são observados processos de desestabilização interna.

Es indudable que tenemos una profunda crisis. Esta crisis es social, política y económica. El presidente Chávez nos alertó que no iba ser fácil estructurar el Estado porque existen muchos intereses y porque acuérdate que en el punto de vista capitalista existe el individualismo y desde el individualismo al colectivismo existe una gran diferencia de concepción ideológica y política. Por eso vemos esta profunda crisis porque sectores adversos al colectivismo, al Estado Comunal siempre van a favorecer el que no se ejecuten los proyectos, que no se ejecuten el Estado Comunal, porque bueno, hay interés capitalistas, interés de orden de poder político adversos al proceso revolucionario que siempre van a invertir a la desestabilización del proyecto de país que en este momento tiene la gran misión el presidente Nicolás Maduro de ejecutar. Existe una profundización de esta crisis pero sin embargo tenemos un pueblo que ha interiorizado la revolución y que sabe que la revolución no se negocia. (Entrevista com Líder Comunal, 2018).

Sob tal contexto, ela cita a necessidade de se racionalizar os recursos frente as necessidades desencadeadas pela crise econômica.

Entrevista 7.1 - Contexto de Crise na Venezuela



Fonte: Elaboração própria baseada na Entrevista com Líder Comunal

Inseridos no relato de cada um dos sujeitos, existem elementos que correspondem a dinâmica da totalidade, pois por meio de cada perspectiva individual e das unidades geradas a partir dos relatos, interpreta-se que a causa da guerra está na luta de classes, que a um nível mundial, delimita disputas dentro do cenário geopolítico internacional. Além disso, pelos relatos desses sujeitos, é notório o alto nível de consciência dos mesmos acerca o processo histórico, político e social em que estão inseridos. Isso ocorre porque em processos políticos revolucionários, por meio das práxis e da contínua luta de classes, há um constante estímulo a consciência dos sujeitos, presentes no processo de busca da materialização de uma nova estrutura de sociedade que marca a possibilidade de sujeitos individuais, históricos e coletivos reconhecerem sua essência, através de novas relações sociais.

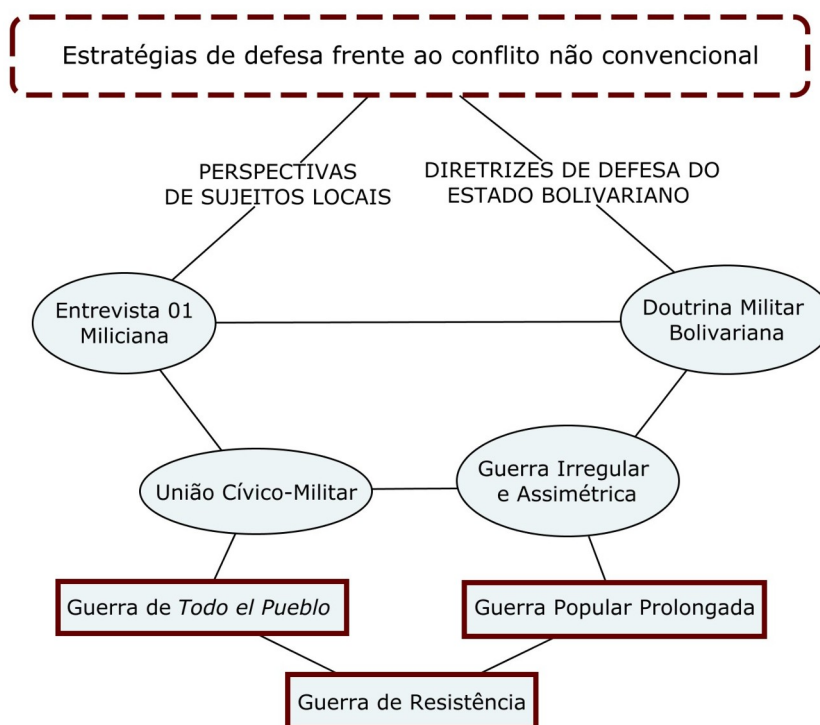
Dentre os temas abordados pelas falas dos entrevistados, temos exemplos empíricos de como o conflito não convencional se materializava em Caracas no período de 2018. Contudo, as entrevistas, além de serem registros históricos, também nos trazem elementos de como o conflito ocorre em suas múltiplas dimensões e especificidades. Pela fala dos sujeitos, estão presentes temas e unidades que são um reflexo de um processo de conscientização desencadeado pela Revolução Bolivariana e sobre a própria guerra em si, suas causas, contradições e consequências.

A entrevista com a miliciana especificamente, é a que mais vai de encontro com o tema, voltado a compreensão do que são as estratégias e táticas de defesa empregadas pelo Estado e por parte da população civil, frente ao conflito não convencional dos últimos anos. Portanto, em sua fala, existem temas que nos remetem a defesa presente na guerra irregular

e assimétrica, onde as forças de resistência frente a uma ameaça que tem maiores capacidades militares e logísticas, mesmo com relativas desvantagens, são capazes de vencerem o conflito. Para tal, são necessárias o emprego de estratégias de guerra prolongada e da guerra de movimentos, onde o envolvimento dos sujeitos que compõem as camadas populares é indispensável para a prática defensiva.

A construção de uma nova sociedade proposta pela Revolução Bolivariana emana do Poder Popular e da participação ativa da sociedade civil nos processos decisórios do Estado. Nesse sentido, dentro do debate voltado a defesa do Estado e da população civil da Venezuela frente ao conflito não convencional, o povo, a sociedade civil desempenha um papel determinante, pois, como exemplificado a partir da primeira entrevista feita com a miliciana, a Doutrina Militar Bolivariana é voltada a formação de grupos irregulares compostos majoritariamente por civis. A formação desses grupos irregulares na defesa do Estado e da população é precedida por uma formação de consciência sobre a realidade, e potenciais ameaças ao território e ao processo histórico em disputa. Assim, entre as sete entrevistas, a primeira delas, feita com a miliciana é a que mais contém elementos para a análise de questões de defesa do Estado Bolivariano.

Capítulo 03 - Estratégias de defesa do Estado Bolivariano para o conflito



Considerações Finais

O conflito não convencional na Venezuela tem características não convencionais, especificamente no que está relacionado com a guerra híbrida e de quarta geração. As causas deste cenário são voltadas a relevância geoestratégica do país, cuja inserção no Sistema Internacional revela a disputa de poder entre grandes potências na região do Caribe e América Latina. Observa-se que o Sistema Internacional passa por um período de transição, onde o poder hegemônico, sua manutenção ou reconfiguração tende a desenvolver conflitos na periferia e semiperiferia do sistema. Nesse sentido, a Venezuela é alvo de políticas imperialistas cujo objetivo, em certa medida, é voltado a manutenção da poderio hegemônico em decadência, onde, tais interesses são voltados a pilhagem de recursos energéticos, a desestabilização interna e externa do governo de Nicolás Maduro e a possibilidade de troca de regime, mediante ao aprofundamento do conflito não convencional.

Dada a realidade de transição hegemônica, cabe aos países periféricos construir alianças estratégicas com parceiros internacionais. A Venezuela, cabe a construção de articulações internacionais que deverão delimitar muito bem seus interesses estratégicos nacionais, assim como interpretar quais e quando devem ser feitas parcerias que trarão benefícios a médio e longo prazo. Tais momentos também possibilitam uma posição de barganha do país dentro de negociações com as grandes potências.

A integração dos países do continente latino-americano se mostra como uma alternativa viável frente as condições do conflito, pois, meditante políticas integracionistas entre os países, além de haver maiores possibilidades de complementação econômica, o continente, enquanto um bloco político organizado terá maiores capacidades de defesa de seus interesses frente aos interesses de grandes potências sobre o território e os recursos minerais e energéticos tão abundantes na América Latina.

Ademais, também cabe a reflexão de que o atual momento de transição hegemônica também pode configurar um momento de reordenamento mundial e quiçá, do surgimento de novas alternativas políticas, econômicas e sociais frente ao modelo de Estado neoliberal. Em função do processo de transição hegemônica, os prováveis conflitos e guerras que se desencadearão na periferia do sistema mundial, se bem articulados, podem ganhar um caráter estratégico do ponto de vista de emancipação e liberação dos povos ao redor do globo.

A Venezuela, até o momento, tem se afirmado como uma alternativa possível a tal modelo através da construção do Poder Popular, dos Conselhos Comunais, das Comunas e da Milícia Bolivariana. São tempos de transformações sistêmicas, onde devemos vislumbrar as lacunas para a construção de novos modelos frente a lógica de exploração e espoliação aos países periféricos.

Nesse sentido, me indago sobre os limites do processo de transição, sobre até que ponto as possíveis guerras e conflitos desencadeados a partir da crise sistêmica servirão para o fortalecimento ou o enfraquecimento das estruturas do capitalismo contemporâneo. E se tais conflitos poderão se aprofundar ao ponto de se transformarem em guerras revolucionárias. Observa-se que os processos revolucionários, na maioria dos casos, são a consequência de momentos de uma severa crise econômica, política e social tanto dentro como fora dos países em que ocorrem. Seria esse um momento propício a nível internacional para o desenvolvimento de processos revolucionários na periferia do sistema mundial?

Até o momento, o que temos visto corresponde ao fortalecimento da extrema direita em diversas partes do mundo, que estão acompanhados de discursos e práticas que condizem a ideologias conservadoras e a neofascistas. Esse também é um elemento que demonstra que o capitalismo contemporâneo atravessa uma severa crise, onde tais grupos radicalizam suas práticas na tentativa de manter a velha estrutura social já obsoleta. Tal crise é parte da própria estrutura do sistema capitalista, contudo, ainda não se sabe a profundidade e capacidade transformadora do atual momento histórico que vivenciamos. Será esta crise apenas mais uma das crises do capitalismo? O sistema capitalista sairá fortalecido do atual processo? Para tal fortalecimento, mais conflitos não convencionais serão travados no Sistema Internacional?

No caso da Venezuela, a defesa do Estado Bolivariano é pautada na possibilidade do aprofundamento do conflito e em sua transformação em um conflito regular e convencional. Para tal, observa-se que as estratégias do Estado e seu pensamento defensivo são fundamentadas no que se entende como guerra irregular e assimétrica, para tal, são imprescindíveis a atuação da população civil na defesa do território. A hipótese da pesquisa de que ocorre um conflito não convencional no país é corroborada pelas falas presentes nas entrevistas. Por meio delas, existem registros empíricos que reafirmam tal perspectiva, onde são observados elementos que evidenciam a materialização do conflito, a partir do ponto de vista dos sujeitos.

Além disso, através das entrevistas, existem elementos que correspondem as atuais estratégias de defesa do Estado, que ocorrem em conjunto com esferas da população civil. Portanto, por meio da pesquisa, pode-se depreender que para as guerras contemporâneas, com características não convencionais, híbridas ou de quarta geração, há a possibilidade de defesa dentro de estratégias de guerra irregular.

Nesta, a formação da consciência dos sujeitos sobre suas determinações históricas e sociais são imprescindíveis para o pensamento defensivo frente a agressões e imperialistas. Portanto, por meio da pesquisa, pode-se depreender que para as guerras contemporâneas, com características não convencionais, híbridas ou de quarta geração, há a possibilidade de defesa dentro de estratégias de guerra irregular. Nesta, a formação da consciência dos sujeitos sobre suas determinações históricas e sociais são indispensáveis para o pensamento defensivo frente a agressões externas e imperialistas.

Dentro do debate da guerra irregular propriamente dita, o pensamento filosófico e a prática de Friedrich Engels sobre a guerra e as organizações militares precisa ser retomado, pois, através de teoria crítica, há a possibilidade de se compreender os fenômenos militares dentro da dinâmica do capitalismo. Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas condiciona de forma histórica a materialização dos conflitos e suas características. A partir disso, em futuras pesquisas, é necessário indagar o pensamento de Engels para a interpretação da guerra irregular, especificamente, no tange a construção de um pensamento defensivo para as guerras e os conflitos contemporâneos.

Em outras palavras, a principal indagação gerada por meio dessa dissertação é: Quais elementos presente no pensamento de Engels sobre a guerra irregular podem ser utilizados para o pensamento defensivo na atualidade?

Referências Bibliográficas

ABREU, Beatriz dos S. A Revolução Bolivariana e a Ascensão do Poder Popular durante os governos de Hugo Chávez. Trabalho de Conclusão de Curso. UNILA, Foz do Iguaçu. 2019.

ABREU, Beatriz dos S.; SILVA, Ana Karolina M.; MENEM, Issam R. Imperialismo, Petróleo e Intervencionismo Ocidental: Análise da Guerra Civil na Líbia (2011-2020). Revista Conjuntura Global, v.10, nº 1. 2021.

ALMEIDA, Fernando C. Poder Americano e Estados Unidos, uma abordagem a partir das esferas econômica e militar. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

ALMEIDA, Rodrigo Torres de. Construção e Expansão do Complexo Industrial-Militar Norte-Americano: Um passo em direção ao poder global. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

AMIN, Samir. Contemporary Imperialism. Monthly Review, vol. 67, no 3, 1 de julho de 2015.

AMIN, Samir. Capitalismo, Imperialismo, Mundialización. Resistencias Mundiales. 2001.

AMIN, Samir. Geopolítica del imperialismo contemporáneo. Epílogo do livro Guerra global, Resistencia mundial y Alternativas de Wim Dierckxsens y Carlos Tablada. Outubro de 2003.

ARAÚJO, Maiara Lima. O Complexo Industrial-Militar dos Estados Unidos pós-11 de setembro: O caso da Boeing. Repositório Universidade Federal de Uberlândia. Trabalho de Conclusão de Curso, 2018.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Berverly J. Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial. Contraponto. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

BAJO, María Gajate. Reflexiones sobre la guerra asimétrica a través de la historia. Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad. Estudios Globales. Nº 24. 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Desordem Mundial, o Espectro da Total Dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Civilização Brasileira, 7ª edição. Rio de Janeiro, 2022.

BARRAGÁN, Rossana. Guía para la Formulación de Proyectos de investigación. La Paz, Bolívia. 2008.

BARRETO, Yorbelis. Radiografía del bachequeo em Puerto Ordaz, estado Bolívar. Reportage interpretativo. Trabalho de Grado; Escuela de Comunicación Social, Universidade Católica de Andrés Bello. Ciudad Guayana, Venezuela. 2017.

BARTLES, Charles K. Para Entender Gerasimov. *Military Review*, 2016.

BEAL, Luana I. A Blitzkrieg e a Transição Tecnológica: Decorrência para a Alemanha nos Níveis do Planejamento da Guerra. Trabalho de conclusão de Curso, UFRGS. 2017.

BEIRITH, Victor K. A ofensiva imperialista estadunidense contra a Revolução Bolivariana. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. 2020.

BERMÚDEZ, Brummel V. A guerra assimétrica à luz do pensamento estratégico clássico. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 2006.

BERZINS, J. The West is Russia's Main Adversary, and the Answer is New Generation Warfare. Threat perception and security policy concepts in comparison: USA, Europe and the BRICS-States. Hamburgo: Institut für Friedensforschung und Sicherheitspolitik an der Universität Hamburg. 2016.

BORÓN, Atilio. América Latina en la Geopolítica del Imperialismo. Ministerio de Trabajo, Empleo e Previsión Social. Biblioteca Laboral nº 63. 2018.

BORÓN, Atilio. A questão do imperialismo. In BORON, A.A. *et al* (org.). A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

BUZAN, Barry. People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

BUXTON, Julia. O que quer a oposição na Venezuela? *Le monde Diplomatique Brasil*. Edição 140, 2019.

CECEÑA, Ana E. Geopolítica Latinoamericana. Enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Laboratório de Políticas Públicas UERJ, 2006. pp. 582-593.

CECEÑA, Ana E. La dominación de espectro completo sobre América. *Novos Rumos*, v. 05, n. 02. 2016.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. 1ª ed. 1978.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Tradução do inglês para o português CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. 2018. Disponível em: <<https://www.amigosdamarinha.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>>

CÍCERO, Pedro Henrique de M. Revolução Bolivariana e Lutas Sociais: O confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías. São Paulo. 2010.

CÍCERO, Pedro Henrique de M. A gênese de uma nação rentista: petróleo e política externa de uma Venezuela em transição. *Revista de História Regional*, v. 23, n. 2. 2018.

CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. GOMES, Ana Carolina L. Paradoxo da Abundância: Rentismo e Subdesenvolvimento na Venezuela Bolivariana. *Revistas de Estudos Internacionais*. Vol. 12, nº 01. 2021.

CORDESMAN, Anthony H. Russia and the "Colour Revolution": a Russian Military View of a World Destabilized by the U.S and the West (Full Report). Washington: Center for Strategic and International Studies, 2014. Disponível em: Acesso em: 27 fev. 2015.

COHEN, Dan; BLUMENTHAL, Max. How the us regime change laboratory created Venezuela's coup leader - Juan Quaido. *Australian Socialist*, 2019.

COSTA, João Gabriel Burmann. Boyd e Szafranski: Elementos de Estudo da Guerra Psicológica de Espectro Total. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRGS. Porto Alegre. 2014.

CUMMINS, Joseph. As Maiores Guerras da História: Os conflitos épicos que delinearão o Mundo Moderno. Tradução Vania Cury - Rio de Janeiro, Ediouro. 2012.

CURCIO, Pasqualina. La Mano Visible del Mercado. Guerra Económica en Venezuela 2012-2016. ¿Control de Precios o Boicot en el Suministro? Venezuela, 2016.

CURCIO, Pasqualina. El Comando Sur y la vergonzosa Asamblea Nacional 2016-2020: Arremetida Imperial. Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2020.

DOURADO, Maria Eduarda Buonafina; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. Gibridnaya Voyna: The Different Meanings of Hybrid Conflit for West and Russia. *Revista Escola Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 39-64. janeiro/abril. 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225. Editora UFPR, 2004.

ENGELS, Friedrich. A dialética da natureza. 1979. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/a-diaetica-da-natureza.pdf>>

ENGELS, Friedrich. *Temas Militares: Selección de trabajos 1849-1895*. Editorial Cartago. Buenos Aires, 1974.

EMDE (Estado Mayor Departamento del Ejército). La guerra no Convencional, Fuerzas Especiales. Circular de Entrenamiento, nº 18-01. Washington, Nov. 2010.

FERNANDES, Hugo Miguel Montinho. As novas guerras: O desafio da Guerra Híbrida. *Revista de Ciências Militares*, Vol. IV; nº 02. Nov. 2016

FILHO, João Roberto M. Engels e Marx: guerra e revolução. Universidade Federal de São Carlos. 2010.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. *OIKOS*, Rio de Janeiro, Vol. 6, No. 2, 2007.

FRIDMAN, Ofer. Hybrid Warfare or Gíbridnaya Voyna?: Similar, But Different. 2017. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03071847.2016.1253370?journalCode=rusi20>> .

FURTADO, Celso. Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”. São Paulo, 2005.

GARCÍA, Carlos Alberto Chavez. La crisis política en Venezuela y el papel del Grupo de Lima: balance y desafíos de su acción diplomática. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*. Vol. 15, n.º 1. 2020.

GIAP, Vo Nguyen. Nascimento de um Exército. 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/giap/ano/mes/exercito.htm>>

GIAP, Vo Nguyen. A Guerra contra os EUA pela Salvação Nacional. 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/giap/2005/04/eua.htm>>

GRAMSCI, Antônio. Análisis de las situaciones. *Relaciones de Fuerzas*. 2018. Disponível em: www.gramsci.org.ar

GUEVARA, Ernesto Che. Guerra de Guerrilhas. Cuba, 1960.

HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HARVEY, David. O “Novo” Imperialismo: Acumulação por Espoliação. 2005.

HEYDTE, Friedrich August Freiherr von der. A guerra irregular moderna em políticas de defesa e como fenômeno militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.

HITNER, Verena. Uma análise do malogro de desenvolvimento latino-americano dos anos 1990: os limites internos da Venezuela. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), 2011.

HUGHES, G. My Enemy’s Enemy: Proxy Warfare in International Politics. Eastbourne: Sussex Academic Press. 2012.

IZAGUIRRE, I. et al. Lucha de clases, guerra civil y genocidio en Argentina 1973-1983: antecedentes, desarrollos y complicidades. Buenos Aires, EUDEBA, 2009.

JÚNIOR, Caio Prado. Dialética do Conhecimento. Tomo 1. Editora Brasiliense Limitada. São Paulo, 1952.

KORYBKO, A. Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KORYBKO, A. Guerras Híbridas: A abordagem adaptativa indireta com vistas a troca de regime. Projeto do Institute for Strategic Studies and Predictions (PFUR). Moscou, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2003.

LANDER, Luis E.; MAYA, Margarita López. Venezuela, golpe y petróleo. Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO. Buenos Aires, 2003.

LARANGEIRA, Hugo Guilherme Gonçalves Fontes. Guerra de Manobra e Operações de Baixa Intensidade. Academia Militar. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Academia Militar, Lisboa, 2015.

LÊNIN, V.I. Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LEOTTI, Camila; FACCIOLLI, Giuliana; FROSSARD, Tatiana; GODOY, Thales. A crise na Venezuela e as condicionantes político-econômicas de desestabilização no governo Maduro. O Eco da Graduação, v. 04, n. 1. Edição 8. Brasília, 2019.

LIND, Willian. Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. Military Review. Jan-Fev. 2005.

LOPES, Mariana. Imperialismo, Petróleo e Revolução Bolivariana: Impasses Político-Ideológicos do Governo Chávez na Venezuela. São Paulo. 2009.

MAGALHÃES, Francisco de Assis Kuhn. Venezuela sob o governo de Maduro: Sobrevivência Política e Pragmatismo da Necessidade. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da UFRN. Rio Grande do Norte, 2020.

MANLEY, Michael. La importância estratégica de la Cuenca del Caribe em términos políticos y económicos. Nueva Sociedad, nº 63. 1982.

MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968; I, 2, 1968a; III, 4, 1974; III, 5, 1974a e III, 6, 1974b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifiesto del Partido Comunista. Pekín, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1965.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Editora Era. México; 10a edição. Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho de 1973.

MARQUES, Adrina A.; FILHO, Oscar Medeiros. Entre a “Segurança Democrática” e a “Defesa Integral”: Uma análise das duas doutrinas militares no canto noroeste do sub-continente sul-americano. O Brasil e a Segurança no seu entorno estratégico. IPEA, 2014.

MARTINS, José Miguel Q. *Considerações finais: recomposição hegemônica e inserção internacional do Brasil*. Relações internacionais contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e de segurança. Porto Alegre, Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2013.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o Sistema-Mundo: Uma teoria ainda atual? Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (V), pp. 95-108. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundouma-teoria-ainda-atual/>. 2015

MAZA, Domingo. Venezuela, economía, tiempo y nación. Caracas, Venezuela. Vadell Hermanos Editores. 2007

MBEKO, Patrick. Objectif Kadhafi: 42 ans de guerres secretes contre le Guide dela Jamahiriya árabe libyenne (1969-2011). 2016.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. América Latina: Interpretações da origem do imperialismo norte-americano. Proj. História, São Paulo, 2005.

MÉNDEZ, M. Matemáticas financieras: rentas e interés compuesto. Problemario. Bogotá: Ediciones de la U., 2015.

MÉSZÁROS, István. O Desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MIJARES, Víctor M. Crude juggling: Venezuela petro-strategy between U.S. and China. CARI/Boletín del ISAE. Especial sobre Venezuela, nº 60. 2015.

MORA, Rubén Darío Alzate. La definición de la victoria en las guerras simétricas y asimétricas. Military Review. 2012.

MORAES, Manoela Azevedo. A teoria do Estado rentista e as revoluções da Primavera Árabe: um olhar sobre a Líbia. Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento. Vol. 5, nº 5. São Paulo, 2016.

MOURA, Maria Paula Baêso. Operação Gedeon: o uso de companhias militares privadas na Venezuela. Revista de Estudos Latino-Americanos, v. 10, n. 3. 2020.

MOOMER, Bernard. Petróleo Subversivo. Universidad Central de Venezuela, Caracas. 2002

MUMFORD, Andrew. Proxy Warfare and the Future of Conflict. The Rusi Jornal. Abril, 2013.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do método de Marx. Expressão Popular. 1ª ed. São Paulo, 2011.

OLMOS, Nelson; FAJARDO, Mary Cruz. Cuenca del Lago de Maracaibo. Fundación Empresas Polar. Caracas, Venezuela. 2019.

OSÓRIO, Luiz Felipe. Imperialismo, Estado e Relações Internacionais. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

OSORIO, Jaime. El nuevo patrón exportador de especialización productiva em América Latina. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Niterói (RJ), n. 31. fev. 2012.

PAIVA, Ana Cláudia Alves da Cunha. A aplicabilidade da Cláusula Democrática do Mercosul: o caso de Suspensão do Paraguai. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre no Programa de Pós Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Federal da Paraíba, 2020.

PAIVA, Rafael Bianchini Abreu. A tragédia econômica venezuelana. Carta Capital, 30 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/a-tragedia-economica-venezuelana>> Acesso em 20/08/2019.

PEDROSO, Carolina Silva. Entre o bolivarianismo e a adesão à hegemonia: a relação da Venezuela e dos Estados Unidos durante o chavismo (1999-2013). Repositório Institucional UNESP. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Capitalismo Financeiro Rentista. Portal de Revistas da USP. Estudos Avançados, 2018.

PEREIRA, Menry Fernández. Guerra Popular de Resistência. CESDI, 3ª edição. Caracas, 2019.

PINHEIRO, A. DE S. O conflito de 4º geração e a evolução da guerra irregular. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares, n. 16, 1 de 2007.

PIRELA, Ángel. Faja Petrolífera del Orinoco Hugo Chávez: riqueza blindada. Instalada Unidad Especial de Seguridad y Protección. PDVSA. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6824&Itemid=577&lang=es> Utimo acesso em: 09/08/2022.

PRADO, Rodolfo Ortega. La guerra asimétrica y las operaciones de información. Military Review. 2011.

PRECIATO, Jaime. América Latina no Sistem-Mundo: questionamento e alianças centro-periferia. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53. Maio/Agosto, 2008.

POCHMANN, Marcio. Economia Global e Nova Divisão Internacional do Trabalho. Unicamp, Campinas. 2000.

REGOS, Carlos Enrique Quintero. La Doctrina Militar para la Seguridad y Defensa de Venezuela. Revisión a partir de las actuales formas de violencia política en las Relaciones Internacionales. Trabajo Especial de Grado Presentado para Optar al Título de Especialista en Derecho y Política Internacionales. Universidad Central. Caracas, Venezuela. 2013.

RIVAS, Gilberto López y. Estudando a contrainsurgência dos Estados Unidos: manuais, mentalidades e uso da Antropologia. Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 2018.

RIVAS, Pedro. La violencia esconde una paradójica agenda oculta que todos conocen. *Educere*, vol. 18, nº 59, 2014. Universidad de los Andes. Mérida, Venezuela.

ROBINSON, Eric. *The Missing, Irregular Half and Great Power Competition*. Modern Institute at West Point, 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas. *Sul Global*, vol. 01, 2020.

RODRIGUES, Fania. O que as investigações revelam um ano depois do atentado a drone contra Maduro. *Brasil de Fato*, Caracas. 2019.

RODRIGUES, Flávio Timar. OEA e a Democracia: Os limites da arquitetura institucional para a proteção da democracia frente à crise na Venezuela. *Revista Caderno de Relações Internacionais*. Vol. 01, 2021.

ROMERO, Carlos A. *Venezuela y Estados Unidos: ¿Una relación esquizofrénica?* Nueva Sociedad. 2006.

RINCÓN, Elita; NEBIS, Acosta; AÑES, Carlos; RINCÓN, José. Petróleo e desarrollo en Venezuela: Un balance de 100 años de su explotación. Período 1914-2014. *Multiciencias*, vol. 16, nº 01. Universidad de Zulia. Venezuela, 2016.

SANTOS, Rayne Reis; SOUSA, Adilson Amorim. *O Petróleo na Venezuela: Relações de Poder, Rentismo e Subdesenvolvimento. Distopia, Barbárie e Contraofensivas no Mundo Contemporâneo*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019.

SANTUCHO, M. R. *Método y Política*. Marxists Internet Archive, 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/santucho/1975/v-1975b.htm>

SCHOLZ, Júlia Farah. Direitos Humanos e Islamismo: Diálogos entre a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e a Declaração de Cairo sobre Direitos Humanos no Islã de 1990. *Revista da Faculdade de Direito da FMP, Porto Alegre*, v. 15, n. 2, p. 238-257, 2020.

SOARES, José Alex R. *Celso Furtado, 100 Anos: Ensaio sobre a Venezuela, subdesenvolvimento com abundância de divisas (1957 – 1974)*. *Economia & História: especial Celso Furtado*. Informações Fipe, 2020.

SEVERO, Luciano Wexell. *Economía Venezolana (1899-2008)*. La lucha por el petróleo y la emancipación. Fundación Editorial el perro y la rana. 2009.

SEVERO, Luciano Wexell. Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de “sembrar el petróleo”. *Oikos*, vol. 8, nº 01, 2019.

SHARP, Gene. Da ditadura à democracia: O caminho para a Libertação. Albert Einstein Institution, 2021.

SHERER, Caroline. Revoluções Coloridas na Sérvia, Geórgia, Azerbaijão e Bielorrússia (2000-2006): Promoção a Democracia ou Mudança de Regime? Trabalho de conclusão de Curso,UFRGS. 2015.

SHUTERLAND, Manuel. Impacto y naturaleza real de las sanciones económicas impuestas a Venezuela. Programa Venezolano de Educacción-Acción em Derechos Humanos (PROVEA). Caracas, 2019.

SILVA, Elisabete Maria Rodrigues. Clausewitz e as Guerras de Quarta Geração. Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados. Lisboa, 2018.

SILVA, Luiz Fernando da. A política externa estadunidense no atual quadro político sul-americano. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503 Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Londrina, 2010.

SOUZA, Marcelo Bastos de. Guerra Irregular no contexto da Estratégia de Resistência. Dissertação de Mestrado. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, W. V. F; SILVA, F. P; SILVA, K. V. C. Venezuela em Pedacos: transição política, econômica, social e ideológica a partir de uma abordagem geopolítica. REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO TRÊS LAGOAS - V. 1, Nº 33, 2021.

SZAFRANSKI, Richard. A Theory of Information Warfare: Preparing For 2020. Airpower Journal: Spring 1995.

TSYGANKOV, P. A. Hybrid War: Political Discourse and International Practice. ВЕСТН. МОСК. УН-ТА. СЕР. 18. СОЦИОЛОГИЯ И ПОЛИТОЛОГИЯ. Nº 04 2015.

TAIAR, Rogério. Direito Internacional dos Direitos Humanos: Uma discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos direitos humanos. Tese de Doutorado. Faculdade de direito da Universidade de São Paulo, 2009.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W.M. Postura Estratégica da Rússia e Uso da Força no Século XXI. Análise Estratégica. Vol 10, nº 4. 2018.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Bases para uma estratégia de Dissuasão Convencional Brasileira. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Análise Estratégica. Vol. 22, nº 04. 2021.

TSÉ TUNG, MAO. Sobre a guerra prolongada. Obras Escolhidas de Mao Tsé Tung. Tomo II. Pequim, 1975. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/prolongada.htm>>

TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução á Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação. Editora Atlas S.A. São Paulo, 1987.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Expressão Popular. São Paulo, 2011.

VISACRO, Alessandro. Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da História. São Paulo: Contexto, 2009.

VISACRO, Alessandro. Não basta vencer em múltiplos domínios: conjecturas sobre a nova doutrina do Exército dos Estados Unidos e os conflitos na zona cinza. Coleção Meira Mattos. Rio de Janeiro. v.14, nº 50. 2020.

VISACRO, Alessandro. O Desafio da Transformação. Military Review, 2011.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A política externa da Venezuela frente a globalização. Venezuela: Visões brasileiras. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília, 2003.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Nova Divisão Internacional do Trabalho e a Crise Social. Indicadores Econômicos FEE, 1989.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico. Cadernos de Relações Internacionais e Defesa, v.1, no.1, 2019/2, p. 40-56.

WALLERSTEIN, Immanuel. O Sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos. 1974.

WARNER, Bill. Lei Islâmica (Sharia) para os não muçulmanos. Center for the Study of Political Islam. 2010.

WILLIAMS, Paul D. War and Conflict in Africa. Cambridge, 2011

WOOD, Ellen Meiksins. El imperio del capital. Madrid: El Viejo Topo, 2003.

ZIZEK, Slavoj. Contra os Direitos Humanos. Dossiê: Direitos Humanos – Diversos Olhares. Mediações, Londrina, v. 15, n.1, p. 11-29, Jan/Jun. 2010.

Documentos e Relatórios de Órgãos Estatais e Organizações Internacionais

ASSEMBLEA NACIONAL DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Proyecto de Ley Orgánica Sobre las Zonas Económicas Especiales, Exposición de Motivos. República Bolivariana de Venezuela Comisión Permanente de Economía, Finanzas y Desarrollo Nacional. 2021.

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA (BCV). Comunicado Oficial: Rumbo al Bolívar Digital. 2021.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305: Doutrina Básica da Marinha. Brasília. 2004.

SILVERCORP, GENERAL SERVICES AGREEMENTE. Assinado por Juan Geraldo Guaió, Sergio Vergara, Juan Jose Rendon, Jordan Goudreau e Manuel J. Rutureta. 16 de outubro de 2019.

MINFAR. Ministerio de las fuerzas armadas revolucionarias. Defensa y Seguridad Nacional. La Habana, Cuba. 2022. Disponível em: <https://www.minfar.gob.cu/defensa-nacional>.

MPPEF. La Verdad de Venezuela contra la infamia, datos e testimonios de un país bajo asedio. Disponível em: <La-verdad-de-Venezuela-contra-la-infamia.-Datos-y-testimonios-de-un-pais-bajo-asedio.pdf (mppef.gob.ve)> . 2020.

MPPE Venezuela. Zonas Economicas Especiales. Disponível em: <<https://zonaseconomicasespeciales.mppp.gob.ve/>>. 2021.

VENEZUELA. Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV), 1999.

Notícias

BASTOS, Ronaldo. O imperialismo dos Direitos Humanos e a falsidade de suas premissas. Le monde Diplomatique Brasil, Acervo online, 2013. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-imperialismo-dos-direitos-humanos-e-a-falsidade-das-suas-premissas/>>

BRASIL DE FATO. Padaria Comunitária na Venezuela produz 5 mil pães diariamente. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=scBVyT_eHSc>. Acesso em: 02 de novembro de 2021.

MELLO, Michelle de. Em seis anos de bloqueio, Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe. Brasil de Fato, 2020.

MELLO, Michelle de. Entenda os fatores que levaram Guaidó a propor um acordo nacional na Venezuela. Brasil de Fato, 2021.

MELLO, Michele de. Relembra a história do primeiro levante militar comandado por Hugo Chávez. Brasil de Fato, 2020.

MELLO, Michele de. Venezuela torna-se o primeiro país a sair voluntariamente da OEA. Brasil de Fato, 2019.

MISIÓN VERDAD. Venezuela sob ataque: sete notas sobre a batalha elétrica. Brasil de Fato, 2019.

SÁNCHEZ, Arantxa T. Venezuela, laboratorio de la guerra hibrida del siglo XXI. Cuba Debate. 2020.

SANTOS, Ricardo M. Sanções à Venezuela: cronologia de uma morte lenta. 2019. Disponível em: <<https://manifesto74.pt/sancoes-venezuela-cronologia-de-uma/>>.

Estatísticas e Bancos de Dados

BRITISH PETROLEUM. Statistical Review of World Energy, 70th edition. 2021.

CELAG. Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela. Análisis Económico. 9 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

ENCOVI (Encuesta Nacional de Condiciones de Vida). Condiciones de vida de los venezolanos: entre emergencia humanitaria y pandemia. Universidad Católica de Andrés Bello. Caracas, 2018.

ENCOVI (Encuesta Nacional de Condiciones de Vida). Condiciones de vida de los venezolanos: entre emergencia humanitaria y pandemia. Universidad Católica de Andrés Bello. Caracas, 2019-2020.

ENCOVI (Encuesta Nacional de Condiciones de Vida). Condiciones de vida de los venezolanos: entre emergencia humanitaria y pandemia. Universidad Católica de Andrés Bello. Caracas, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de coordenadas geográficas, 2022.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) Military Expenditure Database. 2022.

GEM (GLOBAL ECONOMIC MOTOR). The World Bank, Data Bank. Disponível em:<[https://databank.worldbank.org/source/global-economic-monitor-\(gem\)](https://databank.worldbank.org/source/global-economic-monitor-(gem))> Acessado em 03/05/2021.

Entrevistas

Entrevista com Miliciana. San Antonio de los Altos – Miranda, Venezuela. Agosto de 2018. Entrevistadora: Beatriz dos Santos Abreu. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I desta dissertação.

Entrevista com Jornalista 1. La Pastora - Caracas, Venezuela. Agosto de 2018. Entrevistadora: Beatriz dos Santos Abreu. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice II desta dissertação.

Entrevista com Jornalista 2. La Pastora – Caracas, Venezuela. Agosto de 2018. Entrevistadora: Beatriz dos Santos Abreu. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação.

Entrevista com Professor. La Pastora – Caracas, Venezuela. Agosto de 2018.

Entrevistadora: Beatriz dos Santos Abreu. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice IV desta dissertação.

Entrevista com Artista. La Pastora – Caracas, Venezuela. Agosto de 2018.

Entrevistadora: Beatriz dos Santos Abreu. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice V desta dissertação.

Entrevista com Vocero. La Pastora – Caracas, Venezuela. Agosto de 2018.

Entrevistadora: Beatriz dos Santos Abreu. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice VI desta dissertação.

Entrevista com Líder Comunal. La Pastora – Caracas, Venezuela. Agosto de 2018.

Entrevistadora: Beatriz dos Santos Abreu. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice VII desta dissertação.

APÊNDICES

APÊNDICE I - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Pergunta 1: ¿Cuáles son las principales diferencias entre los gobiernos Chávez y Maduro?

Pergunta 3: ¿Para usted, cuál es la situación actual de Venezuela? ¿Qué genera esta situación?

Pergunta 4: ¿Qué piensas que debería ser hecho para cambiar esta situación?

Pergunta 5: ¿La crisis económica te afecta de alguna manera?

Pergunta 6: ¿Cuál es la importancia de Latinoamérica en la superación de la guerra que pasa en Venezuela?

Subcategorias	Categorías	Entrevistas
Meios de comunicação	Manipulação	<p><i>drogadicto. La verdad es que los socialistas nunca le hemos sacado el jugo a los medios de comunicación, eso es de siempre. Cuándo fue la revolución chilena nunca se sacó el jugo. ¿Los socialistas? ¿Los comunistas? Nunca. ¿Por qué? Por qué resulta que los medios de comunicación son un asunto capitalista. Asco. Asco. Son para sacar el cerebro de la gente. Asco. Porque nosotros somos rectos, a nosotros no nos gusta estar manipulando el cerebro de la gente. Entonces nos centros hacemos lo que hacemos, y si se publica, pero hacemos. Chávez hasta en eso tuvo inteligencia, ya va, porque nosotros hacemos y nadie se entera? En cambio ellos no hacen y además nos deshacen lo nuestro y todo el mundo se entera. Entonces lo justo es justo, si lo que estás haciendo hay que publicarlos a los millones que son y el único medio de publicar es este en estos medios y hay que hacerlo en lo más bien hecho, porque además entonces nosotros somos como un rancho... Entonces que hay que hacer? Contarle a la gente que se hace eso... Por todos que piensan en este asunto capitalista, nada más, pero dos medios también deben ser socialistas. Hay que ideologizar, si hay que ideologizar, si, claro. Si ellos están ideologizando, nosotros también hemos que hacerlo. La batalla no se da solamente ahí con el fusil, uno contra el otro. La batalla no se da solamente con el cuchillo y con los puños. La batalla se da aquí (aponta para a cabeça) y se nos ganamos esta batalla... Y como se da esa batalla? Coño, a través de eso que se da esa batalla. Entonces, Chávez va transformando todo, todo, todo, todo. Devolviendonos porque ya va, cuándo éramos una sociedad chiquitita nos comunicábamos entre nosotros. Cuándo somos una sociedad grande el medio de comunicación es este. Ahora porque a unos sí y a otros no? Esa es una de las cosas que nos devolvió, por eso existe Telesur, porque como dices tú, aquí se puede comunicar, claro. Y ellos se comunican como les da la gana, y eso es lo que quieren, cuándo hablo “ellos” me refiero a la oposición. Nosotros también. La calidad de vida aumentó de manera impresionante, creo que era esa la pregunta que... No, ya habíamos en otra. A si, la diferencia entre Chávez y Maduro. La diferencia? Es que yo me fui por él de lo liderazgo. Chávez era nuestro líder, Maduro es un líder que nos da Chávez. Chávez era nuestro líder, con su capacidad visionaria. No hay dos Chávez. La diferencia es que a Maduro le he salido tan más difícil, tanto, tanto más difícil. Se bien, se le entregaron un país que ya estaba encaminado a la revolución y toda una población que nos pusimos a la orden del comandante porque somos disciplinados y lo entendemos lo que nos pasó con la pérdida de Chávez y que estamos haciendo y como dijo él tantas veces: ya no soy yo, sino que es un pueblo. La revolución no está en una sola persona, aquí nadie es imprescindible. Uno tiene que entender que lo que importa es la sociedad completa, es la patria, es Venezuela, es América Latina, es la humanidad completa. Es toda esa la carga de responsabilidad que tenemos como revolucionarios aquí en Venezuela, nos ponemos a la orden por un Maduro, que pobrecito él, pobrecito. Por que como le tiraran, le tiraron por todas las</i></p>
	Ideologia	
	Batalha de ideias	
Revolução	Comunicação	
Povo Consciência		

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Guerra de 4ª geração Guerra assimétrica Guerra econômica Guerra midiática	Legado de Chávez Forças Armadas Imperialismo Bloqueio financeiro	<p><i>partes. Los nuestros y los no nuestros, todo el mundo le tiró. Pero, obviamente, Chávez había dejado un trabajo previamente hecho en la población que ya es profundo, profundo. Un trabajo en las fuerzas armadas que es muy importante. Se Chávez no hubiera logrado lo que logró en las fuerzas armadas, las fuerzas armadas no se hubieran puesto en las órdenes de él, de la manera en que se ha puesto. Ahora, Maduro es una lumbrera. Ha tenido una capacidad de absorción de los conocimientos inmensa, inmensa, inmensa. Tiene un equipo de trabajo mundial, digan lo que digan contra toda la gente que está a su alrededor. Entonces, al final, ha hecho un trabajo mancomunado, que lo ha fortalecido muchísimo. Y se ha ganado la confianza y el amor del pueblo gracias también a un manejo que ya había dejado Chávez y que se ha cumplido muy bien, un manejo de los medios de comunicación mundial, o sea, creo que a Chávez no lo apoyaran tanto mediáticamente como se ha apoyado a Maduro. Por órdenes de Chávez por que todo se está escrito ahí, hay una metáfora que se nos pasamos no la saca, pero hay una metáfora escrita. Él dejó, él no paró. Él dice que cuándo se iba ya, era obvio que se iba pero él no paró nunca, no paró nunca de hablar y de tener alguien que estaba escribiendo, van a hacer eso, van hacer eso. Porque él se dio cuenta que todo lo que tenía aquí se iba con eso, y entonces empezó a vaciar. Entonces, el apoyo mediático se ha hecho muy bien con Maduro. ¿Qué otras diferencias? Bueno, se le vino el imperio encima, cosa que no había pasado con Chávez. No había pasado, no sé porque tenían las respuestas de Chávez, no sé porque creían que cuándo matara a Chávez se iba acabar la pelea. Y cuándo se dan cuenta que la pea no se acaba cuándo mataron Chávez, entonces se viene con todo pensando que va haber una debilidad más aquí y todo nos ha fortalecido. Diferencia? Mira, le ha salido mucho más duro a Maduro pero ha trabajado en equipo muy bien y creo que las diferencias se han dado al final por la guerra económica, por las condiciones que nos han puesto la oposición, pues, el imperialismo. Este, se ha vuelto más entretenida la revolución en el sentido que nosotros tenemos más funciones, ya no es nada más Chávez que defiende, ahora somos todos. Hay una conciencia de eso.</i></p> <p>B. A.: ¿Para usted, cuál es la situación actual de Venezuela? Qué genera esta situación?</p> <p><i>R. M.: La situación actual es de guerra, de una guerra que a veces no reconocemos bien, pero si, hay una guerra. Guerra de cuarta, quinta generación, guerra asimétrica, política, económica, mediática. Se trata todo el tiempo unas matrices de opinión a nivel mundial, y esas recaen aquí incluso en nuestra propia población. La parte económica es muy fuerte, bloqueo que incluso dentro de nuestra propia población no se tiene bien claro por que son así... Bloqueos por debajo, no? A la población de repente no se entiende bien porque no llegan las medicinas, porque no llegan los alimentos. Hay una situación con el problema de estar extrayendo gente, de estar sacando... Y eso lo ha echo en otros países por a lo mejor uno lo reconoce como parte de la guerra.</i></p>

Subcategorías	Categorías	Entrevista
<p>Crise psicológica Crise social Crise de alimentação Crise de saúde Crise tecnológica</p>	<p>Imperialismo Bachaqueo</p> <p>Violência</p> <p>Guerra civil</p> <p>Formação política</p>	<p><i>Si no, uno diría simplemente: la gente está yendo. No, es que la gente la están llevando. Coño, y cómo lo hacen pa llevarte? Bueno, te convencen. Obviamente te convencen. Te convencen que en otro lugar las cosas están mejor y que aquí las cosas están mal y no va a ninguna parte. Te convencen que todo aquí está mal y que allá está muy bien. Después que te llegas allá te das cuenta que las cosas no eran así. Algunos vuelven, pero están produciendo todo una crisis familiar, psicológica, social, de alimentación, de salud, tecnológica... Crean todo una situación, y cuando digo crean es obviamente el imperialismo. Para mí está claro, absolutamente claro. Hay una intencionalidad que luego de que ellos ejercen ciertas acciones y al final viene una bola de nieve que se lleva todo. Donde alguien que no fue tocado directamente por el imperio termina siendo parte de este juego macabro del imperio. Nuestra propia población hasta revolucionaria. Hasta población con conciencia termina metiéndose en esta bola de nieve, en este juego pernicioso para nosotros mismo como el asunto del bachaqueo y todo ese tipo de cosa, o sea, yo tengo eso y entonces generó una ganancia porque como estoy en un país en crisis, esto por ejemplo yo lo puedo vender. Entonces a la parte que yo puedo vender, yo gano, pero gano falsamente porque no he producido nada. Entonces empiezo a ganar, a echar una burbuja que se está ahorcando el país porque se está produciendo un dinero que no existe, nada más que por el intercambio de cosas. Pero, entonces, además generó más crisis con el asunto del alimento y generó un malestar. Porque entonces terminó vendiendo algo a alguien que lo necesita y que se va a morir si no consume. Pero se da cuenta que es un producto que no es para la venta, que además está vencido, entonces cómo es posible? Sin querer una persona... No sin querer pero con poca consciencia del daño que está haciendo. Hay gente... Buena parte de la población entró en ese acto pernicioso que viene desde el imperio, viene desde afuera. Finalmente la población incluso empieza a perder rápidamente valores importantes que hacen que finalmente, pues, cual es la intención? Bueno que finalmente se produzca un acto violento en el país donde como ya se han perdido los principios y los valores se pueda dar lo que se ha dado en nuestro país, una guerra civil. Se empiezan a cortar cabezas, literalmente, como lo hicieron en otros países. En África, metieron un machete y la gente se empezó a machetear y a matarsen unos con otros. En otros lugares, pues, de otra manera. Aquí puede ser de cualquier manera, de cualquier manera. Cómo logran llevar un país a eso? Bueno, lo están llevando. Ahora, nosotros somos muchos, yo no quito responsabilidades sobre nosotros y todos los días digo a todos que tengo alrededor. Y se yo veo alguien haciendo algo así, trato de formarlo, formarlo, formarlo. Para darte cuenta del daño que estás haciendo, que no vale la pena, que no vale la pena que tengas cuatro lochas. Tenemos que resistir, tenemos porque al final vamos a salir mucho mejor... Eso hay que hacerlo como las hormiguitas... aquí y a cada nivel pero el gobierno también tiene unas responsabilidades enormes por que a ellos ya no hacen al nivel de hormiguitas... Entonces ellos tienen unas responsabilidades enormes que en muchos casos no se ha cumplido pero es muy</i></p>

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Luís Ortega	Petróleo	<p><i>fácil decir que no se ha cumplido si, pero teníamos una bestia humana ahí que no dejaba que se cumplieran las cosas y se no la hubiéramos descubierto nadie había descubierto... La mujer, está loca porque tenía una cuestión en la justicia, ¿no? Luis Ortega, uhum. Nadie hacía imaginar que Luis Ortega estaba haciendo algo así, nadie iba a imaginar que el petróleo de Venezuela tuviera haciendo o dejando de hacer, pues al final nunca ha sabido. A mi me ha costado mucho aceptar que ese señor, que además nos ha representado internacionalmente hubiera en algún momento dejado que ocurrieran cosas en el petróleo. Luis Ortega nos tenía ahorcado, yo creo que todavía hay mucha gente que no sabe la importancia del problema que causó Luis Ortega porque él permitió que ese ataque a Venezuela se perpetuara, él lo permitió porque que toda denuncia para defender la patria era trancada ahí, toda denuncia. Ahorita ha esfregado, ahorita hay demasiadas cosas que se han logrado y dicen porque no lo hicieron antes? Bueno, entre otras cosas, por que estaba Luis Ortega ahí, y si Ortega estaba ahí no permitía que se hicieran las cosas.. Aquí que siempre se ha tratado de luchar contra la corrupción pero quién tenía que darle el corte final contra la corrupción para varias cosas... Ay y nos dábamos cuenta y no sabíamos, bueno, entre tantas cosas, precisamente es de eso que se trata. Te bombardean por todas parte y no te das cuenta que por dónde tenía la vía de la solución estás trancado también... y entonces como estamos? Estamos en guerra, estamos en guerra. Pero, no es la guerra que están diciendo ahí afuera, aquí no nos estamos matando, aquí no estamos muriendo de hambre, aquí no es cierto que la gente está tan desasistida. Aquí estamos mejor que nunca... Yo veo ese terreno ahí a frente, había sido abandonado hace mucho tiempo, años. Ha años fue abandonado, no ahorita cuando fue la revolución, pero muchos años antes. Ahorita está sembrado, sembrado por todas las partes. Y más hay terrenos que yo sé que están sembrados y que no son de ellos la gente y gracias a la revolución se está permitiendo. Ah sí, pero estos terreno de quién son? Que se yo? Era de un italiano que vino de la Italia pero se murió hace tres generaciones y ese terreno... psii! Siembre ese terreno, aquí todo mundo tiene derecho de sembrar. Entonces estamos en realidad en la mejor de las situaciones, para mi, porque es esa crisis que genera.. como dice el físico Einstein, que la crisis genera un montón de soluciones y produce... Eso es lo que está pasando en Venezuela. Por fin nos están llegando el agua pero lo que se llama al cuello, y vamos a producir y estamos produciendo. Y una vez que esas aguas bajen se va a seguir produciendo porque eso es conciencia. En estos momentos hay mucha gente que como yo que cuándo va a hacer una sopa sube al techo y saca parte de la comida de esa sopa y la pone... Cuando? Dónde? Y como a que? Si tu vas al supermercado y compra una vaina que al final ni tenía el color de lo que era, ni daba el sabor, ni nada. Entonces, en realidad creo que si estamos en una situación de guerra pero que nos está generando mucha, mucha fortaleza, inmensa, inmensa, inmensa.</i></p>
	Corrupção	
	Guerra	
Revolução		
Produção		

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Inflação	Sabotagem	<p><i>De verdad a no se que dieran al paso final y la guerra se convierta en guerra de ocupación, en bombardeos, en algo militar, pienso que vamos muy bien, es lo que creo. En general haya gente que está pasando trabajo, comulgando basura... Bueno, está desasistido precisamente por todo el sabotaje y por toda también nuestras incapacidades, asuntos que deben estar asistidos. Pero aquí no falta, aquí no puede faltar. Hay demasiado petróleo, aquí no falta plata. Aquilo que falta es más gente trabajando... Se no fue mucha gente, hay mucha gente saboteando. Pero aquí no falta dinero, para que haya alimentación para una familia que está buscando comida a la basura, esa familia está desasistida. Y se uno se va a la familia, se pasa a descubrir lo que pasó ahí. Porque tú estás aquí? De dónde viene? Resulta que vienen de allá, los sacaron y los sembraron aquí, porque hay gente que se dedica a eso, a sacar gente y a sembrarla en la ciudad para que anden en la calle. Eso se descubrió cuándo? Cuando Chávez hace la misión Negra Hipólita y recorren a la gente de la calle y empiezan a ver, pero de dónde viene usted? Había gente que traía gente a mal vivir acá en la ciudad, gente que no sabía ni hablar en español porque hablaban sus lenguas indígenas... Dijo que había gente que estimulaba a los niños a pedir plata en la calle y todo eso... Yo no digo que no hayan necesidades porque la inflación ha levados los precios a unas cosas espantosas, pero el apoyo que se da en la cuestión de los alimentos en situación de guerra que es el asunto de los CLAP y otros tipo de soluciones es que... mira antes aquí en Venezuela tu no podías pararte ahí afuera y vender algo porque era ilegal, ahora lo puede hacerlo, por lo tanto al final hay que ver cada quién que esté en una situación tan crítica si realmente no es una situación generada en toda esta locura de que estamos mal, de que estamos mal y estamos mal. Es porque estamos mal que yo termine a recorrer comida a la basura, ya va, y por que tu no te pones a vender algo, te cito algo e va saliendo y va saliendo... Creo que psicológicamente están llevando alguna gente a dejarse morir, y hacer parte... ah, porque vivo en un país así... Ese esa idea que se tiene afuera de la situación de la guerra, puede terminar sembrándose en la mente de la gente perfectamente hasta el punto en que nos empecemos a matar, si, hasta ese punto. Esa es la intención. Si en el atentado que hubo en estos días hubiera ocurrido... Yo ayer cuando escuchaba en la marcha, me dio así de repente una cosa, pero casi que se me hizo a los ojos. Yo digo, si hubiera sido en ese momento una debilidad muy grande y ahorita los van a hacer, por eso no se presentó el presidente ayer. Ahí estaba el presidente, estaba toda la fuerza política y la fuerza militar e les querían el presidente. Se hubiera acabado el gobierno completo, incluso el apoyo militar, completo. Porque aquí se le pasara algo a Maduro? y estaba Diosdado Cabello, estaba al Vice-presidente. Le estaba Padrino Lopez con la capacidad inmediata de asumir militarmente el gobierno, o sea, eso es así, pero ese día pudieron acabar con todo, y se acaban con todo? Van a venir a mi puerta, los escuálidos que se van a sentir envalentonados a buscarme y matarme a mí y no iba dejarme a matar sin llevarle a uno, no mínimo, y esa soy yo y el otro, y el otro, y el otro.</i></p>
	Missão Negra Hipólita	
CLAP		
Magnicídio	Guerra psicológica	
Drones Diosdado Cabello Padrino Lopéz		

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Guerra Assimétrica	Tentativa de troca de regime	<i>Ocho millones de personas matándose con ocho millones de personas. O sea, se pudo haber formado en ese día la de San Quintín. Yo ese día hasta ayer que me enteré que había hace cuatro en los drones, y dice no...Eso fue un drone como de este... algo loco como ese que terminó a sacar la gran foto de la vida, de lo más revolucionario y todos jugando con sus aparatos, pero se lo tumbaron y la está pasando a la concha y eje... Hasta que descubrieron que fue un drone que no pidió permiso y que cree que puede volar en dicho ese porque es suyo y más nada. Yo juraba que era algo así, te lo juro, que lo tumbaron porque no tenía permiso y que tenía algún tipo de combustible que hicieron con que se explotaba e todo eso... E por eso no se produzco un mayor daño, pero no fue así. No fue así. Tenía hace cuatro... Ninguno aparato de esos tienen cuatro... Lo que pasó es que pretendieron acabar con el gobierno, eso si es grave. Se llegaran a venir y empezaron a bombardear... Se Estados Unidos decidiera o el imperio porque ni siquiera Estados Unidos decidiera invadir, bueno, ahí si la tenemos feo, tristemente feo. Se van a encontrar con un Vietnam. No les va a ser fácil, hasta eso va a ser entretenido entre comillas porque ver a la gente muerta y ver nuestra patria destruida no es entretenido. Pero en el buen sentido de la palabra, o sea, aquí no les va a salir fácil. Yo en el sábado estuve en la concentración con 230 milicianos y eso es la primera compañía son los jóvenes, la segunda compañía los no tan jóvenes, la tercera compañía los adultos mayores, hay personas de ochenta años, con capacidades intelectuales que se mueven todavía así sea con un bastón, y están dando clases de armamentos. Ellos se están dando clases de armamentos, conocimientos sobre armas, sobre la defensa de la patria, conocimiento de manejo táctico del personal, o sea, movimientos de guerrillas, de lo que sea necesario, de lo que sea necesario. Y esa gente que pretenden venir y invadir nuestro país, como la reconocer? Tantos tuillos, tantos abuelos, unas señores regordetas y unos tipo ya sequitos, y los jóvenes que ya se caen los mocos, que no tienen ni barba, o sea, como? No vas a poder saber, te vas a salir como Vietnam, uno debajo de cada piedra. No vas a poder aceptar agua porque vamos a envenenar. No vas a poder aceptar que te acerque una mamá con su hijo en el brazo porque va a explotar. Entonces, se la tienen bien, bien difícil. Y precisamente el trabajo que hacemos en la milicia es la disuasión. La unión Cívico-Militar tiene la principal función de disuasión. No vengas porque se viene te vas a encontrar con eso. Hay un país completo preparado para defenderse militarmente, ya nos estamos defendiendo con las ideas, ya nos estamos defendiendo con los asuntos de la producción, nos estamos defendiendo en los asuntos de la cultura de formarnos y de todo aquello. Pero también vamos a estar listos y preparados para defendernos militarmente con lo que haya y aquí hay demasiado.</i>
Guerrilha	União Cívico- Militar	
Dissuasão	Doutrina Bolivariana	
	Defesa	

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Vietnã EUA	Batalha de informação	<p><i>Si hay algo que hizo Hugo Chávez fue llenar de defensa militar el país, tenemos mucho. Aquí nuestras fuerzas armadas son chiquiticas, no se asemejan a las del imperio, si. Pero hay todo un país trabajando como Vietnam. No es poca cosa y ellos lo saben, porque ellos salieron del Vietnam. A eso se dicen: los Estados Unidos salieron del Vietnam con la cola entre las patas, de Venezuela salen sin cola, o no salen. No salen. Vamos a bonar nuestras tierras con su sangre. Así es el espíritu de la gente que estaban redormidos y que ahora andan en esto. Ayer cuándo estábamos ahí en la marcha, hubo un momento que Diosdado hablando dijo sobre la justicia. Y comenzó un grito, mira que yo me espelugué... todos los gritos que se inician... que se la espada de bolívar anda por América Latina... Todos los gritos te escucha y tienen tres repeticiones, al que la lanza, la segunda y una tercera, hasta ahí. Esto empezó: Justicia! Justicia! Justicia! Justicia! Justicia! Diez veces se gritó justicia y cada vez era más... Pero llegó a ser como verga... De repente me vino en la cabeza así como en la revolución francesa con las vainas de las cabezas cortadas. El pueblo está arrecho, arrecho, arrecho ya de tanta vaina porque está informado. Se no estuviera informado, la arrechera la atingiria al gobierno, como muchos ya hacen... Y cómo pretende que se haga. Todo lo que ellos están haciendo de torcernos el brazo es para que el pueblo se arreche con el propio gobierno, pero se logran por mantener informado. Yo siempre digo: más de la mitad de los opositores no serían opositores se estuvieran informados, se entendieron de lo que se trata. Porque no tienen ningún sentido que un ser humano vaya contra sí mismo, no tiene ningún sentido. Ah, pero hay una cantidad de seres humanos que pretenden ir contra todos los seres humanos para lograr lo suyo, si, pero, es poquito, es poquito, porque una empleada, una catifa de los millonarios en pról del este no tienen que entender porque se entendiera realmente, se estuviera bien informada, tiene que entender que el capitalismo no es pa ella, es socialismo en este país. Pero entonces está desinformada y por la semejanza dice; voy a ser como ellos. Ingenua. Algo así, no?</i></p>
Revolução Diosdado Cabello		
Bolívar		<p>B. A.:_¿Cuál es la importancia de Latinoamérica en la superación de la guerra que pasa en Venezuela?</p> <p>R. M.:_ Uau, como dijo Bolívar, pues. Si nosotros fuéramos uno solo país, todo el continente, se acabarían todos los problemas. Alcanzamos a tener una luz de eso cuándo hubo tantos gobiernos... Estaba el de Brasil, el de Argentina, estaba el de Uruguay, o sea, tantos gobiernos que éramos una super fuerza. Pero, si la parte comercial, si todos los tratados de América Latina se logran, se mantuvieran, por supuesto nos brindaría, nos brindaría con todo eso, con todo que tenemos contrario con tantos gobiernos de América Latina, empezando por Colombia. Hasta donde entiendo, hasta donde estoy informada, tampoco se van a calar en una invasión militar a un país de América Latina.</p>

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Marxismo	Revolução na América Latina	<i>Aparentemente no estarían tan de acuerdo, ni siquiera los de Colombia. Algo como una invasión como tal. Tal vez las intenciones son la secesión, cada uno quitarle un pedacito y eso ya se está viendo. Pero a las finales lo que ocurre en Venezuela afecta a América Latina obviamente. Yo creo que el pueblo venezolano tiene mucha conciencia que Chávez mismo lo dijo desde el principio: La responsabilidad de nosotros no es solamente sobre Venezuela, es sobre toda la A.L., cargamos con eso. Y debemos asumirlo, y debemos saber que nosotros no defendemos solamente a nuestra patria, defendemos toda la América Latina. Se aquí se logra consolidar la revolución, se pega. Los demás países se van a pegar, por supuesto. Si cuando estaba Chávez todo se volcó. Claro que sí, lo que pasa es que los gringos han invertido, bueno, en una barbaridad del imperio invertido para deshacer lo que hizo Chávez, pero, los pueblos tampoco son tan ciegos y mientras más pueblos en Venezuela haga más pueblos en América Latina se entera y en el mundo entero como dijo yo, no solamente América Latina. Hay otros países que los dicen, o sea, si ustedes caen nosotros no tenemos ninguna esperanza. En Chile, la gente de Chile con quien yo he estado, ustedes tiene la gran responsabilidad nos dijeron, nosotros estuvimos en una reunión de sótano, si, unas reuniones todas feas. Feas porque aquí uno está acostumbrado a reunirse en la plaza pública, pero son unas reuniones donde de verdad la gente se estaba protegiéndose y protegiendo la gente que estaba asistiendo, nosotros mismos. Pero ellos no decían se cae la revolución venezolana, Chile no tiene ninguna esperanza. La esperanza de Chile es la revolución venezolana y bueno obviamente se está ejerciendo sobre los países de América Latina, pero, yo no sé si llega un momento que termina de consolidarse o siempre va haber seguramente esta batalla, esta guerra, pero cada vez en mejor condiciones de la revolución. En realidad cuánto tiempo ha estado Cuba y nunca se termina de consolidar, siempre es una batalla, una batalla, una batalla. Bueno, en estos días escuché que la nueva Constitución de Cuba desaparece la palabra "marxismo". No he tenido tiempo para averiguar se es cierto, pero que en la constitución desaparecía el marxismo, que ya no era un gobierno marxista. Me quedé así como qué coño, vamos pa tras o vamos pa adelante? Para mi el marxismo es como pa dónde vamos, no? Es la utopía. El comunismo, la utopía. Se nos quitamos ese horizonte pa dónde vamos ahora? Pero tenía que ver, a lo mejor puede ser una mala información de esas que pasan, tanta, tanta, tanta información de esas que pasan y que son falsas para que nos desalimentan. Imagínense, cuando calió la Unión Soviética, cuántos no pensamos que bueno, esperemos a que se apague la lucecita, la isla de Cuba, que se llama socialismo, que se llama a la izquierda.. Y no fue así. Ahora más que nunca, más que nunca todas las herramientas del imperio para jodernos la hemos sabido usar para poder nosotros hacer nuestro trabajo.</i>
	Contra-revolução	
	Revolução cubana	

APÊNDICE III – Entrevista com Jornalista

Entrevista 02 – Jornalista 1. Caracas, Venezuela.

Data:09/08/2018

Página 01

Subcategorias	Categorias	Entrevista
Guerra não convencional		<p>B. A.:_¿Primeramente, usted puede presentarse?</p> <p>L. R.:_<i>Yo soy L. R., escritor de la receta RNI. Soy analista e investigador de un portal, que se llama portal Verdad. Soy dedicado a analizar la guerra no convencional contra Venezuela, a estudiar los mecanismos de guerra contra el país.</i></p> <p>B. A.:_¿Cuáles son las principales diferencias entre los gobiernos Chávez y Maduro?</p> <p>L. R.:_<i>La principal diferencia creo yo es que lamentablemente Maduro pasó lo mismo que pasó Chávez cuándo asumió el poder. Cuando asumió Chávez el poder, Chávez sancionó la Constitución del 99. Inmediatamente a eso los terratenientes, asociados a la federación de ganaderos, prendieron, incendiaron la Constitución Bolivariana y la llamaron a desconocer. Una parte de la oligárquica venezolana la llamó desconocer y se metió en un movimiento insurreccional y incluso logró que se dieron un golpe de Estado y por más de un día, Chávez no fue presidente de este país hasta que fue rescatado por las fuerzas militares y por movimientos organizados de chavistas que rodearon Miraflores y los principales lugares del poder del país y lograron que Chávez mantuviese su poder. Pero igual, después derivó eso en un paro comercial, un sabotaje petrolero que llevó al país a dos años de rescisión, que se terminó con una elección que fue el referendun revocatorio que Chávez ganó y a partir de ahí, el presidente mostró una fase expansiva en lo político y en lo económico que lo permitió generar una estabilidad y un aumento en la calidad de vida de lo venezolano. Lamentablemente cuando se muere Chávez, Maduro vive eso mismo, incluso mucha más grave, lamentablemente, mucho más intenso, porque en el contexto internacional lamentablemente ahora es mucho más agresivo ahora es mucho más agresivo para Maduro de lo que era para Chávez en el momento porque cuando Chávez termina de salir del conflicto que tenía con la oposición venezolana y con Estados Unidos en América Latina estaba Lula, estaba Kirchner, ya estaba llegando Evo, estaba llegando Corea y ahora Maduro lamentablemente vive un período similar, está intentando salir de un conflicto político a todo o nada. En la época de Chávez, hubo tres intentos de golpe, en la época de Maduro aunque no sea levantado, lo han intentado asesinar recientemente. A Chávez nunca lo iban a intentar asesinar. Esas han sido principalmente las diferencias, que han tenido un impacto indudable en la vida de los venezolanos y son diferentes fenómenos que durante la época de Maduro y de Chávez quizá no se aplicaron con la misma intensidad que con la época de Maduro que con la época de Chávez. Por que Chávez tenía un liderazgo que era mucho más cohesionado y mucho más disciplinador que el que tiene Maduro, que prácticamente, recién ahora se está eligiendo como líder</i></p>
Constituição Bolivariana		
Forças Militares Miraflores	Oligarquia Golpe de Estado (2002)	
	Referendun convocatório Paro petrolero	
Magnicídio	Tentativas de golpe de Estado	
	Liderança Capital Político	

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Crise econômica e política	Rentismo petroleiro	<i>indiscutible de la Revolución Bolivariana, lo que le da un capital político ya para, gracias a otras fases muy parecidas a las que Chávez pasó después de ganar sus conflictos políticos</i>
Estados Unidos	Pacto de Punto Fijo	B. A.:_¿Para usted, cuál es la situación actual de Venezuela? ¿Qué genera esta situación? L. R.:_La situación actual de Venezuela es de un Estado que atraviesa una crisis periódica, de rentismo de productos de su cultura de rentismo petrolero. Cada vez que baja los precios de petróleo en Venezuela hay una crisis política, institucional, económica y en todo el sistema político. Eso se ha repetido, sin embargo en las otras crisis, los órdenes institucionales en ese momento, por ejemplo, cuándo estaba Acción Democrática y Copei, que armaran el Pacto de Punto Fijo y armaron un Estado para que dos partidos se toman el poder, flexibilizaban el sistema político y el país se seguía gobernando y tenía un apoyo de los Estados Unidos. A Estados Unidos le gustaba que el país estuviese estabilizado porque era su principal fuente de abastecimiento de petróleo y que le permitía expandir su política imperial. Sin embargo, esa crisis periódica, el capitalismo rentista petrolero tiene un correlato en lo institucional, en lo político, en lo social y en lo económico. En este momento va a continuar pasando eso. El nuevo Estado chavista, que se reconoce contra los Estados Unidos y tiene un enfrentamiento cada vez más frontal con los Estados Unidos y con los poderes del estado profundo estadounidense, sobre todo relacionado al petróleo y financiero, intenta agudizar mediante una pelea financiera toda esa consecuencia cíclica de ese estado. Nosotros atravesamos una crisis del estado rentista petrolero en un contexto de bloqueo financiero contra Venezuela en el que el chavismo intenta salvar el orden institucional del Estado que se conformó a partir de Chávez y transformarlo para acomodarlo a las circunstancias actuales para que sea viable en el futuro. Es decir que sea perdurable el futuro en una nueva realidad donde el Estado venezolano si continúa en el modelo del estado chavista, el estado que quiere continuar con los principios de Chávez, tiene que reconocer y actuar en un contexto del petróleo. No puede hacer lo fundamental, que elijan el país por la cultura rentista petrolera, no puede perdonar en el tiempo. Se tiene que transformar irremediamente el punto del bloqueo, configurar y abrir relaciones internacionales alternativas en un sistema alternativo que todavía no está configurado por completo, pero que se está configurando con los nuevos poderes incidentes, con Rusia y China. Entonces, yo creo que todo ese acumulo de crisis que vamos viendo en Venezuela tiene un epicentro muy grande, muy específico, donde se compactan una cantidad de procesos que se chocan aquí. Nosotros estamos viendo lamentablemente para los que vivimos aquí, no? Positivamente nos gusta pensar en un país dónde se están dando cosas que nosotros vamos a ver que se va a producir en otros países. Estamos
Política imperial	Bloqueio Financeiro	
Rússia China	Crise do modelo econômico rentista R.I. Alternativas	

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
EUA	Nacionalismo revolucionário	viendo una ventaja en el futuro para bien o para mal. Para bien si Venezuela logra consolidarse como una nueva Cuba en América Latina, que se perdure en el tiempo, que pueda convertirse en un gobierno contra los intereses de los Estados Unidos, que promueva un gobierno nacionalista revolucionario en otros países como lo es Cuba. Por el lado malo, la destrucción del Estado totalmente novedoso, como la que estamos viendo ahora que en América Latina se está reproduciendo y tiene un componente muy específico porque se ha construido una línea de visión del odio contra chavistas. Eso en un gobierno de derecha tendría un correlato muy fuerte de exterminio y de control social muy fuerte para entender cómo funciona la dinámica de poder no solamente en América Latina, sino en el mundo. Porque lamentablemente el cambio de comportamiento en la administración de la política del estado tiene mucho que ver con que dentro del capitalismo ahora, las márgenes de maniobra en la administración de los estados prácticamente lleva a que se tenga que institucionalizar y la población se quede por fuera de todo. Eso nos lleva a conflictividad, y a la utilización de las fuerzas y de mecanismos de control.
	Institucionalização	B. A.: ¿Qué piensas que debería ser hecho para cambiar esta situación? L. R.: A mí eso tiene distintos niveles. Hay un nivel inmediato, que es la estabilización de esta crisis. Hay un nivel inmediato que tiene que ver con lo técnico político, con lo técnico económico, con lo tecnocrático, que tiene que ver con estabilizar la moneda, estabilizar el marco de subsidio y el ingreso del estado venezolano que de inmediato tiene que ver con una nueva configuración institucional, un nuevo pacto social, un nuevo consenso fuertemente nacional. Sin embargo, yo creo que eso tiene que estar fundamentalmente con una nueva diagramación u con un nuevo entendimiento acerca de lo que se quiere generar en el territorio venezolano. ¿Qué país se quiere para 20 años o 30 años? Es decir, porque la situación se puede estabilizar como primer orden para estabilizar el país, para estabilizar el proyecto, pero, el proyecto tiene que tener en claro qué es lo que quiere generar, qué sujetos políticos quieren generar en el futuro.
	Estabilização da crise	En un medio y largo plazo cada vez va a ser más difícil armar, yo creo. Lamentablemente va a ser cada vez más difícil armar proyectos anti-oligarquía, anti-poder, que tenga que ver con los millones de sujetos movilizados. Venezuela tiene un margen de maniobra para movilizar esa gente en función de un proyecto de país que siembra la gente en su territorio, saliendo de la cultura de un país de paso, de un país de compra e venta y rentista petrolero a una cultura donde el campo tiene una preponderancia, dónde haya otro tipo de relación que permita la gente a resistir y aguantar esa nueva conformación del capitalismo que va a impactar en Venezuela en el marco del capitalismo.
Projetos Anti-oligarquia	Estabilização da moeda	
	Sujeitos Políticos	
	Pacto Social	
Campo	Resistência	

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Consumo	Subordinação ao capitalismo	<p><i>Lamentablemente el marco mundial del capitalismo termina subordinado a todo el resto de los países y el margen de maniobra del proyecto chavista. Entonces, me parece que la discusión posterior a la subordinación tiene que ver en función de que se organiza la gente y en función de qué cultura se genera. Si no se genera una nueva cultura, que sustituya esa de ahora, va a ser un problema muy grave porque después de estabilizarse, va a volver este ciclo de repetición de la crisis del estado venezolano porque se va a repetir la misma situación de que la gente quiere comprar todo y quiere pagar sus ansias de consumo según los parámetros por la globalización del consumo que nos tocan a todos y que está institucionalizado en el juego. Eso va a ser que el pueblo pase por una crisis similar y que vuelvan al estado como una especiería. El capitalismo no quiere que la configuración del estado venezolano no perdure en el tiempo, que no logre ir más allá. Creo que ahí está el desafío fundamental de que la sociedad más politizada de América Latina, más avanzada en la batalla política y que ha resistido a todas las modalidades de guerra, sea convencional o no convencional. El desafío es lograr el salto de esa lucha política a construir y pensar en su propio país. Creo que esa es la principal deficiencia que tiene el chavismo en todos sus niveles.</i></p>
Modalidades de guerra	Crise de abastecimento	<p>B.A.: <i>La crisis económica te afecta de alguna manera?</i> L. R.: <i>A mi me ha afectado particularmente en algunas maneras. Uno porque soy extranjero y tengo otras condiciones de vida por el acceso a cosas como por ejemplo, mi familia me puede ayudar con la transferencia de divisas. Sin embargo, por ejemplo, el primer año yo viví por mi suelo. A partir del 2015, 2016 no pude vivir más en mi suelo. Mis cosas empezaron a venir desde afuera de Venezuela. Ya en 2016, las cosas se quedaron más graves, hubo una crisis de abastecimiento muy fuerte. Por ejemplo, yo en ese período bajé de peso, estábamos todos flacos. A partir de 2017, muchos de nosotros encontramos distintas maneras de asegurar nuestro bienestar económico, entendiendo que esa cuestión iba para largo. Ahora yo creo que por eso que en 2017 estaba en mejores condiciones para afrontar la crisis. Sin embargo, aún no puedo vivir de mi salario en bolívares y eso pasa a mucha gente. Ahora estoy en una cooperativa de información que está autogestionada, en donde constantemente nosotros tenemos que pensar en cómo hacemos para sostenerla esa viabilidad, porque, en cierto punto, en un momento dependíamos de plata que venía del estado, pero se cortó el financiamiento y ahora tenemos que pensar en otras formas de generar la estabilidad porque no solamente dependemos nosotros de eso, sino que nuestros compañeros también dependen de eso. Entonces, me afecta en cuanto a que todo día tengo que pensar en dónde están las salidas inmediatas. Me afecta también en la vida diaria como por ejemplo con el agua en mi casa llega a tres días a la semana, cuatro días a la semana y</i></p>
Cooperativa de informação	Dificuldades frente a crise	

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
<p>UNASUR CELAC</p> <p>Colombia Brasil América Latina</p> <p>Crise venezolana</p> <p>Estados Unidos</p>		<p><i>hay días que no llegan. Hay horas en las que Internet funciona mal, que la electricidad funciona mal. Cuándo vamos hacer compras por ahí, no encontramos todo lo que queremos. Uno ya se acostumbró a eso, es como un conjunto. Y que bueno, uno tiene que lidiar que cuándo va a hacer trámites burocráticos hay una anormalidad que prácticamente ya hace parte de la vida diaria. Quizás no me afecte en ese momento como la gran mayoría de los venezolanos o cómo me afectó un día, pero me continúa afectando porque estamos viviendo en un contexto, en un país que no está solamente en crisis sino que está encendido.</i></p> <p>B. A.: ¿Cuál es la importancia de Latinoamérica en la superación de la crisis venezolana?</p> <p>L. R.: <i>Mira, la crisis venezolana no estaría sucediendo si en América Latina hubiesen gobiernos progresistas hoy, o sea, la intensidad, es decir, se en este momento hubiese gobiernos progresistas y la UNASUR funcionara y funcionara más o menos bien la CELAC, que bueno ahora la CELAC dice que va impulsar de vuelta a Maduro. Si hubiese habido una presión tan grande para los factores de oposición local, si hubiesen hecho un acuerdo político con el gobierno, en los tres diálogos, en los dos diálogos que se dieron, nosotros no estaríamos viviendo hoy una situación tan rígida. Porque bueno en ese consenso de América Latina sería mucho más difícil a Estados Unidos aplicar las medidas de bloqueo financiera coercitivas que aplicó porque se afectaría sus relaciones de influencia en América Latina, entonces, a partir de ahí el papel de América Latina en la crisis venezolana realmente tiene una importancia muy grande porque Venezuela tiene alrededor países de América Latina. Si Colombia no fuese lo que es, una plataforma de Estados Unidos en América Latina. Si Brasil no fuese lo que es hoy, realmente habría otras posibilidades y otros márgenes de maniobra al Estado venezolano afrontar la situación que está afrontando ahora. Entonces yo creo que el papel de América Latina es primordial, no solamente para Venezuela, sino para los mismos países de América Latina. Cuanto más organización hay y comunidad de intereses entres los países de A. L., mayores posibilidades ahí de expandir los procesos por lo menos en lo mínimo de desarrollo de capacidades en los mismos países, porque cada uno de los países tienen sus límites, sus históricos particulares, el proceso venezolano no es lo mismo que el proceso brasileño, que no es el mismo que el proceso argentino, el proceso boliviano, el proceso peruano, el proceso ecuatoriano y eso hay que entender que lamentablemente y eso se dió muy claro. El continente se dió un salto enorme que nunca había dado en toda su historia, cuando estaba Chávez, cuando estaba Lula, cuando estaba Kirchner cuando se sacó toda la arquitectura institucional y cuando se arreglaron conflictos como el que tuvo Colombia con Ecuador, cuando tuvo con Colombia y Venezuela. Es decir, sería muy distinto los problemas latinoamericanos si los propios latinoamericanos interceptasen los Estados Unidos.</i></p>

APÊNDICE IV – Entrevista com Jornalista 2

Entrevista 03 - Jornalista 2. La Pastora, Caracas.

Data: 09/08/2018

Página 06

Subcategorias	Categorias	Entrevistas
<p>Chávez - Militar Maduro - Proletário</p> <p>Violência</p> <p>Revolução Bolivariana</p>	<p>Constituinte (1999) Mudanças estruturais</p> <p>Pressão Internacional Bloqueios econômicos Ameaça Ataques terroristas Guarimbas Direita colombiana e venezuelana Tentativa de golpe de Estado (2002) Imperialismo</p> <p>Reconhecimento popular</p>	<p>B. A.:_Você pode se apresentar? P. C.:_Sou P. C., militante da Consulta Popular e também correspondente do Grupo expresso aqui em Caracas. Contribuo também com o Brasil de Fato e com o portal Opera Mundi. B. A.:_Quais são as principais diferenças entre o governo Chávez e o governo Maduro? P. C.:_As diferenças entre Chávez e Maduro começam por esses próprios personagens. Chávez vem de uma tradição militar, comandante do exército, professor do exército, formou muita gente no exército. O Maduro tem uma característica proletária, foi um motorista de ônibus e depois se envolveu com a política através do sindicato e a partir desse contexto foi galgando outros espaços na política e era um homem da confiança de Chávez. Os tempos históricos contribuem para diferenciar esses processos. Chávez busca através de diversas teorias, diversas filosofias, formular as linhas gerais e ele também faz mudanças estruturais com a constituinte que garantem que essas transformações possam se dar de maneira prática e efetiva. O Maduro assume a presidência em uma outra condição: ele assume a presidência justamente porque Chávez morre, ele assume um desafio muito grande, ele assume o país com uma dificuldade muito grande, com uma pressão internacional muito grande, como um ataque muito forte a ele e a partir disso vai tentando equalizar as coisas, vai tentando continuar no mesmo caminho de Chávez, mas com um grau de dificuldade bem complicado. Não sei avaliar se pode ser superior ou não ao grau de dificuldade enfrentado por Chávez, mas o que vive o governo Maduro hoje é um grau de dificuldade muito grande diante da pressão internacional, dos bloqueios econômicos, da ameaça, dos ataques terroristas, diante da mobilização e da violência das guarimbas. O Maduro pega o país em uma outra condição, onde o imperialismo norte-americano juntamente com seus aliados que são a direita venezuelana e a direita colombiana, atuando fortemente no sentido de desgastar e deslegitimar a revolução bolivariana. Não que o Chávez também não tenha passado por isso, o Chávez também passa pelo golpe de 2002, o Chávez também enfrenta diversos ataques e ameaças, mas como era no período inicial da revolução e como Chávez tinha um vínculo com o povo venezuelano diferente do vínculo que Maduro estabelece com o povo. Chávez era uma pessoa que conseguia interpretar a realidade e estar muito presente no cotidiano do povo. Ele se esforçava muito para entender a realidade do seu país, para estar perto dos problemas de fato, participando dos problemas e da solução dos problemas. O Maduro está em uma outra situação onde não tem as mesmas características e não faz as mesmas coisas que Chávez fazia, ele tem um outro modo de governar e isso também faz com que ele não tenha o mesmo</p>

Subcategorias	Categorias	Entrevista
Guerra	Dimensões econômica, política, psicológica ideológica	<p><i>reconhecimento popular como Chávez tinha. Isso se dá também por diversas questões e características.</i></p> <p>B. A.: _O que gera a situação na Venezuela atualmente?</p> <p>P. C.: _O que gera a guerra? O que gera a guerra é quem propõe a guerra e quem propõe a guerra tem o objetivo. A guerra na verdade é uma extensão da política, quando não se consegue pelos meios tradicionais, legais, democráticos e dentro da ordem burguesa se busca a alternativa da guerra pra atender os interesses políticos de uma determinada classe, de um determinado grupo político. O que gera a guerra na Venezuela hoje é quem tem interesse de ocupar o papel político do Estado venezuelano, estar dentro de um governo na Venezuela. Em torno disso são criados vários métodos, várias formas de se continuar essa guerra ou de avançar com essa guerra, ela se dá em diversas dimensões: a dimensão econômica, a dimensão política, a dimensão psicológica, e a dimensão ideológica. Então, são diversas dimensões onde a força tem interesse em desgastar, deslegitimar o governo, de chegar ao poder, utilizando diversas formas e diversas dimensões pra fazer essa guerra, para travar essa guerra.</p>
	Luta de classes	<p>B. A.: _O que você acha que deve ser feito para superar a guerra?</p> <p>P. C.: _Bom, eu acho que a guerra, na verdade, a guerra em si nas suas várias dimensões, não sei se tem como ser superada de uma hora pra outra, porque estamos falando a partir de uma perspectiva de luta de classes. A luta de classes em si é uma guerra. Então para que essa guerra termine, o socialismo tem que ser implementado na Venezuela, mas não somente na Venezuela, mas como em outros e vários países também. Se trata, na verdade, de uma luta de classes que está por trás disso tudo.</p>
	Superação do atual modelo de sociedade	<p>B. A.: _Como a guerra te afeta?</p> <p>P. C.: _A guerra me afeta em todas essas dimensões que a gente conversou que essa guerra atua tanto economicamente, psicologicamente, comunicacionalmente. Então, você viver em um ambiente, em um estado de guerra isso te gera diversas coisas, diversas situações em que às vezes você não espera ou não está acostumado, então a guerra pode afetar, por exemplo, na hora que eu vou exercer o meu próprio trabalho aqui na Venezuela. Eu preciso de condições para fazer as pesquisas, para fazer as matérias, pra escrever, pra enviar vídeos, para fazer a batalha comunicacional, a batalha de ideias e essa é a parte do meu trabalho aqui, poder contribuir com o brasileiro desde a Venezuela, podendo escrever e enviar notícias e informações para o Brasil de coisas que se passam aqui a partir de uma perspectiva de esquerda, a partir de uma perspectiva que compreende a importância e a necessidade dessa Revolução e no âmbito econômico também, a partir do momento em que os preços mudam a cada dia, os alimentos todos os dias ficam mais caros. Isso também dificulta o</p>
Revolução	Batalha comunicacional	
	Batalha de ideias	
Inflação		

Subcategorias	Categorias	Entrevista
Alimentação Medicinas	Psicológico	<p><i>acesso aos bens de consumo, dificulta a alimentação, dificulta você encontrar produtos, dificulta você encontrar medicinas. Eu ainda não tive nenhum problema de saúde, mas pode ser que a guerra possa influenciar ou me afetar nesse sentido. Se eu precisar por algum motivo de algum remédio, de algum medicamento... Psicologicamente também a partir do momento em que você está em um espaço de tensão onde internacionalmente as grandes potências continuam cotidianamente fazendo ameaças, onde o paramilitarismo também está instalado no país e atualmente contra a revolução. Isso gera medo, isso gera violência, isso gera roubo, isso gera assassinato, sequestro. Então estamos suscetíveis a tudo isso e são coisas que também afetam nosso cotidiano, nossa vida e nossa forma de interagir com o próprio mundo e com as próprias pessoas.</i></p> <p>B. A.:_ Como você enxerga o papel da América Latina na atual situação venezuelana?</p> <p>P. C.:_ A Venezuela tem que ter um papel muito importante porque é um país que desde os primeiros anos de Revolução Bolivariana se declarou antiimperialista, é um país que compreende a importância do que é ser antiimperialista para garantir os interesses da sua própria nação, para que a sua própria nação consiga se desenvolver. Dentro de um contexto da América Latina, acho que a Venezuela está mais avançada do que os outros países latinoamericanos e acho que a América Latina cumpre um papel geopolítico importantíssimo no mundo porque assim como a África, são dois contextos que ainda possuem grandes reservas de riqueza natural, tanto de petróleo quanto de minerais, quanto de água... Enfim, tudo o que o capitalismo precisa para se desenvolver, transformar a riqueza natural em mercadoria, em produto etc e tal. Então, a América Latina hoje também cumpre um papel de ser um importante mercado consumidor. Os ataques vêm acontecendo nessa restauração conservadora em vários países e fazem parte também de um projeto político das forças imperialistas, principalmente dos Estados Unidos em retomar o controle que tinha sobre o continente antes do período em que a gente viveu nesses últimos anos de governo progressistas em vários países latinoamericanos. Durante esses últimos anos, a América Latina conseguiu se tornar um continente um pouco mais autônomo que avançou com suas próprias pernas, que se articulou através de diversos instrumentos que esses líderes criaram, seja a ALBA, seja a CELAC, seja a articulação dos países caribenhos. São vários instrumentos, são várias ferramentas que foram criadas e possibilitaram um outro rumo na América Latina. Um outro rumo político, um outro rumo econômico e um outro rumo social. Agora eu acho que estamos vivendo de novo uma ofensiva muito forte de forças conservadoras, uma restauração conservadora em torno do continente. México é um país que comprova que o ciclo progressista na América Latina não terminou, assim como Colômbia, que apesar de Gustavo Petro não ter sido eleito,</p>
Violência Roubo Assassinato Sequestro	Ameaças internacionais	
Revolução Bolivariana	Papel geopolítico	
Anti-imperialismo	Interesses imperialistas por riquezas naturais	
Imperialismo EUA	Pilhagem de recursos energéticos	
ALBA CELAC		
Gustavo Petro		

Subcategorias	Categorias	Entrevista
	Governos progressistas na América Latina	<i>teve mais de oito milhões de votos e antes na Colômbia às eleições eram disputadas e os votos eram divididos entre direita e extrema-direita, ou seja, quinze milhões de pessoas votavam na direita e extrema direita e agora Gustavo Petro representa uma alternativa à esquerda por mais que não seja um candidato revolucionário, por mais que não tenha nenhuma característica parecida com o Chávez e com Evo Morales, mas é um candidato progressista e que coloca ainda a América Latina num rumo de continuar a sua política progressista, voltada para outros interesses econômicos e sociais, para outra forma de desenvolvimento que não seja essa forma tão exploradora, tão opressiva, tão agressiva que são os governos de direita, que são os governos conservadores.</i>

APÊNDICE V – Entrevista com Professor

Entrevista 04 - Professor. La Pastora, Caracas.

Data: 11/08/2018

Página 01

Subcategorias	Categorías	Entrevista
<p>Petróleo</p> <p>Revolução em disputa Guerra</p> <p>Bloqueio</p>	<p>Preço do barril de petróleo</p> <p>Rentismo petroleiro</p> <p>Sabotagem</p> <p>Organizações de bairro Povo organizado</p> <p>Movimentos sociais Revolução política</p>	<p>B. A.: _¿Primeramente, usted puede presentarse?</p> <p>F. J.: <i>Mi nombre es F. J., soy profesor de historia y geografía, hice una maestría en política pública de gobierno en Argentina y intercambio cultural que tiene Venezuela con los países latinoamericanos y aquí acompaño el trabajo político de la Minka.</i></p> <p>B. A.: _¿Cuáles son las principales diferencias entre los gobiernos Chávez y Maduro?</p> <p>F. J.: <i>¿Las diferencias? Yo soy de los que políticamente no hago comparaciones. Yo creo que hay una continuidad que tiene que ver con los programas sociales, con los proyectos. Es mucho más difícil administrar un Estado con el barril al preso que está actualmente, con una capacidad de producción de menos barriles aún, y bueno, hay por supuesto menos entradas de dólares y cuesta más administrar el estado. El Estado venezolano es una área en disputa, hay mucha gente tratando de ver con que se puede quedar de esa renta. Ahí entran empresarios, políticos, gobiernos, etc. Entonces, bueno, por la particularidad de que nuestro Estado es rentista, que la totalidad de la renta de la producción de petróleo... Eso hace que los sectores oligárquicos y empresariales, que enemigos al gobierno, quieran también parte de esa renta y por supuesto hay una disputa y esa disputa, por supuesto, la hemos visto en todos los años de la revolución y lo seguimos viendo. El legado del presidente está intacto. Consideramos que en la situación de guerra existen retrocesos, pero son retrocesos que se justifican con la situación actual que existe. Hay mucha sabotaje, pero hay una diferencia que también las personas idealizan mucho la figura de un presidente como Chávez y cuándo se confrontan con una figura como la de Maduro que es otra persona, con otras características, por supuesto la gente hace esas comparaciones odiosas pero realmente son dos personas que estuvieron en el momento oportuno y ahorita está, bueno, continuando con el proyecto político. En lo social seguimos en la lucha, se permite que las organizaciones sigan soñando, que el barrio siga desarrollándose, que la gente de la comunidad sigan organizándose y un gobierno progresista o un gobierno de derecha jamás va querer que el pueblo esté organizado porque en nivel organizativo, hay mayores planteamientos, mayores críticas y mayor disputa con el Estado, con el gobierno que puede tener en este caso, el poder de los movimientos sociales. Retrocesos se puede decir, bueno, hay descuidos en algunas industrias y empresas básicas del Estado, muchas veces falta voluntad política de resolver los temas del bloqueo. Pero en lo social hay una revolución política y ahí seguimos igual. Hubieran retrocesos económicos y consecuencias de la situación que ahorita actualmente está viviendo el país. En muchos países del continente incluso donde están aplicando los mismos libretos como en el</i></p>

Subcategorias	Categorías	Entrevista
Guerra econômica	Golpe de Estado, Brasil 2016	<p><i>caso de Nicaragua, como ha pasado en Paraguay, como pasó en Brasil con la judicialización de la presidenta y se puso otro presidente que no fue elegido popularmente. Entonces, claro, tenemos una pérdida de liderazgo y hubo en los países progresistas. Hubieran retrocesos, pues. Retrocesos porque bueno en el continente ahora hay una forma de ver la política económica de sus países, una forma más neoliberal como ha pasado en Brasil, como está pasando en Argentina. Retrocesos en lo jurídico incluso, por supuesto, no solamente la diferencia que hay entre los gobiernos de Chávez y de Maduro, sino que también son dos momentos políticos distintos, son momentos históricos distintos, y bueno, ahí estamos con esas contradicciones.</i></p> <p>B. A.: _¿Para usted, cuál es la situación actual de Venezuela? ¿Qué genera esta situación?</p> <p>F. J.:_ <i>La situación actual es que bueno, hay una guerra económica que se ha caracterizado y que tiene dos aristas: una la política y una la económica. La política es todo el entramado de la derecha venezolana y continental que se prestan para que el juego político, la integración del continente con Venezuela sea menos... Venezuela esta invisibilidad, no? La oposición hace lobby con Estados Unidos, empezaron a hacer lobbies en el congreso de los EUA, en la Unión Europea, en diversos organismos como la OEA para que se empezaran a practicar sanciones al país y eso tiene un objetivo para ellos, los políticos y que a nosotros tiene un corte social muy importante porque el pueblo, trabajador que sufre las consecuencias de ese lobby político que están haciendo. Del otro lado, lo económico, hemos tenido que sortear el barril de petróleo a veinte dólares, hemos tenido que sortear una disminución de la producción de petróleo y bueno a levantar industria costa un poco, a levantar la producción. Hemos sorteado no solamente el tema del petróleo, de los precios y la garantía de las reservas. Hemos tratado de la explotación de otros minerales que nos ayuden a captar otra renta también que en este momento nos hace mucha falta para no solamente satisfacer las necesidades de la población sino invertir en lo social, invertir en los productivos y como economía determinantes dentro de un sistema económico y político, por supuesto que sea visto una situación muy grave porque la capitación de la renta no ha sido como en los años anteriores. Entonces, claro, menos dinero, mayores palabras para ministrar y aparte, bueno, todo lo bloqueo. Nosotros no podemos hacer negocios con cualquier empresa que tenga negocios con EUA. Porque cuando hemos hecho negocios con ese tipo de empresa, cuando llegan los barcos a los puertos nos detienen la mercancía, eso pasó en Colombia, en los puertos de los EUA, en México. Nos han bloqueado cuentas en el exterior, supuestamente como garantía de las deudas pero Venezuela – creo que es el único país en América Latina que ya pagó su deuda. O sea, nosotros hemos estado pagando nuestra deuda. Son más que sanciones económicas, yo las veo como retaliaciones políticas. Porque</i></p>
	Neoliberalismo	
	Contrações	
	Lobby da direita com os EUA	
	Diminuição da produção	
	Preço do barril de petróleo	
	Exploração de outros minerais	
Renda	Mercadoria embargada	
	Dívida Pública	
Renda		
Bloqueio		

Subcategorias	Categorías	Entrevistas
Guerra económica	Troca de regime	<p><i>Bueno, quieren que haya un cambio de gobierno, pero nosotros tenemos en claro que estamos construyendo un proyecto político y es importante que el proyecto político se mantenga. La economía ha sido el factor por donde nos empezaron a debilitar. Pero bueno, hemos tenido incluso con todas las dificultades económicas victorias políticas importantes que han pacificado el país. Incluso con la reelección de Nicolás Maduro, se les dijo a la oposición que estamos, seguimos siendo gobierno, seguimos teniendo un capital político importante, un capital social importante, que no sean engañados por las dificultades. Los sectores de oposición se llaman democráticos pero a la hora de las elecciones llaman a la televisión. Venezuela es el único caso que hay partidos políticos que no participan del juego democrático y llaman la atención. Si tú eres un partido político es porque tú quieres estimular la participación del pueblo o tú quieres estimular la participación democrática de la gente, pero aquí los sectores de oposición hacen en todo lo contrario. Llamen atención, sabotean, hacen llamados en la calle a la gente para que se maten, después se libran de las responsabilidades. Bueno, ahorita con el atentado a Maduro, hemos visto cómo actúa la derecha en este país, con conexiones y vínculos a lo exterior.</i></p> <p>B. A.: ¿Qué piensas que debería ser hecho para cambiar esta situación?</p> <p>F. J.: <i>Yo pienso que nuestra situación histórica que tiene que ver con la estructura económica y social, no? Tiene que ver con esa economía de puertos, de un país mina donde se extraen materias primas, donde casi todo se manda para fuera y los nos traen hecho como los teclados, las computadoras. Nosotros producimos todos esos minerales y ellos nos traen ya hechos, no? Yo pienso que tiene que haber una política fiscal coherente que sea una política fiscal más coherente que permita captar más renta de los impuestos, que permita no solamente que muchas empresas de los estados no tengan pérdidas. Tenemos esa contradicción que muchas empresas del estado tienen pérdidas, entonces, bueno, cómo crear una balanza comercial favorable también. Con todo contexto que tenemos en los países latinoamericanos que ya no son tan aliados... Entonces, bueno, le toca buscarse otros mercados, otros países que por supuesto quieran invertir y que el Estado de las garantías necesarias para que ellos inviertan acá. Pienso que la industria petrolera es como la mayor fortaleza, tiene que aumentar el nivel de producción progresivamente, creo que los precios de la gasolina se deben encerer a corte de la realidad, no? Un litro de gasolina aquí no cuesta nada. Hoy un caramelo cuesta más que un litro de gasolina, un litro de gasolina cuesta un cambur, un mango. Bueno, se encerando muchos precios, aumentando la capacidad productiva, jugando con los industriales nacionalistas, porque si hay un sector industrial que trabaja por el país y hay unos que no, hay unos sectores que son más hechos para</i></p>
Oposição Sabotagem	Capital político Capital social	
	Estrutura económica rentista	
Política fiscal		
	Indústria petroleira Política produtiva	

Subcategorías	Categorías	Entrevista
Guerra económica	Fuga de capitais	<i>importación, que son los que más tienen que captar renta para poder fugar los capitales. Se trata de llamar el empresariado nacionalista, se enceran un poco los precios para que el venezolano pueda acceder a los productos básicos que en el momento son casi un lujo, pero es eso, sabe? Una política fiscal, una política monetaria también, buscar las maneras que el bolívar se ancle en un precio oficial, no sé se en las reservas de oro nuestro, o de las reservas petroleras o del mismo petro para que haya momentos de transar comunidades con el bolívar, y el bolívar tenga fuerza, porque tiene un enclave sobre algún valor. Yo creo que estos son tres ejes importantes, una política cambial, una política productiva y una política fiscal.</i>
	Política monetária	<i>Yo creo que estos son tres ejes importantes, una política cambial, una política productiva y una política fiscal.</i>
	Economía dolarizada	<p>B. A. : _¿La crisis económica te afecta de alguna manera?</p> <p>F. J. : _Si me afecta. En lo cotidiano está feo para conseguir alimentos me afecta, para el transporte público me afecta. Al momento en que necesito comprar algún bien de consumo, textil, materiales, lo que sea. Me afecta porque no va a tener para la compra de esos artículos, hay una economía que es esa economía importadora que aunque vende en bolívares, está dolarizada, porque la referencia de las marcas están en el dólar. Tú vas a comprar una computadora que está 600 dólares en un país en el que nadie gana 600 dólares. Las crisis siempre te afectan, pero bueno, eso también es parte de la guerra y en cómo destruimos la cotidianidad del trabajador. El trabajador tiene que buscar maneras de sortear la vida, en dónde conseguir los alimentos, dónde están los mejores precios, se lleva la semana pensando en eso. El transporte público, la seguridad, un montón de problemas que se acrecientan en el contexto de la crisis. Un país que tiene una crisis económica, las problemáticas sociales empiezan a aflorar. Comienza a morir más gente en la calle, más indigencia. Problemáticas que ya habíamos superado, pero que no son problemáticas que vayan a ser infinitas, o sea, son problemáticas que teniendo políticas acertadas y más voluntad política vamos superando en la medida en que vamos avanzamos.</p>
	Problemas sociais	<p>B. A. : _¿Cuál es la importancia de Latinoamérica en la superación de la crisis venezolana?</p> <p>F. J. : _Hemos tenido retrocesos increíbles con el regreso al poder de los gobiernos de derecha al continente. La balanza comercial con Brasil antes de que llegara Chávez era casi que nula, cuándo llegó Chávez aumentó, no recuerdo la cifra pero aumentó mucho. El intercambio no solamente comercial sino el intercambio tecnológico también había mucho. Hay también el intercambio tecnológico con Argentina como fue con Brasil, lo que pasa es que ahorita ese intercambio se hace con los EUA, donde sabemos que sus regulaciones acabaron acercándonos. Entonces, por supuesto, buscar las maneras que se superen esas dificultades políticas y realmente los países trabajen y dejen trabajar. Venezuela es un país que cree fielmente en la autodeterminación de los</p>

Subcategorías	Categorías	Entrevista
	Integração da A.L	<p><i>pueblos y nosotros como país vamos a trabajar en función de nuestra ciudadanía, en función de la integración latinoamericana. Pero tenemos que buscar la manera que ver se retoman esas balanzas comerciales con los países limítrofes, con los países que ya no son hermanos y superar esas dificultades, es la única manera. Porque se Argentina está haciendo algo solo, el otro está haciendo algo solo, Brasil está haciendo algo solo, nos aislamos. Entonces, por supuesto a la hora de enfrentarnos. Cómo enfrenta una crisis se está solo? Yo creo que en algún momento las crisis no son infinitas, en algún momento haremos las políticas acertadas y la superación de las problemáticas, pero eso tiene que ver como vemos no solamente la política en lo interno, sino como jugamos también con la política continental, latinoamericana. Cómo hacemos las relaciones, como vemos el panorama político mundial.</i></p>

APÊNDICE VI - Entrevista com Artista

Entrevista 05 - Artista. La Pastora, Caracas.

Data: 14/08/2018

Página 01

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Poder popular Trabalho coletivo		<p>B. A.: _¿Primeramente, usted puede presentarse?</p> <p>T. N.:_ Mi nombre es T. N., soy de aquí de Caracas, tengo 29 años. Soy artista, trabajo con danza urbana y danza contemporánea, también practico el diseño gráfico, trabajo de eso pues y al mismo tiempo, bueno, ocupo espacios populares como lo es La Minka, que es un espacio tomado por el poder popular y donde se ejerce... Digamos, donde se ejerce eso pues, donde se ve palpable productivamente lo que es el trabajo colectivo.</p> <p>B. A.: _¿Cuáles son las principales diferencias entre los gobiernos Chávez y Maduro?</p> <p>T. N.:_ Chávez es inigualable, imagínate tú. Son dos personas distintas, a pesar de que nosotros cómo chavistas y cómo amantes de Chávez, fieles enamorados de sus sueños, convencidos también de cada una de sus decisiones y que elegimos a Nicolás Maduro cómo el presidente, ¿no? Y nosotros confiamos en eso, a veces cómo que nos cuesta porque no es el mismo discurso, no es la misma templanza, no es esa misma seguridad que uno pueda ver reflejado en el Comandante con la cual uno se identificaba, ¿no? Ese guaramo que de no importar lo que fuese, contále a todo el pueblo, pues y que todo fuese transparente, de que prácticamente no se le verá la cara de tonto, no? Eso es lo que puedo decir que extraño de Chávez. Pero, Chávez era tan arrecho, así mismo le digo que antes de morirse ya su discursos era que Chávez éramos todos, y que cada uno debemos ser un ejemplo de lo que él fue, ¿no? Una de las cosas, por lo menos se le critica mucho a la institución, particularmente yo lo critico mucho es que si realmente no se escuchó al Chávez, si realmente no se ha aprendido nada, porque, después de muerto uno escucha un discurso y son totalmente vigentes, o sea, nada de esos discursos, nada de sus palabras ha pasado a decir que bueno, ya está obsoleto, porque es totalmente vigente. Entonces, la elección está ahí, lo que nos toca es cómo ejecutarlo, o sea, desde todo, desde todos los campos, desde la presidencia hasta más de a pie.</p> <p>B. A.: _¿Para usted, cuál es la situación actual de Venezuela? ¿Qué genera esta situación?</p> <p>T. N.:_ La más compleja. Después de los países árabes. Compleja, compleja, porque la globalización es candela, pues. He escuchado gente en la calle muy desesperanzada, todavía hablando de que el socialismo, eso no sirve, que Chávez se copió de Fidel, entonces las políticas... Nada sirve, nada sirve. Y entonces es cómo a veces extraño pensar que el capitalismo sí, que el capitalismo sí funciona, cuándo digamos que la comunicación de masas nos aniquila, nos silencia... Es lo que se sencillamente impone y ya. Creo que ahí está la complejidad del asunto a parte de todo esa cantidad de agentes que exhala cada quién por su lado que exhala comodidad propia... A pesar de que muchos estamos</p>
Comunicação de massas	Guerra midiática Mídia como uma arma de guerra	

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Guerra	Venezuela como amenaza inusual	<i>despiertos, igual siempre va haber muchos también tratando de tener el poder, de estar adueñados del poder para con eso poder dominar, o sea, digamos que es una guerra bastante amplia que no iba a ser como a dos años, una guerra histórica y, bueno, como nos dijeron en algunos momentos, somos es una amenaza extraordinaria, inusual, como nos etiquetó los Estados Unidos en algún momento, que somos un grupo de personas muy diverso, somos una gente muy diversa, pues, muy caribe. La respuesta también tiene mucho que ver con eso y bueno, poco a poco nos vamos descubriendo. Pienso mucho, pienso mucho sobre la situación, pero, bueno, soy una persona igual muy esperanzada, pues. Pienso que unidos, esclareciendo cosas, educando a los niños, ayudando a las personas que menos pueden y produciendo, por supuesto, priorizando siempre a la producción.</i>
Poder popular	Produção Educação	B. A.: <i>¿La crisis económica te afecta de alguna manera?</i> T. N.: <i>¿Sí, nos afecta a todos a nivel de transporte, a nivel de efectivo, sí, al nivel del dinero. No es con efectivo, es con punto, si no es con punto es con efectivo, o bueno, el transporte ha disminuido mucho por temas digamos que de repuesto. Entonces, es como te digo, ¿no? Yo particularmente pertenezco al poder popular y por ahí en las instituciones hay mucha gente que entiende cuál es el problema político en el que estamos y que todavía tiene unas prácticas que son capitalistas, burguesas. Todo nos afecta, ¿me entiende? En todos los casos, pero, el eje es como ese desprendimiento al consumismo con ojos en este nuevo amanecer, ese nuevo emprender que no tiene que ver con que bueno, no tengo un par de zapatos y que bollas. Que no me alcanza para nada... Por ahí hay mucha gente consumista, mucha gente que se afecta mucho por eso cuando hay otras necesidades, pues, en el sentido alimenticio para decirlo así.</i>
Consumismo	Novo amanhecer	B. A.: <i>¿Cuál es la importancia de Latinoamérica en la superación de la crisis venezolana?</i> T. N.: <i>El sueño de Chávez era unirnos como continente. Nosotros, no solamente Venezuela ha sido golpeada. Ha sido golpeado todo el continente a lo largo de muchos años, 500, 600 años. Desde cuando empezó la conquista hemos sido golpeados y nunca hemos estado verdaderamente unidos como continente, como Europa que hay trenes, de que hay hermandad entre ellos, digamos, de que hay ayuda. No conozco muy bien la situación, pero esas cosas, se empezaron a ver cuando el comandante estaba vivo con Evo, con Correa, con Cristina. Todo eso es unión ¿no? Consolidar lo que es una cultura Latinoamericana ¿no? Al final de cuentas todos somos hijos de Bolívar, hay una cantidad de países que también fueron independizados por él e por él estamos unidos. Creo que la solución como todo es amor y unión, unión y respeto.</i>
Necesidades alimenticias	Novo emprender	
	Colonização	
	Cultura latino-americana	
Bolívar		

APÊNDICE VII – Entrevista com Vocero

Entrevista 06 - Vocero. La Pastora, Caracas.

Data: 15/08/2018

Página 01

Subcategorias	Categorías	Entrevistas
Hiperinflação Induzida	<p style="text-align: center;">Controle comercial</p> <p style="text-align: center;">Políticas neoliberais</p> <p style="text-align: center;">Pensamento crítico</p> <p style="text-align: center;">Luta de Classes</p>	<p>B. A.: _¿Primeramente, usted puede presentarse?</p> <p>C. I.: _Mi nombre es C. I., soy vocero del conglomerado del colectivo de trabajo revolucionario Distrito Motor Cabimas, tengo 36 años de edad.</p> <p>B. A.: _¿Para usted, cuál es la situación actual de Venezuela? ¿Qué genera esta situación?</p> <p>C. I.: _Hay un programa que a mi me gusta y lo recomiendo, se llama Case Report, en RT (Russia Today). Marçaise se llama el tipo, un inglés intelectual, una vaina loca. El tipo es pragmático y en uno de sus programas él habló de la hiperinflación inducida, un término extraño para el imaginario nuestro, pues. Hiperinflación inducida. Yo no sé nada de la bolsa de valores, pero uno puede venir a investigar lo que es esa hiperinflación inducida y podremos más o menos acercarnos de lo que es el monstruo del capitalismo y sus finanzas del FMI, del Banco Mundial y las incidencias políticas. Ellos manejan los puertos, los aeropuertos y todo el mecanismo de control comercial que ellos tienen a través del tratado de libre comercio y todo esos mecanismos que usan para el retroceso nuestro político, que hacen a través de esas políticas neoliberales, en el hecho comercial. Ahora, eso induce a un momento histórico que a nosotros nos favorece ¿Porque esta crisis nos favorece? Esta crisis inducida nos favorece porque nos hace prender la mecha en el pensamiento crítico y llegamos a una dimensión del pensamiento y acción que a ellos no les conviene. Entonces, nosotros en esta crisis nos hemos enseñado en los procesos o instrumentos de acción a primero, a juntarnos, a discutirnos como clase y entender esa discusión para efecto del control y del poder de la posibilidad.</p>
MBR-200	<p style="text-align: center;">Levante militar</p>	<p>B. A.: _¿Qué piensas que debería ser hecho para cambiar esta situación?</p> <p>C. I.: _Un problema es un problema si tienes solución. Si no tienes solución no es un problema. El capitalismo no tiene solución y los males del mismo mucho menos. La corrupción y esas cosas que ocurren. Creo que el comienzo de toda esa discusión se dio a través de un alzamiento militar, una insurrección militar pensada por nuestro comandante y un grupo que se desarrolló a través de un plan político, el Movimiento Revolucionario 200. Se convirtió en un peso político que se llevó al poder el comandante. Esa dimensión política, militar, popular, espiritual a nosotros nos llevó a otro contexto. Entonces, en ese contexto a nosotros nos permite utilizar todos estos mecanismos que el capitalismo nos impone para efecto, en el momento de guerra, nosotros utilizamos para contra-ataque. O sea, nosotros ahorita mismo entendemos lo que es la guerra de cuarta generación, porque mira una cosa: aquí estamos en tierra de hombres libres, un loco también como Chávez llamó a Zamora, una tierra y hombres libres, un poco negros, un poco indios por ahí</p>
Guerra de 4ª geração	<p style="text-align: center;">Contra- ataque Homens livres</p>	

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Guerra económica	Petróleo	<p><i>caminando, liberando esta vaina. Intentando concretar lo que ahorita mismo también estamos intentando concretar. Desde hace mucho tiempo, Rockefeller ya sabía cuántas reservas nosotros teníamos de petróleo, ya había enviado su gente para medir nuestra riqueza. Eso nos hace pensar, pues. Es sospechosa esta vaina y lo sospechoso nos nutre.</i></p> <p>B. A.: <i>¿La guerra económica te afecta de alguna manera?</i></p> <p>C. I.: <i>La guerra económica es directamente proporcional al pensamiento individual de cada persona. Lo digo porque nosotros estamos en guerra, pero estamos vendiendo el pan más barato de Venezuela. Nosotros estamos en guerra y hoy estamos en una jornada de vender el plátano más barato de Venezuela, en la Capital. Por ahí nosotros entendemos que una vez intentaron tumbar al presidente, al comandante eterno. Y después que salió el pueblo, la gente reclamó. Bueno, estamos jodidos por esos oligarcas, aquí no va pasar esta vaina. Salió el comandante con un crucifijo, yo lo vi como algo táctico e increíble en él. Con el crucifijo él no habló con cualquier otra persona que tuviese dicho fusilado, muerto, exilio, preso. Él habló de nuestra posibilidad como pueblo organizado. También hace poquito escuché un tipo que me llamó mucho la atención porque él estaba diciendo que el único líder (...) sale Vladimir Putin diciendo que es dueño la economía a través de los BRICS y todas las armas nucleares del mundo, sale Xi Jinping diciendo lo mismo con su poder económico increíble, bueno, los chinos son dueños del mundo. Salen los locos gringos hablando también de la misma locura bélica. Pero Chávez habló de amor, ese amor y la espiritualidad que emanaba a través de esa palabra, la táctica, el verbo, la fuerza que tenía a nosotros nos fortalece porque es la diferencia entre deber ser y lo impuesto.</i></p> <p>B. A.: <i>¿Cuál es la importancia de Latinoamérica en la superación de la crisis venezolana?</i></p> <p>C. I.: <i>Bueno, el ALBA, el Mercosur, el Petrocaribe son todos mecanismos de integración y deben servir de algo, pues. Sin embargo, la agenda neoliberal nos hizo despertar y entender de los errores cometidos, pues. Cómo lo que pasó en Argentina, tiran el Kirchnerismo y gana Macri, cómo lo que pasó en Brasil en la división de los trabajadores y todas las corrientes que generaron y hacen que el golpe de 2016, increíblemente loco en el siglo XXI, atinja una mujer. Entonces debemos evitar de la edificación de esta fuerza, como hizo Simón, como hizo Miranda. Nosotros geográficamente, territorialmente debemos estar unidos para efecto de contra atacar los males, pues. Te lo juro. Hablamos español o portuñol, estamos cerquita. Vamos construir la Patria Grande de Bolívar. Es necesario tener una visión de integración para dominar y entender el momento histórico, pues. Nos entendemos como bloque, como músculo para poder así con esa fortaleza dar el contra golpe necesario. Para definir nuestras acciones, pues. Y abordar los objetivos.</i></p>
Simón Rodríguez Miranda	Brasil, golpe de 2006	
Patria Grande		

APÊNDICE VIII

Entrevista 07 - Líder Comunal. La Pastora, Caracas.

Data: 16 de agosto de 2018

Página 01

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
<p>IV República</p> <p>Antiga estrutura social</p> <p>Crise social, econômica e política</p> <p>Estado Comunal</p> <p>Processo revolucionário</p> <p>Revolução</p>	<p>Ideais</p> <p>Justiça social</p> <p>Novo modelo de Estado</p> <p>Nova estrutura de Estado</p> <p>Coletivismo</p> <p>Ideologia</p> <p>Desestabilização</p> <p>Povo</p> <p>Justiça Social</p>	<p>B. A.: _ ¿Primeramente, usted puede presentarse?</p> <p>S. D.: <i>Mi nombre es S. D., formo parte de la UBC de La escuela de La Alta Gracia y al mismo tiempo formo parte de la estructura de los Consejos Comunales locales y también como actor político local formo parte de los CLAP, que son los que tiene la gran misión de llevar bienestar al pueblo a través de las medias alimentares.</i></p> <p>B. A.: _¿Cuáles son las principales diferencias entre los gobiernos Chávez y Maduro?</p> <p>S. D.: <i>Las diferencias entre los gobiernos de Chávez y Maduro están en los momentos históricos que ambos presidentes asumen esa gran responsabilidad. Presidente Chávez fue el creador de un nuevo modelo socio-político bajo la justicia y la equidad. No solamente fue el creador, fue el impulsor y tuvo la gran misión de reestructurar la IV República en nuestro país. El pueblo estaba excluido en la IV República y ahora está desarrollando un otro modelo de sociedad y dejando la antigua estructura social. En los momentos actuales es lo que se vive en Venezuela cada día. Cada día nosotros sentimos que el presidente Chávez guía el proceso bajo sus ideales y bajo ese brazo ejecutor, bajo esa justicia social.</i></p> <p>B. A.: _¿Para usted, cuál es la situación actual de Venezuela? ¿Qué genera esta situación?</p> <p>S. D.: <i>Es indudable que tenemos una profunda crisis. Esta crisis es social, política y económica. El presidente Chávez nos alertó que no iba ser fácil estructurar el Estado porque existen muchos intereses y porque acuérdate que en el punto de vista capitalista existe el individualismo y desde el individualismo al colectivismo existe una gran diferencia de concepción ideológica y política. Por eso vemos esta profunda crisis porque sectores adversos al colectivismo, al Estado Comunal siempre van a favorecer el que no se ejecuten los proyectos, que no se ejecuten el Estado Comunal, porque bueno, hay interés capitalistas, interés de orden de poder político adversos al proceso revolucionario que siempre van a invertir a la desestabilización del proyecto de país que en este momento tiene la gran misión el presidente Nicolás Maduro de ejecutar. Existe una profundización de esta crisis pero sin embargo tenemos un pueblo que ha interiorizado la revolución y que sabe que la revolución no se negocia. El pueblo sabe que tenemos esa gran misión de dar bienestar a nuestro pueblo de lo micro a lo macro. El éxito de la revolución en Venezuela es el éxito del pueblo porque vivencia la justicia social. Son muy pocos los países que han podido de alguna manera saborear la justicia social. Esa es la gran misión que tiene Venezuela y la vamos a lograr con toda seguridad. Es un pueblo que transita en la revolución, que profundiza la revolución y que consolida la revolución.</i></p>

Subcategorías	Categorías	Entrevistas
Estado Comunal	Cooperativismo Govermos locais	B. A.: _¿Qué piensas que debería ser hecho para cambiar esta situación? S. D.: <i>Revertir la crisis que tiene actualmente en Venezuela por medio del cooperativismo y de la transferencia de poder desde un gobierno central hasta los gobiernos locales. La profundización del Estado Comunal es la única solución que hay.</i>
	Racionaliza ção dos recursos	B. A.: _¿La crisis económica te afecta de alguna manera? S. D.: <i>La crisis económica me afecta pero esas debilidades las estamos convirtiendo en fortaleza. Estamos creciendo, de hecho y te digo en la práctica, lo que es la praxis política. Fíjate: ¿Qué es el Estado? El Estado es una casa. ¿Qué es economía? La economía es la organización de esa casa ¿Y cómo se organiza una casa? Con una buena racionalización de los recursos. Los venezolanos estamos aprendiendo a ser todos economistas. Estamos aprendiendo racionalizar los recursos. La racionalización de un recurso te da a que tu tengas un mejor aprovechamiento de todos los recursos materiales tangibles y intangibles que puedas tener y si tu creces en el hogar, vas a crecer en tu comunidad y si creces en tu comunidad vas a crecer en tu municipio y si creces en municipio vas a crecer en el Estado y el Estado como nación.</i>
Socialismo do Século XXI		B. A.: _¿Cuál es la importancia de Latinoamérica en la superación de la crisis venezolana? S. D.: <i>Venezuela lleva la gran misión de este modelo socialista impulsado por el presidente Chávez, el Socialismo del siglo XXI, enmarcado por esos cambios sociales y políticos en este mundo actual, con eso hay un nuevo hombre. Chávez impulsó un nuevo hombre, un nuevo ser, un nuevo político y ese es la gran misión que tiene Venezuela. Venezuela en Latinoamérica representa ese punto de luz para el mundo, diría yo. Porque para el mundo crear e desarrollar un nuevo ser que sea autosustentable así mismo y a la sociedad, tu estas creando un nuevo modelo y estás diciendo al mundo que otros te roban tus propios intereses como ser humano. Otros te roban tu nación, otros se enriquecen con lo que tú produce, otros le quitan a tu país los recursos para capitalizarse y para distribuir riquezas en otros espacios que no son los tuyos. Por eso Venezuela es importante para las otras naciones, se está creando un nuevo orden geopolítico, se está interactuando en un sistema colectivo. No solamente desde nuestra nación, sino que se está llevando a toda Latinoamérica el colectivismo y el aprovechamiento de los recursos naturales y de los recursos humanos para que sea implementado con una mejor igualdad y una mejor equidad.</i>
Novo Ser	Novo modelo social	
Sistema Coletivo	Nova ordem geopolítica	
	Igualdade Equidade	